



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

MARCELLO PEREIRA TAMWING

**A POLÍTICA EDUCACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS
CÍVICO-MILITARES (ECIMS) NO ESTADO DO ACRE**

Rio Branco
2023

MARCELLO PEREIRA TAMWING

**A POLÍTICA EDUCACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS
CÍVICO-MILITARES (ECIMS) NO ESTADO DO ACRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre – PPGE/UFAC, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa: Políticas e Gestão Educacional.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lúcia de Fátima Melo.

Rio Branco
2023

MARCELLO PEREIRA TAMWING

**A POLÍTICA EDUCACIONAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS
CÍVICO-MILITARES (ECIMs) NO ESTADO DO ACRE**

BANCA DE DEFESA:

Profa. Dra. Lúcia de Fátima Melo
Universidade Federal do Acre (UFAC)
Presidente/Orientadora

Profa. Dra. Ednaceli Abreu Damasceno
Universidade Federal do Acre (UFAC)
Examinadora Interna

Profa. Dra. Monica Ribeiro da Silva
Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Examinadora Externa

À minha família e amigos, por todo apoio.
À minha orientadora, pela paciência e por ter lançado o desafio de pesquisar sobre as Escolas Cívico-Militares. Espero que a missão dada tenha sido cumprida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente,

A todos os professores do PPGE/UFAC, que contribuíram com imprescindíveis ensinamentos ao longo das disciplinas cursadas.

Aos diretores e militares presentes nas Escolas Cívico-Militares de Senador Guimard 15 de Junho e Aldaci Simões, pela cordial acolhida e fornecimento de dados pertinentes para a elaboração da presente pesquisa.

Ao colega de mestrado Alisson Pacífico, que por coincidência é professor na escola 15 de Junho e no dia da minha visita à instituição, gentilmente, apresentou-me a escola e me conduziu para a sala dos oficiais de educação.

A todos os servidores públicos federais e estaduais, que através da Lei de Acesso à Informação, prestaram relevantes serviços a este pesquisador.

À Beatriz Silva Nascimento e à minha colega Nádia Carrasco Pagnossi, por todo o suporte.

Por fim, aos membros da Banca de Qualificação por todos os valiosos apontamentos.

“O desafio brasileiro é imenso. E, sem pauta segura e agenda fixa, será difícil contornar alguns temas. Será necessário incentivar a diversidade cidadã; combater a desigualdade e a intolerância social, cultural e religiosa; ampliar os projetos educacionais e da área da saúde; firmar compromissos com o aperfeiçoamento das instituições; contestar atos administrativos que atentem contra a nossa democracia e a ameacem; e exigir garantias constitucionais.” (SCHWARCZ, 2019, p.217)

RESUMO

A presente pesquisa, desenvolvida neste texto dissertativo, teve como objetivo analisar o avanço da militarização de escolas públicas a partir da implementação da política educacional de criação de Escolas Cívico-Militares (Ecims) e sua manifestação no Estado do Acre. Para que fosse alcançado este objetivo, foram definidas preliminarmente algumas questões de estudo que buscaram explicar o processo de adoção dessa agenda do espectro político mais conservador nos municípios acreanos, desmonte das escolas públicas e a adoção de um modelo educacional militarizado de gestão compartilhada por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). O embasamento teórico-metodológico é feito por meio das ideias de autores como Jefferson Mainardes (2018) e Stephen Ball e Richard Bowe (1992; 1994), com a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP); e Michael Apple (2003; 2020), com o avanço de políticas neoliberais e o conservadorismo. Tivemos como interlocutores também Bobbio (2007), Conceição (2003) e Ludwig (1998; 2021). A metodologia utilizada, além da abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), lançou mão da pesquisa documental de análise das normativas legais que regulamentam a matéria, os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) e Regimentos Internos de duas Escolas Cívico-Militares situadas no Estado do Acre, onde por meio de visita *in loco* vivenciamos parte do cotidiano escolar e suas particularidades. Os resultados da pesquisa apontam para uma política controversa, promotora de alienação dos jovens estudantes, uniformização do consciente coletivo e a naturalização de atos supostamente pedagógicos através de punições, praticados por indivíduos que, embora tenham a boa intenção de ensinar e passar valores, não tiveram educação formal das ciências pedagógicas. A inferência principal que se tem, é a de que está em curso no Brasil uma tentativa de militarização das escolas públicas e desmonte de políticas educacionais públicas e, sobretudo, do sistema democrático, especialmente das decisões dos gestores civis e da própria comunidade escolar, visando a implementação de um modelo influenciado pelo novo gerencialismo com foco em resultados e avaliações em larga escala.

Palavras-chave: Militarização; Escola Cívico-Militar; Ensino Militar; Conservadorismo; Política Educacional.

ABSTRACT

The present research, developed in this dissertation, aimed to analyze the advance of the militarization of public schools through the implementation of the educational policy of creating Civic-Military Schools (Ecims) and its manifestation in the Brazilian state of Acre. To achieve this goal, some study questions were preliminarily defined that sought to reveal the process of adoption of this agenda from a conservative political spectrum in Acre municipalities, the dismantling of public schools, and the adoption of a militarized educational model of shared management through the National Program of Civic-Military Schools (Pecim). The theoretical and methodological foundation is based on the ideas of authors such as Jefferson Mainardes (2018) and Stephen Ball and Richard Bowe (1992; 1994), with the Policy Cycle Approach (PCA); and Michael Apple (2003; 2020), with the advance of neoliberal policies and conservatism. We also used as interlocutors: Bobbio (2007), Conceição (2003), and Ludwig (1998; 2021). The methodology used the Policy Cycle Approach (PCA), also made use of the documental research of analysis of the legal norms that regulate the matter, the Pedagogical Political Project (PPPs), and Internal Regulations of two Civic-Military Schools located in the State of Acre, where a visit was made allowing to experience part of the school's daily routine and its particularities. The results of the research show a controversial policy that promotes the alienation of young students, the standardization of the collective consciousness, and the naturalization of supposedly pedagogical acts through punishments practiced by individuals who, although they have the good intention of teaching and passing on values, have had no formal education in pedagogical sciences. The main inference we have is that an attempt to militarize public schools and dismantle public educational policies is underway in Brazil, and above all, the democratic system, especially the decisions of civilian managers and the school community itself, aiming at the implementation of a model influenced by the new managerialism focused on results and large-scale evaluations.

Keywords: Militarization; Civic-Military School; Military Education; Conservatism; Educational Policy.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: DOCUMENTOS NORMATIVOS DO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES.....	101
---	------------

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: QUANTITATIVO DE ALUNOS CONCLUINTES NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO ACRE.....	123
TABELA 2: QUANTITATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MILITARIZADAS NO ESTADO DO ACRE.....	123
TABELA 3: QUANTITATIVO DE INFRAÇÕES MAIS COMUNS OCORRIDAS NO ANO DE 2020 NA ESCOLA 15 DE JUNHO.....	158
TABELA 4: QUANTITATIVO DE INFRAÇÕES MAIS COMUNS OCORRIDAS NO ANO DE 2019 NA ALDADI SIMÕES DA COSTA.....	158

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: CIDADES QUE POSSUEM COLÉGIOS MILITARES PERTENCENTES AO SCMB.....	65
FIGURA 2: DISTÂNCIA GEOGRÁFICA ENTRE AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES ALDADI SIMÕES E 15 DE JUNHO.....	126
FIGURA 3: CERTIFICAÇÃO PECIM DE NÍVEL BÁSICO DA ESCOLA 15 DE JUNHO.....	130
FIGURA 4: CERTIFICAÇÃO PECIM DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO DA ESCOLA 15 DE JUNHO.....	130
FIGURA 5: CÓPIAS DO HINO DO ACRE ESCRITAS À MÃO POR ALUNOS ECIM 15 DE JUNHO.....	132
FIGURA 6: IMAGEM APROXIMADA DA CÓPIA DO HINO ACREANO ESCRITO À MÃO POR UM(A) ALUNO(A).....	133
FIGURA 7: CAIXA COM CELULARES DOS ESTUDANTES CONFISCADOS.....	134
FIGURA 8: MATERIAIS ILÍCITOS ENCONTRADOS COM OS ALUNOS DA ESCOLA 15 DE JUNHO.....	138
FIGURA 9: KIT DE PRIMEIROS SOCORROS E MÁSCARAS DESCARTÁVEIS..	139
FIGURA 10: PUBLICAÇÕES SOBRE A MESA DO GESTOR MILITAR.....	139
FIGURA 11: LIVROS SOBRE EMPREENDEDORISMO.....	140
FIGURA 12: ESPAÇO CULTURAL DA ESCOLA 15 DE JUNHO.....	141
FIGURA 13: FARDAMENTO DOS ALUNOS DA ESCOLA ALDADI SIMÕES.....	142
FIGURA 14: COMPARAÇÃO DA ARQUITETURA DA FACHADA DA ESCOLA ALDADI SIMÕES E DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES.....	145
FIGURA 15: FOTO DO INTERIOR DA SALA DO AEE DA ESCOLA ALDADI SIMÕES.....	147
FIGURA 16: MURAL DA ESCOLA ALDADI SIMÕES SOBRE O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA.....	147
FIGURA 17: SALA DOS OFICIAIS DE ENSINO DA ESCOLA ALDADI SIMÕES..	148
FIGURA 18: INTERIOR DA NOVA BIBLIOTECA DA ESCOLA ALDADI SIMÕES.	149
FIGURA 19: BRASÃO DO PECIM.....	162
FIGURA 20: BRASÃO DA ESCOLA MILITARIZADA WILSON BARBOSA.....	163
FIGURA 21: BRASÃO DA ESCOLA ESTER MAIA DE OLIVEIRA EM 2020.....	164
FIGURA 22: BRASÃO DA ESCOLA ESTER MAIA DE OLIVEIRA EM 2021.....	164

FIGURA 23: BRASÃO DA ESCOLA ESTER MAIA DE OLIVEIRA EM 2022 APÓS DEIXAR DE SER MILITARIZADA.....165

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: QUANTITATIVO DE ESCOLAS QUE ADERIRAM AO PECIM POR ESFERA MUNICIPAL E ESTADUAL ENTRE 2020 E 2022.....	96
GRÁFICO 2: PORCENTAGEM DE ESCOLAS QUE ADERIRAM AO PECIM POR REGIÃO ENTRE 2020 E 2022.....	97
GRÁFICO 3: CRIAÇÃO DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES POR REGIÃO.....	98
GRÁFICO 4: MODALIDADE DE PACTUAÇÃO ADOTADA NAS REGIÕES DO BRASIL.....	99
GRÁFICO 5: MODALIDADE ADOTADA POR ESTADOS DA REGIÃO NORTE...	100
GRÁFICO 6: MÉDIA NACIONAL DO IDEB NOS ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO.....	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIÇÕES

ACP – Abordagem do Ciclo de Políticas
AEE – Atendimento Educacional Especializado
ANDES-NS – Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
ANPEd – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação
ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CEX – Comando do Exército Brasileiro
CGE/AC – Controladoria Geral do Estado do Acre
CGU – Controladoria-Geral da União
COVID-19 – *Coronavirus Disease 2019* / Doença por Coronavírus 2019
DECIM - Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares (Decim)
DEPA – Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial
ECIM – Escola Cívico-Militar
E-SIC – Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
IME – Instituto Militar de Engenharia
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira
ITA – Instituto Tecnológico de Aeronáutica
LAI – Lei de Acesso à Informação
MBL – Movimento Brasil Livre
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEC – Ministério da Educação
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONGs – Organizações Não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
PDC – Partido Democrata Cristão
PECIM – Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares
PLS – Projeto de Lei do Senado
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP – Partido Progressista
PPGE/UFAC – Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAC
PPP – Projeto Político Pedagógico
PPR – Partido Progressista Reformador
PPS – Partido Popular Socialista
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSL – Partido Social Liberal
PT – Partido dos Trabalhadores
RePME – Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação
SCMB – Sistema Colégio Militar do Brasil
SEB – Secretaria de Educação Básica
SECIM – Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares
SEE – Secretaria Estadual de Educação
SIC-EB – Serviço de Informações ao Cidadão do Exército Brasileiro
STF – Supremo Tribunal Federal
TRF-4 – Tribunal Regional Federal da 4ª Região
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	19
1.1 – A REVISÃO DE LITERATURA	23
1.2 – PROCESSO TEÓRICO-METODOLÓGICO	27
1.2.1 – Os Primórdios e o Desenvolvimento do Ciclo De Políticas: Uma Abordagem Teórico-Metodológica	28
1.2.2 – O Papel do Pesquisador em Educação e as Críticas ao Ciclo de Políticas	36
1.3 – A ÉTICA NA PESQUISA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO	39
1.3.1 – DADOS SOLICITADOS E OBTIDOS ATRAVÉS DA LAI ENTRE 2021 E 2022: Obstáculos e Facilidades	43
2 – AS ORIGENS DO ENSINO MILITAR E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL ... 54	
2.1 – BREVE HISTÓRICO SOBRE AS ORIGENS DO ENSINO MILITAR NO MUNDO E SUA IMPORTÂNCIA.....	54
2.2 – DAS PRIMEIRAS INTUIÇÕES DE ENSINO MILITAR NO BRASIL A CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES	61
2.3 – O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES.....	67
2.3.1 – A chegada da “nova direita” e a construção de um mito salvador da pátria.....	73
2.4 – ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, ATAQUES À DEMOCRACIA E O PÓS-ELEIÇÃO.....	84
2.4.1 – Os Ministros da Educação do Governo Federal (2018-2022): Veléz, Weintraub e Ribeiro.	90
3 – AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES À LUZ DO CICLO DE POLÍTICAS	95
3.1 – O PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: OS CONTEXTOS DAS INFLUÊNCIAS E O DA PRODUÇÃO DE TEXTOS.....	95
3.2 – A (I)LEGALIDADE DA POLÍTICA DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	101
3.3 – PROJETOS DE LEI SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO CONGRESSO NACIONAL.....	107
4 – A IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO ESTADO DO ACRE.....	113
4.1 – CONTEXTO DAS INFLUÊNCIAS: UM HISTÓRICO DA MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO ACRE	113

4.2 – AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO ESTADO DO ACRE – UM POUCO DO COTIDIANO ESCOLAR	125
4.3 – O REGIMENTO ESCOLAR DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DE SENADOR GUIOMARD E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	149
4.4 – OS SÍMBOLOS DAS ESCOLAS MILITARIZADAS NO ACRE: O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTOS IMAGÉTICOS	160
4.5 – A PANDEMIA DO COVID-19 E OS IMPACTOS NO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES	165
4.6 – A SITUAÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO ACRE COM A ELEIÇÃO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA NAS ELEIÇÕES DE 2022 E MOVIMENTOS FAVORÁVEIS E DE RESISTÊNCIAS AO PECIM	168
CONSIDERAÇÕES FINAIS	179
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICE A – LISTA DE COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL POR ORDEM CRONOLÓGICA	188
APENDICE B – LISTA DE ESCOLAS QUE ADERIRAM AO PECIM ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2022.....	192
ANEXO I – ORGANOGRAMA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES	201
ANEXO II – SOLICITAÇÃO DO PPGE ÀS ECIMS DE SENADOR GUIOMARD..	202
ANEXO III – AMOSTRA DE INFRAÇÕES DIÁRIAS DA ESCOLA 15 DE JUNHO	204
ANEXO IV – REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA 15 DE JUNHO	205
ANEXO V – TERMO DE AJUSTE DE CONDOTA ESTUDANTIL DA ESCOLA 15 DE JUNHO.....	207
ANEXO VI – RESPOSTA DO MEC DADA ATRAVÉS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE RECURSOS EMPREGADOS NO PECIM E QUANTIDADE DE ESCOLAS POR REGIÃO	209
ANEXO VII – RESPOSTA DO MEC DADA ATRAVÉS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE ACORDOS FIRMADOS ENTRE O GOVERNO DO ACRE E O MEC	210
ANEXO VIII – RESPOSTA DA SEE DADA ATRAVÉS DO E-SIC SOBRE O QUANTITATIVO DE MILITARES ATUANDO NO PECIM.....	211
ANEXO IX – RELAÇÃO DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO ESTADO DO ACRE E AUTORIZAÇÃO DE ENVIO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS	212
ANEXO X – ATA DE AUDIÊNCIA DA CONSULTA PÚBLICA DA ESCOLA ALDACI SIMÕES DA COSTA	213

ANEXO XI – MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM ESCOLAS MILITARIADAS DO ACRE ENTRE 2018 E 2021
ANEXO XII – CONCLUINTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM ESCOLAS MILITARIADAS DO ACRE ENTRE 2018 E 2021
ANEXO XIII – ESCOLAS E MATRÍCULAS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ACRE EM 2022.....

1 – INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre a política educacional de implementação de Escolas Cívico-Militares (Ecims) no estado do Acre surgiu em um momento de preocupante crescimento da educação militarizada no Brasil, acentuadamente, com a criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), uma parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério da Defesa durante a gestão do Governo Federal (2018-2022) cujo objetivo é difundir um modelo, muito controverso, de gestão compartilhada entre militares e civis, por meio da adesão de Estados e municípios.

De início, é preciso esclarecer algumas distinções preliminares entre os colégios militares, as escolas militarizadas e as escolas cívico-militares (Ecims). Sucintamente, as escolas militarizadas são aquelas que seguem diretrizes militares, com ou sem vínculo a outras entidades, podendo ser públicas ou privadas, e, com a sua administração estando ligada a uma secretaria de educação. Já os colégios militares, são instituições tradicionais subordinadas a estrutura orçamentária, administrativa e organizacional de uma força militar, como, por exemplo, o Colégio Militar do RJ, que é um dos 14 colégios militares que fazem parte da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), visando um ensino especializado e vocacional para a carreira militar. As escolas cívico-militares do Pecim, criadas através da Lei nº 10.004/2019, possuem uma centralização na gestão administrativa sob a responsabilidade de militares da reserva, podendo ser das Forças Armadas ou Forças de Segurança como Polícias Militares e Bombeiros Militares, e, na forma da lei, uma gestão pedagógica ainda sob responsabilidade de civis ligados às Secretarias Estadual e/ou Municipal de Educação; além disso, elas seguem diretrizes próprias criadas pela Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares (Decim), vinculada à Secretaria de Educação Básica do MEC.

O processo de militarização de escolas públicas não ocorreu a partir do Pecim, mas foi acentuado. Em termos numéricos, a partir de dados disponíveis no site do Inep¹, há no Brasil cerca de 184.333 escolas públicas, destas, até agosto de 2022, 204 fazem parte do Pecim, com a previsão de mais 12 escolas que seguem esse modelo de gestão, totalizando-se, assim, 216 escolas cívico-militares; em

¹ Mapa da Coleta, disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/inep-data/mapa-da-coleta>

termos percentuais, isso representa aproximadamente 0,15% do total. Embora o percentual pareça pequeno, esse modelo segue em expansão, inclusive com a tentativa de impor a todas as escolas públicas do país o modelo cívico-militar, como previa o Projeto de Lei nº 4887/2019, de autoria da senhora deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP). No caso do Acre, o Pecim permitiu a edição da Lei Estadual nº 3594, de 20 de dezembro de 2019, que permite a criação de escolas cívico-militares inspiradas pelo Pecim, sem, contudo, terem aderido formalmente ao programa do MEC, como ver-se-á mais à frente o caso da escola cívico-militar Wilson Ribeiro, localizada na cidade de Rio Branco – Acre.

As escolas cívico-militares tentam resgatar, na concepção conservadora, um modelo educacional baseado na hierarquia, obediência e alienação com símbolos nacionais através do patriotismo, utilizando como justificativa o resultado de avaliações em larga escala obtidos por colégios militares, influenciados por uma visão de estado gerencial, presentes, sobretudo, em importantes documentos escolares como o regimento interno, o projeto político-pedagógico e até mesmo no cotidiano escolar, como será observado no decorrer da pesquisa.

A opção por um modelo educacional militar não é por acaso, houve um acréscimo considerável de militares na política após o afastamento da presidente Dilma em agosto de 2016, um movimento perigoso que em um passado recente deixou na sociedade brasileira marcas que perduram até os dias atuais, principalmente em 2022, onde o sistema eleitoral brasileiro foi sistematicamente atacado pelo Governo Federal (2018-2022) através de notícias fraudulentas espalhadas por milícias digitais e atos estranhos nunca vistos na história da bicentenária República brasileira, como a convocação de embaixadores estrangeiros em audiência com o Presidente da República no Palácio do Planalto para criticar o processo eleitoral, o mesmo que o elegeu em 2018 e, por conseguinte, as Urnas Eletrônicas. A politização de militares do alto escalão do exército brasileiro ao assumir cargos estratégicos do Poder Executivo é uma aproximação perigosa que na história recente do Brasil república já demonstrou ser nefasta.

Em relação ao Estado do Acre, o processo de militarização de escolas públicas ocorreu no segundo mandato do governador Sebastião Viana (2014-2016), filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT-AC), ao sancionar a Lei Estadual nº 3.362, de 20 de dezembro de 2017, que criou os Colégios Militares Tiradentes e Dom

Pedro II. Desde o período em que atuou como senador pelo estado do Acre, de 1999 até 2010, mais especificamente, por meio do parecer 1.736 de 2004, Sebastião Viana (PT-AC), mostrou-se entusiasta do modelo de gestão escolar militarizado ao ser favorável ao projeto de Lei do Senado nº 211 de 2002, de autoria do senador representante do estado de Roraima, Mozarildo Cavalcanti, filiado ao Partido Popular Socialista (PPS), que visava a criação de Colégios Militares.

A implantação das escolas cívico-militares que aderiram ao Pecim, no município acreano de Senador Guiomard, teve início com a inauguração das escolas estaduais Aldaci Simões da Costa e 15 de Julho, no final do ano de 2019. A primeira escola foi construída com recursos estaduais durante os primeiros dois anos de gestão do governador Gladson Cameli (2018-2022) e teve um investimento de 4 milhões de reais; a segunda, que antes de se tornar Ecim, oferecia duas etapas de ensino (fundamental II e médio) foi reformada para adequar-se ao modelo de escola cívico-militar idealizado pelo Governo Federal (2018-2022), passando a ofertar somente o ensino fundamental II, pois, o ensino médio ficou sendo atribuição exclusiva da escola Aldaci Simões. No estado do Acre, até o final de 2022, há 5 escolas cívico-militares ligadas ao Pecim, com um total de 3.738 alunos matriculados no ensino fundamental II e ensino médio.

De acordo com dados disponíveis no site do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares² pretende-se criar pelo menos 126 escolas por todo o Brasil até o ano de 2023, com uma média de 54 por ano. Essa estranha movimentação do Governo Federal (2018-2022) serviu como incentivo para o desenvolvimento da presente pesquisa no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Acre na linha de pesquisa Políticas e Gestão Educacional.

Foi a dúvida, a indagação e o convite feito pela orientadora do Mestrado em Educação da UFAC (PPGE), que motivou o processo de elaboração do projeto de pesquisa, no primeiro semestre de 2021, que culminou na produção do presente estudo. A dificuldade de se pesquisar uma política educacional que está em implementação decorre, num primeiro momento, da falta de estudos sobre o objeto de pesquisa, sobretudo num contexto local e, num outro momento, em um salto expressivo de estudos espalhados pelo Brasil decorrentes da ameaçadora

² Link para o site do Pecim: <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>

consequência da política educacional proposta pelo Governo Federal (2018-2022), dando rapidamente ressignificação aos rumos da pesquisa.

A noção de implementação adotada na presente pesquisa não é rígida e simplista, mas vigilante e ciente que as políticas passam por tensões, negociações, interesses, traduções, interpretações e reinterpretções. Para tanto, utilizou-se a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), uma abordagem teórico-metodológica dinâmica e flexível. O campo de estudo das políticas educacionais está em permanente construção e expansão e a ACP, por ser bastante dinâmica, rompendo com a noção de etapas, acompanha esse movimento. Cada vez mais os grupos de pesquisa em educação e programas de pós-graduação em educação espalhados pelo Brasil difundem a necessidade de teses e de dissertações fazerem uso de uma abordagem mais crítica e menos linear e rígida, que permita um engajamento e posicionamento tanto do pesquisador quanto do leitor.

Sobre a significação que o presente pesquisador atribui à palavra implementação, Mainardes (2018) alerta que “um aspecto importante é a permanente vigilância com relação à ideia de que as políticas não são “implementadas”, que há a criação de ajustes secundários”. Dito isto, a análise dos contextos ganha uma dimensão abrangente e não-linear, permitindo o acompanhamento da complexidade que a adoção de uma política educacional gera.

Como mencionado, o estado do Acre vem adotando o modelo de escolas militarizadas através da atuação de agentes políticos como governadores e parlamentares. Essa movimentação serviu de inspiração para compreender as influências, os textos produzidos favoráveis e desfavoráveis a esse modelo de gestão compartilhada, as práticas pedagógicas no interior dessas escolas e os resultados alcançados até o momento.

Com o objetivo de responder a essa questão de implementação de escolas cívico-militares, elencam-se algumas questões norteadoras, a saber:

- a) Como o conservadorismo e a Nova Direita estão ligados ao Pecim?
- b) Quais são as influências nacionais, internacionais e locais que permitiram a política educacional de implementação de escolas cívico-militares no Acre?
- c) Como a política de escolas cívico-militares foi concebida do ponto de vista do contexto da produção de textos legais?

- d) Como o contexto da produção de textos influenciou no processo de implementação de escolas públicas cívico-militares no Acre?
- e) Como as escolas cívico-militares vêm sendo implementadas no Estado do Acre? Como é o cotidiano dessas escolas? Há sinais de resistências à essa política? Se sim, quais?

Observando-se essas questões, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o processo de implementação da política educacional de criação de Escolas Cívico-Militares (Ecims) do Pecim no Estado do Acre.

Com este intento, determinam-se os seguintes objetivos específicos correlatos às questões de pesquisa:

- Caracterizar um breve histórico da educação militar no Brasil e como ela deu respaldo ao Pecim;
- Contextualizar o PECIM por meio da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP);
- Relacionar os contextos da ACP com as Ecims situadas no Acre;
- Discorrer sobre o cotidiano escolar nas escolas militarizadas do município de Senador Guiomard e suas relações com os contextos da ACP;
- Evidenciar movimentos de resistência e favoráveis à essa política educacional.

1.1 – A REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura em pesquisas *stricto sensu* no campo de interesse do presente estudo, isto é, das políticas educacionais, é essencial. A área educacional brasileira está repleta de pesquisas, muitas até de referência internacional como a produção intelectual de Paulo Freire e outros intelectuais que vão desde os pioneiros da educação nova, passando por Dermeval Saviani, Zaia Brandão e tantos outros defensores da Universidade Pública espalhados pelo Brasil.

Com o aumento dos cursos de pós-graduação no Brasil, houve um incremento na criação de novos pesquisadores, mais conhecimento produzido e rapidamente propagados por meio de recursos tecnológicos como a Internet. Os avanços tecnológicos permitiram a criação de revistas eletrônicas que se tornaram

bancos de dados de periódicos como o portal de teses e dissertações da Capes, fonte indispensável para a revisão de literatura. É no portal da Capes que os pesquisadores entram em contato com estudos, discussões e tópicos mais contemporâneos no que tange à produção intelectual, mais especificamente, relacionados à educação brasileira.

A revisão de literatura que dá suporte a esta pesquisa, ocorreu em pelo menos dois momentos, uma em 2021 e outra em 2022. A primeira ação para pesquisar publicações e estudos acerca da temática das escolas cívico-militares foi acessar o portal de periódicos da Capes. Ao entrar no site, na aba ao lado esquerdo da página, há quatro opções de buscas, a saber: por assunto; por periódico; por livro; por base. Escolheu-se a pesquisa por assunto por ser a mais ampla, sem se limitar a um formato específico como os livros.

O assunto pesquisado foi: escolas cívico-militares. Em abril de 2021, o resultado total de artigos sobre o assunto no primeiro acesso, era pequeno, somente 9 artigos sobre a temática foram produzidos, ao utilizar o filtro para publicações em português, obtém-se somente quatro resultados, isto é, três artigos e um livro que mencionava a educação cívico-militar. Já na última pesquisa, realizada em abril de 2022, havia 34 artigos, o que significa que entre abril de 2021 e abril de 2022, houve um aumento de aproximadamente 278% de publicações sobre o Pecim.

É possível também detalhar a busca para obter um resultado mais apurado, tal como de um autor específico. Ressalta-se que apesar de ter-se filtrado publicações na língua portuguesa, pesquisas em outras línguas como o espanhol e o inglês também foram realizadas. Por exemplo, há uma interessante publicação que analisa a relação dos governos Trump-Bolsonaro em inglês, que, apesar de não ser o foco primário, pode enriquecer a compreensão das políticas educacionais do Governo Federal (2018-2022), já que em alguma parte do artigo menciona-se as escolas cívico-militares.

Na primeira pesquisa realizada, dois artigos chamaram a atenção, sendo eles: ordem, limpeza e germinação: regulação da vida nas escolas cívico-militares (ROSEIRO, GONÇALVES, RODRIGUES, 2020); e, O Avanço das Políticas Conservadoras e o Processo de Militarização da Educação (SANTOS, 2020). Por exemplo, Santos (2020) desenvolveu um estudo para discutir o avanço do conservadorismo na educação básica:

Este trabalho tem como foco discutir sobre o avanço das políticas conservadoras na educação brasileira, entendendo o movimento de militarização da educação como uma expressão do avanço de políticas conservadoras no Brasil. (SANTOS, 2020, p. 2)

O artigo faz um extensivo uso das teorias de Michael Apple (2003), que ajudam a entender o conceito de aliança conservadora que criou uma Nova Direita no Brasil. O conservadorismo no Brasil é formado por quatro grupos identificados por Apple (2003), são eles: neoliberais, neoconservadores, populistas autoritários e a nova classe média. São estes grupos que levaram o Brasil a uma guinada à direita.

Ao longo dos dois artigos analisados, discute-se sobre o processo de regulação da vida nas escolas cívico-militares e o avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação, mais especificamente, entre os anos de 2019 e 2020. As informações contidas nos textos enriqueceram a presente pesquisa, auxiliando em possíveis novos desdobramentos do estudo proposto.

Na segunda pesquisa, dentre os vários artigos interessantes que apareceram até 2022, chama a atenção as desenvolvidas por Estormovski (2020), traçando uma relação entre o Pecim e a materialização do conservadorismo na educação pública do Brasil; Picoli, Caregnato & Guimarães (2021) traçando uma relação entre o Movimento Escola Sem Partido e o Pecim; e, Souza & Aguirre (2021), com uma análise constitucional no processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná.

Embora o presente estudo se concentre em um modelo de gestão compartilhada entre civis e militares em escolas públicas, a escassez de pesquisas sobre a história do Ensino Militar no Brasil não parece ser uma surpresa. Ludwig (1998) desde o ano de publicação do livro *Democracia e Ensino Militar* (1998), já alertava sobre a necessidade de se estudar o ensino militar no Brasil ao comentar que:

As pesquisas educacionais já realizadas e em andamento no país, voltadas para o papel da escola na sociedade, consideram, em sua quase totalidade, as instituições civis de ensino. Parece que os cientistas da educação ainda não perceberam a importância de

pesquisar o ensino militar, fato bastante estranho, uma vez que a história do Brasil, há muitos decênios, mantém-se atrelada à conduta de funcionários fardados, haja vista os vários momentos em que os militares saíram dos quartéis para se envolverem em problemas de ordem política, conferindo às Forças Armadas um papel intervencionista por tradução. (LUDWIG, 1998, p.7)

O tema da militarização ganhou visibilidade e muitas revistas estão preparando dossiês sobre essa preocupante política educacional. É importante mencionar dois dossiês sobre o processo de militarização das escolas, são eles: Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (2019), publicado pela Anpae; e, o do ANDES-SC denominado militarização do governo Bolsonaro e intervenção nas instituições federais de ensino (2021). Sobre os aspectos históricos do ensino militarizado no Brasil, encontra-se a dissertação de mestrado de Santos (2020), com um mapeamento e análise da existência e do funcionamento de escolas públicas de educação básica no Brasil que sofreram um processo de militarização; a dissertação de Bueno (2020), sobre a constitucionalização das escolas cívico-militares; e, mais recentemente, da pesquisadora Silva (2022), com um extenso estudo sobre o processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná. Tanto na dissertação de Santos (2020) como da Silva (2022), há um vasto referencial teórico e revisão bibliográfica que enriquecem o estudo do processo de militarização de instituições de ensino públicas.

Embora haja, à essa altura, produções a respeito das escolas cívico-militares, muitas inclusive em andamento por ainda ser uma política recente, é notável a necessidade de mais pesquisas sobre o assunto, ainda mais no contexto da região norte do Brasil. Isso pode até surgir como um incentivo e indicativo da necessidade de se produzir conhecimentos sobre o tema.

Em relação a pesquisas realizadas sobre esse assunto em contexto local, ou seja, no Estado do Acre, em levantamento realizado junto ao banco de dissertações do PPGE/UFAC, observou-se que não há nenhuma dissertação que aborde diretamente ou indiretamente o ensino militar e, mais especificamente, acerca do Pecim. Sendo, portanto, necessário um estudo que se junte aos demais que estão sendo produzidos por todo o Brasil.

1.2 – PROCESSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

Discute-se na presente subseção acerca da utilização da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), uma abordagem teórico-metodológica para análise de políticas públicas em pesquisas inseridas no campo educacional, que vem sendo cada vez mais utilizada e difundida por pesquisadores que estudam as epistemologias da política educacional, como o pesquisador brasileiro Jefferson Mainardes.

As discussões teórico-metodológicas acerca da análise de política públicas, sobretudo, as educacionais, ainda são recentes no Brasil. A pesquisa em política educacional é um campo que ainda está em processo de consolidação de referenciais analíticos mais sólidos. Até 2006, ano que foi publicado uma síntese da ACP em português, Mainardes (2006) apontou que são poucos os pesquisadores que têm discutido referenciais analíticos mais apropriados para a pesquisa de políticas (MAINARDES, 2006). No que diz respeito à academia, as pesquisas produzidas e difundidas que utilizam novos referenciais analíticos levam um tempo até se consolidarem na literatura acadêmica.

Em outros países, como a Inglaterra, que aliás, é o país de origem da ACP quando Ball e Bowe (1992) estudaram a implementação do Currículo Nacional Inglês, as discussões estão mais aprofundadas por causa da produção intelectual de seus eminentes teóricos como Stephen Ball e Richard Bowe, pesquisadores da chamada sociologia da educação.

Aborda-se inicialmente a respeito da origem e a evolução do Ciclo de Políticas e a potencialidade de utilizá-lo como aporte teórico-metodológico na análise de políticas, neste caso, educacionais. A ACP é tida tanto como método, ou seja, enquanto abordagem metodológica de pesquisas no campo das políticas educacionais, quanto teórico. Sobre a parte teórica da ACP, uma das críticas a ela é que, a depender da política analisada, há a necessidade de um referencial teórico complementar, para que haja maior coerência e convergência na teorização. Ainda assim, ela por si só é um referencial teórico interessante no campo das políticas educacionais através dos contextos que a compõem.

Apesar de bastante controversa, a política de incentivo à implantação de escolas cívico-militares através do Pecim, ainda assim, é uma política educacional e por isso pode ser analisada a partir da ACP. A teorização metodológica fornecerá as

bases para se avaliar, criticar e entender o que está ocorrendo no Brasil conservador, como, por exemplo, ameaças à democracia e militarização de escolas públicas.

A seguir, discorre-se brevemente sobre o desenvolvimento da ACP, o papel do pesquisador em educação ao fazer uso da ACP, o compromisso ético no tratamento de dados, a importância da Lei de Acesso à Informação combinada com a ACP e a criticidade que se deve ter no tratamento de dados obtidos.

1.2.1 – Os Primórdios e o Desenvolvimento do Ciclo De Políticas: Uma Abordagem Teórico-Methodológica

Originalmente formulada pelos pesquisadores Stephen Ball e Richard Bowe no final da década de 80, o *Policy Cycle Approach* (Abordagem do Ciclo de Políticas) surgiu quando os dois sociólogos pesquisavam o processo de implantação do currículo nacional inglês. A ACP surge para lançar um olhar mais dinâmico e não linear sobre as políticas educacionais já que até a década de 80 as políticas eram vistas de maneira mais rígida, o que influenciava nas diversas categorias de análise à época.

Segundo Mainardes (2006): “No Brasil, no final da década de 1990, alguns trabalhos de Stephen J. Ball já eram citados”. O pesquisador aponta ainda que os primeiros estudos que citaram a ACP datam do início dos anos 2000, quando pós-graduandos da UERJ utilizaram essa abordagem em seus estudos (MAINARDES, 2006).

Os pesquisadores que desenvolveram a ACP conceberam a política educacional como sendo de origem complexa e dinâmica e que a maioria das abordagens teóricas da época eram muito lineares para acompanhar um campo tão dinâmico onde as políticas estão em constante (des)construção. Foi com essas reflexões em mente, que os teóricos propuseram uma nova abordagem analítica. Ainda há uma predominância na literatura científica brasileira de abordagens mais convencionais e lineares das políticas educacionais, sendo acentuadamente, incorporadas mais rapidamente do que as abordagens classificadas como críticas e dialéticas (MAINARDES, p.6, 2009).

Uma das vantagens de se utilizar o ciclo de políticas é o fato dela não ser estática, mas dinâmica e flexível. A obra de Ball (1992, 1994) tem uma característica

singular, pois, ela foi pensada não para ditar regras, mas para propor a reflexão. Para tanto, o leitor assume protagonismo ao ler, sendo assim, levado a tirar as suas próprias conclusões. Essa contribuição feita por Stephen Ball está baseada numa concepção pós-estruturalista e interdisciplinar, envolvendo diversos campos do saber.

De acordo com Ball (2013): Entretanto, para citar Foucault: Tudo o que faço, faço para que possa ser útil" (DEFERT e EWALD 2001, 911-912). O objetivo não é dizer às pessoas o que pensar, mas fornecer ferramentas com as quais é possível pensar. (BALL, 2013 p.282, tradução nossa).³ Portanto, a ideia do autor é que as pessoas tirem suas próprias conclusões, produzam reflexões e senso crítico. Desta forma, o pesquisador de políticas educacionais envolvido com a ACP tem um perfil mais engajado.

Ball (2011) define o ciclo de políticas como um instrumento heurístico, ou seja, é um método de análise de políticas flexível, uma tentativa de romper com os modelos lineares de análise política que imperavam na década de 90. Como mencionado anteriormente, a ACP é uma proposta teórico-metodológica e cada pesquisador pode fazer uma experiência de utilização e refletir sobre o seu uso e adaptá-lo da melhor forma possível à pesquisa.

A primeira formulação teórica culminou no desenvolvimento de um modelo de análise com três facetas, a saber: política proposta (oficial); política de fato (textos); política em uso (prática). A política proposta é caracterizada pela política oficial, isto é, as intenções das autoridades políticas, escolares, locais e de todo o campo onde a política emerge. Já a política de fato são os textos que normatizam as intenções (leis, decretos, portarias etc.) e geralmente passam pelo crivo das assembleias legislativas, senado, poder executivo etc. Já a última faceta é a política em uso, que como o próprio nome sugere, trata-se da prática no cotidiano das instituições e os discursos feitos após a implementação (MAINARDES, 2006, p. 49).

Pouco tempo depois da criação dessa tríade conceitual, Ball e Bowe (1992) rompem com essa formulação inicial por entender que a arquitetura teórica era rígida e que o processo político é um ambiente repleto de intenções e disputas, sendo, portanto, dinâmico. Ao analisar o que levou os teóricos ingleses a essa

³ "But to quote Foucault: 'Everything I do, I do in order that it may be of use' (Defert and Ewald 2001, 911–912). The point is not to tell people what to think, but to provide tools with which it is possible to think (BALL, 2013 p.282)."

mudança, Mainardes (2018, p.3) afirma que: “a linguagem utilizada apresentava uma certa rigidez que eles não desejavam empregar para delinear o ciclo de políticas”. Além disso, o processo político é fortemente marcado por tensões e grupos de interesse, o que gerou em uma nova formulação teórica, culminando no Ciclo de Políticas formado por contextos interligados.

É a partir da publicação do livro *Reforming Education and Changing Schools* (1992), que é apresentado um Ciclo de Políticas mais refinado e dinâmico, com especial atenção ao papel que os indivíduos que leem as pesquisas podem desempenhar, levando-os a desenvolver uma interpretação crítica que os levem a tirar as próprias conclusões. Para Mainardes (2018, p.3): “Nesse livro, eles (Ball e Bowe) rejeitam os modelos de política educacional que separam as fases de formulação e implantação porque eles ignoram as disputas e os embates sobre a política”. Nas primeiras tentativas teóricas, Bowe (1992, p.20) desenvolve o diagrama que demonstra que o ciclo é contínuo e os contextos do processo de formulação política estão inter-relacionados, podendo sofrer influências locais, nacionais e globais.

Resumidamente, o contexto da influência, nas palavras de Mainardes (2006, p. 51): “é onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos”. O contexto da produção de textos são os decretos, normas, em suma, textos jurídicos e pronunciamentos de agentes públicos, que nascem após debates de grupos heterogêneos ainda no contexto da influência e que findam no consenso após a superação e a unificação de diversos interesses. Já o contexto da prática é caracterizado como aquele onde ocorre a interpretação ou recriação das políticas que foram criadas. Segundo Mainardes (2018, p. 3): “esses contextos estão inter-relacionados, não têm uma dimensão temporal ou sequencial e não são etapas lineares. Cada um dos contextos apresenta arenas, lugares e grupos de interesse e cada um deles envolve disputas e embates”. Esses três contextos estão presentes em todo o processo político.

É mister destacar que não há hierarquia entre os contextos e que todos sofrem influência uns dos outros, aliás, essa é uma característica que irá contribuir para a formação de um ciclo dinâmico posteriormente, com o surgimento de mais dois contextos. Com o acolhimento e a análise de diversas críticas ao modelo proposto, Stephen Ball publica o livro *Education reform: a critical and post-structural approach* (1994), introduzindo mais dois contextos, a saber: o contexto dos

resultados (efeitos) e o contexto da estratégia política. O primeiro se volta para questões acerca da igualdade, da justiça e da liberdade individual; aprofunda-se a noção de que há efeitos para além dos resultados e a investigação empírica se volta para o impacto das políticas nos indivíduos e na (des)continuidade das desigualdades. Mainardes (2018, p. 3) afirma que:

Esses efeitos podem ser divididos em duas categorias: gerais e específicos. Os efeitos gerais da política tornam-se evidentes quando aspectos específicos da mudança e dos conjuntos de respostas (observadas na prática) são agrupados e analisados.

O segundo contexto, é caracterizado pela identificação das atividades sociais e políticas que “envolve a identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas que seriam necessárias para lidar com as desigualdades criadas ou reproduzidas pela política investigada”. (MAINARDES, 2018, p. 3). Fecha-se, assim, o ciclo proposto por Stephen Ball. É no contexto da estratégia política que o pesquisador pode dizer como poderia melhorar ou ser menos ruim uma determinada política educacional. A ACP possui uma base sempre aprofundada da política, logo, de natureza crítica, que tem como objetivo compreender as desigualdades sociais e em que medida a política a ser pesquisada gera e reproduz desigualdades, a crítica surge para ir de encontro ao *status quo* identificado.

A ACP possibilita uma pesquisa crítica que tem como potencial o seu uso estratégico para embates em situações sociais específicas. Conforme visto anteriormente, o fato de a abordagem não ser rígida permite também que o contexto dos resultados se relacione com o contexto da prática, e o das estratégias como da influência. Afirmar-se que também é possível que haja encontros entre esses contextos.

Sobre o contexto da produção de texto e da influência, em linhas gerais, estão interrelacionados. Na concepção de Ball (1992), o texto é a política que foi formulada e apresentada. Na ACP o processo político não é racional e organizado, é um processo confuso, desorganizado, por isso ele sugere a necessidade de o pesquisador ter consciência do conceito de política educacional que faz uso em um campo de tensões políticas vulneráveis a desestruturações. O pesquisador precisa ter clareza das concepções teóricas utilizadas, precisa ser coerente e coeso com elas.

Ainda sobre o contexto da influência, para exemplificar, pode-se pensar nos organismos internacionais, que, por sua vez, estão inseridos nesse contexto porque algumas políticas que estão em construção são também políticas globais, presentes nas propostas de organismos influentes como o FMI e o Banco Mundial, mas também é possível encontrá-los diluídos no contexto da produção dos textos porque fazem referências diretas ou indiretas ou se enquadram em exigências que remetem a conceitos e discursos presentes em organismos internacionais.

A essência da ACP é uma associação de ideias que requer uma leitura crítica e não ingênua, a política não é neutra porque se caracteriza por ser um campo de interesses e a análise da produção de textos pode identificar a influência dos organismos, que às vezes não está tão explícito. O conceito da influência por vezes aparece, mas é preciso fazer um processo de genealogia ou mapeamento das políticas para se chegar à origem que pode estar relacionada à proposta e aos discursos de grupos de interesses internacionais.

Uma outra inovação da ACP foi a inclusão dos profissionais da educação para a compreensão do funcionamento das políticas, desde a sua concepção até a prática no cotidiano escolar. Para que se possa fazer uma distinção dos níveis de envolvimento político dos profissionais que atuam no campo educacional, usam-se os dois tipos de textos apontados por Roland Barthes, que são: o prescritivo (*writerly*) e o escritível (*readerly*). A diferença entre os dois é que o primeiro limita o envolvimento do leitor com um caráter mais prescritivo e o segundo encoraja a participação do leitor com partes mais abertas, sendo, portanto, um coautor do texto e um intérprete criativo (MAINARDES, 2006, p. 50). Ball e Bowe (1992) defendem que os dois tipos de texto resultam do processo de formulação da política.

Com a publicação do livro *How Schools do Policy* (2012), Stephen Ball apresentou a Teoria da Atuação, partindo da premissa de que as políticas estão sujeitas a processos de recontextualização e recriação após a sua implementação, é como se o processo fosse contínuo mesmo após a suposta consolidação da política. Ao explicar a ideia que Stephen Ball quis desenvolver, Mainardes (2018, p.7) afirma que “a teoria da atuação oferece conceitos e elementos mais concretos para a identificação dos processos de interpretação e de tradução dentro de dimensões contextuais objetivas.

No contexto da influência, pode-se citar os discursos do presidente disponíveis em diversas plataformas, como aquelas presentes em programas

jornalísticos como o GloboNews e em redes sociais como o Twitter; discursos dos ministros de educação, para exemplificar, desde o polêmico ex-ministro da educação Abraham Weintraub até o ministro Milton Ribeiro; identificação de grupos parlamentares conservadores e defensores de uma educação militarizada; as influências neoliberais; o autoritarismo; o empresariado; as tendências globais ou globalismo; ONGs e movimentos como o “Escola Sem Partido” ou “Todos pela Educação”, etc. Essas influências podem ser tanto nacionais como globais, como a própria crise da democracia moderna, presente em vários países, extensamente analisada por Levitsky e Ziblatt (2018) no aclamado livro *Como as Democracias Morrem* e que atingiram a nação brasileira, mais acentuadamente, após os resultados das eleições do ano de 2022 para Presidente da República e o ataque aos três poderes da República Federativa do Brasil, ocorrido no dia 8 de janeiro de 2023.

No contexto da produção de textos intercalado com os demais contextos da ACP, para citar alguns exemplos, destaca-se nesta pesquisa: o decreto nº 10.004/2019, que institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares; a portaria MEC nº 2.015/2019, que regulamenta e consolida o modelo das escolas cívico-militares nos entes federativos; a portaria MEC nº 1.071/2020, que regulamenta a implantação das escolas cívico-militares; portaria MEC nº 40/2021, que altera alguns pontos da portaria 1.071/2020. No contexto local, ofícios, regimentos internos de Ecims, manual dos alunos, registro de infrações, planejamentos estratégicos, entre outros, obtidos através da Lei de Acesso à Informação, bem como portarias constantes no Diário Oficial do Estado do Acre servirão como parte do contexto da produção de textos para se compreender o processo de adesão ou criação de duas escolas, a escola Aldaci Simões da Costa e 15 de Junho, ambas situadas no município de Senador Guiomard no estado do Acre. Esses são alguns dos textos a serem incorporados ao referido contexto da ACP. A noção de texto na ACP é ampla, podendo-se incluir discursos presentes em redes sociais como o Twitter e vídeos como os disponíveis na plataforma YouTube. Muitas escolas cívico-militares também usam o Facebook e o Instagram para divulgar suas ações, podendo, portanto, servir como fonte para compreender o discurso e a rotina escolar.

No contexto da prática pode-se dizer que está presente nos municípios e estados que adotam a política de escolas cívico-militares, nos espaços ocupados

pelos gestores militares, trabalhadores da educação na organização militar e no ambiente escolar em funcionamento com toda a sua estrutura. É no contexto da prática que se observa o exercício de situações inconstitucionais como a aplicação de punições e uma doutrinação ao se excluir outras formas de pensar e impor regras comportamentais e, por consequente, reduzindo um espaço que deveria ser promotora de uma educação ativa que permita o desenvolvimento da criticidade das crianças e jovens que cursam a educação básica, sendo substituída pelo ufanismo e falso patriotismo.

Um dos méritos do ciclo de políticas é proporcionar uma compreensão profunda do delineamento da política implementada e suas consequências aos sujeitos diretamente e indiretamente envolvidos aos objetivos inicialmente traçados pela pesquisa. As teorias do discurso podem auxiliar no desenvolvimento da pesquisa principalmente por conta do aporte pós-estruturalista presente das teorias de Ball (1994). A abordagem de ciclos de políticas não é fechada, é uma proposta que convida para o posicionamento do pesquisador e do leitor, tornando-a assim uma interessante concepção teórico-metodológica no campo das políticas educacionais.

A ACP pode ser utilizada para a análise de diversas políticas públicas, não só o das escolas cívico-militares, como de políticas de avaliações em larga escala, políticas que versam sobre o currículo e qualquer outra política na área educativa. Uma questão importante é que quando se utiliza o ciclo de políticas, não é preciso refazer todo o caminho do contexto da influência e dos textos quando outros pesquisadores já fizeram (MAINARDES, 2018). Se, por exemplo, já houver uma pesquisa, sobre as escolas cívico-militares, que analisou os três primeiros contextos, pode surgir uma pesquisa para complementar o ciclo no contexto dos resultados e da estratégia política porque é um trabalho muito denso analisar todos os ciclos de uma só vez, ainda mais no mestrado, que leva em média até 2 anos para a conclusão de uma dissertação, sendo o primeiro ano marcado pelo estudo de disciplinas obrigatórias e alterações substanciais no projeto de pesquisa, tanto do objeto como dos objetivos. A revisão bibliográfica então ganha um novo dimensionamento e o pesquisador não parte do nada e aperfeiçoa ou dá continuidade a pesquisas cujas temáticas se entrelaçam ou dialogam.

Embora bastante abrangente, aberta e flexível, a ACP também tem limites porque isso é uma característica de toda teoria. Caberá estar atento à reflexividade

e à coerência teórico-metodológica para que venha a obter os resultados planejados. A clareza teórica é um elemento crucial nessa abordagem, inclusive o próprio Stephen Ball, em entrevista concedida ao pesquisador Mainardes (2018) revelou isso ao afirmar que “você pode desenvolver um arsenal de conceitos, técnicas e métodos de teorias diferentes, desde que tenha algum grau de coerência em seu trabalho (2018, p.167).” Para as políticas em geral, que estão fora do campo educacional, a ACP também pode ser usada, desde que com alguns ajustes.

Com a clareza teórico-metodológica, pode-se propor algumas questões sobre as escolas cívico-militares durante o processo analítico, como: 1) Quais são as influências e tendências presentes na formulação da política de implementação de escolas cívico-militares? 2) Há influências globais e/ou internacionais? 3) Há influências nacional e local? 4) Como a política de escolas cívico-militares foi concebida? 5) Há evidências de resistência individual ou coletiva? 6) Qual é o impacto da política de escolas cívico-militares para os grupos beneficiários? 7) Até que ponto as Ecims contribuem para a manutenção das desigualdades?

A presente pesquisa além de fazer uso da ACP, fez uso também de maneira conjunta da Lei nº 12.527/2011, popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação, para a obtenção de dados complementares que não estavam disponíveis no site do MEC. Sancionada pela presidente Dilma Rousseff em novembro de 2011, a Lei de Acesso à Informação é um marco democrático e um instrumento jurídico que fortaleceu a transparência pública. Em um tempo de tensão na relação entre os três poderes da República, ocasionado principalmente por declarações polêmicas por parte do senhor ex-presidente Jair Bolsonaro, a LAI é uma garantia democrática para a sociedade civil, um instrumento para dar segurança jurídica em tempos tão difíceis. Por fim, o cidadão exerce o direito de acessar qualquer informação cujo interesse é público.

Em conclusão, a junção da ACP com o uso concentrado de elementos jurídicos potencializa a obtenção de dados, ajudando no trabalho em desenvolvimento. Por exemplo, na elaboração do Apêndice B, com a lista de todas as escolas cívico-militares do Pecim implementadas no Brasil por cidades, a quantidade por estados, e até mesmo a modalidade pessoal ou recurso foi feito a partir de dados obtidos pelo autor da pesquisa através de duas solicitações encaminhadas ao MEC, uma em 2021 e outra em 2022. Os efeitos produzidos dessa combinação são interessantes e ainda pouco presentes em dissertações de

mestrado e até mesmo teses de doutorado, uma vez que foi possível observar escolar que aderiram ou iniciaram o processo de adesão em 2021, entretanto, por algum motivo, foram excluídas da lista de 2022. O percurso executado para a obtenção de um dado específico na esfera mais burocrática do serviço público também pode gerar reflexões importantes para a pesquisa como a recusa do poder executivo de fornecer a informação solicitada, sendo preciso o pesquisador se debruçar dos motivos inerentes à recusa de prestação de informação ao cidadão.

Feitas estas considerações sobre a metodologia da pesquisa que serão retomadas quando necessária ao percurso adotado no estudo, na subseção seguinte, descreve-se o papel do pesquisador em educação e sucintas críticas ou limitações conceituais ao Ciclo de Políticas.

1.2.2 – O Papel do Pesquisador em Educação e as Críticas ao Ciclo de Políticas

Um dos grandes problemas observados em pesquisas no campo educacional ainda é a inconsistência teórica e metodológica. Mainardes (2009, p. 7-8) apontou alguns dos principais problemas teórico-metodológicos em pesquisas no campo educacional, tais como: pressupostos teóricos confusos que sustentam uma análise; pouca articulação com o sistema social, político e econômico mais amplo; considerações insuficientes sobre as relações entre as políticas e o contexto histórico; pesquisas lineares, sem perspectiva crítica.

A formação do pesquisador para o campo da política educacional precisa ser fortalecida por meio do estudo de questões mais específicas, objetivos claros e adequação teórico-metodológica. Na medida que forem fortalecidas a formação, isso impacta o campo para ser cada vez mais consistente, até mesmo com os seus grupos de pesquisa. Todavia, o fortalecimento da formação do pesquisador deve passar por um grande pacto nacional, uma verdadeira polícia nacional de formação de pesquisadores, dado o cenário político entre os anos de 2018 e 2022, tal possibilidade ficou cada vez mais distante.

Salienta-se também que é preciso que o pesquisador explique a sua perspectiva epistemológica, desenvolver pesquisas verdadeiramente integradas onde há uma articulação entre todos os objetivos, o referencial teórico, a metodologia e as análises de conclusão, como discutiu-se anteriormente. O

pesquisador precisa estar atento e preocupado em verificar se sua pesquisa está coerente com a perspectiva metodológica assumida no trabalho de pesquisa.

As teorias de Stephen Ball têm um compromisso com os professores, as escolas e os movimentos educacionais. A análise precisa ser sempre engajada para atingir classes sociais distintas. O pesquisador que for utilizar a ACP precisa ter em mente esse engajamento. A trajetória de Stephen Ball é uma aula de humildade intelectual a ser seguida por todos os pesquisadores.

Em alguns contextos político-ideológicos favorecem para que o pesquisador tenha espaço de participação dentro da política podendo atuar como protagonista ao ser também produtor de políticas. A título de exemplificação, no período Lula e Dilma, os pesquisadores tinham uma participação mais ativa, contudo com um governo mais à direita, não. É possível que haja pesquisadores liberais ou neoliberais alinhados com o Governo Federal (2018-2022), até porque há funcionários do MEC à frente da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim) produzindo concepções teóricas que dão forma ao Pecim; porém, o seu espaço de participação é sempre hierarquizado e está subjugada a agentes mais fortes que não são, necessariamente, pesquisadores da área da educação e, ainda menos, educadores que conhecem a realidade do ensino básico, como o ideólogo Olavo de Carvalho ou, no caso dos Estados Unidos da América, Steve Bannon. Muitas vezes as pesquisas não chegam a influenciar as políticas voltadas para a educação. O governo escolhe determinadas abordagens mais adequadas à ideologia do momento, como se observou com as escolas cívico-militares. A história tem as suas fases, do que Voltaire chamou, na obra *O Ingênuo* (1767), de “crimes e infortúnios”.

Os pesquisadores são mobilizadores e ocupam vários espaços. Eles estão atentos a tentativa de diminuir os gastos em educação e de retirar direitos como a proposta do senador Márcio Bittar (MDB/AC), relator da PEC 186, que visava diminuir repasses e gastos obrigatórios da União com saúde e educação. Por causa da luta da sociedade civil, dos estudantes e dos pesquisadores, o relator recuou e retirou a proposta nefasta que prejudicaria a educação brasileira, já que os recursos do Governo Federal são uma das principais fontes de financiamento da educação nacional. Caso tivesse avançado a proposta, seria um retrocesso após a aprovação do aumento dos repasses do Fundeb aos estados e municípios. Se a sociedade não tivesse rapidamente se mobilizado, o Congresso Nacional, que no ano de 2022

esteve no centro de uma grande polêmica por causa da interferência do poder executivo nas eleições nas duas casas (câmara e senado), certamente a proposta teria sido aprovada. A sensação que se tem é a de que as políticas educacionais no Brasil perderam o caráter suprapartidário e viraram reféns de ideologias extremistas e que a amada pátria brasileira se esqueceu dos filhos presentes por todos os rincões de um imenso país.

Uma última reflexão sobre os pesquisadores é que poucas pesquisas chegam à sala de aula. Muitas chegam até o professor, até o diretor, até os pedagogos, mas não chegam à sala de aula. A publicidade continua a ser um grande desafio. É verdade que as pesquisas da academia não vão solucionar todos os problemas da educação, mas o engajamento do pesquisador em divulgar as pesquisas e até mesmo fazer uso de meios de comunicação de massa como o Twitter ou o próprio YouTube para se aproximar da sala de aula são caminhos que deverão ser explorados. O número de periódicos tem crescido no Brasil e há muitos espaços a serem ocupados por artigos, reflexões e pesquisas de diversos gêneros da literatura acadêmica brasileira. Já não basta produzir ideias, é preciso difundi-las. As editoras universitárias também possuem um papel estratégico na aproximação entre a academia e a comunidade, parceria esta que está nas entrelinhas de regimentos internos e até mesmo em editorias de diversas revistas acadêmicas espalhadas pelo Brasil.

O surgimento da ACP gerou muitos debates entre os intelectuais, mas não ficou imune a críticas como a de Bob Lingard (1996), que argumentou a necessidade de o ciclo de políticas ter uma teoria de Estado mais sofisticada e que numa perspectiva marxista a ACP carece de uma teoria de Estado mais clara. Para Mainardes (2006, p. 56-57): “Ball tentou oferecer uma solução para a lacuna teórica entre uma perspectiva neomarxista e uma perspectiva pluralista”. Outras críticas são: a ausência de uma perspectiva feminista; pouco engajamento com as questões neomarxistas; questões sobre os efeitos das políticas sobre gênero e raça. As críticas são válidas, entretanto, com a teorização dos dois últimos contextos que foram incorporados à ACP, o pesquisador pode incluir temas sobre feminismo, raça e gênero ao analisar os resultados e as estratégias e isso só ocorre porque a ACP é marcada pela pluralidade e pela flexibilidade, fazendo dela um instrumento heurístico.

A abordagem do Stephen Ball é pluralista porque embora seja estruturalista, ele também dialoga com outras perspectivas, o que talvez ajude a superar algumas das críticas feitas por Bob Lingard (1996). Ball (1998) oferece uma teorização combinada porque utiliza vários autores e várias perspectivas na sua elaboração e consegue desenvolver bem os trabalhos com base nesses diálogos (MAINARDES, 2009, p. 56-57). O pós-estruturalismo é consistente e muito distinto do marxismo e do materialismo histórico-dialético, são visões diferenciadas e é importante o pesquisador ter uma base de cada uma delas para evitar combinações inapropriadas. Precisa-se ter cuidado para que não haja uma sobreposição teórica que leva à incoerência. A pluralidade de Ball (1998) é a consolidação da despretensão de que sua teoria seja melhor ou pior do que outras ou que seja uma verdade absoluta.

1.3 – A ÉTICA NA PESQUISA E A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Como já foi dito anteriormente, a presente pesquisa além de fazer uso da ACP, fez uso também de maneira conjunta da Lei de Acesso à Informação. Um dos contextos que a LAI mais se aproxima, é o da produção de textos, onde consta a parte normativa produzida após disputas e acordos e até mesmo textos no sentido amplo do termo, incluindo discursos políticos, que expressam um consenso e unificação de interesses debatidos no contexto da influência (MAINARDES, 2006, p.51). Apenas para ilustrar, uma troca de e-mails entre instituições como o MEC e as Secretarias Estaduais de Ensino, que geralmente circulam em ambientes eletrônicos mais restritos, também podem fazer parte do ciclo de políticas. Embora pouco conhecidos do público leigo, em tese e na forma da lei, poderiam ser acessados por qualquer cidadão. Todos esses textos passam por processos de disputas até se chegar ao consenso por meio de sua publicação. A produção textual de textos normativos não é ingênua, é consciente e reflete várias influências que apareceram ao longo de sua elaboração. Todavia, ainda que qualquer pessoa possa ter acesso a determinados documentos, há uma questão ética no tratamento dos dados acessados. Embora o cidadão tenha direito à informação, no tratamento da informação, principalmente, por parte do pesquisador, deve-se ir ao encontro da ética na pesquisa, atendo-se desde reflexões sobre possíveis penalizações jurídicas

e até mesmo da involuntária exposição de indivíduos sem a sua expressa autorização.

Por uma série de fatores, desde uma calamidade pública como a pandemia do Covid-19, que diminui o espaço de acesso às instituições públicas e a distância física em que o órgão público que possui a informação que o pesquisador necessita, às vezes, acaba ocasionando uma dificuldade maior para a execução da pesquisa proposta. Não há dúvidas de que muitas dissertações em andamento entre os anos de 2019 e 2021, que precisavam de pesquisa de campo, foram prejudicadas, transformando-as, em sua maioria, em pesquisas bibliográficas e, no caso da ACP, promovendo um foco em um ou outro contexto, ainda que todos estejam interligados, já que a própria concepção teórico-metodológica afasta um entendimento linear e rígido, sendo, portando, uma abordagem heurística.

No dia 18 de novembro de 2011 é publicada a Lei Ordinária Federal nº 12.527, popularmente conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). A referida lei é um marco para a transparência pública e a democracia brasileira, facilitando o acesso à informação por parte do cidadão. Essa lei acabou por aproximar os indivíduos dos órgãos públicos.

A LAI entra em consonância com o princípio da publicidade da Administração Pública e, principalmente, regulamenta o Artº 5, inciso XXXIII da Constituição Federal, a saber:

“Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. (BRASIL, 1988)

Esta lei passou por um longo processo dentro do Congresso Nacional até ser sancionada pela presidente Dilma Rousseff. A LAI é um importante instrumento jurídico e uma grande oportunidade para acesso a dados que outrora levariam meses ou até anos para serem finalmente acessados, passando pela burocracia e a morosidade de instituições públicas brasileiras, que já possuem um denso volume de informação. Assim sendo, a LAI também é um marco democrático. Governos autoritários têm dificuldade de lidar com o fornecimento de dados guardados pelos verdadeiros guardiões da Administração Pública no Brasil: os servidores públicos.

Por temerem o vazamento de informações comprometedoras que gerariam uma verdadeira crise política, alguns governos são contrários às leis com um teor igual ou parecido com a LAI, ou até mesmo se valem de um dispositivo previsto na lei, legítimo portanto, ao decretar sigilo de até 100 anos e, muitas vezes, passando por cima do interesse público para beneficiar os seus próprios interesses.

O destaque que se faz à LAI, tem a intenção de esclarecer que esta pesquisa fez algumas considerações sobre a ACP e como ela é fortalecida através da LAI, fortalecendo o instrumento teórico-metodológico para o fornecimento de dados precisos sobre a educação pública, neste caso, o Pecim e seus impactos no Estado do Acre.

Todo cidadão tem constitucionalmente garantido o direito de acesso à informação como visto anteriormente. A LAI foi criada de maneira a possibilitar que toda pessoa possa ter informações dos órgãos públicos com a agilidade necessária através do estabelecimento de prazos e recursos. Assim como o Código de Defesa do Consumidor, a lei foi criada com uma linguagem relativamente simples para aproximar a legislação, muitas vezes marcada pela linguagem jurídica, das pessoas que não são do meio jurídico, como está claro no Art. 5º da referida lei: “É dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”. (BRASIL, 2011). Todos os órgãos públicos, por causa do princípio da publicidade, produzem uma enorme quantidade de informações de diversas naturezas em seus sites e outras plataformas oficiais como aquelas presentes nas redes sociais. Contudo, nem todas as informações são tornadas públicas, precisando-se, por vezes, acionar a LAI.

A LAI não serve somente para a Administração Pública Federal, pois, conforme o artigo 45: “Cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em legislação própria, obedecidas as normas gerais estabelecidas nesta Lei, definir regras específicas, especialmente quanto ao disposto no art. 9º e na Seção II do Capítulo III (BRASIL, 2011). Em outras palavras, os demais entes da federação também devem criar mecanismos para obedecer às regras gerais previstas pela Lei Federal. A título de exemplificação, o Estado do Acre regulamentou a matéria por meio do decreto nº 7.977 de 10 de junho de 2014, recebendo atualização normativa com a publicação do decreto nº 9.124 de 14 de junho de 2018. Se a pesquisa em andamento tratar de informações que podem ser obtidas somente através dos

estados e municípios, cada localidade deve ter um dispositivo normativo com teor parecido com a Lei Federal.

Uma das características nos pedidos da LAI é a clareza e a concisão, tanto na solicitação quanto na resposta. Dependendo da forma que a solicitação é feita, a comunicação formal com o órgão público pode ser prejudicada e o pedido não atendido. Quando isso ocorre, pode-se entrar com recurso detalhando melhor o pedido ou a solicitação através do recurso para instâncias hierarquicamente superiores para constatar a omissão da informação solicitada à alguma instância inferior. Supondo-se uma pergunta encaminhada ao MEC que diz: “Solicito informações sobre as escolas no Brasil”. Neste caso, o MEC até poderia escolher algum instrumento de avaliação em larga escala para atender de alguma maneira a este pedido. Contudo, nem mesmo uma delimitação temporal existe e a pergunta é muito ampla e genérica. No próprio site da Lei de Acesso à Informação essa observação é feita ao definir o que seria uma solicitação genérica:

“Solicitações genéricas: são aquelas em que o requerente não indica o período em que a informação foi produzida, o tipo de documento que deseja, o assunto a que se refere, de modo que o órgão não consiga identificá-lo de maneira precisa”. (BRASIL, 2022).

O ideal é que o pesquisador tenha clareza no período a ser considerado e tomar cuidado para não encaminhar pedidos a órgãos que não são competentes ou relacionados ao tópico principal da informação pedida. A solicitação se inicia com um cadastro em um site mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU) chamado Fala.Br, que é uma plataforma integrada de ouvidora e acesso à informação. Lá há duas possibilidades de acesso: um cadastro específico no site ou acesso com a conta Gov. O próprio site foi pensado para ser de fácil acesso, já que todo cidadão deve ter garantido o direito de pedir uma informação.

A CGU também mantém um painel de monitoramento⁴, que pode ser acessado por qualquer pessoa, com uma visão geral do status de pedidos recebidos, a porcentagem de perguntas respondidas, em tramitação e omissões.

⁴ Link para Acesso ao Painel da CGU: <http://paineis.cgu.gov.br/lai/index.htm>

1.3.1 – DADOS SOLICITADOS E OBTIDOS ATRAVÉS DA LAI ENTRE 2021 E 2022: Obstáculos e Facilidades

O primeiro contato que o pesquisador do presente estudo teve com o MEC através da LAI, ocorreu no dia 14 de setembro de 2021, por meio da Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação, denominado FalaBR⁵, mantido pela Controladoria-Geral da União (CGU). Na manifestação do pedido, solicitou-se acesso atualizado ao quadro de escolas no Brasil que aderiram e que estão aderindo ao Pecim. Em linguagem clara e objetiva, conforme preceitua a LAI, o pesquisador informou que de acordo com o site sobre o Pecim, a proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano, indagando o MEC as seguintes perguntas: 1) Quantas escolas já foram implementadas desde a inauguração do programa até o mês de setembro de 2021? 2) Quais foram as escolas? 3) Quanto de recurso já foi destinado?

O objetivo do pesquisador, nesta primeira solicitação, foi ter um panorama de funcionamento do programa em todo o Brasil e o investimento feito para que o projeto de pesquisa ganhasse forma. Por lei, o MEC tinha até o dia 04 de outubro daquele mesmo ano para fornecer os dados. A resposta veio no dia 27 de setembro, com o seguinte teor:

Prezado(a) Senhor(a), Cumprimentando-o(a) cordialmente e em resposta à demanda registrada, informamos que foram investidos, no ano de 2020, aproximadamente, R\$ 15 milhões e, em 2021, ainda não foram disponibilizados recursos. Segue anexo, documento Escolas PECIM. Atenciosamente, Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares - DECIM/SEB. Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC. (BRASIL, 2021)

Assim que o solicitante foi informado através do seu correio eletrônico que o MEC respondera seus questionamentos, partiu para uma análise dos arquivos, em especial, do arquivo em formato Excel. Ao analisar as colunas, apareceram os termos Recurso e Pessoal; além disso, no arquivo enviado não aparecia a escola “Cívico-Militar Wilson Barbosa”, localizada na capital do Acre - Rio Branco. Ante o exposto, o pesquisador decidiu entrar no dia 05 de outubro com recurso em 1ª instância, para que o órgão consultado prestasse um detalhamento e um

⁵ Link para Acesso ao FalaBR: <https://falabr.cgu.gov.br>

esclarecimento. O MEC tinha até o dia 13 de outubro de 2021 para encaminhar novas informações e, no último dia para responder, encaminhou a resposta a seguir:

Prezado(a) Senhor(a), Cumprimentando-o(a) cordialmente e em resposta ao recurso apresentado, informamos o que se segue. De acordo com as Portarias MEC nº 2.015/2019 e nº 1.071/2020, o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares possui duas modalidades de pactuação: I - Modelo de Disponibilização de Pessoal: o MEC disponibilizará pessoal das Forças Armadas para as Escolas Cívico-Militares (Ecim), e, em contrapartida, os estados, o Distrito Federal ou os municípios farão o aporte financeiro necessário à implementação do modelo nas escolas selecionadas; e II - Modelo de Repasse de Recurso: o MEC fará o aporte financeiro para as adaptações das escolas, e, em contrapartida, os estados disponibilizarão militares das Corporações Estaduais para atuarem nas escolas selecionadas, arcando com os correspondentes custos. Esclarecemos que a lista enviada contém as Ecim que participam do Programa. A Escola Wilson Barbosa, do Estado do Acre, não faz parte do Pecim. Atenciosamente, Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares - DECIM/SEB Secretaria de Educação Básica - SEB/MEC. (BRASIL, 2021)

Diante da esclarecedora resposta do MEC, o pesquisador deu prosseguimento à sua investigação, formulando, posteriormente, a partir de outros dados obtidos, o Apêndice B, com uma lista atualizada de escolas que aderiram ou iniciaram o processo de adesão ao Pecim. Esclarece-se que o motivo do equívoco do solicitante acerca da escola Wilson Barbosa é que ela possui em sua nomenclatura o termo “cívico-militar”, sendo, portanto, uma escola militarizada criada por meio Decreto nº 10.356, de 14 de dezembro de 2016, disponível no Diário Oficial do Estado do Acre, e, tendo seu funcionamento ocorrendo no ano de 2020, na primeira gestão do governador Gladson Cameli (2018-2022), reeleito no pleito eleitoral de 2022. Como os dados fornecidos até aquele momento eram suficientes, não houve mais a necessidade de recurso.

Com o avanço da elaboração do projeto de pesquisa para a produção do texto que seria apreciado pela Banca de Qualificação do PPGE/UFAC, o pesquisador concentrou seus estudos em dados quantitativos de quantos militares das Forças Armadas atuam no Pecim. Desta vez, o pedido foi endereçado ao Ministério da Defesa (MD), que juntamente com o MEC, auxilia as Ecims com o envio de militares da reserva. No dia 10 de agosto de 2022, o MD foi questionado sobre quantos militares do Exército Brasileiro da ativa ou da reserva estão atuando no Pecim e quantos voluntários pediram adesão por meio do Cadastro de

Voluntários para o Pecim. Pediu-se também a distribuição desses militares por regiões ou por estados do Brasil. No dia 28 de agosto, o Serviço de Informações ao Cidadão do Exército Brasileiro (SIC-EB) encaminhou o número de militares veteranos por estados da federação. Até agosto de 2022, são 472 militares veteranos. Constatou-se que no Estado do Acre não há nenhum militar das Forças Armadas atuando nas 5 Ecims acreanas.

No dia 10 de agosto de 2022, além do pedido encaminhado ao MD, um pedido similar ao feito no dia da primeira solicitação via LAI, ou seja: um quadro sobre o Pecim no Brasil, quantitativo de Ecims que aderiu ao modelo Recurso e ao modelo Pessoal; os investimentos realizados nos anos 2020, 2021 e 2022; isso permitiu a comparação e atualização dos dados; e, as escolas que estão em processo de adesão ao modelo. A resposta do MEC veio no dia 25 de agosto sendo bastante conclusiva. Com esses novos dados, houve um comparativo com a primeira solicitação, onde foi possível mapear o aumento nos gastos do Governo Federal (2018-2022) para atingir a meta do programa; e, atualizar o quadro de escolas que aderiram (Apêndice B) e as escolas que, por algum motivo, desistiram de aderir ao programa e as que estão em processo de adesão.

Nessa mesma data, começou o processo de solicitação de dados para compreender o processo burocrático que permitiu a implementação de Ecims no Acre, como o termo de adesão e outros ofícios trocados entre o Governo do Acre e o MEC. No dia 28 de agosto, o MEC encaminhou uma resposta bastante concludente, mas sem enviar os anexos. Como não houve recurso em tempo hábil por parte do solicitante, a tramitação foi encerrada. Após mais uma solicitação via plataforma FalaBR, solicitando o envio dos documentos de implantação ocorreu no dia 10 de setembro de 2022. No dia 29 de setembro de 2022 o MEC enviou 3 documentos compilados, cada um correspondendo a um ano de implementação (2020, 2021 e 2022) das Ecims. Os documentos abrangem documentos assinados pelo Governador do Acre, pelo Secretário de Educação em exercício em cada ano, ofícios, e-mails e termos de adesão, bem como outros registros relevantes no processo.

Com tantos dados que eventualmente poderiam ser sensíveis, como a lista contendo a assinatura de membros da comunidade escolar favoráveis à implementação de Ecims, o pesquisador precisou selecionar os documentos que de fato podem vir a público, em um criterioso trabalho de seleção textual que combina

a ética na pesquisa nos termos da resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, combinado com as publicações da Anped: *Ética na Pesquisa em Educação: Subsídios, Volume I* (2019), *Ética na Pesquisa em Educação: Subsídios, Volume II* (2021) e possíveis implicações jurídicas, ainda que todos os dados sejam de natureza pública, portanto, acessados de maneira legal via LAI.

A Controladoria Geral do Estado do Acre (CGE/AC) conta com um Serviço Eletrônico de Informação ao Cidadão (e-SIC)⁶ onde qualquer pessoa pode solicitar informações, conforme os preceitos da LAI. O sítio é uma alternativa ao FalaBR, ao possibilitar o encaminhamento de pedidos diretamente a um órgão estadual, como a Secretaria Estadual de Educação do Acre (SEE/AC). Enquanto aguardava-se a obtenção de dados do MEC, o pesquisador fez uso também do e-SIC, em pelo menos 5 oportunidades, algumas, inclusive, com obstáculos burocráticos como descrito nos próximos parágrafos. A utilização das plataformas FalaBR e e-SIC concomitantemente, permite uma maior probabilidade da obtenção de dados e, prazos diferentes, já que os agentes públicos que cuidam do fornecimento da informação podem encaminhá-la em datas diferentes dentro de um prazo limite nos termos da lei.

A abertura das primeiras solicitações via e-SIC ocorreu no dia 20 de setembro de 2022. A intenção dessa solicitação foi a obtenção de dados similares e/ou complementares aos que estavam em tramitação via plataforma FalaBR, de forma mais localizada através de um site mantido pela CGE/AC, a saber: quantitativo de escolas criadas no Estado do Acre; documentos de implementação e e-mails trocado entre o Governo do Acre e o MEC sobre as Ecims. A resposta conclusiva foi encaminhada no dia 04 de outubro com um relatório em formato PDF contendo os dados solicitados, cópia dos acordos de cooperação técnica e dos termos de adesão. A segunda solicitação, tinha por objetivo receber dados quantitativos de quantos Policiais Militares e Bombeiros Militares da reserva estão atuando nas Ecims. A SEE/AC pediu prorrogação do prazo, encaminhando a resposta no dia 03 novembro de 2022 (ANEXO VIII).

Com o aprofundamento da pesquisa e análise dos dados encaminhados tanto pelo MEC como pela SEE, o pesquisador encaminhou mais dois pedidos,

⁶ Link para Acesso ao e-SIC do Estado do Acre: <http://esic.ac.gov.br/>

respectivamente nos dias 14 e 17 de setembro. Eis a íntegra do pedido do dia 14 de setembro de 2022:

Olá, solicito informações a respeito do: A) quantitativo de alunos matriculados em cada uma das escolas cívico-militares do Estado do Acre (Ecims); B) quantitativo de estudantes que já concluíram o ensino fundamental e médio em cada uma das escolas cívico-militares desde de sua inauguração até o presente momento; C) Quantitativo de escolas públicas existentes no Estado do Acre; D) O total de estudantes matriculados na rede pública básica de ensino nas etapas ensino fundamental I, ensino fundamental II e ensino médio. (e-SIC, 2022).

Como se pode ver, a intenção do pedido realizado no dia 14 foi a obtenção de dados que ajudassem a compreender os impactos do Pecim por meio da quantidade de matrícula de alunos, para auxiliar na compreensão do contexto dos resultados. A resposta da SEE foi encaminhada no dia 02 de dezembro de 2022, em formato Excel (ANEXOS XII e XIII), sendo todas as perguntas respondidas. No dia 17 de setembro, mais um pedido foi encaminhado para a SEE.

Olá, solicito uma cópia do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas cívico-militares implementadas no Acre, a saber: a) Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Madre Adelgundes Beker em Cruzeiro do Sul; b) Escola Estadual de Ensino Fundamental 15 de Junho em Senador Guiomard; c) Escola Estadual de Ensino Médio Professor Adalci Simões da Costa em Senador Guiomard; d) Escola Estadual de Ensino Fundamental Joana Ribeiro Amed em Epitaciolândia; e, e) Escola Estadual de Ensino Fundamental Plácido de Castro. (e-SIC, 2022).

Esse pedido englobou todas as escolas, já que seria pouco viável em termos logísticos, ir *in loco* em todas as Ecims implementadas nos municípios do Acre, a extensão do pedido para além das escolas de Senador Guiomard, poderia enriquecer mais ainda a pesquisa. A obtenção desses documentos, foi a etapa mais burocrática enfrentada nesta pesquisa, pois, a primeira resposta da SEE foi encaminhada somente no dia 05 de dezembro de 2022, de maneira inconclusiva e sem atender ao pedido, sob a surpreendente afirmação de que a Secretaria Estadual de Educação não tem acesso ao PPP das escolas, por se tratar de um documento exclusivo de cada unidade escolar, e que o pedido deveria ser encaminhado para o Conselho Estadual de Educação, e que este último, por sua vez, não respondeu às solicitações feitas pela SEE.

Como a informação solicitada não foi encaminhada, visando a obtenção dos dados, entrou-se com recurso no dia 06 de dezembro, onde se sugeriu, respeitosamente, a observância e adoção dos seguintes fatos e medidas: 1) Se o Projeto Político-Pedagógico da Escola é um documento exclusivo de cada unidade escolar, hierarquicamente, através de sua Diretoria de Ensino ou outra diretoria ou departamento instituído pela lei estadual Nº 1.694/2005, a Secretaria pode solicitar da unidade escolar o encaminhamento de uma cópia, até mesmo para seguir com suas estratégias para elaboração de políticas educacionais que visam melhorar o ensino; 2) O CEE não pode ser diretamente contactado por meio do e-SIC, pois nem consta no rol de instituições a serem contactadas, já que ela aparece como órgão vinculado conforme a Lei estadual Nº 1.694/2005. Ademais, é oportuno lembrar que no CEE há um representante da secretaria, nomeado através do decreto nº 8383/2021, para o biênio 2021-2023. A CEE e a Secretaria Estadual de Educação devem, por força de lei, manter um canal de diálogo permanente, causando-se, portanto, estranheza o Conselho não encaminhar uma resposta à SEE até aquele momento.

Após a apresentação do recurso em primeira instância, mais uma vez, em resposta idêntica a encaminhada no dia 12 de dezembro de 2022, o pedido não foi atendido, logo, houve a necessidade de recurso em segunda instância, com teor da justificativa muito parecido com o recurso apresentado inicialmente. O recurso em segunda instância é encaminhado ao representante máximo do órgão, em outras palavras, ao Secretário Estadual de Educação. A resposta veio no dia 20 de dezembro de 2022, um dia após o prazo final; deferido o pedido, todos os documentos solicitados foram encaminhados.

Fazer uso da LAI não exclui a necessidade do pesquisador que trabalha com a ACP de ir *in loco* nas Ecims. Para exemplificar, com duas solicitações em mãos (ANEXO II) escritas e assinadas pela orientadora do mestrando, foi feita uma entrega formal aos gestores de duas escolas cívico-militares localizadas no município de Senador Guimard, distante cerca de 25 km da Capital Rio Branco, sendo elas: Escola Estadual 15 de Junho e Escola Estadual de Ensino Médio Professor Aldaci Simões da Costa. Essas duas escolas foram as escolhidas por serem próximas uma da outra, atendem prioritariamente o mesmo público, isto é, estudantes residentes em Senador Guimard; a primeira oferta a etapa do ensino fundamental e foi transformada em Ecim e a segunda, oferta a etapa do ensino

médio, tendo sido construída com a finalidade de ser uma escola militarizada ligada ao Pecim.

Por meio da visita realizada nas escolas do município de Senador Guimard, foi possível obter mais documentos que não foram alvos de solicitações feitas pela LAI como: documento com infrações diárias (Anexo III); registro de ocorrências (IV); termo de ajuste de conduta estudantil (Anexo V); manual do aluno; registros de imagens, por exemplo, de materiais proibidos e apreendidos com os estudantes; e relato dos gestores, tanto civis quanto militares, bem como outros elementos do cotidiano escolar. Entregar em mãos a solicitação também assegurou que, em caso de recusa do gestor da escola de fornecer dados como o Projeto Político Pedagógico e o Regimento Interno, houvesse um esclarecimento da negativa. Concomitantemente a visita às escolas, já havia por meio da LAI uma solicitação formal seguindo o rito jurídico para obtenção dos dados. Resumindo, o pesquisador aumenta as chances de obtenção de dados seja diretamente indo à escola e/ou por meio da LAI, por intermédio da Secretaria Estadual de Educação.

A ACP propõe uma leitura bastante crítica e jamais ingênua. Portanto, ainda que o pesquisador obtenha documentos essenciais para a pesquisa, é dever aprofundar a investigação, especialmente no contexto das influências, das amarras ideológicas que produziram tais dados, para não se cair no reducionismo que algumas avaliações em larga escala lançam sobre a educação básica, muitas vezes ignorando todo o trabalho feito para se buscar a qualidade da educação e justificar a criação de programas como o Pecim, já que a própria essência do aprender e ensinar é complexa e o efeito de determinadas políticas públicas educacionais levam anos até serem sentidas e, então, verdadeiramente estudadas e avaliadas. A propósito, a investigação de políticas educacionais, como o próprio Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, formalmente iniciada em 2019, impõe um desafio maior ao pesquisador, já que os seus efeitos serão sentidos mais acentuadamente com o passar dos anos, ainda assim, possíveis de serem analisadas.

O Estado, na figura das Instituições Públicas, possui vários dados disponíveis em seu veículo oficial, como sites e redes sociais, todos eles alicerçados no princípio da publicidade, cuja finalidade maior deve ser o eficaz atendimento ao cidadão. O próprio Pecim possui um site próprio acessível através do link <https://escolacivicomilitar.mec.gov.br/>. No site há informações relativas ao programa,

à legislação, às etapas, à notícias, à multimídia, à parceiros, contatos, hinos oficiais e até mesmo um menu contendo as chamadas boas práticas com reportagens e depoimentos colhidos em todo o Brasil diretamente das escolas que aderiram à esse modelo. Então, quando o cidadão solicita uma informação, é obrigação do Estado zelar pela sua disponibilização, algumas já foram tornadas públicas por causa do princípio da publicização, como as informações contidas no site do Pecim.

O fato de muitos dados já serem públicos, dispensa, em alguns casos o uso da LAI, que deve ser utilizado pelo pesquisador após uma extensa revisão bibliográfica sobre o assunto a ser pesquisado, ainda que em estudos incipientes por imposições temporais. Foi por conta disso, que o legislador elaborou a Lei nº 13.726/18, que trata da desburocratização e simplificação dos processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal para criar uma relação entre o Cidadão e o órgão público de maior eficiência. Além disso, os servidores têm por obrigação, como é de amplo conhecimento, a fé-pública. A Lei nº 13.460/2017, dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. No Capítulo II, acerca dos direitos básicos do usuário do serviço público, diz que:

Art. 5º - O usuário de serviço público tem direito à adequada prestação dos serviços, devendo os agentes públicos e prestadores de serviços públicos observar as seguintes diretrizes: II - presunção de boa-fé do usuário; IV - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de exigências, obrigações, restrições e sanções não previstas na legislação; e XV - vedação da exigência de nova prova sobre fato já comprovado em documentação válida apresentada. (BRASIL, 2017)

Quando um órgão público não presta o valor da publicidade, formando-se assim um processo burocrático de acesso à informação, parece comprovar o que o professor Hely Lopes Meirelles, em sua clássica obra “Direito Administrativo Brasileiro (2016)”, afirma sobre o surgimento da burocracia no serviço público ao citar palavras do ministro Hélio Beltão:

“A burocracia nasce e se alimenta da desconfiança no cidadão, na crença de que suas declarações são sempre falsas e que válidas são as certidões, de preferência expedidas por cartórios, com os importantíssimos carimbos e os agora insubstituíveis 'selos holográficos de autenticidade', sem os quais nada é verdadeiro” (MEIRELLES, p. 315).

Neste sentido, mais uma vez, tanto a LAI quanto a Lei da Desburocratização, tendem a ser valiosos instrumentos jurídicos de fácil compreensão a ser utilizado por pesquisadores, sobretudo da área da educação, proporcionando, assim, um poderoso instrumento, que junto com a Abordagem do Ciclo de Políticas, tende a produzir dados interessantes e até mesmo de teor mais denunciativo e participativo, quase como se o pesquisador fizesse parte dos contextos do ciclo de políticas, uma vez que a produção de texto ocorre sobre elementos que são objetos de pesquisa, revelando uma grande dinamicidade e complexidade.

Um outro aspecto sobre a LAI é que ela não deve ser usada para a produção de trabalho adicional ao órgão competente, ou seja, não se pode obrigar o agente público a produzir tabelas ou novos documentos, produção ou tratamento de novos dados. Ou seja, o trabalho de organização desses dados em tabelas ainda continua sendo atribuição do pesquisador, aliás, esse processo de tratamento dos dados demonstra claramente que não basta obter um conjunto de informações, a interpretação dos dados é uma responsabilidade do pesquisador, a partir de um conjunto teórico consolidado e constantemente ampliado e reformulado.

1.4 – ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Feitas estas considerações de cunho mais geral, mas de suma importância ao estudo por ser esclarecedoras do percurso que foi possível cumprir, a presente dissertação está composta por cinco seções.

Primeiramente, apresenta-se a introdução, onde se expôs o objeto de pesquisa e sua problemática esclarecendo alguns conceitos importantes para a compreensão do tema. Seguem as questões de estudo que nortearam à problemática, assim como os objetivos definidos a partir do que se pretendeu alcançar. Nela, tem-se também uma revisão da literatura acerca do processo de militarização das escolas, apresentando alguns autores e artigos fundamentais para a pesquisa, como dossiês, dissertações e teses; ainda é possível conferir a evolução de quantidade de pesquisas. Discute-se a importância da utilização da plataforma Capes no processo de revisão de literatura do projeto de pesquisa através da temática das escolas cívico-militares. O processo de pesquisa é uma etapa fundamental a ser realizada pelos pesquisadores. Muitos conhecimentos

sobre temáticas educacionais já foram produzidos e o pesquisador tem como dever selecionar as que melhor retratam e abordam a temática a ser pesquisada. A leitura atenta dos artigos, livros e periódicos, amplia o horizonte de compreensão do objeto de pesquisa. Para fechar a seção apresentamos o percurso metodológico adotado para realizar a pesquisa, fazendo destaque para utilização na pesquisa da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP) desenvolvida por Stephen Ball e Richard Bowe em 1992 com a publicação do livro *Reforming Education and Changing Schools* (1992). Em seus primeiros rascunhos teóricos, ainda que incompletos, já que outros dois contextos que formam a concepção atual da ACP seriam incluídos somente em 1994, isto é, o dos resultados e o da estratégia política; já é possível entender a relevância da sua proposta teórica porque se mostram multifacetadas e que acompanham as evoluções das políticas propostas. Lança-se assim um olhar teórico-metodológico sobre as políticas de implementação de escolas cívico-militares de forma não linear, pois, um princípio da ACP é superar a noção de etapas e promover a compreensão de uma abordagem onde os contextos dialogam e mutuamente são influenciados e por fim, damos destaque a importância da ética na pesquisa e da Lei de Acesso à Informação (LAI) que se constituiu em fonte importantíssima para o esclarecimento de questões suscitadas pela pesquisa com a obtenção de dados complementares que não estavam disponíveis no site do MEC.

Na segunda seção, intitulada “*As origens do Ensino Militar e sua repercussão no Brasil*” aborda-se os antecedentes do ensino militar no Brasil com uma breve introdução histórica que visa explicar sucintamente o surgimento de instituições de ensino para a formação, num primeiro momento, de agentes que cometem a chamada violência legal para a manutenção dos interesses do Estado desde a defesa até a garantia de execução de leis; após isso, apresenta-se como as primeiras instituições de ensino estavam ligadas ao estudo da engenharia e formação de soldados no Brasil colônia, passando desde os dois reinados, a Proclamação da República, a Era Vargas, o regime militar e a redemocratização. A seção encontra-se dividida em quatro subseções que em suas linhas gerais abordam o avanço do conservadorismo no Brasil e a Nova Direita, a composição governamental formada pela massiva presença de militares, os polêmicos ministros da educação do Governo Bolsonaro (2018-2022) e os mitos criados acerca da vacinação como parte de uma narrativa perigosa para a nação brasileira, bem como

o uso de notícias fraudulentas para disseminar a desconfiança da população com outros poderes da República, colocando em dúvida o sistema democrático.

Na Terceira seção, intitulada “As Escolas Cívico-Militares à luz do ciclo de políticas” trazemos uma discussão sobre elementos do processo de elaboração do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares por meio dos contextos da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), enfatizando a situação de (i)legalidade da política de escolas cívico-militares no ordenamento jurídico brasileiro e os projetos de lei sobre o Programa em tramitação no Congresso Nacional.

Na quarta e última seção intitulada de: “*A Implementação das Escolas Cívico-Militares no Estado do Acre*”, as atenções se voltam para a implementação das primeiras escolas cívico-militares no Estado do Acre com um breve contexto que deu origem as escolas militarizadas e o processo de criação e transformação de escolas da rede estadual para se adequarem ao modelo do Pecim, tendo como plano de fundo as convergências do cenário da política acreana com o Governo Federal. Na seção situamos dois contextos do Ciclo de Políticas, sendo eles, o da influência, dissertando acerca da construção da política que deu origem às escolas cívico-militares bem como de influências nacionais e internacionais; e o da produção de textos, mapeando os atos normativos e seus conteúdos. Discutimos como o programa nacional de implementação de escolas cívico-militares se expandiu pelo Brasil, as justificativas para as suas criações e análise de algumas escolas que aderiram a esse modelo. Em seguida, aprofunda-se sobre os principais aspectos da política das escolas cívico-militares, como o apoio de militares à gestão escolar e à gestão educacional e incentivos financeiros para a adesão de municípios, isto é, um recurso a mais além daqueles gastos discricionários previstos na Constituição Federal, como o novo Fundeb. Ainda, analisa-se como a gestão escolar formada por militares acaba por se tornar uma política de cooptação de jovens para um mundo mais ufanista, com patriotismo exacerbado e interferências na gestão democrática e da liberdade de ideias. Após isso, discute-se o impacto da pandemia do Covid-19 nos planos de expansão dessa política educacional pensada pelo governo federal (2018-2022) e a defesa pela democracia, que vive um de seus momentos mais críticos após a redemocratização.

Por fim, as considerações finais consolidando as reflexões que foram obtidas ao longo da pesquisa.

2 – AS ORIGENS DO ENSINO MILITAR E SUA REPERCUSSÃO NO BRASIL

“A disciplina militar prestante não se aprende, senhor, na fantasia, sonhando, imaginando ou estudando, senão vendo, tratando e pelejando.” – Camões, Os Lusíadas.

A presente seção aborda, concisamente, as origens do ensino militar, desde a necessidade de formação de um agente para fazer cumprir os interesses do Estado e promover garantias de aplicação das leis até as primeiras instituições militares. A partir da compreensão da gênese do militarismo, traçou-se uma relação entre a origem da formação de militares, passando pela primitiva presença de militares com poder de decisão nos rumos do Estado, como na cidade-Estado Esparta e pela origem do Estado moderno apoiado nas ideias de Norberto Bobbio. Discute-se o cenário europeu que priorizou a formação de soldados para trabalhar em fortificações e defender tanto os interesses dos Estados como a manutenção de uma ideologia expansionista para a conquista de novos territórios para o aumento do poderio econômico. O objetivo da seção foi mapear as origens das instituições militares portuguesas que repercutiram no Brasil colônia, passando pela elevação do Brasil em Reino Unido e a formação dos primeiros Colégios Militares e como essas instituições serviram de inspiração para o discurso de disseminação desse modelo no ensino público básico brasileiro por meio do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.

2.1 – BREVE HISTÓRICO SOBRE AS ORIGENS DO ENSINO MILITAR NO MUNDO E SUA IMPORTÂNCIA

Um dos principais motivos que explicam o desenvolvimento da espécie humana está nas transformações feitas na natureza para atender às suas necessidades. A agricultura é um exemplo desse processo de utilização do meio ambiente para garantir a sua subsistência e de seus familiares. O período neolítico, ocorrido há mais de 7.000, caracteriza-se, além de técnicas rústicas de agricultura, pela domesticação de animais; o desenvolvimento da cerâmica; a formação de aldeamentos e, principalmente, a origem dos Estados (BURNS, p. 2 2005). É a partir da agricultura, que surge a figura da propriedade e das primeiras formas de trocas comerciais.

Nos primeiros acordos realizados entre indivíduos, surge a figura do direito, mesmo nas sociedades mais primitivas na ótica da história contemporânea há a presença de elementos de direito através de regras estabelecidas oralmente. Onde há a presença do ser humano, há a presença do direito (MARTINS, p.2, 2006). A existência do direito, da figura da propriedade e de trocas comerciais são componentes que ajudarão na criação de elementos que formarão o que hoje em dia se chama de Estado.

As primeiras criaturas sociais e ancestrais do homem moderno surgiram num período anterior ao paleolítico, no chamado período paleolítico inferior, que cobre um período de mais de 2 milhões de anos antes de Cristo. Nesse período, o *Homo Habilis* fez uso de objetos rústicos para sobreviver por meio da caça através da cooperação, o que afasta a falsa ideia de que o uso de armas rústicas levasse um ser a matar o outro. Para Burns (2005): “o mais provável é que somente depois do surgimento da agricultura e do pastoreiro – mais de um milhão de anos depois – é que os seres humanos começaram a se guerrear pela posse de territórios.” (BURNS, 2005, p.6).

Apesar de acordos e delimitações criadas nos primórdios de maneira verbal, principalmente para promover a cooperação, os primeiros agrupamentos que formaram pequenas sociedades não estavam imunes a conflitos e a confrontos, mais acentuadamente no período neolítico.

É curioso observar que a interação social presente no período paleolítico é o que levou ao uso da linguagem conforme apontado pelo historiador Edward Burns (2006). Essa interação entre os indivíduos através da língua cria relações de poder, o que o sociólogo Pierre Bourdieu (1989) chama de poderes simbólicos, que é o poder exercido com o consentimento dos indivíduos (BOURDIEU, p.10, 1989).

Maneiras de se manter a segurança tanto jurídica, ou seja, dos acordos firmados, bem como da comunidade, foram elaboradas. Com o rompimento das sociedades primitivas cujo cerne estava no grau de parentesco e na união de grupos familiares, surge a figura do Estado, para Norberto Bobbio (2005):

O Estado, entendido como ordenamento político de uma comunidade, nasce da dissolução da comunidade primitiva fundada sobre os laços de parentesco e da formação de comunidades mais amplas derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna (o sustento) e externas (a defesa). (BOBBIO, 2005, p.73)

A preocupação com a segurança dos indivíduos e a necessidade de centralização do poder, criou formas primitivas de Estado, que se aproximam da noção que se tem hoje do que ganhou forma teórica a partir das contribuições da organização política presente na Grécia Antiga. Com a possibilidade de se ter garantias de que seus direitos, ainda que elementares do ponto de vista contemporâneo, não seriam violados e que a norma jurídica primitiva seria cumprida, surgem as primeiras formas do que, posteriormente, ficaria conhecido como militarismo, em especial, por causa da cidade-Estado conhecida como Esparta.

A criação do Estado no período neolítico foi uma maneira de organizar uma sociedade em um território específico, com um governo efetivo, independente e livre de controle externo. Para BURNS (2005, p.13): “a essência do estado é o poder de fazer e executar leis, e de preservar a ordem social pela punição daqueles que infringem essas leis.” Assim, a manutenção da ordem na figura do Estado fez surgir a necessidade de agentes que possuam o poder para tal, que incorporem a figura do Estado para garantir o cumprimento do direito e, por conseguinte, da manutenção da sua ordem política e administrativa.

Com a crescente demanda de se manter a segurança, surgiu a ideologia militarista. Um dos primeiros exemplos de militarismo foi a cidade-Estado Lacedemônia cuja capital foi Esparta. No quadro de evolução política das cidades-Estados, Esparta foi uma exceção porque em termos democráticos não conseguiu muita evolução, mas se tornou uma verdadeira potência militar e entrou para a história como um dos Estados mais conservadores, sendo inclusive comparável a uma moderna ditadura plutocrática (BURNS, 2005, p.96,).

O poderio militar e a rígida educação que os lacedemônios passavam fizeram daquele povo uma verdadeira potência como sendo o maior exército da Grécia antiga, obtendo diversas conquistas ao anexar novas regiões e, por conseguinte, expandindo-se e criando formas territoriais, mesmo Esparta não tendo tido avanços de ordem democrática e uma falta de progressão econômica após o século VI a.c. O foco militar provocou uma estagnação cultural. Para Burns (2005) “grande parte do atraso cultural de Esparta nasceu da atmosfera de repressão, resultado inevitável da violenta luta para conquistar os messênios e mantê-los sob severa sujeição” (2005, p.96). Observa assim, que a repressão, o excesso de ideologia militarista,

acabou por minimizar manifestações culturais e em certa medida até o livre exercício do pensamento das classes mais baixas, um cenário bastante divergente daquele presente em Atenas antes da Guerra de Peloponeso.

No período da Guerra do Peloponeso, surge a figura de um general do exército ateniense chamado Tucíades, que após a derrota de Atenas passou mais de 21 anos exilado e elaborou textos que se tornaram verdadeiros marcos para a compreensão de conflitos, investigando desde o comportamento militar dos soldados, até as motivações que levaram à guerra. Arraes e Gehre (2013) afirmam que:

Tucíades associou o medo e a mudança na balança de poder como a causa subjacente da guerra entre atenienses e espartanos. Com medo de perder o papel proeminente no mundo helênico, Esparta reforçou-se militarmente e forçou alianças com outras cidades-Estados – como a ilha de Melos –, preparando-se para enfrentar os atenienses. Atenas, por sua vez, sentiu-se afrontada e identificou uma perda de poder em favor de sua rival Esparta. Logo, o crescimento do poder de Atenas alimentou o medo espartano, levando a uma corrida por alianças e armamentos dos dois lados que finalmente desembocou em uma guerra. (ARRAES & GEHRE, 2013, p.5).

As reflexões de Tucíades serviram como um dos primeiros tratados acerca da natureza das Relações Internacionais bem como da guerra e organização das cidades-Estados (Arraes & Gehre, 2013, p.7). Além disso, seus escritos chegaram até o filósofo e diplomata Nicolau Maquiavel. Nos séculos XVI, XVII e XVIII, deflagaram-se diversos conflitos entre as nações, que culminaram no surgimento de tratados que ajudaram no desenvolvimento da diplomacia moderna, como o de Münster e Osnabruque, também conhecido como Paz de Westfália, assinado em 1648, considerado como marco inicial do Direito Internacional moderno; sucedido pelo Congresso de Viena e o Tratado de Versalhes. De acordo com Távora (2016, p.22): “O tratado de Westfália (...) fortaleceu a ideia de soberania, consolidou a necessidade de paz duradoura entre as potências e, por tudo isso, é considerado por muitos, como o marco inicial do Direito Internacional.” No campo jurídico surgia uma forma diplomática para se resolver conflitos, fazendo com que o foco de instituições militares de ensino tomasse novos rumos.

O período da Alta Idade Média ficou marcado pelo aumento de Milícias Europeias, exércitos formados por tropas mercenárias e contratados por príncipes que foram decisivos na participação de diversos conflitos na Europa. O período das

grandes navegações proporcionou a expansão ibérica, sobretudo dos reinos de Portugal e Espanha. No período da idade média, predominava as Companhias, que eram formas de unidade militar.

Entre os anos de 1500 e 1514, foram criadas pelo rei português Dom Manuel I as chamadas Ordenanças. Foi no reinado de Dom Manuel I que ocorreu, na questionável visão eurocentrista, a “descoberta” do Brasil. Entrava-se assim num período de grandes explorações marítimas, com o domínio e expansão territorial das nações ibéricas. Apesar das relações diplomáticas estabelecidas entre os reinos, isso não foi o suficiente para evitar conflitos armados como os que ocorreram no período em que o português Fernão de Magalhães navegou em busca de novas rotas que levassem às Índias em nome da coroa espanhola.

Durante o reinado de João III, em 1525, é criada a “Escola de Vila Viçosa”, pelo 5º Duque de Bragança, D. Teodósio. Nesta escola havia aulas de humanidades, esgrima e equitação, disciplinas essenciais para quem almejava seguir a carreira militar. A necessidade em criar verdadeiros exércitos passou a ser uma preocupação maior para manter a proteção e interesses de vários monarcas. O próprio filósofo Nicolau Maquiavel, em seu livro *O Príncipe*, publicado em 1532, já alertava acerca da necessidade de os soberanos não dependerem de milícias e soldados mercenários, diz ele que:

(...) as armas com as quais um príncipe defende o seu Estado ou são próprias, ou são mercenárias, ou auxiliares, ou mistas. As mercenárias e as auxiliares são inúteis e perigosas e, se alguém mantém o seu Estado baseado nessas armas, não estará nem firme nem seguro, pois elas são desunidas, ambiciosas e indisciplinadas, infiéis, valentes diante dos amigos e covardes diante dos inimigos. Mercenários não temem a Deus e não são fiéis aos homens, e a destruição é adiada tanto quanto o ataque, pois quando há paz se é roubado por eles e quando há guerra se é roubado pelo inimigo. (MAQUIAVEL, 2011, p. 97-98,)

Àquela época, Portugal desfrutava de um exímio conhecimento do mar, disciplinas como geografia, ciências e cosmografia eram essenciais para a formação de novos marinheiros. Assim, influenciada pelo notório conhecimento do matemático e astrónomo Paulo Nunes, em 1559, foi criada a “Aula do Cosmógrafo-Mor”, responsável por formar pilotos e outros oficiais de bordo, sendo assim, considerada a antecessora da Escola Naval de Portugal (PORTUGAL, 2022, p.1.).

No dia 13 de maio de 1641, o rei D. João IV, publica a “Aula de Artilharia e Esquadria, considerada a primeira escola de ensino superior militar em Portugal, fundada por Luís Serrão Pimentel e destinava-se tanto ao ensino teórico como prático dos artilheiros ou bombardeiros da nómia (BORGES & CANAS, 2005).

Com a eclosão da Guerra da Restauração e da Independência portuguesa, o sucessor de Filipe II, João IV, criou em 1647 a “Aula de Fortificação e Arquitetura Militar”. Com a independência portuguesa, foi necessário reformular o exército e criar um espaço para formação de soldados, posteriormente, passou-se a designar-se por “Academia Militar da Corte”. Nessa instituição localizada em Lisboa, ensinava-se Matemática, Fortificação e Castrametação⁷, três disciplinas que promoveram tanto o ensino superior militar quanto o ensino de engenharia. O período de maior acirramento entre as disputas entre Portugal e Espanha, exigiu ações por parte da coroa portuguesa, conforme Pirassinunga (1958):

Por essa época, a situação do Brasil em um Continente ainda jovem e já reconhecido riquíssimo, as lutas entre Portugal e Espanha e a cobiça de nações de reconhecido valor marítimo que, para ampliar seus domínios, visavam o Continente Sul-americano, fizeram com que as vistas da metrópole se voltassem para a efetuação da defesa do grande litoral brasileiro. É assim que vemos, em curto espaço de tempo, as fortificações se erigirem de norte a sul, como a mostrar aos povos cobiçosos que Portugal também prezava e garantia a posse do que era seu. (PIRASSINUNGA, 1958, p.7).

No Brasil colônia, foi criado em Salvador a Escola de Artilharia e Arquitetura Militar em 1696 e, dois anos depois, em 1698, na cidade do Rio de Janeiro, a Aula das Fortificações e Arquitetura. Esses são os primeiros vestígios de ensino militar em solo brasileiro. Em janeiro de 1694, chegava nas terras brasileiras o engenheiro Gregório Gomes Henriques, ocupando o posto de Capitão-Engenheiro da Capitania do Rio de Janeiro. Ele seria, poucos anos depois, responsável pelas primeiras aulas de fortificação e desenho em território nacional.

A 20 de julho de 1701, durante o governo de Dom Pedro II de Portugal, foram criadas as chamadas “Academias de Fortificação”, nas províncias, com destaque para a de Viana do Minho e, posteriormente (1732), para as de Elvas e Almeida (BORGES,2004, p.15,). Destaca-se, que dois anos antes, o rei criou a Aula de

⁷Arte e técnica de escolher, medir e preparar terreno para a construção de acampamento ou fortificação. (HOUAISS, 2008)

Fortificação, no Brasil, através da carta Régia, datada do dia 15 de janeiro e direcionada ao Governador e Capitão-General do Rio de Janeiro. As aulas ficariam sob responsabilidade do engenheiro Gregório Gomes Henriques (PIRASSINUNGA, 1958, p. 10). As aulas incluíam a arte de desenhar e de erigir fortificações; um fato curioso é que demorou quase um ano para que houvesse a entrega de materiais didáticos, fundamentais para as aulas de engenharia: “Para que a aula tivesse princípio, carecia o Governador de ter em mão os livros e instrumentos necessários ao ensino, os quais até fins de 1700 ainda não haviam chegado do Reino.” (PIRASSINUNGA, 1958, p. 11).

A adaptação de ensinamentos vindos da Europa parece um tanto quanto ineficaz nessas primeiras tentativas de implementar um ensino militar no Brasil pela falta de engenheiros e pela demora em receber livros que ensinassem as técnicas e conhecimentos para levantar fortificações, tão importantes para o Brasil colônia, principalmente após as incursões militares holandesas na região Nordeste.

No dia 07 de março de 1761, em Lisboa, criou-se o “Real Colégio dos Nobres”, uma instituição de ensino superior, destinada a formar os oficiais de Infantaria e Cavalaria, enquanto a “Academia Militar da Corte” ficava com o encargo de formar os oficiais de Artilharia e Engenharia. Conforme o próprio nome, o estabelecimento de ensino era frequentado pela aristocracia portuguesa. O local onde foi criado outrora serviu como um noviciado jesuíta chamado Casa do Noviciado de Cotovia. O noviciado funcionou entre 1619 até 1756, ano de expulsão dos jesuítas. A presença da aristocracia continuará, inclusive durante o Brasil Império e República, já que até hoje o ingresso em colégios militares é feito, preferencialmente, através de dependentes de militares.

Em 1779, por meio da Carta de Lei de 5 de agosto de 1779, é criada a “Academia Real de Marinha”, da rainha D. Maria I (na dependência da Secretaria da Marinha), instituição que preparava oficiais para a Marinha e o Exército, tendo, entretanto, sido extinta a “Academia Militar da Corte”.

Através do Decreto de 14 de dezembro de 1782, da Rainha de Portugal D. Maria I, criou-se a “Companhia dos Guardas-Marinhas”, organizando uma estrutura destinada ao enquadramento e instrução militar dos futuros oficiais de Marinha, sendo a formação acadêmica obtida na Academia Real de Marinha. Portanto, sendo esta, a origem da Escola Naval da Marinha do Brasil.

Em 1790 é criada a “Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho” (ARFAD), por Carta de Lei de 2 de janeiro, da rainha D. Maria I. Os professores eram equiparados em honras e vencimentos aos da “Academia Real de Marinha” e da “Universidade de Coimbra”, os cursos eram de 3 e 4 anos e os candidatos faziam os preparatórios na “Academia Real de Marinha” (CANAS & BORGES, 2005). De acordo com o Doutor Montalvão Machado, foi “a primeira escola verdadeiramente científica destinada ao ensino superior das matérias que interessavam ao oficialato do Exército português”.

Em 1808 é criada a “Academia Real dos Guardas-Marinhas” no Brasil. Funcionando entre 1808 e 1822; a academia foi criada por ocasião da vinda da família real portuguesa em decorrência das guerras napoleônicas que culminou com a invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte. A 4 de dezembro de 1810 é criada no Brasil a “Academia Real Militar do Rio de Janeiro”, destinada a formar oficiais de artilharia e de engenharia. Ressalta-se que essa Academia surgiu logo após a inauguração da Academia fundada em 1793, pelo Conde de Resende, destinada a formar oficiais de artilharia e de engenharia.

2.2 – DAS PRIMEIRAS INTUIÇÕES DE ENSINO MILITAR NO BRASIL A CRIAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Em 1816, D. João VI eleva o Brasil a Reino, formando assim o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Há exatos 200 anos atrás, em 1822, ocorre a independência do Brasil, proclamada pelo príncipe Dom Pedro, que passaria a ser o primeiro imperador do Brasil com a alcunha de Pedro I do Brasil e, após a morte de D. João VI, passaria a ser o Rei de Portugal, com o título de Pedro IV de Portugal.

O rompimento com o Reino Português foi um processo conturbado e marcado por disputas políticas que mantiveram os privilégios das elites, especialmente as agroexportadoras. Desde a sua independência, a nação brasileira passou por processos de estabelecimento de formação de uma democracia, golpes de estado e, principalmente, um fortalecimento das forças armadas em diferentes momentos históricos que foram decisivos para os rumos do país.

O processo de independência do Brasil foi um momento de consolidação da identidade nacional. Já de início, o Brasil nasce com uma dívida externa por não ter recursos suficientes para indenizar Portugal. Entre os portugueses, Pedro IV ficaria

conhecido como o Rei Soldado, por ter sido um líder que lutava ao lado das tropas, comportamento atípico em um soberano. Foi durante o reinado de Dom Pedro I, que se intensifica no Brasil o sentimento de uma identidade nacional, sendo necessário, a consolidação de uma força policial para praticar a violência legal em nome do mais novo Estado.

Com a Independência do Brasil em 1822, instalou-se o sistema de governo monarquia constitucional. O fato de ser constitucional talvez ajudasse a implementar no Brasil uma forma de governo democrata, principalmente com a publicação da primeira constituição em 1824, que perdurou nos dois reinados.

Com a partida de Dom Pedro I, tivemos o chamado Golpe da Maioridade, em que o herdeiro legítimo ao trono, Dom Pedro II, em uma manobra parlamentar, foi emancipado para poder assumir o trono e, acima de tudo, promover a integridade nacional e inibir movimentos separatistas durante o Brasil império. Houve no Brasil um período de relativa normalidade institucional e liberdade de imprensa, com a presença de jornais que já pregavam até mesmo o republicanismo. Para o historiador Boris Fausto (2012):

A participação de oficiais do Exército no governo foi significativa até a abdicação de dom Pedro I. A partir daí, a importância dos militares decresceu cada vez mais. A presença da tropa nas agitações populares, após a Independência, contribuiu para que a instituição fosse olhada com desconfiança. (FAUSTO, 2012, p. 197).

Foi durante o segundo reinado que os militares começaram a ganhar força por causa da Guerra do Paraguai, um dos conflitos mais sangrentos das Guerras no continente sul-americano, que até hoje ainda são sentidas e usadas politicamente no Paraguai. Conforme Conceição (2003):

A Guerra do Paraguai foi o ponto de partida para a estabilidade e coesão interna do Exército, constituindo-se, este, numa organização de forte força política, numa espécie de partido. Daí que, em qualquer circunstância importante para os rumos do país, sempre se buscou os militares como favor decisivo. (CONCEIÇÃO, 2003, p.50)

Embora o exército brasileiro tenha sido o grande protagonista da guerra ao conquistar a vitória, houve o enfraquecimento de Dom Pedro II com a difusão de ideários republicanos dentro dos quartéis. Já a Marinha do Brasil, permaneceu fiel ao imperador, sendo em sua maioria contrária ao Golpe de Estado. A marinha,

diferentemente do exército, gozava de prestígio junto ao imperador. Para Boris Fausto (2012):

A Marinha, pelo contrário, recebeu muitas atenções, sendo vista como uma corporação nobre, até porque havia incorporado oficiais ingleses, nos primeiros anos da independência. Apesar dessa desigualdade de tratamento, o quadro de oficiais do Exército teve características de elite até 1850. (FAUSTO, 2012, p. 197)

Segundo Conceição (2003, p.13): “de maneira geral, a América Latina entrou no século XX com seus exércitos definitivamente incorporados à cena política, sejam como forças predominantes, sejam como árbitros poderosos.” Os militares não estavam apáticos com os acontecimentos políticos do país, muito pelo contrário, estavam atentos aos movimentos políticos e conscientes de suas funções no organograma da Organização Político-Administrativa do Brasil.

O ano de 1853 foi marcante para a história dos Colégios Militares no Brasil porque foi nesse período que o futuro Duque de Caxias, então Marquês, propôs ao Senado a criação de um colégio militar, o que, surpreendentemente, foi negado pela casa legislativa. Já em 1857, o General Polidoro Quintanilha Jordão, então comandante da Escola Militar da Praia Vermelha, destacou em relatório encaminhado ao Ministério dos Negócios da Guerra a necessidade da criação de uma escola que preparasse os jovens para o ingresso na carreira das armas do Exército Brasileiro. Em 1859, o Ministro da Guerra, Manoel Felizardo, reafirma em relatório a importância da criação de um educandário militar. Com um cenário político mais favorável e dois relatórios, o Marquês de Caxias, Ministro da Guerra, decide encaminhar um novo relatório à Câmara dos Deputados em 1861, solicitando, mais uma vez, a criação de um colégio militar.

Somente em 1862, graças ao Visconde de Tocantins, José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, irmão do Marquês de Caxias, a proposta da criação do colégio militar é encaminhada à Câmara dos Deputados. Essa ação ajudaria a criar, em 1889, o primeiro Colégio Militar do Brasil, na capital do império, Rio de Janeiro.

Inicialmente, foi sugerido ao imperador D. Pedro II, que a instituição de ensino se chamasse “Pritaneu Militar”, o que foi negado, sendo sugerido o nome “Imperial Collegio Militar da Corte” (sic). Assim sendo, em 09 de março de 1889, foi assinado o Decreto Imperial Nº 10.202, criando o Imperial Collegio Militar da Corte e

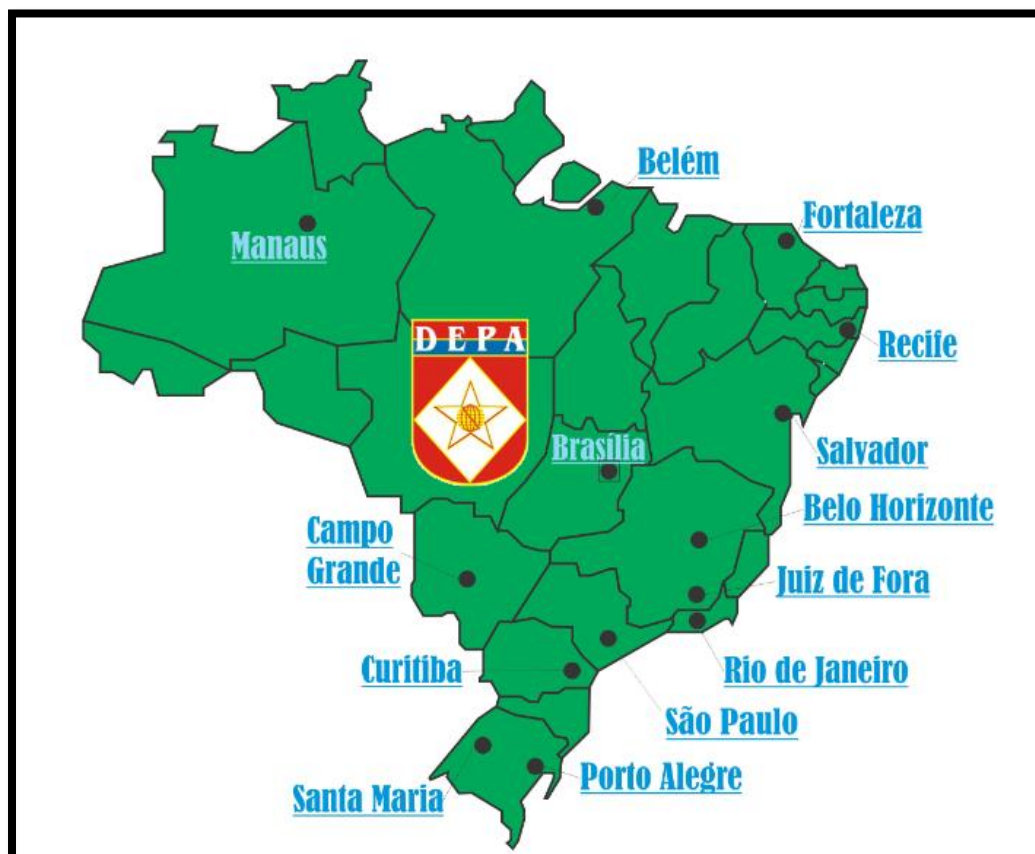
seu Regimento Interno. No Artigo 1º da referida lei, mantida a ortografia da época, diz que:

Art. 1º Fica creado nesta Côrte, sob a denominação de Imperial Collegio Militar, um instituto de instrucção e educação militar, destinado a receber, gratuitamente, os filhos dos offciaes e ffectivos, reformados e honorarios do Exercito e da Armada; e, mediante contribuição pecuniaria, alumnos procedentes de outras classes sociaes.

Observa-se que a instituição deveria receber os filhos dos oficiais, mantendo o sistema de privilégios similar ao das primeiras instituições portuguesas conforme visto anteriormente. Em 06 de Abril, nomeia-se o Coronel Vicente Ribeiro Guimarães como comandante do Imperial Collegio Militar, dando início aos trabalhos de organização do instituto, com a contratação de professores e nomeação de militares. Em 29 de abril, a Chácara Pedra da Babilônia foi vendida à Fazenda Nacional para ser instalado o Imperial Collegio Militar. Em 02 de Maio o Ministro Thomaz Coelho autorizou a matrícula de 44 alunos, entre eles o filho do Visconde de Ouro Preto, chefe do Gabinete de Ministros. O Collegio Militar funcionava em sistema de internato e externato. Em 06 de maio, foram abertas as aulas, tendo como orador oficial o Decano do Corpo Docente, Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo, Barão Homem de Melo, primeiro professor de História do Imperial Collegio Militar (BRASIL, 2022).

Com a inauguração do Colégio Militar do Rio de Janeiro em 1889, sucederam-se outros 13, a saber: Colégio Militar de Porto Alegre (1912), Colégio Militar de Fortaleza (1919), Colégio Militar de Belo Horizonte (1955), Colégio Militar de Salvador (1957); Colégio Militar de Curitiba (1958), Colégio Militar de Recife (1959), Colégio Militar de Manaus (1971), Colégio Militar de Brasília (1978), Colégio Militar de Campo Grande (1993), Colégio Militar de Juiz de Fora (1993), Colégio Militar de Santa Maria (1994), Colégio Militar de Belém (2016), e Colégio Militar de São Paulo (2020). Forma-se assim, o Sistema Colégio Militar do Brasil (SCMB), composto por 14 colégios.

FIGURA 1: CIDADES QUE POSSUEM COLÉGIOS MILITARES PERTENCENTES AO SCMB



Distribuição por cidade dos Colégios Militares pertencentes ao Sistema Colégio Militar do Brasil. Fonte: Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial – DEPA, 2022.

É necessário fazer uma distinção dos colégios militares mantidos pelo exército, criados especialmente para os filhos de militares que atuam em diversas partes do Brasil, com um outro modelo, de gestão compartilhada entre militares e as Secretarias de Educação, que vem ocorrendo com bastante frequência nas escolas públicas do Brasil. Os Colégios Militares do exército visam a formação de futuros militares, servindo, portanto, um objetivo mais ideológico e institucionalizado, para a manutenção de uma elite. Já as escolas militarizadas, são aquelas em que se segue uma diretriz militar, mas há uma gestão compartilhada entre alguma Força de Segurança como as Polícias Militares e os Bombeiros, com soldados da ativa, podendo ser privada ou particular. Já as escolas cívico-militares, especialmente, as do Pecim, são escolas públicas que podem ser criadas ou transformadas em um modelo de gestão compartilhada por meio de uma parceria entre Governo Estadual,

Municipal, Federal, exército, polícias militares e bombeiros militares, estes últimos, principalmente do quadro da reserva.

No início de 2019, o Governo Federal (2018-2022), elabora o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares para estimular a adoção de um modelo criado a partir de experiências pedagógicas empregados nos tradicionais colégios militares, como a hierarquia, a presença de militares na gestão e organização escolar, o patriotismo etc. Esse modelo, bastante questionável tanto do ponto de vista pedagógico, como legal, gera uma situação única na história da educação no Brasil ao estimular a criação ou conversão de escolas da rede pública básica de ensino tanto da esfera municipal como estadual para adoção de uma escola composta por professores civis e gerida por militares, criando assim o modelo denominado de “cívico-militar”.

Em um importante estudo sobre a relação entre a educação básica e as escolas cívico-militares, Ludwig (2020), lembra que o modelo de formação presente na educação militar, segue referenciais teóricos específicos, perpassando alguns temas relevantes como o das *instituições totais*, conforme proposto por Goffman (2015), em que “nestas instituições que incluem as Forças Armadas tem-se em vista instaurar um processo de despojamento ou de alteração profunda da personalidade” (LUDWIG, p. 106, 2020). Ou seja, nesses locais, a autonomia do estudante é suprimida ou eliminada para dar espaço ao fiel cumprimento de um conjunto de atividades programadas com todo rigor, eliminando-se a identidade e autonomia do indivíduo, sendo embutida nos alunos o respeito a superiores, que, em caso de descumprimento, promovem expedientes punitivos. Ludwig (2020) ressalta que esse apontamento proposto por Goffman (2015), aplica-se somente ao preparo dos militares, mas que “se mostra insuficiente por acentuar apenas o lado uniformizador do processo”. Outros teóricos como Bourdieu e Passeron (2011), complementam a compreensão acerca das instituições totais, ao observar o emprego de técnicas de desculturação e reculturação, reproduzindo no estudante um *habitus* longo (LUDWIG, p. 106, 2020).

Sobre a hierarquia, que é um componente de controle muito utilizado em instituições militares e reproduzidas em escolas militarizadas, Ludwig (2020, p. 107) destaca que: “Os princípios básicos de hierarquia e disciplina norteiam toda a atividade de controle. A hierarquia diz respeito à posição ocupada por cada um numa escala vertical de autoridade e incumbências”.

Na próxima subseção, discute-se a ascensão de um presidente da República conservador e liberal, através de uma eleição que acompanha uma tendência global de organização da chamada Nova Direita e como Bolsonaro se tornou uma figura mítica que apareceu como a solução para os principais problemas do Brasil, sobretudo os que são inerentes à educação, aumentando a presença de militares na Administração Pública Federal e impulsionando ideários polêmicos através dos ministros de estado que comandaram o MEC.

2.3 – O AVANÇO DO CONSERVADORISMO E DO NEOLIBERALISMO NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

O conservadorismo no Brasil tem ganhado cada vez mais espaço, à exemplo do que ocorreu com a eleição da ala mais extremista das eleições presidenciais de 2018. Em 1985, a partir do movimento das Diretas Já, o Brasil encerrou um ciclo de repressão que culminou na constituinte de 1988. Diferentemente do período militar, a constituição cidadã desenvolveu como princípio fundamental a pluralidade de ideias, o que significa dizer que o país não poderia reprimir movimentos legítimos como ocorreu no regime anterior. Desde então, a jovem democracia brasileira ainda sofre com resquícios do período da supressão de direitos fundamentais.

Utilizando-se de um discurso apoiado em uma agenda voltada para acabar com a corrupção no Brasil e estimular valores como Deus, pátria e família, o militar e ex-deputado federal, Jair Messias Bolsonaro (PSL), foi democraticamente eleito, através do voto direto por meio de urnas eletrônicas auditáveis em 2018, em segundo turno, com 57.797.847 dos votos, o que representa 55,13% dos votos válidos. As eleições daquele ano foram muito polarizadas, principalmente após o conturbado momento na política brasileira com as narrativas políticas desde a ruptura institucional ocasionada pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (PT), que estava em seu segundo mandato (2014-2016); a ascensão do até então vice-presidente da República, o senhor Michel Temer (PMDB), ao cargo de presidente da República, que governou entre os anos de 2016 e 2018, promovendo, em especial, a reforma do ensino médio, a publicação da Nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a edição de novas regras para o ensino profissionalizante com a presença de profissionais com notório saber, sem formação

específica na área; e, sobretudo, as ações elaboradas por Procuradores da República na cidade de Curitiba – Paraná, a partir de um conjunto de investigações realizadas pela Polícia Federal tendo como alvo o presidente Luís Inácio Lula da Silva, levando-o a ser condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), que, no entanto, sentenciou-o, sem respeitar o devido processo legal por apresentar erros processuais, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal⁸.

O candidato vitorioso no pleito eleitoral de 2018 para a Presidência da República, tinha o apoio de grupos religiosos, militares e conservadores. Uma aliança que foi se fortalecendo à medida que a política nacional dava sinais de colapso com processos de impedimento, casos de corrupção e desequilíbrio entre os três poderes da República. Esse grupo de apoiadores faz parte do que Michael Apple (2003) chama de modernização conservadora, que culminará com a formação da Nova Direita. Com o novo Governo Federal (2018-2022), identificado com ideias conservadoras e mais à direita, surge a possibilidade de se implementar uma política pública com a promessa de aperfeiçoar as lacunas educacionais que historicamente assolam a oferta e a qualidade do ensino presentes nas escolas públicas de todo o Brasil, tendo como meta a criação de escolas que seguem um modelo compartilhado, uma mescla de gestão civil com uma gestão formada por militares da reserva, tendo como inspiração e justificativa o bom desempenho dos Colégios Militares em avaliações em larga escala, estes, por sua vez, diretamente ligados às Forças Armadas por meio da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), subordinados ao Ministério da Defesa.

Desde a época em que era Deputado Federal, o Presidente da República entre 2018 e 2022, demonstrou por meio de seus discursos na câmara e entrevistas dadas a veículos de imprensa o interesse em implementar colégios militares. No período que esteve à frente da presidência, uma de suas bandeiras na área educacional foi a criação de escolas cívico-militares por todo o Brasil. Através do decreto nº 9.465 de 2 de janeiro de 2019, o Governo Federal modificou a estrutura do Ministério da Educação. Uma das mudanças foi a criação da Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares, um órgão do MEC que visa implementar uma gestão administrativa por parte dos militares e de organização didático-pedagógica

⁸ BRASIL. Supremo Tribunal Federal. STF confirma anulação de condenações do ex-presidente Lula na Lava Jato. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=464261&ori=1>

pelos professores civis, uniformes e instalações físicas, algo sem precedentes dada a abrangência nacional da política proposta.

As eleições de 2018 que elegeram um novo presidente da República para comandar o executivo brasileiro consolidaram a chagada do conservadorismo ao poder. Desde a época em que atuava como deputado federal, Jair Bolsonaro (PP-RJ), sendo também ex-capitão do exército brasileiro, defendeu a necessidade de implantação de escolas militarizadas no Brasil. Para ele, o que está gravado nos livros de história e na vasta literatura acadêmica sobre a temática do golpe de 1964 seria uma verdadeira inspiração e um exemplo de “revolução”. A inspiração por uma presença maior do exército no controle social, implantou a ideia de que somente uma educação conservadora, militarizada e hierárquica poderia melhorar os alarmantes índices educativos na nação brasileira. Trazer os preceitos de uma educação militar, que ocorre dentro de quartéis, com a finalidade de formar soldados, é ao mesmo tempo uma movimentação que demonstra a tentativa de tornar as Forças Armadas em instituições de governo e não de Estado, isto é, ocorre um processo perigoso de politização de uma nobre instituição cujo dever maior é cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, nos termos do Art. 142 da CF/88. A Carta Magna de 1988 também veda a sindicalização e a greve de militares, justamente para evitar a quebra de hierarquia, de disciplina e, por conseguinte, de um processo de politização.

Já nos primeiros meses de governo, o polêmico ex-ministro da educação, o senhor Abraham Weintraub, inaugurou o programa das escolas cívico-militares, que visa a implantação em todo o Brasil de escolas que seguem o modelo militar por meio de uma gestão compartilhada. O referido programa é apenas um dos exemplos de uma lógica conservadora na educação, haja vista que outros programas claramente liberais estavam em andamento como o Future-se, que pretende transformar as universidades públicas em verdadeiras empresas, com a previsão até de cobranças e o *homeschooling*, por meio do Projeto de Lei nº 3262/19, que retira a tutela do Estado como instituição que, ao lado da família, têm o dever de promover a educação formal, colocando sob responsabilidade única das famílias de decidirem se a educação ocorrerá em casa ou na escola, prejudicando, desta maneira, o processo de socialização de uma criança por meio da interação com outros colegas dentre outros efeitos pedagógicos nocivos.

Diversos estudos fazem um mapeamento e teorização do avanço de políticas conservadoras baseadas na lógica mercantilista. Essa visão de um estado mais eficiente e visto como uma empresa, está ligado com o chamado gerencialismo. Para Lima e Gandin (2012):

Uma das principais características é que o Estado passa a funcionar com os valores do mercado, o que provoca modificações no seu papel. A noção de mercado foi incluída de diferentes formas: privatização, contratação de serviços externos e taxaço de serviços. (LIMA & GANDIN, p. 72, 2012)

O Estado gerencial se apoia na noção de que as instituições públicas são ineficientes, sendo, portanto, necessário a adoção de uma cultura que leve em consideração a performatividade, constantes avaliações e maior controle dos processos decisórios. A gestão compartilhada em que o militar assume protagonismo ao ser responsável pelos processos administrativos, evidenciam uma suposta ineficiência por parte de gestores civis, indo ao encontro, então, de uma lógica gerencial sendo imposta a instituições públicas de ensino. Obviamente, essa perspectiva de Estado acaba por reduzi-lo.

Os neoliberais são os líderes da coalizão conservadora. Eles propagam a ideia de que o Estado deve ter uma atuação mínima na sociedade e que somente o mercado poderia promover o estado de bem-estar. As decisões passam por análises de custo-benefício. De acordo com Santos (2020, p. 4) “a concepção de cidadão é recontextualizada por esse grupo, que o compreende como consumidor.” Outras características como o estímulo à competitividade, o controle do trabalhador e a defesa de que a realidade econômica deve gerir a educação, estão presentes no ideário liberal. Conforme Apple (2005) afirma:

[...] o neoliberalismo exige a produção constante da evidência de que você está fazendo as coisas “com eficiência” e da maneira “correta” – ao examinar os efeitos da junção de tendências aparentemente contraditórias dos discursos e das práticas neoliberais e neoconservadoras, sendo exatamente isto o que está acontecendo em todos os níveis da educação. [...] E este fenômeno está ocorrendo ao mesmo tempo que o Estado propriamente dito está cada vez mais sujeito à comercialização. (APPLE, p. 38, 2005)

Já grupo dos neoconservadores seria o de maior importância dentro da aliança conservadora pelo poder que exercem. Para Santos (2020, p.4) “os sujeitos

identificados com as premissas dessa corrente advogam em favor de um suposto retorno a uma tradição”. Já para esse grupo, o Estado é um mantenedor de uma suposta tradição, ou seja, deve atuar para coibir qualquer situação que rompa o vínculo com as bases tradicionais. É possível observar isso com clareza dentro do currículo, pois o controle e a padronização curricular evidenciam o objetivo dos neoconservadores. Uma outra característica é a propagação de um patriotismo exagerado ou exacerbado. Os professores são vistos com desconfiança e são alvos de controle por parte do Estado autoritário.

O terceiro grupo são os populistas autoritários, formados por poderosos grupos religiosos que defendem uma “direita cristã”. As decisões tomadas por esses grupos estão baseadas em sua maioria em preceitos bíblicos. Um bom exemplo disso, são os defensores de que a terra é plana. O movimento terraplanista no Brasil cresceu muito nos últimos anos. São supostos “intelectuais” que acham que a ciência moderna é uma grande farsa e que conhecimento literalmente retirados da bíblia são a única fonte de verdade. Não é difícil supor que os membros deste grupo são os mesmos que propagam notícias fraudulentas sobre o uso da vacinação contra a COVID-19.

O último grupo é formado por uma parte da nova classe média brasileira. Há intelectuais, profissionais qualificados e pessoas técnicas que se dedicam a aplicar as políticas de cunho neoliberal. Elas estão em vários segmentos da sociedade, até mesmo no serviço público. Eles acreditam que o serviço público prestado em vez de os ajudar, na verdade acaba por prejudicá-los. Para Santos (2020, P.5) “não é possível analisar as políticas conservadoras em educação sem ter presente a atuação articulada desses grupos.”

Esses quatro grupos exercem grande influência no Brasil. Seus membros ocupam altos cargos na república, desde deputados federais até Ministros de Estado. Nas palavras de Miguel (2016): “é possível identificar no Brasil um aumento de vozes declaradamente conservadoras no debate público.” Pode-se resumir a construção do discurso vigente no Brasil em três pilares: libertarianismo, fundamentalismo religioso e o anticomunismo.

Os grupos se utilizam do resultado de avaliações de larga escala para alimentar um discurso que visa desconstruir o que está sendo feito na educação. Com isso, a escola militar aparece como uma solução por suas características tidas

como de excelência e de controle do currículo e do que se é ensinado em sala de aula, além do respeito à hierarquia e ao patriotismo.

O processo de militarização da educação no Brasil tem estreita relação com os preceitos encontrados na aliança conservadora. O artigo faz uma breve distinção entre escola militarizada e colégio militar. O primeiro está ligado às corporações estaduais como as polícias militares e o corpo de bombeiro. O último está vinculado ao exército e tem um caráter seletivo e uma estrutura distinta das escolas públicas brasileiras.

O Ensino Fundamental é um terreno privilegiado para a propagação das ideias conservadoras. Santos (2020) afirma que:

“O Ensino Fundamental é a mais longa das etapas que constituem a Educação Básica, o que significa que as medidas direcionadas para esse segmento tendem a atingir um significativo número de alunos e de alunas por um longo tempo”. (SANTOS, 2020, p. 9)

Com o aumento de crianças matriculadas na escola, naturalmente, aumentam as dificuldades tanto de gestão como de equalização de conteúdos trabalhados em razão de uma oferta educacional que nivele grupos das mais variadas classes sociais. As dificuldades enfrentadas por professores e gestões, somadas aos baixos índices de avaliações de larga escala, legitimam ideias que criam programas parecidos com o das escolas cívico-militares.

Já nos primeiros meses de governo foi anunciado o Programa Nacional de Escolas Cívico-Militares que visa a transformação e criação de escolas públicas que sigam a gestão utilizada em escolas militarizadas e em colégios militares. Os estados contavam com um prazo para manifestação de interesse e receberiam apoio do Governo Federal para a montagem e manutenção de um modelo militar.

O segundo artigo analisado, trata da regulação da vida nas escolas cívico-militares. Dentro dessas escolas os professores também estão sujeitos às regras e ditames feitos por diretores, que em sua maioria das formadas por membros de alta patente do exército ou das polícias militares. O dia a dia nessas escolas é repleto de uma rotina rígida e forte controle social que vai desde o adequado uso de uniformes, regras de cumprimento entre os alunos e o corpo docente e/ou administrativo e até mesmo o corte de cabelo.

O modelo de escolas cívico-militares é uma conquista dos movimentos mais radicais que querem implementar uma agenda de um Estado coercitivo e fascista. A vida do aluno nessas escolas é baseada no medo e na possibilidade de punição. Os alunos são forçados a alcançarem o êxito acadêmico através de pressões psicológicas e da repetição de hinos e de costumes. O patriotismo é usado como escudo para esconder ideias excludentes e autoritárias, promotoras de desigualdades. Se os seus idealizadores defendem uma “Escola Sem Partido”, são eles mesmos que criaram uma ideologia nas escolas, uma verdadeira vigilância contra professores e alunos.

O que está em curso no Brasil ainda será objeto de muitas pesquisas e seus impactos ainda serão sentidos nas gerações futuras. Os rumos políticos que o Brasil conservador tem levado é bastante caótico. Vê-se não só uma desconstrução do ensino público e da presença de discursos controladores, como também um desgoverno na educação ambiental e na condução de uma política de vacinação contra uma pandemia. São em momentos de caos que os governos autoritários se aproveitam para impor seus ideais.

2.3.1 – A chegada da “nova direita” e a construção de um mito salvador da pátria.

“Atiramos o passado ao abismo, mas não nos inclinamos para ver se está bem morto.”
William Shakespeare

A presente subseção aborda a ascensão do conservadorismo que permitiu a concretização do Pecim. A eleição de Bolsonaro representa a chamada “Nova Direita”, que assume o poder apoiado por grupos conservadores e liberais. Discorre-se também, brevemente, sobre o cenário político que impulsionou a candidatura de Bolsonaro após um atentado sofrido em Minas Gerais quando encontrava-se em campanha eleitoral. Com a sua eleição, a direita assume o poder e ocorre um aumento expressivo de militares, desde os cargos mais altos como a de ministros, até a ocupação de diversas secretarias e órgãos que outrora eram majoritariamente ocupadas por civis, ou seja, ocorre uma intensificação da politização de militares. Ao final da subseção discute-se sobre os ex-ministros da educação na gestão do atual

presidente da República e diversas controvérsias que marcaram o período que cada um esteve à frente do MEC.

Muitos líderes mundiais entraram para os livros de história porque tiveram uma infância pobre e com o tempo foram laureados com o poder, como o presidente norte-americano Abraham Lincoln. No Brasil, o caso mais notável talvez tenha sido o do ex-presidente Nilo Peçanha⁹, que além de sua origem humilde, também enfrentou o preconceito ao ser visto como mulato e tendo a sua ancestralidade africana apagada. Eleito a 14 de junho de 1909, alguns historiadores defendem que Nilo foi o primeiro e único presidente negro do Brasil (VIZEU, 2019, p. 55). Outros presidentes também tiveram uma infância marcada pela pobreza e conseguiram chegar ao posto máximo do Poder Executivo e deixaram um legado repleto de boas políticas educacionais e a favor das classes menos favorecidas, como o presidente Lula.

Desde a independência do Brasil os militares passaram a exercer, em diferentes graus, influência na política. Sempre que os militares estiveram presente na política, houve retrocessos do ponto de vista democrático e das liberdades, como no período do Regime Militar.

Apesar da República ter nascido de um golpe militar, entre os primeiros presidentes da República, merece destaque o advogado Prudente de Moraes, um político remanescente do período monárquico, eleito em 1894, que se tornou o primeiro civil a assumir a presidência através do voto direto, um marco na história da democracia no Brasil. O presidente Moraes tinha um perfil discreto e entrou para a história como um pacifista em especial por causa do seu equilíbrio, espírito cívico e, acima de tudo, aversão a qualquer sombra de militarismo (RICUPERO, 2017, p. 266). Prudente teve muitos desafios na presidência, o primeiro deles foi se estabelecer enquanto chefe da nação em meio a grupos políticos fortemente influenciados pelos militares florianistas. Porém, soube resistir às pressões políticas da época.

O 38º presidente da República, Jair Messias Bolsonaro ingressou no Congresso Nacional em fevereiro de 1991 e permaneceu como deputado federal até 2019. De acordo com dados do site da Presidência da República, ele foi vereador do Rio de Janeiro/RJ, pelo partido PDC, no período de 1989 a 1991.

⁹ Através da lei 12.417/2011, Nilo Peçanha tornou-se o patrono da educação profissional e tecnológica no Brasil.

Já na Câmara dos Deputados, seu primeiro mandato foi de 1991-1995, pelo RJ, atuando ainda pelo PDC. Seu segundo mandato, foi pelo PPR, de 1995-1999, pelo RJ, PPR. No terceiro mandato, exerceu a legislatura pelo PPB, entre 1999-2003. No mandato que envolve os anos de 2007-2011, ele atua pelo PP até o seu último mandato como deputado, em 2019.

Na sua trajetória política como Deputado Federal, Bolsonaro coleciona uma série de polêmicas nos corredores do Congresso Nacional por defender a pauta dos militares e os ditadores do Regime Militar, até mesmo torturadores, como ficou evidente no emblemático voto a favor do *impeachment* da presidente Dilma ao defender Carlos Alberto Ustra, um ex-coronel do Exército Brasileiro e torturador, condenado pela Justiça Brasileira no ano de 2008. Bolsonaro permanecia como sendo um deputado do chamado baixo clero, isto é, aqueles políticos com pouca relevância. As coisas começam a mudar quando a mídia brasileira passa a dar voz às suas ideias conservadoras e preconceituosas.

Em 2011, o deputado federal pelo Partido Progressista (PP) Jair Messias Bolsonaro deu uma polêmica entrevista para o programa de televisão humorístico chamado Custe o que Custar (CQC), da Rede Bandeirantes de Televisão. No quadro televisivo “O Povo quer Saber”, o então deputado respondia perguntas aleatórias feitas por cidadãos. Algumas respostas dadas pelo deputado ajudam a entender melhor algumas de suas ideias, a saber: os presidentes militares eram os seus “gurus” na política; pelo passado da ex-presidente Dilma marcado por sequestros e roubos, ela jamais teria sido presidente da república; sente saudades dos presidentes Médici, Geisel e Figueiredo – todos presidentes do período do Regime Militar –; sente falta do respeito, da família, da segurança, da ordem pública, e da autoridade que exerciam sem enriquecer; é a favor da bomba atômica alegando que se o Irã, apoiado pelo Lula, pode ter, por que não o Brasil; FHC foi um traidor da pátria por ter privatizado a Vale do Rio Doce; para ele o Militar ganha pouco no Brasil; se o filho usasse maconha, receberia uma “porrada”; se um filho receber boa educação, um filho não seria gay; no meio militar, o homossexualismo é pequeno; a parada gay é um mal costume; a família precisa ser preservada a qualquer custo, caso contrário a nação ruirá; é contra as cotas raciais justificando que todos são iguais perante a Lei.

Observa-se que em seu caótico e desrespeitoso discurso, assim como sua trajetória nos corredores do Congresso Nacional, Bolsonaro enfatiza muito a

questão do militar. Para além disso, havia outras pautas em suas falas que serviriam para a criação de um discurso que contaminaria o imaginário popular, acirrando uma divisão política que já tinha desde as eleições de 2014, polarizadas entre os candidatos Aécio Neves (PSDB) e Dilma Rousseff (PT).

O crescimento da popularidade de Bolsonaro é um verdadeiro quebra-cabeças para cientistas políticos. Apesar de ser um desafio intelectual compreender como aconteceu, é possível afirmar que Jair Bolsonaro ganhou muitos adeptos a partir da utilização das redes sociais. Bolsonaro soube utilizar como ninguém as mídias sociais como o Twitter, o YouTube, o Facebook, o WhatsApp e o Teletandem, além da própria mídia tradicional para difundir suas ideias, que rapidamente ganharam novos adeptos. Bolsonaro era como uma fênix, quanto mais críticas recebia e quanto mais o seu nome aparecia na mídia, mais apoiadores surgiam.

O conceito que Ball e Bowe (1992) deram para a palavra texto é amplo, o que permite se estender até mesmo para *lives* ou plataformas como o Twitter e o Facebook, onde, por exemplo, o Presidente da República no período de 2018 a 2022 e outros políticos fazem um extensivo uso político, fenômeno este que não é exclusivo do Brasil, vide o governo do ex-presidente norte-americano Donald Trump, sendo inclusive banido da plataforma após a invasão de seus apoiados ao Congresso dos EUA.

Os novos formatos de produção de textos em ferramentas tecnológicas e nas redes sociais são muito interessantes de serem analisados e podem ser inseridos nos contextos propostos pela ACP. A internet virou um campo tão poderoso quanto a oratória clássica no mundo greco-romano. As pessoas se mobilizam pela internet, fazem negócios e até mesmo governos democraticamente eleitos podem sofrer golpes a partir de ilações elaboradas a partir de falsas premissas e por pressões populares manipuladas.

O bolsonarismo ganhava forma por meio de vídeos na internet e replicados várias vezes em grupos do WhatsApp com as chamadas “mitadas”, isto é, respostas rápidas e cheias de efeito proferidas pelo deputado Bolsonaro, sempre com plano de fundo pautas que vão ao encontro do neoconservadorismo. O conjunto de “mitadas” deu origem ao seu apelido de “Mito”, ironicamente atribuído a alguém com uma inteligência aguçada e respostas prontas. Esse discurso chegaria até mesmo nas universidades públicas em que muitos discentes eram classificados como

“esquerdistas”, gerando uma verdadeira perseguição a pautas mais progressistas, garantidos no Art. 1º, inciso V, que garante o pluralismo político.

A Universidade Pública, essencialmente um lugar de pluralidade de ideias, também passou a ter a presença cada vez maior de jovens liberais inspirados por movimentos como o MBL. O eleitorado bolsonarista parece se encantar por uma suposta autenticidade que Jair Bolsonaro se exprime, por ele ser uma figura que diz o que pensa e próximo de um típico lar tradicional da classe média brasileira, carregado de crenças e preconceitos, vendendo a imagem de um homem que se alinha até mesmo aos valores evangélicos. Não por coincidência, o lema de Bolsonaro para a campanha presidencial era “Deus, pátria e família”. No slogan do governo “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. O discurso bolsonarista se alinhava perfeitamente à aliança conservadora descrita por Apple (2003).

Em entrevista concedida ao polêmico podcast Flow no YouTube, o ex-apresentador do programa CQC, Marcelo Tas, disse que o programa não “elegeu” Bolsonaro. Mas o mérito do programa foi ter revelado o chamado “baixo clero” do Congresso Nacional, grupo ao qual pertencia Jair Bolsonaro. Deu voz aos deputados sem edição. Outro ex-integrante do CQC, Rafinha Bastos, afirma que o programa e muitos outros pelo Brasil, foram culpados pela exposição de Jair Messias, todavia não pelos votos.

No dia 21 de outubro de 2015 os juristas Hélio Bicudo, Janaína Paschoal e Miguel Reale Jr, protocolaram na câmara dos deputados um pedido de impedimento contra a presidente Dilma Rousseff acusando-a de pedaladas fiscais sem a anuência do Congresso Nacional, portanto, crime de Responsabilidade Fiscal. No dia 2 de dezembro, o presidente da câmara, Eduardo Cunha (PMDB), opositor do governo Dilma e membro do mesmo partido do até então vice-presidente Michel Temer, aceita o processo e leva para votação.

Àquela altura, o Brasil encontrava-se mais ainda dividido. Em frente ao Congresso Nacional havia dois grupos: os que eram a favor do impeachment, em sua maioria vestidos de vermelho; e os que eram contra, em sua maioria utilizando as cores da Bandeira do Brasil. O Presidente da Sessão era Eduardo Cunha, um exímio conhecedor do Regimento Interno da Casa Legislativa e um influente político, um dos fundadores do chamado Centrão, grupo que apoiou a reeleição de Bolsonaro. Durante o processo de votação, o tumulto estava presente. Os políticos a favor da presidente Dilma gritavam:- “Não vai ter golpe!”, essa frase também era

ecoada do lado de fora, nas ruas por apoiadores do governo petista. Os que eram contra gritavam: - "Fora, Dilma!". O povo brasileiro já estava acostumado a ser mobilizado para participar de grandes manifestações, como as que ocorreram em 2014 em decorrência da crise político-econômica e impulsionados pelo Movimento Vem pra Rua e um movimento de jovens liberais apoiadores da Nova Direita chamado Movimento Brasil Livre (MBL). Ambos os movimentos foram favoráveis ao processo de impeachment de Dilma entre 2015 e 2016.

Quando iniciou a votação na câmara, os políticos que votaram pela admissão do processo de impeachment usaram como justificativa: "pela família, pela minha cidade, pelo meu Estado, etc." Ou seja, enquanto julgadores, a última coisa que se ouvia em seus discursos era o conteúdo das chamadas pedaladas fiscais e o suposto crime de Responsabilidade Fiscal. Neste sentido, a tese do chamado Golpe Parlamentar ganhou força com essa atitude. Já os políticos da base do governo Dilma, votaram a favor da democracia e da soberania do voto popular. É curioso observar como que esses elementos que apareceram ao longo do processo: a família, as cores da bandeira nacional, a aversão a um partido político e a partidos de esquerda permanecem até hoje. Os símbolos nacionais foram sequestrados para servir um falso patriotismo e a nação brasileira dividida, instalando a retórica do "nós contra eles". O processo pelo qual a presidente Dilma passou também é um reflexo do chamado presidencialismo de coalizão. Quando um presidente, ainda que eleito democraticamente, não tem apoio da maioria do Congresso, não consegue avançar em pautas importantes como a melhora da qualidade da educação e combate à pobreza e geração de empregos, e força o poder Executivo a virar um balcão de negócios com o loteamento de cargos na Administração Pública Federal.

O deputado federal Jair Bolsonaro votou a favor do impeachment em prol da "família, da inocência das crianças em sala de aula; pela memória do Cel. Carlos Alberto Ustra, pelo exército de Caxias, pelas forças armadas." Em seu voto, estava, mais uma vez, explícito os principais temas que dominavam suas agendas enquanto parlamentar e, posteriormente, como presidente da República. Naquelas palavras proferidas, já havia indicativos de como seria o seu governo. Eduardo Bolsonaro, filho de Bolsonaro, disse que votava "pelos militares de 64, hoje e sempre, pela polícia, em nome de Deus e da família brasileira." Isso demonstra como o clã Bolsonaro segue uma lógica de exacerbação de valores militares. Um dos votos mais marcantes foi a do deputado Jean Wyllys (PSOL-RJ), que se sentiu

constrangido por estar tendo que votar e chamou toda aquela sessão de uma verdadeira farsa, em suas palavras:

Em primeiro lugar, eu quero dizer que eu estou constrangido de participar dessa farsa sexista, dessa eleição indireta, conduzida por um ladrão, urdida por um traidor, conspirador, apoiada por torturadores, covardes, analfabetos políticos e vendidos. Em nome dos direitos da população LGBT, do povo negro exterminado nas periferias, dos trabalhadores da cultura, dos sem-teto, dos sem-terra, eu voto "não" ao golpe. E durmam com essa, canalhas! (BRASIL, 2016)

O voto do deputado Jean Wyllys sintetiza o sentimento de boa parte da esquerda e dos apoiadores da presidente Dilma. O presidente da casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ) em seu voto disse: “Que Deus tenha misericórdia dessa nação, prosseguindo seu voto favorável ao impeachment.” Até os cantos que outrora se ouvia somente em partidas de futebol, foram ecoados no Congresso Nacional, o hino nacional, um dos maiores símbolos nacionais acabara de ser politicamente sequestrado para representar não mais a nação brasileira e sim um grupo que usurpou o verdadeiro patriotismo e se apropriou indevidamente até mesmo da Bandeira Nacional. Com 367 deputados favoráveis, 137 contrários e 7 abstenções, atinge-se os dois terços da Câmara dos Deputados previstos na Constituição Federal (CF) para a admissão do processo contra a Presidente da República, acusando-a de ter cometido crime de responsabilidade por abertura de créditos suplementares por decreto presidencial, sem autorização do Congresso Nacional.

O processo segue para o Senado Federal seguindo o rito do Art. 86, inciso II da CF, ficando suspensa de suas funções. Na prática, a partir daquele momento, nunca mais Dilma governou o país. A presidente criadora do Ciências Sem Fronteiras, do Pronatec, que criou mais de mais de 8 mil creches, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e de tantos outros investimentos em educação perde definitivamente o cargo de Presidente no dia 31 de agosto de 2016, no Senado Federal, por 61 votos favoráveis e 20 contrários em sessão plenária comandada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ricardo Lewandowski.

Pouco tempo depois da votação na Câmara, um dos trechos do discurso de Jean Wyllys no plenário no dia da votação do impeachment, se tornaria realidade. No dia 5 de maio de 2016, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), é afastado pelo STF acusado de corrupção e lavagem de dinheiro na

Operação Lava-Jato, sendo preso pela Polícia Federal pouco tempo depois. A Operação Lava-Jato por si só, é um capítulo à parte, que levou para prisão, em 2018, um dos presidentes mais populares da história, Luíz Inácio Lula da Silva, responsável por políticas educacionais, aumento de investimento em educação e criação de Institutos Federais, Centros de Estudo de Línguas e tantas outras políticas educacionais, ocasionando a cassação de seus direitos políticos e a retirada de sua candidatura nas eleições de 2018. A prisão de Lula gerou um movimento político a favor de sua liberdade que ficou conhecido como Lula Livre. Nos dias de visitas, na sede da Polícia Federal em Curitiba, o ex-presidente recebia visitas de apoiadores, amigos e intelectuais como o linguista Avram Noam Chomsky e o Adolfo Pérez Esquivel, ganhador do prêmio Nobel da Paz de 1980.

Com o afastamento da presidente Dilma, assume o seu vice, o constitucionalista, membro do antigo PMDB, Michel Temer, do mesmo partido de Eduardo Cunha, este último, até então Presidente da Câmara dos Deputados. Menos de um ano antes, em 2015, Temer escrevera uma carta relatando todo o seu descontentamento e uma suposta desconfiança que a presidente Dilma tinha dele. Temer ainda exercia grande influência no parlamento brasileiro, tinha sido o 43º e 50º Presidente da Câmara, um político muito experiente. Por mais que, do ponto de vista legal o impedimento de Dilma tenha seguido o rito constitucional, os votos dos deputados e, acima de tudo, senadores da República na função de juízes, isto é, julgadores, foi mais político do que técnico. Basta observar os discursos proferidos no plenário do Congresso Nacional. Assim, chega-se a uma linha de pensamento que leva a uma interpretação de golpe parlamentar, *data venia* a outras interpretações presentes no campo jurídico.

As eleições de 2018 já vinham de um clima político bastante conturbado: protestos, impeachment, aumento da taxa de inflação, reforma da previdência, Operação Lava-Jato etc. Durante a campanha eleitoral de 2018, o candidato pelo PSL, Jair Bolsonaro, em entrevista ao programa de debates Globonews, o jornalista e ex-deputado federal Fernando Gabeira, perguntou:

(...) vamos para questões realmente importantes, a educação. Uma das suas propostas é fazer com que a disciplina e a visão do Colégio Militar sejam comuns a todos os colégios do Brasil. Nós sabemos que os colégios são bons, tem uma boa qualidade. Mas, hoje em dia, a educação na Finlândia, por exemplo, a preocupação maior é preparar as pessoas para aprender a aprender, para serem criativas,

para estarem preparadas para o mercado de trabalho. Quando a disciplina é muito rígida, ela é muito boa para preparar o militar. Mas não é boa para preparar o estudante completamente para esse momento novo no mercado. A tecnologia exige dele muito mais flexibilidade do que no passado. Eu me pergunto: seria possível trazer a disciplina militar e a excelência dos Colégios Militares para o Brasil? (GLOBONEWS, 2018).

Em sua resposta, o ex-presidente da República (2018-2022) argumentou que o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), instituição da Força Aérea que oferece cursos para o setor aeroespacial e o Instituto Militar de Engenharia (IME) são boas faculdades. Destacando que em 2019, seria inaugurada a primeira escola militarizada pela escola militar do RJ, alegando que esteve nos estados do Amazonas e de Goiás:

Em Manaus uma coisa surpreendente, Gabeira, eu sei a tua sensibilidade, eu conheço um pouco você, você é uma pessoa extremamente educada, fina, eu sou apaixonado por você, pode ter certeza disso (risos). E lá (Manaus), fui numa escola, num bairro, Gabeira, que era um bairro mais pobre e mais violento de Manaus. E foi botado na escola e nessa garotada incutiu-se o quê? A hierarquia e a disciplina. Então, tudo o que faz num quartel, a molecada faz lá: se apresenta; entra em forma; chama a professora não de tia, mas de senhora; não tem celular em sala de aula; não tem briga mais; não tem mais nada. E, o percentual de aprovados em concursos é muito além do normal que acontece em todo...então estamos tirando o pobre da situação de miséria, tá certo?!, com instrução e não com programas assistenciais. E nós, eu acho, opinião minha, se alguém estiver errado, por favor, em cada uma das comunidades pobres que nós temos aqui: alemão, mangueira, a própria Rocinha; se, ali embaixo pintar uma escola dessa forma, militarizada, eu acho que vai ajudar em muito, e muito mais que a própria UPP, que no meu entender exauriu-se e não deu certo mais aqui. (GLOBONEWS, 2018).

No discurso do candidato à presidência, a hierarquia, a disciplina, a obediência e a formação para o mercado de trabalho justificam a implementação de escolas militarizadas. É como se os problemas sociais existentes numa comunidade marcada pela violência fossem resolvidos somente pela implementação de princípios militares. O jornalista Fernando Gabeira, continuou falando sobre o assunto, ao afirmar que “a escola militar para o militar é muito boa, mas a preparação de um colégio militar para um mercado caótico e que demanda flexibilidade já não é tão adequada”. Na conclusão de sua resposta, Bolsonaro disse que “o objetivo da educação é formar um bom profissional lá na frente”. Na opinião

do então candidato, a universidade era um lugar de “militantes de esquerda”, discurso muito propagado durante as manifestações que ligavam a universidade pública à militantes de esquerda, quando na verdade, houve aumento da presença de estudantes adeptos aos princípios liberais e conservadores nas instituições públicas de ensino superior. Apesar de tudo o que foi dito em vídeos, debates, programas de entrevistas ao longo de sua carreira como agente público, Bolsonaro venceu Fernando Haddad (PT) através do sistema de votação eletrônico e se tornou Presidente da República, dando início a um período marcado por instabilidade política entre os três poderes, escândalos de corrupção no MEC, ataques às Urnas Eletrônicas e, portanto, ao sistema eleitoral, com ataques pessoais a Ministros do STF e do TSE. O desgoverno levou a mais uma polarização em 2022, desta vez, Lula e Bolsonaro. A divisão presente no Brasil de hoje é tão acentuada que muitos candidatos abandonaram a corrida presidencial para apoiar Lula, visando uma vitória ainda no primeiro turno.

Situações políticas até então impensáveis, surgem no cenário político, como a escolha de Geraldo Alckmin (PSB) como vice de Lula e a tentativa de reaproximação de Temer ao PT. Geraldo Alckmin (PSDB) havia sido adversário de Lula nas eleições de 2006, chegando até mesmo a ir para o Segundo Turno. Nas eleições de 2018 também concorreu à presidência e foi adversário de Fernando Haddad, escolhido por Lula para substituí-lo após ter os seus direitos políticos cassados em decorrência de sua prisão. À frente do Governo de São Paulo, Alckmin foi o grande representante do PSDB até a passagem da faixa de governador para João Dória (PSDB-SP). Após 33 anos no partido, Alckmin troca o PSDB pelo PSB, abrindo caminho para ser vice.

Por ironia do destino, talvez uma das últimas conversas entre Michel Temer e Dilma Rousseff também tenha sido finalizada através de uma carta aberta, publicado no Twitter da ex-presidente, resultado de uma tentativa de aproximação entre membros do MDB (antigo PMDB) com o Partido dos Trabalhadores para apoiar Lula ainda no primeiro turno. Na ocasião, Temer deu uma entrevista se referindo a ex-presidente como uma pessoa “honestíssima, mas teve dificuldade de se relacionar”, dando a entender que Dilma não tinha uma base de apoio sólida. A intenção de Temer era diminuir o distanciamento ocasionado pelo impeachment, para superar a tese do golpe, e se unir à ampla frente a favor da eleição de Lula ainda no primeiro turno das eleições de 2022.

A presidente Dilma, no dia seguinte, via Twitter, publica uma Carta Aberta, reafirmando seu entendimento de que Temer foi um golpista e que a dificuldade de dialogar com o Congresso Nacional, não é motivo de impeachment, finalizando com as seguintes palavras: “(...) a história não perdoa a prática de traição”. Encerrava-se assim a tentativa de reaproximação e talvez o último diálogo entre um emblemático embate entre a primeira mulher presidente eleita e um vice-presidente da República. Ambos voltariam a se encontrar pessoalmente, na posse do ministro Alexandre de Moraes como presidente do Tribunal Superior Eleitoral, contudo, os dois presidentes ficaram separados por duas cadeiras, ocupadas pelos presidentes Sarney e Lula respectivamente. Ao contrário de Dilma, Lula trocou algumas palavras com Temer. A cerimônia também contou com a presença do presidente Bolsonaro que ficou frente a frente com o seu maior adversário político das eleições de 2022: Luís Inácio Lula da Silva que viria a ser eleito Presidente da República novamente em seu terceiro mandato (2023-2026).

A posse do ministro Alexandre foi um momento de união de todos os agentes políticos em defesa da democracia, seguindo o que fora feito por diversos manifestos e cartas como a elaborada pela faculdade de direito da USP e que reuniu em poucas semanas mais de 1 milhão de assinaturas, que reafirmam os valores democráticos e a segurança do sistema eleitoral brasileiro, atacado constantemente pelo presidente Bolsonaro.

Enquanto isso, rumo às celebrações do bicentenário da independência do Brasil, evento que deveria celebrar o nosso país, o que se vê é uma tentativa por parte do presidente Bolsonaro de transformar o momento em ato político favorável aos seus apoiadores. O presidente anunciou que pretende transferir para o Rio de Janeiro os desfiles militares de 7 de setembro de 2022 para a praia de Copacabana, transformando o evento cívico em evento político para autopromoção em época de campanha eleitoral para a sua reeleição. O prefeito e do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, já informou sobre as dificuldades logísticas, mas que se mantém aberto ao diálogo com o Governo Federal. Para as festividades em comemoração ao bicentenário, está previsto até mesmo o envio do coração de Dom Pedro I ao Brasil para ficar em exposição até o dia 8 de setembro, que envolveu tratativas entre o governo brasileiro e o português. Toda essa movimentação por parte do Governo Federal (2018-2022) visava despertar no povo brasileiro um sentimento patriótico,

com a celebração de figuras históricas como o primeiro imperador do Brasil monárquico.

Com a eleição de Jair Bolsonaro, houve um aumento expressivos de militares assumindo funções que outrora eram ocupadas por civis. O fato de o presidente ter escolhido como vice-presidente o general da reserva, o senhor Hamilton Mourão, já era um forte indício para além do discurso de como seria a composição governamental. Antes de escolha do general Mourão, cogitou-se ainda no período de formação de que seria vice na chapa que concorreria às eleições presidenciais, a advogada Janáina Paschoal, que em 2016, juntamente com os juristas Hélio Bicudo – um dos fundados do PT – e Miguel Reale Jr.

Desde o início do governo em 1 de janeiro de 2019, já passaram 13 ministros de estado militares, tanto do exército brasileiro, como de forças militares estaduais. O número é cada vez maior quando se analisa o organograma da administração pública federal. Um dos desafios no terceiro mandato do presidente Lula está sendo desmilitarizar o Governo Federal, desde ambientes mais próximos como o Gabinete de Segurança Institucional, até o comando das Forças Armadas.

2.4 – ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS, ATAQUES À DEMOCRACIA E O PÓS-ELEIÇÃO

A 6 de setembro de 2017, em Juiz de Fora, Minas Gerais, o candidato à presidência da república pelo Partido Social Liberal - PSL, Jair Messias Bolsonaro, é esfaqueado enquanto discursava a apoiadores. Pouco tempo depois, o noticiário nacional mostrava imagens estarrecedoras do candidato pelo PSL sendo esfaqueado a ponto de ele ter recebido o apoio e a solidariedade dos demais candidatos, que repudiaram veementemente o atentado que ele sofrera, recebendo manifestação inclusive do Presidente da República à época, Michel Temer.

Apenas para exemplificar, nas eleições presidenciais anteriores, de 2014, o Brasil passou por um momento de consternação, quando o ex-candidato Eduardo Campos (PSB-PE) veio a falecer em um trágico acidente aéreo horas após dar entrevista ao programa de televisão Jornal Nacional no dia 12 de agosto daquele ano, uma grande comoção tomou conta da nação brasileira e repercutiu nas eleições presidenciais. Naquele momento, a sucessora natural na chapa era a

professora e acreana Marina Silva, que fora a 13ª ministra do meio ambiente no Governo Lula, de 1º de janeiro de 2003 a 13 de maio de 2008.

Acidentes e atentados mudam os rumos eleitorais. Para exemplificar, o triste falecimento do presidente eleito Tancredo Neves nas eleições presidenciais de 1985, em um momento crucial para a jovem democracia brasileira, ou seja, de abertura política, quase provocou mais uma ruptura institucional quando o último presidente militar, João Figueiredo, se recusou a dar posse ao vice na chapa de Tancredo. Apesar de toda a tensão, José Sarney toma posse como presidente, tendo como uma de suas marcas a convocação da Assembleia Nacional Constituinte em 1987, que culminou na elaboração da Constituição de 1988, também conhecida como constituição cidadã, por conter direitos e garantias fundamentais.

Em 2018, a constituição completou 30 anos de existência, com um cenário político marcado por dois processos de *impeachment*, três vice-presidentes assumindo a presidência da República e a primeira mulher a assumir o posto máximo do poder executivo. Dentre os vários pontos positivos da Carta Magna de 1988, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso (2020) afirma que:

Deve-se reconhecer a ela (a Constituição), um mérito inegável: o da transição bem-sucedida de um regime autoritário, intolerante e muitas vezes violento para um Estado democrático de direito. Sub sua vigência, temos três grandes sucessos a celebrar. O primeiro deles é a estabilidade institucional: num país com tradição de golpes, contragolpes e quarteladas, temos mais de 30 anos de respeito às regras do jogo. [...] A segunda conquista que merece ser celebrada é a estabilidade monetária. [...] A outra conquista expressiva foi a inclusão social de mais de 20 milhões de pessoas, que deixaram a linha de pobreza. (BARROSO, 2020, p. 61-62)

Em certa medida, até mesmo o suicídio de Getúlio Vargas é um exemplo de como uma tragédia pode mudar o tabuleiro político, até hoje reverberam as palavras proferidas na Carta Testamento “Eu vos dei a minha vida. Agora vos ofereço a minha morte”. Getúlio entra para a história com medidas populistas e serve de inspiração para tantos outros políticos, como Lula.

O autor do atentado contra Jair Bolsonaro foi identificado como, Adélio Bispo, um ex-filiado do PSOL, que afirmou em depoimento à Polícia Federal ter cometido o

crime “a mando de Deus”. Posteriormente, Adélio foi considerado inimputável. Em contrapartida, a vítima Jair Bolsonaro afirma veementemente que Adélio cometeu um crime político por ter sido filiado a um partido de oposição.

Politicamente, a tentativa de homicídio ocorreu em um momento de tensão política, o que contribuiu para a exposição do candidato em diversas mídias e uma extensa cobertura jornalística, ampliando o seu discurso e fazendo dele uma espécie de mártir. A facada foi um atentado contra a democracia porque concordando ou não com os posicionamentos do polêmico candidato, ainda assim ele estava legitimamente disputando as eleições presidenciais. No mundo da política, deve prevalecer a noção de que há adversários, mas não inimigos, muito menos o emprego da violência para cessar o exercício do livre pensamento.

A investigação policial ocorrida a partir do atentado sofrido por Bolsonaro, causou divergências até mesmo entre membros do seu próprio governo, como foi o caso do Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, ao cobrá-lo para uma investigação mais célere e objetiva. Após mais de 1 ano e quatro meses, o ex-juiz Moro decide se demitir após a exoneração do diretor-geral da PF, o senhor Maurício Valeixo, abrindo uma surpreendente crise entre Moro e Bolsonaro, com acusações de ambos os lados. Sérgio Moro ganhou notoriedade quando atuou como juiz da Operação Lava-Jato que condenou vários políticos, dentre eles, o ex-presidente Lula e atual Presidente. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal considerou as condenações emitidas pelo então juiz federal Moro foram parciais, rompendo com o princípio da imparcialidade que um magistrado deve ter, tendo, portanto, todas as suas sentenças condenatórias anuladas, tornando-o elegível para disputar as eleições presidenciais de 2022.

A democracia pode entrar em colapso a partir de movimentos criados por apoiadores de políticos mais extremistas e autoritários como ocorreu com a invasão do Capitólio do berço da democracia ocidental: os Estados Unidos da América. Após a ascensão de líderes populistas como Donald Trump, o mundo entrou na fase do que se denomina de pós-verdade, constituída por pelo menos três elementos: 1) coisas difíceis de refutar propensas a teorias conspiratórias; 2) credos a priori inofensivos; 3) apelação às ansiedades e emoções dos indivíduos, detentores da “verdade”. Os três elementos corroboram para que as pessoas acreditem em homeopatia, terra plana, abduções alienígenas e “mitos”. Essas narrativas se disseminaram mundo a fora e a pseudociência ganhou popularidade (FRANCO,

2021). Não se questiona a liberdade das pessoas acreditarem no que quiserem, pois o pluralismo político, presente no Art. 1^a, inc. V, é um princípio constitucional fundamental, mas sim a manipulação da verdade por motivos políticos que prejudicam eleições, combates epidemiológicos, democracias e a ciência.

O caso da invasão do Capitólio americano serve de alerta do poder que discursos disseminados pela internet têm de levar as pessoas a cometerem barbaridades. O ex-presidente Donald Trump chegou a chamar os apoiadores que invadiram o Capitólio, por meio do Twitter, de verdadeiros “patriotas” e que os amava, sendo estes verdadeiros vândalos antidemocráticos.

A despeito desse triste capítulo na história dos Estados Unidos, no dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse de um novo presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva (PT), de maneira previsível por parte das Forças de Segurança e com a aparente descuido do Governo do DF, em especial do ex-ministro da justiça do Governo Bolsonaro e até então Secretário de Segurança do DF, Anderson Torres, e a anuência de setores mais radicais da polícia militar do DF e do Exército Brasileiro, vários manifestantes apoiadores do agora ex-presidente Jair Bolsonaro, aglomerados em frente aos quartéis do Exército Brasileiro por todo o Brasil, ainda que em pequenos números, como no caso da capital Rio Branco, reuniram-se virtualmente e marcaram uma mobilização nacional rumo a Brasília com a intenção de ocupar a praça dos três poderes. O dia 8 de janeiro de 2023 entraria para a galeria da desonra da historiografia brasileira quando os manifestantes se tornaram vândalos a partir do momento em que ingressaram no Congresso Nacional, no Supremo Tribunal Federal e no Palácio do Planalto, causando a destruição do patrimônio público, tornando-os assim verdadeiros criminosos.

O ataque à democracia brasileira é resultado de um conjunto de fatores, dentre eles a politização de militares, o radicalismo, autoritarismo e discursos fascistas presentes em redes sociais e grupos de direita. A liberdade de expressão não significa liberdade de promover um discurso agressivo e que promova a violência, a aniquilação e o desrespeito às instituições democráticas, pois isso fere não só a própria Constituição, como a chamada imunidade parlamentar, que é um instrumento legítimo criado para evitar violações de direito aos políticos por votos, palavras e opiniões. O STF age de maneira ágil para identificar até mesmo agentes públicos como parlamentares que participaram diretamente ou indiretamente dos

atos antidemocráticos. A Democracia brasileira demonstrou-se forte e sólida ao conseguir reverter a tentativa de Golpe de Estado com a decretação de Intervenção Federal na segurança do DF, afastamento do atual governador do estado, Ibaneis Rocha (MDB-DF), e decretação da prisão de centenas de manifestantes-criminosos e do ex-ministro da justiça Anderson Torres.

No Brasil, apenas para citar alguns casos, dois chamam bastante a atenção por causa de seus desdobramentos via internet, são eles: a forma parcial e ilegal como foi conduzida o processo que levou à prisão do ex-presidente Lula e a pressão que as Forças Armadas exerceram, através de uma nota no Twitter do ex-comandante do Exército General Villas Bôas, em decorrência do julgamento de um *habeas corpus* impetrado pela defesa do réu Lula, objetivando pressionar os ministros do STF, algo sem precedentes no que diz respeito à harmonia e aos papéis institucionais no Brasil.

A história recente é prova do poder das redes sociais e as formas de se analisar política precisam acompanhar essas transformações, neste sentido a utilização da ACP é um dos muitos métodos no campo das políticas que o pesquisador pode utilizar, desde que tenha clareza do(s) objeto(s) que pretende investigar. Para Barroso (2020, p. 83): “A internet e as mídias sociais deram lugar a desvios inquietantes. Um deles diz respeito ao desvirtuamento da comunicação social, mediante discursos de ódio e campanhas de desinformação e o assustador *deep fake*.” É importante ressaltar que a internet também é um campo de atuação de criminosos chamados de *hackers*, que acessam dispositivos eletrônicos e obtém acesso a dados sigilosos.

Um caso curioso, foi o do *hacker* que surpreendeu até a mais alta corte de justiça do Brasil, o STF, após ter acesso ao aplicativo Telegram instalado no celular de autoridades e vazou conversas que mostram a parcialidade e a relação antirrepublicana entre procuradores da Operação Lava Jato e o ex-ministro da justiça do governo Bolsonaro e ex-juiz federal Sérgio Moro. Durante a pandemia do COVID-19, até mesmo campanhas contra a vacinação e frases dúbias são vistas sendo espalhadas em redes sociais de políticos e em grupos conservadores no *Whatsapp*. Em poucas palavras, o que se vê no Brasil é o assustador crescimento de discursos negativistas com notícias fraudulentas ou *fake news* promovidas por

movimentos anticientíficos como a dos terraplanistas¹⁰ e de autoridades que dizem que a pandemia é uma “gripezinha” cuja vacinação pode levar as pessoas a se tornarem “jacarés”, dentre outras interpretações conspiratórias.

As narrativas criadas na internet e o discurso de ódio se disseminam e influenciam até mesmo o processo eleitoral, como as eleições presidenciais de 2018 e, recentemente, as eleições para prefeito da capital do Acre, Rio Branco, onde o antipetismo ficou evidente com a pífia quantidade de votos que o candidato Daniel Zen (PT-AC) recebeu. Paralelamente aos esforços dos nobres trabalhadores da saúde no enfrentamento à COVID-19, ocorre o enfrentamento à epidemia de pós-verdade. Segundo FRANCO (2021):

Segue-se que o indivíduo testará positivo quanto à doença de pós-verdade quando for pilhado apoiando ou propagando ideia pela qual não existe a Ciência, apenas a narrativa, sendo que vai valer a que tiver mais clicadas.

O sucesso eleitoral acentuado pelo triunfo das redes sociais segue como uma das grandes marcas da construção das narrativas políticas do século XXI. Tanto do lado ocidental com a crise das democracias, como do lado oriental com a chamada “Primavera Árabe”, as redes sociais ganham papel de destaque. Pode-se dizer que dos contextos apresentados pela ACP, na realidade brasileira, o que mais sofre impacto da desinformação é o da influência, como, por exemplo, a questão da compulsoriedade da vacina que acabou sendo levada ao STF e tencionando as relações montesquianas entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e, por fim, as normas derivadas dessa relação.

No campo educacional, por exemplo, no dia 30 de dezembro de 2020, na rede social Twitter, o presidente Bolsonaro anunciou que a partir do dia 04 de janeiro de 2021, os entes federativos terão dez dias para manifestar interesse em participar do programa de escolas cívico-militares. Portanto, onde houver a produção de discursos, há política e os pesquisadores podem fazer uso da ACP para acompanhar especialmente os contextos da influência e da produção de textos. A própria eleição do presidente Bolsonaro talvez seja um ensinamento sobre a arte de se fazer política nos tempos atuais na velha máxima maquiavélica em que os fins justificam os meios.

¹⁰ Terraplanista – Adj. Que ou quem acredita ou defende que o planeta Terra é plano.

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu livro “Cartas a um Jovem Político” (2017, p.41), cita a política como a arte de reunir pessoas e que: “(...) terá clara vantagem, e muito mais chances de sucesso quem exercitar o seu raciocínio para o que está adiante, quem estiver de olhos abertos para as possibilidades do futuro.” Ou seja, para que um político tenha sucesso, é preciso que pense a longo prazo e já está mais do que claro a importância das redes sociais nas eleições. Neste sentido, basta observar o crescimento do ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro e sua ascensão à Presidência da República. Para Cardoso (2017): “hoje, para ter chance de sucesso, o político precisa dominar os meios de comunicação de massa. [...] quem entra na política também deve estar disposto a viver um processo contínuo de aperfeiçoamento”. Todas essas narrativas podem ser entendidas como sendo tanto do contexto da influência como de produção de textos.

O Brasil não desistirá de sua democracia conquistada com ampla participação do povo brasileiro após a abertura política, sempre contra o autoritarismo. O estupendo crítico literário Alceu Amoroso Lima certa vez disse que “a democracia é um regime de convivência e não de exclusão. Baseia-se na liberdade, como meio de chegar à ordem (1946, p. 42).” A democracia será sempre protegida pelo exercício do livre pensamento, da igualdade e da fraternidade presente nos que desejam uma pátria verdadeiramente educadora. Doravante resta aos acadêmicos do Brasil resistência ao movimento golpista que ameaça as eleições presidenciais de 2022. Os acontecimentos do dia 8 de janeiro de 2023 mostraram duas facetas das arenas políticas: de um lado uma minoria de indivíduos que não reconhecem os valores fundamentais de uma democracia, do outro, um grupo de pesquisadores, intelectuais, juízes, professores, estudantes, religiosos e militares que estão do lado da democracia, todos guardiões da Constituição de 1988.

2.4.1 – Os Ministros da Educação do Governo Federal (2018-2022): Veléz, Weintraub e Ribeiro.

Como discutido anteriormente, o olavismo, isto é, concepções filosóficas deturpadas por meio das ideias controversos do escritor Olavo de Carvalho, esteve presente desde a campanha eleitoral do candidato Bolsonaro. Assim sendo, por

sugestão do escritor Olavo de Carvalho, o presidente nomeou como Ministro da Educação o colombiano naturalizado brasileiro Ricardo Veléz Rodriguez, que tomou posse a 1 de janeiro de 2019. O ministro Veléz teve uma breve, porém conturbada passagem pelo governo, defensor de um currículo escolar mais conservador, ele propôs a volta da educação cívica e moral. Destaca-se como uma das maiores polêmicas a proposta de obrigar que os alunos de escolas públicas cantassem o Hino Nacional e fossem filmados. O estopim e sua consequente demissão veio após propor uma revisão nos livros de história sobre o Golpe de 1964, como consequência, a ala militar pediu a sua substituição, o que foi atendido pelo presidente Bolsonaro.

Veléz foi ministro durante pouco mais de três meses, entre o início de janeiro e o dia 8 de abril de 2020. Embora controverso e com ideias de extrema-direita, o seu sucessor conseguiria superá-lo no que diz respeito às polêmicas. O substituto foi o economista Abraham Weintraub.

A passagem do ex-ministro da educação Abraham Weintraub por si só já serviria de tema de uma dissertação pelas polêmicas e ideias. Foi em sua gestão que o programa das escolas cívico-militares avançou e falas infelizes entraram para a história da educação brasileira.

Após o desligamento do senhor Weintraub, assume o “quase” doutor Carlos Decotelli, sendo ministro durante 5 dias. Oficialmente, o senhor Decotelli foi nomeado, mas por não ter tomado posse, sua nomeação foi tornada sem efeito, o que fez dele um “quase ministro”. O motivo de não ter assumido a pasta foi o fato de inconsistências em seu currículo acadêmico. Decotelli informa ser detentor de título de doutorado pela Universidade Nacional de Rosário, o que foi desmentido pelo próprio reitor da universidade argentina. O vexame nacional aumentaria com a descoberta de indícios de plágio em sua dissertação de mestrado.

Com tantas polêmicas em seu currículo, o presidente da República nomeia o pastor presbiteriano Milton Ribeiro, uma indicação feita pela ala militar. Sua atuação tem sido bastante discreta. Chama a atenção a nomeação de um indivíduo que representa um grupo religioso e ao mesmo tempo o empresariado, já que Milton Ribeiro também foi reitor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, uma instituição de ensino superior privada.

A atuação do deputado Jair Messias Bolsonaro na Câmara dos Deputados foi repleta de polêmicas em seus mais de 30 anos de atuação na política. Para se ter

ideia de algumas de suas várias polêmicas, no primeiro volume do livro “Diários da Presidência (2015)”, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), cita uma breve passagem sobre o deputado Bolsonaro ocorrida em março de 1995:

No mesmo dia houve algo desagradável. O Luiz Carlos Bresser-Pereira (Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado) foi profundamente ofendido por um tal de Bolsonaro, que, segundo me dizem, foi capitão e é deputado. Isso não é aceitável. Já disse de forma muito enérgica que não posso concordar. Pedi aos líderes, na reunião que tivemos ontem no ministério, que levassem adiante o processo de cassação dele por falta de decoro, porque acho que o governo tem que reagir a esse tipo de ação. (CARDOSO, 2015, p. 106-107).

Há somente uma citação sobre o Bolsonaro enquanto deputado nos diários do presidente FHC, mas como se observa no relato, seu temperamento era tão forte a ponto de o presidente sugerir uma reação à ação grotesca de Jair.

No ano de 2016, surge uma esperança para o tratamento do câncer. Os noticiários passam a dar atenção a um suposto medicamento criado pelo professor Gilberto Orivaldo Chierice, do prestigiado Instituto de Química de São Carlos, uma das mais conceituadas da América Latina. O pesquisador anunciou ter descoberto uma pílula capaz de curar o câncer. Entretanto, a pílula não tinha nenhuma comprovação científica porque não passou pelos criteriosos procedimentos de aprovação pela Anvisa, sendo, portanto, considerada inválida para utilização na população que sofre de câncer, o desconhecimento dos efeitos da pílula poderia, por exemplo, prejudicar a utilização de tratamentos mais convencionais contra essa doença, como a quimioterapia.

Milhares de pacientes em tratamento contra o câncer, especialmente os em fase terminal, entraram na justiça para terem direito a utilização do medicamento, alegando ser a última esperança. O debate chegou ao Congresso Nacional e um dos primeiros defensores de sua utilização, mesmo sem eficácia científica comprovada, foi o Deputado Jair Messias Bolsonaro. Curiosamente, à época, em contrapartida, o ex-ministro da saúde do governo Bolsonaro, então Deputado Federal, Luiz Henrique Mandetta, foi expressamente contra a aprovação do medicamento, analisando a questão numa perspectiva científica já que ele também é médico. No fim, o medicamento foi aprovado e levado para sanção da ex-presidente Dilma.

No início de 2020 surge a pandemia do Covid-19. Nos primeiros meses, surge a informação de que o medicamento “Hidroxicloroquina” seria eficaz contra o vírus, uma afirmação falsa e sem comprovação científica. O Presidente Jair Bolsonaro publicamente iniciou a defesa do medicamento, mesmo sem comprovação científica alguma, aumentando o discurso negacionista, isto é, contrário à ciência e até mesmo a órgãos renomados do próprio governo como a Anvisa, responsável pela aprovação de medicamentos. Ambos os casos guardam semelhanças porque nos dois casos, o político Bolsonaro fez a defesa de medicamentos sem comprovação científica, influenciando as pessoas através do exercício de seu mandato.

Após a redemocratização, as palavras do ex-presidente Figueiredo sobre sair do quartel e entrar para o mundo da política parecem ecoar no século XXI, dizia ele: “no quartel só se falava em cumprir dever, em bandeira, defender o Estado, viva a pátria, era o dia inteiro isso. E aqui fora (na presidência), você só via interesse particular. A última coisa que eu ouvia falar era no Brasil.” Desde que assumiu o poder, tem sido sublime e conturbada a era Bolsonarista, em especial no combate à pandemia do COVID-19.

Na política, a desatenção pode custar muito, a exemplo do que ocorreu com a ex-presidente Dilma, que sofreu um processo de *impeachment* por falta de uma base de apoio no Congresso Nacional por não atender aos interesses políticos dos aliados conspiradores, configurando-se assim, para indivíduos mais à esquerda, um golpe de estado. Do ponto de vista hermenêutico, os políticos na função de juízes que votaram favoravelmente ao impedimento, fizeram um julgamento político, mas jamais técnico.

Em dezembro de 2019 alguns jornais no Brasil anunciavam que uma nova doença havia sido detectada em Wuhan, na China. Talvez a notícia tenha passado despercebida num primeiro momento já que tragédias e desastres naturais fazem parte do cotidiano televisivo. Contudo, aquela notícia era o início da que já pode ser considerada a maior pandemia do século XXI e mudaria para sempre a forma de se viver; a tecnologia passaria a fazer cada vez mais parte do cotidiano das pessoas e anglicismos como “*lockdown*”, “COVID (*Corona Virus Disease*)” e “*home office*” entrariam para sempre no vocabulário das pessoas. No dia 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) decretou estado de pandemia, situação inédita para as gerações que não vivenciaram a uma das mais mortais pandemias já

enfrentadas pela humidade um século antes, isto é, a da gripe espanhola ocorrida em 1918.

Ante a estranha notícia, o mundo aos poucos parava e o pânico começava a tomar conta das pessoas. No Brasil, os gestores das cidades se viam cada vez mais pressionados a tomarem uma decisão e as responsabilidades dos entes federativos Estados, Municípios, União e DF seriam colocados à prova. Ao passo que a pandemia se espalhava em todo o território nacional, havia também uma epidemia de desinformação e negacionismo liderada pelo Presidente da República Jair Bolsonaro. De acordo com CARVALHO *et al* (2021):

No Brasil, uma política sistemática de negação dos riscos da pandemia por parte do Presidente da República Jair Bolsonaro, contrariando, inclusive, a posição oficial do Ministério da Saúde do País, que alertava para a grave crise que se avizinhava, fez com que a situação atingisse proporções preocupantes, obrigando os Estados a assumirem a responsabilidade por ações mais efetivas de combate à Covid-19 (CARVALHO, *et al*, 2021, p. 127).

Para piorar mais ainda a situação, a falta de atuação do Governo Federal levaram à questão da responsabilidade e limites de atuação de cada ente federado, levando o Supremo Tribunal Federal (STF) a entrar em campo e decidir que todos deveriam atuar juntos para garantir a proteção da população. Ainda assim, o senhor presidente Bolsonaro utiliza até hoje a decisão para espalhar notícias fraudulentas de que o STF tirou os seus poderes para atuar no combate ao vírus. O que se observa é a tentativa do senhor Jair Bolsonaro de culpar outros poderes pela ineficaz atuação do Governo Federal e tirar o foco para as duvidosas compras licitatórias de vacinas, esta última objeto de investigação na Comissão Parlamentar de Inquérito da COVID-19 do Congresso Nacional. O Brasil vive, perigosamente, uma crise entre os três poderes, mais acentuadamente entre o judiciário e o executivo.

No dia 28 de março, Milton Ribeiro deixa o cargo de Ministro da Educação. A 22 de junho de 2022, o agora ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro é preso pela Polícia Federal por ordem da Justiça Federal, acusado de tráfico de prevaricação, corrupção passiva, advocacia administrativa e tráfico de influência. Em seu lugar, assume a partir do dia 29 de março, interinamente, Victor Godoy Veiga, um servidor público de carreira. No dia 14 de abril de 2022, assume de maneira efetiva o cargo, tornando-se, então, o último ministro da Educação do

governo Bolsonaro, que, em uma de suas últimas ações políticas, defendeu o modelo de gestão compartilhada proposto pelo Pecim, sendo contrário aos apontamentos contidos no Relatório de Transição (2022) sobre essa política educacional, produzido por membros do novo governo Lula.

Na próxima seção, aborda-se com maiores detalhes o processo de elaboração da Política Nacional das Escolas Cívico-Militares através dos contextos da Abordagem do Ciclo de Políticas, seus desdobramentos e sua situação no ordenamento jurídico brasileiro.

3 – AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES À LUZ DO CICLO DE POLÍTICAS

Nesta seção, que se encontra dividida em três subseções, aborda-se alguns elementos do processo de elaboração do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares por meio dos contextos da Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), enfatizando a situação de (i) legalidade da política de escolas cívico-militares no ordenamento jurídico brasileiro e os projetos de lei sobre o Programa em tramitação no Congresso Nacional.

Cinco gráficos analíticos foram produzidos a partir de dados fornecidos pelo MEC através da Lei de Acesso à Informação. Os gráficos abordam desde o quantitativo de escolas que aderiram ao Pecim por região até a quantidade de recursos investidos para impulsionar essa política educacional. Por fim, alguns projetos de Lei relacionados ao Pecim em tramitação no Congresso Nacional são apresentados e analisados.

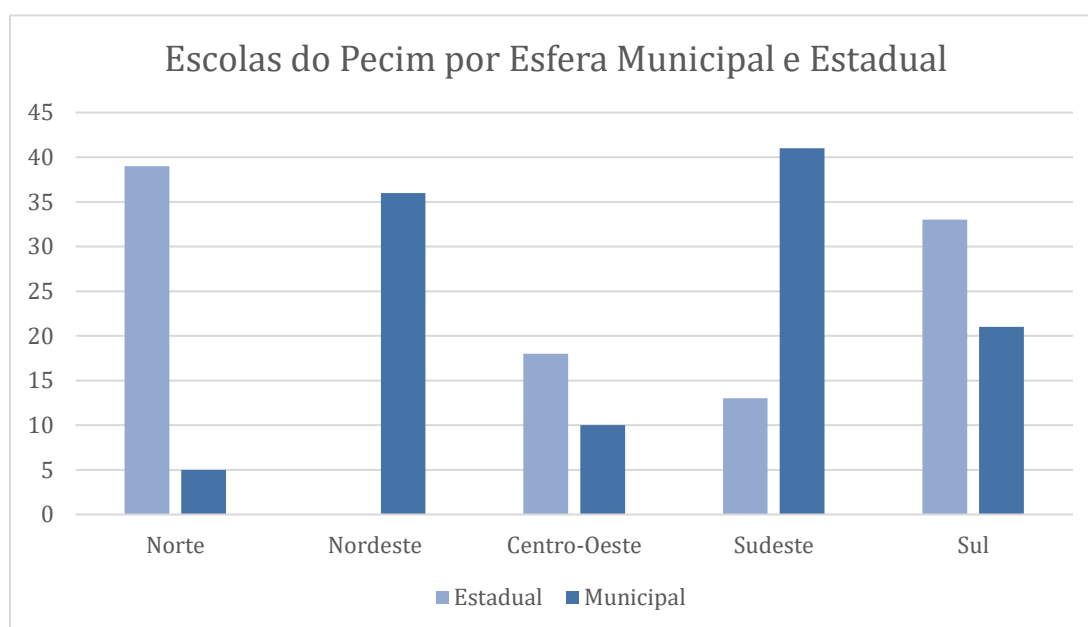
3.1 – O PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES: OS CONTEXTOS DAS INFLUÊNCIAS E O DA PRODUÇÃO DE TEXTOS

As políticas públicas educacionais nascem através do discurso, aliás, toda e qualquer política passa pelo discurso porque produz relações de poder. As eleições de 2018 que elegeram um governo mais à direita para comandar o executivo brasileiro significaram a chegada do conservadorismo ao poder. Desde a época em que atuava como deputado federal, como já visto, o presidente eleito no pleito de 2018, defendeu a necessidade de implantação de escolas militares no Brasil. Para o ex-militar que ascendeu à presidente da República, o que está gravado nos livros de história e na vasta literatura acadêmica sobre a temática, por exemplo, do golpe de

1964 seria uma verdadeira inspiração e um exemplo de “revolução”. O saudosismo da época em que o regimento político brasileiro estava sob guarda de militares, serviu de inspiração por uma presença maior do exército no controle social através da adesão de militares na política, e a equivocada ideia de que somente uma educação conservadora, militarizada e hierárquica poderia melhorar os alarmantes índices educativos na nação brasileira, indo de encontro, inclusive, com os preceitos fundamentais resultantes da abertura política com a promulgação da Constituição Cidadã de 1988.

Com o Pecim houve uma grande adesão de estados e municípios, o gráfico a seguir mostra o quantitativo de escolas que aderiram ao programa, divididos por esfera municipal e estadual, entre os anos de 2020 e 2022. Veja:

GRÁFICO 1: QUANTITATIVO DE ESCOLAS QUE ADERIRAM AO PECIM POR ESFERA MUNICIPAL E ESTADUAL ENTRE 2020 E 2022

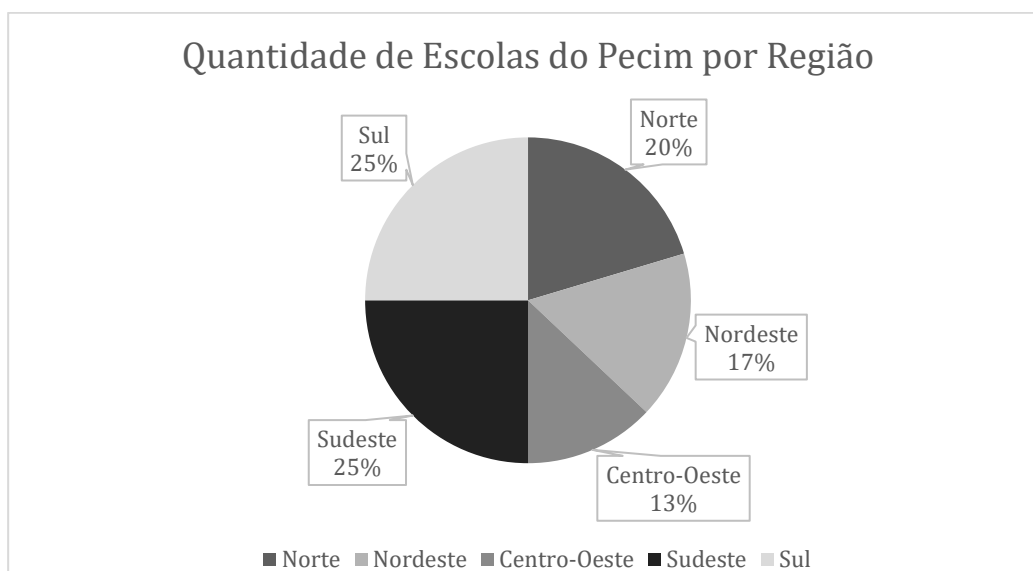


Fonte: gráfico elaborado pelo autor, 2022.

O Gráfico 1 mostra que na região Nordeste os governos Estaduais não aderiram ao Pecim, sendo a adesão de todas as escolas cívico-militares feitas pela esfera municipal. Destaca-se também a região Norte, pois, há uma baixa adesão por parte da esfera municipal, sendo, portanto, os governos estaduais os responsáveis pela manifestação de interesse de ter escolas militarizadas. É possível observar por meio destes números que o Governo Federal se aproxima cada vez

mais da meta de chegar a 216 escolas ainda em 2022, ano em que se encerra o Governo de Jair Bolsonaro, ressalta-se que a meta inicial era até 2023. Contudo, com a eleição do presidente Lula, a tendência é que a adesão ao Pecim seja descontinuada. O segundo gráfico mostra a quantidade de escolas cívico-militares que fazem parte do Pecim distribuídos por região.

GRÁFICO 2: PORCENTAGEM DE ESCOLAS QUE ADERIRAM AO PECIM POR REGIÃO ENTRE 2020 E 2022

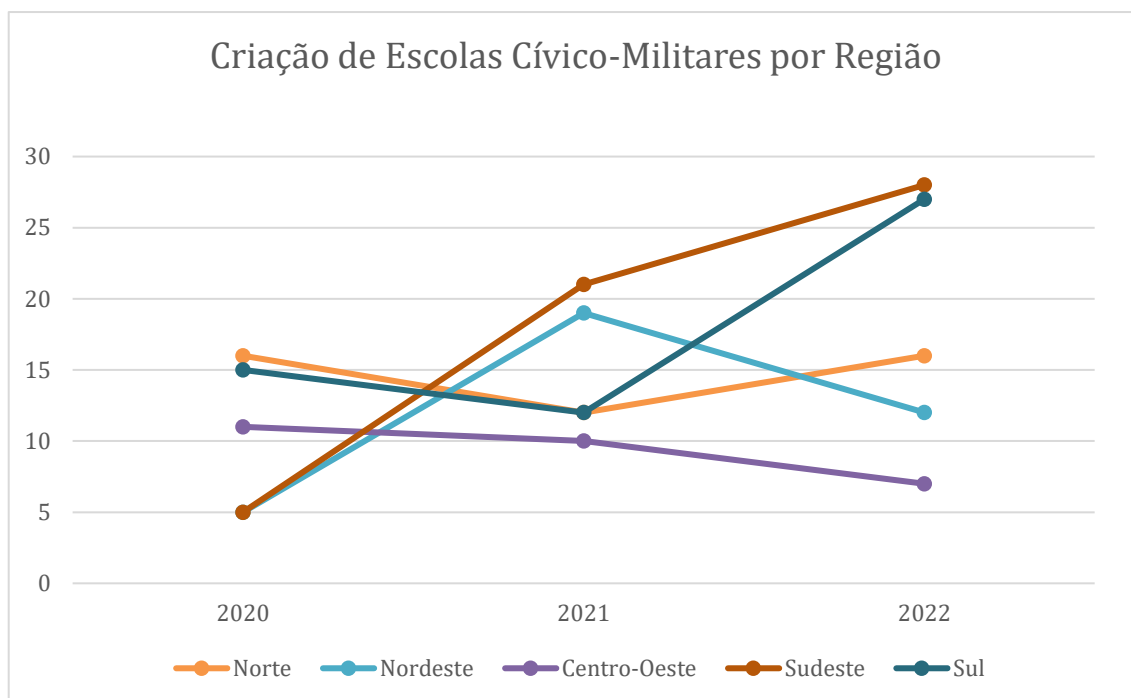


Fonte: gráfico elaborado pelo autor, 2022.

Fazendo uma análise do Gráfico 2, observa-se que as regiões Sul e Sudeste lideram o quantitativo de escolar por região. Como a região Sudeste concentra a maior parte da população brasileira, em termos populacionais, é plausível que seja a com maior número. Chama a atenção os números da região Sul e da região Nordeste. No Nordeste, apesar de ser a região que abriga a segunda maior concentração populacional, é um dos que menos aderiu ao Pecim. Os números da região norte são significativos. Todos esses dados quantitativos não são por acaso, eles estão ligados com o contexto da influência, seja ela de partidos políticos, ideologias e grupos de interesse; ao contexto da produção de textos, como os documentos legais (termo de adesão, regimento interno, manual do aluno); e, ao contexto da prática, onde a política educacional pode ser recriada. Inclusive, ao comparar os dados fornecidos através da LAI, em momentos diferentes, observa-se

uma variação no quantitativo que estavam em processo de adesão, algumas escolas desistiram, por algum fator típico do contexto de influência, e não constam mais nos dados mais atualizados disponibilizados pelo MEC.

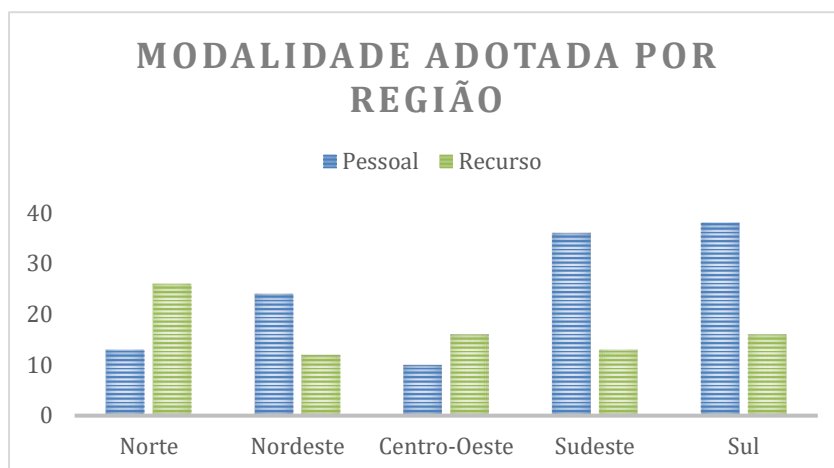
GRÁFICO 3: CRIAÇÃO DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES POR REGIÃO



Fonte: gráfico elaborado pelo autor, 2022.

Sobre o Gráfico 3, observa-se que em 2020, a Região Sudeste abriu apenas 5 escolas, enquanto a região Norte abriu mais de 15 escolas. Em 2021, a Região Sudeste, que em 2020 foi a região que menos abriu escolas, em 2021 deu um salto passando a ser a região que mais criou escolas (abrindo mais de 20 escolas). As Regiões Sudeste e Nordeste tiveram aumento em relação ao ano anterior enquanto as outras regiões tiveram decréscimo. Em 2022, a Região Sudeste aparece como a região que mais abriu escolas, seguido das regiões Sul e Norte, enquanto as regiões Nordeste e Centro-Oeste apresentaram decréscimo em relação ao ano anterior.

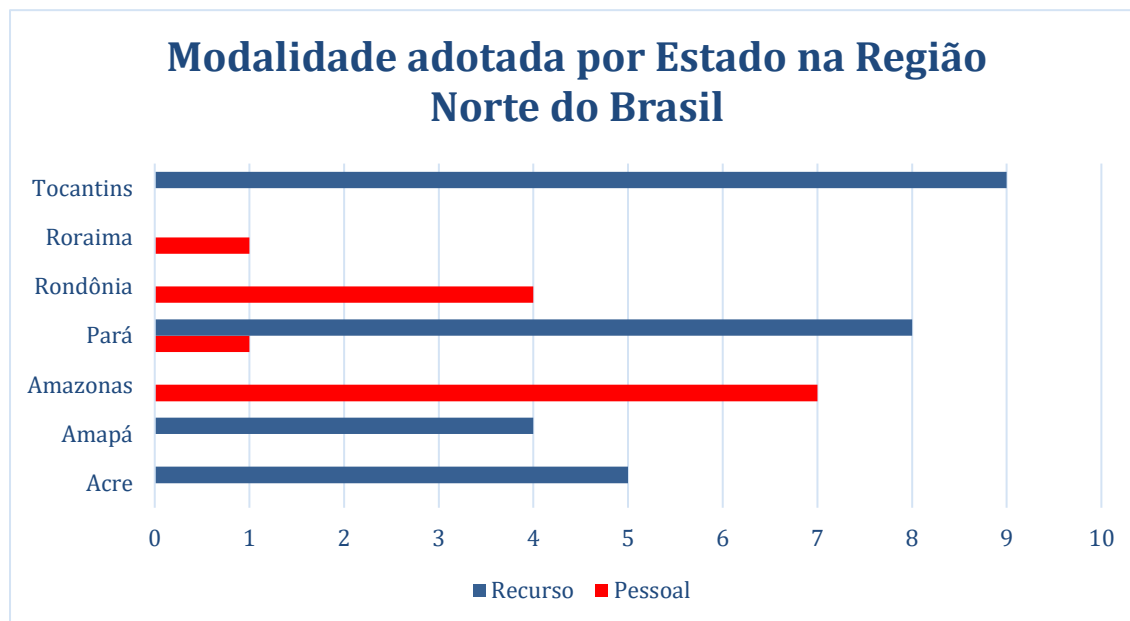
O Gráfico 4 demonstra como está a distribuição por cada uma das 5 regiões do Brasil da modalidade de pactuação adotada, ou seja, se é pessoal ou recurso. Observe:

GRÁFICO 4: MODALIDADE DE PACTUAÇÃO ADOTADA NAS REGIÕES DO BRASIL

Fonte: gráfico elaborado pelo autor, 2022.

O Gráfico 4 demonstra duas modalidades de pactuação: o modelo de disponibilização de pessoal e o de repasse de recurso. No modelo pessoal, o MEC disponibiliza pessoal das Forças Armadas para atuarem nas Ecims, e, em contrapartida, os estados, o Distrito Federal ou os municípios fazem o aporte financeiro necessário à implementação do modelo nas escolas selecionadas; no modelo de repasse de recurso, o MEC faz o aporte financeiro para as adaptações das escolas, e, em compensação, os estados disponibilizarão militares do Corpo de Bombeiros ou da Polícia Militar para atuarem nas unidades escolares militarizadas, arcando com os seus custos. A região Sul lidera a modalidade pessoal embora não seja a mais populosa. Já a região norte registra uma maior adoção da modalidade recurso. A região Centro-Oeste é a mais equilibrada, ainda assim, com uma vantagem sobre as escolas cívico-militares que adotaram a modalidade recurso.

O Gráfico 5, por sua vez, mostra a modalidade mais adorada por cada estado da região Norte, lança-se, assim, um olhar micro a respeito da pactuação, sendo possível acompanhar como cada estado nortista participa dessa política. Em azul está a modalidade recurso e em vermelho a modalidade pessoal, permitindo assim uma melhor visualização dos dados.

GRÁFICO 5: MODALIDADE ADOTADA POR ESTADOS DA REGIÃO NORTE

Fonte: gráfico elaborado pelo autor, 2022.

No Gráfico 5, observa-se que os Estados da região Norte: Roraima, Rondônia, Pará e Amazonas, adotaram a modalidade pessoal; já os estados do Tocantins, Amapá e Acre, adotaram somente a modalidade recurso. O estado do Pará é o único que conta com a presença das duas modalidades, ainda que o número das que adotaram o recurso seja maior que a do pessoal.

Com o encaminhamento da resposta sobre valores já empenhados pelo Governo Federal para custear o Pecim (Anexo VI), obtidos através da LAI, em 2020 destinou-se o montante de R\$ 14.999.252,74 e em 2021, o vultoso total de R\$ 46.483.638,22. Para 2022, a previsão é de R\$ 47.000.000,00 (BRASIL, 2022). De 2020 até 2021, houve um aumento de 210% de recursos financeiros, de 2021 até 2022, o aumento foi de 1,11% e se comparado o valor inicial em 2020 com 2022, chega-se a um aumento de aproximadamente 213,35%.

3.2 – A (I)LEGALIDADE DA POLÍTICA DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Nesta subseção, analisar-se-á como o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares não são amparadas pela legislação educacional brasileira e as omissões que a tornam, do ponto de vista formal, inconstitucionais. Inicialmente, discute-se alguns processos contrários a essa política educacional, como a liminar da Justiça de São Paulo da 14ª Vara da Fazenda Pública que barrou a criação de uma escola cívico-militar na rede paulista.

O PECIM surge através do Decreto Presidencial nº 10.0004, de 5 de setembro de 2019. Esse instrumento normativo é privativo do Chefe do Poder Executivo, conforme consta na Carta Magna de 1988, em seu Art. 84, inciso IV: “Compete privativamente ao Presidente da República: IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução (BRASIL, 1988).

QUADRO 1: DOCUMENTOS NORMATIVOS DO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

Nº	DOCUMENTO/ESFERA	DO QUE TRATA
01	Decreto Nº 9.940, de 24 de julho de 2019	Altera o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, que aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200).
02	Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019	Aprova a estrutura regimental do MEC.
03	Lei nº 13.005 (Plano Nacional de Educação), de 25 de junho de 2014	Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
04	Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), de 20 de dezembro de 1996	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
05	Lei nº 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente), de 13 de julho de 1990, art. 53	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

Nº	DOCUMENTO/ESFERA	DO QUE TRATA
06	Constituição Federal, art. 227, caput	Capítulo VII - Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.
07	Decreto Nº 10.004, de 5 de setembro de 2019	Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares.
08	Portaria nº 2.015, de 20 de novembro de 2019	Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim - em 2020, para consolidar o modelo de Escola Cívico-Militar - Ecim.
09	Portaria Nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020	Regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.
10	Portaria Nº 40, de 22 de janeiro de 2021	Altera a Portaria nº 1.071, de 24 de dezembro de 2020, que regulamenta a implantação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2021, para implementação das Escolas Cívico-Militares - Ecim nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.
11	Portaria nº 925, de 24 de novembro de 2021	Regulamenta a execução do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim em 2022, visando à implantação de Escolas Cívico-Militares - Ecim, nos estados, nos municípios e no Distrito Federal.
12	Portaria nº 852, de 28 de outubro de 2021	Regulamenta a certificação das Escolas Cívico-Militares que adotam o modelo do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - Pecim.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, 2022.

Em termos normativos, a primeira movimentação para abrir caminho para o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), ocorreu com a criação da

Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim), no primeiro semestre de 2019, por iniciativa do Governo Federal (2018-2022) por meio do art. 2º, inciso II, item 5, do Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019:

“Art. 2º: O Ministério da Educação tem a seguinte estrutura organizacional: II - órgãos específicos singulares: a) Secretaria de Educação Básica: 5. Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares.”

Na primeira publicação, houve um erro no número do decreto, sendo retificado na Edição Extra Nº 1-B do Diário Oficial da União do dia 02 de janeiro de 2019: “Na epígrafe, onde se lê: Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, leia-se: Decreto nº 9.665, de 2 de janeiro de 2019.” No Art. 19 do Decreto nº 9.665/2019, aparecem as competências desse novo órgão do MEC, sendo elas:

“I - Criar, gerenciar e coordenar programas nos campos didático-pedagógicos e de gestão educacional que considerem valores cívicos, de cidadania e capacitação profissional necessários aos jovens;

Chama a atenção a promoção de valores cívicos, o que lembra a matéria de educação moral e cívica, muito comum no período ditatorial brasileiro (1964-1985). O ministro da educação à época da publicação da matéria, era o colombiano naturalizado brasileiro Ricardo Veléz Rodriguez, que tomou posse a 1 de janeiro de 2019, como já visto na seção anterior, o ministro Veléz teve uma breve, porém conturbada passagem à frente do MEC.

A Secim também trouxe à baila um modelo educacional que une valores das escolas públicas tradicionais e o modelo pedagógico praticado nos Colégios Militares. Ainda sobre as suas competências, tem-se o seguinte no inciso seguinte:

II - propor e desenvolver um modelo de escola de alto nível, com base nos padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos colégios militares do Exército, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, para os ensinos fundamental e médio;

Assim sendo, começou-se a estruturar o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. A subsecretaria tem como responsabilidade propor, desenvolver e implantar um modelo de escola de alto nível como projeto nacional, levando-se em

conta os padrões de ensino e modelos pedagógicos empregados nos Colégios Militares, estes, por sua vez, compõem a estrutura administrativa, orçamentária e organizacional das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica) ou Forças de Segurança (Polícias Militares ou Bombeiros Militares).

Outras atribuições da Secim são: promover a adesão voluntária ao modelo pelos entes federados; implementar um projeto nacional através da integração e parceria com entidades civis e órgãos governamentais em todos os níveis; promover a concepção de escolas cívico-militares, com base em requisitos técnicos e pedagógicos; realizar, em conjunto com as redes de ensino, a avaliação das demandas dos pedidos de manutenção, conservação e reformas das futuras instalações das escolas cívico militares; propor, desenvolver e articular a autoria e o desenho instrucional de cursos de capacitação, em colaboração com as diretorias da Secretaria.

O Pecim foi lançado oficialmente na Semana da Pátria, com a assinatura do Decreto que estabelece os princípios, objetivos, diretrizes, público-alvo, operacionalização, avaliação e certificação do modelo MEC de Escolas Cívico-Militares. A solenidade no Palácio do Planalto reuniu o Presidente da República e o Ministro da Educação.

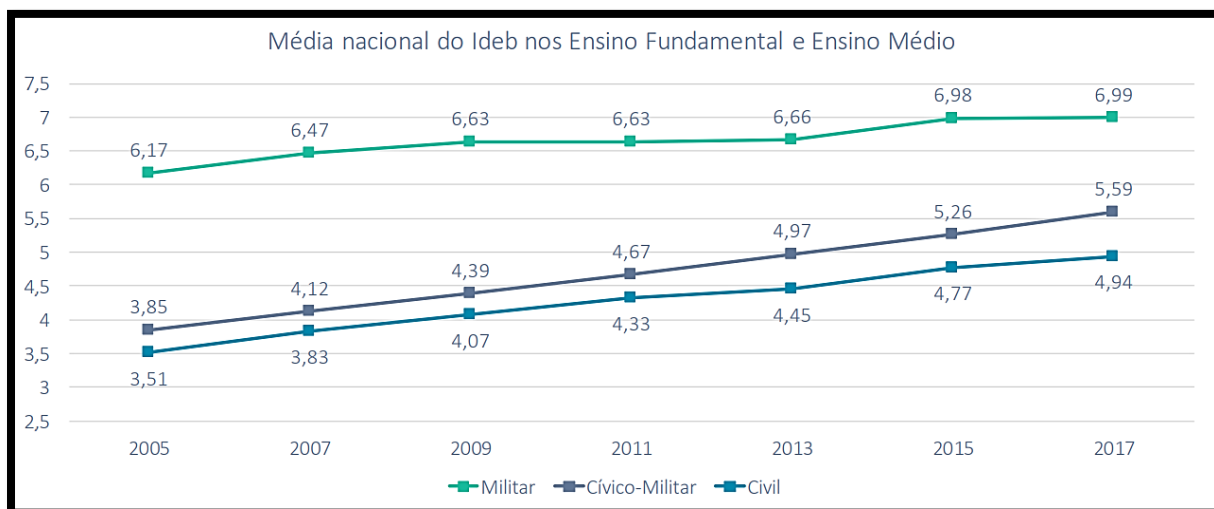
Até 2023 espera-se a criação de 216 escolas espalhadas por todo o Brasil, dos rincões da Amazônia até os municípios do extremo Sul do Brasil. No Acre, em 2018, o governador Gladson Cameli (2018-2022) inaugurou duas escolas que aderiram ao programa bolsonarista, uma em Senador Guimard e outra em Cruzeiro do Sul.

Durante a apresentação da Carta de Compromisso Nacional com a Educação Básica, uma das metas é transformar o Brasil numa referência na América-Latina. Na parte que trata dos projetos transversais aparece a implantação de escolas cívico-militares por meio do fomento e fortalecimento dessa política. Para justificar a implantação desse modelo de gestão escolar, o MEC apresentou dados do Ideb com um comparativo entre as escolas militares, cívico-militares e civis. De acordo com o documento, a meta é “aproximar e igualar, progressivamente, o Ideb das Escolas Públicas do Ensino Básico ao Ideb dos Colégios Militares” (BRASIL, p.29).

O Gráfico 6 é o mesmo que aparece no documento do MEC, demonstra um comparativo da média nacional entre os Colégios Militares, os civis e as escolas militarizadas, refletindo-se uma justificativa muito presente em quem defende o

modelo cívico-militar, tomando-se como argumento os resultados obtidos pelos colégios militares em avaliações em larga escala, como se pode ver a seguir:

GRÁFICO 6 – MÉDIA NACIONAL DO IDEB NOS ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO



Fonte: MEC, 2019.

Com o objetivo de obter maiores informações sobre o quantitativo de escolas que aderiram ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, uma primeira manifestação foi registrada no site Fala.BR no dia 14 de outubro de 2021, onde solicitou-se o acesso ao quadro de escolas no Brasil que aderiram e que estão aderindo ao Programa, já que de acordo com o site do Programa, a proposta é implantar 216 Escolas Cívico-Militares em todo o país, até 2023, sendo 54 por ano. A ideia da solicitação era verificar o cumprimento da meta por parte do Governo Federal e mapear as escolas que aderiram ou estavam em processo de adesão em todo o território nacional.

Assim sendo, o MEC foi questionado a respeito da quantidade de escolas que já foram implementadas desde a inauguração do programa até o mês de setembro de 2021, um detalhamento com o nome e localidade das escolas e o montante de recurso que já foi destinado ao programa. Por lei, o prazo máximo para o MEC encaminhar a resposta seria o dia 04 de outubro de 2021. A resposta veio no dia 27 de setembro, portanto, dentro do prazo legal. De acordo com as informações repassadas pela Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares - DECIM/SEB, no ano de 2020 foram investidos, aproximadamente, R\$ 15 milhões e, em 2021, não foram disponibilizados recursos. A última informação é curiosa, já que o Governo

Bolsonaro não investiu em 2021 recursos nem mesmo para a manutenção do próprio programa. Ademais, a DECIM/SEB encaminhou uma lista com a quantidade, região, estado, nome da escola e modalidade.

A expansão das escolas militarizadas tem enfrentado uma série de questionamentos por parte de educadores e do poder judiciário em diversas unidades da federação, como Goiás, Amazonas, Piauí, Rondônia, São Paulo e Bahia.

No Piauí, o Ministério Público notificou a Secretaria Estadual de Educação, recomendando a suspensão imediata dessa modalidade de escolas, por haver sido demonstrado que, nessas instituições, policiais militares estavam exercendo funções de natureza civil, como as de diretor, coordenador e supervisor, entre outros.

Na Bahia, o Ministério Público Federal, por meio da Recomendação nº 04/2019/PRDC/BA/MPF, instruiu as escolas públicas municipais do Estado que passaram a ter gestão compartilhada com a Polícia Militar a deixar de restringir indevidamente a liberdade de expressão e a intimidade ou violar a vida privada dos alunos, seja por meio de imposição de padrões estéticos, pelo controle de publicações levadas pelos estudantes para a escola ou postadas em redes sociais, ou proibição de participação em manifestações, entre outras restrições consideradas pelo órgão como inconstitucionais e inúteis do ponto de vista da melhoria do ensino.

Na referida Recomendação, o MPF-BA destaca, ainda, que o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA (Lei nº 8.069/90) prevê o direito à “inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais” (art. 17). Essa divergência entre o MPF e o Governo da Bahia, também ocorreu no Estado do Acre, uma vez que conjuntamente o MPF e o MPAC, enviaram recomendação ao Comando da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, bem como ao Governo do Estado do Acre, recomendando uma série de mudanças nos Colégios Militares do Acre, pois, na análise dos procuradores, nem todos os alunos procuram um ensino vocacional, sendo 50% das vagas ocupadas por civis, sendo, desaconselhável por ferir direitos fundamentais, a imposição de certos padrões estéticos e comportamentais.

No Estado de São Paulo, o Pecim foi considerado inconstitucional pelo Tribunal de Justiça. Observa-se assim, que há vários processos contra essa modalidade de ensino e que há muitos questionamentos jurídicos que precisam ser pacificados. Em Rondônia, o procurador-geral de Justiça impetrou Ação Direta de Inconstitucionalidade contra leis e decretos que regulamentam e ampliam a rede de escolas cívico-militares no Estado, apontando irregularidades como a incompatibilidade de atribuições, a retirada de autonomia das escolas, a possibilidade de implementação de privilégios em relação à reserva de vagas para dependentes de militares, entre diversas outras.

O Pecim usa trechos da Constituição Federal e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) como base legal, ignorando outros artigos que são contrários ao entendimento inicial. Um exemplo disso, são o artigo 206, inciso VII, da CF/88 e o artigo 9º, inciso III, da LDB. O primeiro traz a determinação de que o ensino será ministrado tendo-se como base o princípio da garantia do padrão de qualidade, já o segundo, estabelece que a União prestará assistência técnica e financeira aos entes da federação para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino. Contudo, o Pecim acaba por violar o artigo 3º da própria LDB, que trata dos princípios que o ensino deve seguir, ao imprimir caráter ideológico às escolas públicas uma vez que se promove em escolas militarizadas uma educação amparada na hierarquia, impondo, inclusive, disciplina comportamental rígida, indo de encontro, conseqüentemente, com os incisos II e III do próprio artigo 206 da CF/88, que, por sua vez, trata da liberdade de aprender e pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. As violações aos direitos fundamentais tornam a proposta controversa e inconstitucional.

3.3 – PROJETOS DE LEI SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO CONGRESSO NACIONAL

No Congresso Nacional, os deputados federais e senadores eleitos podem propor, por força de ofício, uma série de projetos de lei (PL) que afetam diretamente a vida do povo brasileiro. Nesta subseção, estuda-se três propostas que apareceram na Câmara dos Deputados após a criação do Pecim, a saber: PL nº4887/2019, de autoria da senhora deputada Carla Zambelli (PSL-SP); PL nº

4938/2019, criado pelo senhor deputado Mário Heringer (PDT-MG); e, por fim, o PL nº1714/2022, do senhor deputado Bibó Nunes.

O PL nº4887/2019 foi elaborado pela base de apoio do Governo Federal (2018-2022). Em seu caput, aparece que o projeto “estabelece a obrigatoriedade da aplicação do modelo cívico-militar à todas as escolas públicas da educação brasileira.” Como visto anteriormente, de acordo com dados do Inep por meio do Mapa da Coleta, no Brasil aproximadamente 184.333 escolas públicas, destas, até agosto de 2022, conforme dados obtidos pela LAI, 204 aderiram ao Pecim, com a previsão de mais 12 até o final de 2022, totalizando-se, portanto, 216 escolas cívico-militares. Em termos numéricos, isso representa cerca de 0,15% de todas as escolas. O referido projeto da deputada Carla Zambelli, visa alcançar o surpreendente número de 100. Eis a íntegra do Art. 1º e seu parágrafo único:

Art. 1º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino de forma a adotar o modelo cívico-militar em toda a rede pública da educação básica. Parágrafo único. As escolas cívico-militares nos sistemas de ensino municipais, estaduais e distrital terão como base a gestão administrativa, educacional e didático-pedagógica adotada por colégios militares do Exército, das Polícias Militares ou dos Bombeiros Militares. (ZAMBELLI, 2019).

O parágrafo único propõe que tanto a gestão administrativa, como educacional e didático-pedagógica tenha como base os colégios militares das Forças Armadas ou das Forças de Segurança, ou seja, abre precedente para que a gestão militar tenha total controle da gestão civil. Ademais, o Art. 2º estabelece que a rede pública de ensino da educação básica de todo o Brasil implemente esse modelo em até 5 anos. O PL também vem acompanhado de uma justificação, que usa dados da *Pearson International*, uma organização internacional, que coloca o país em penúltimo lugar numa lista de 40 países em relação aos índices educacionais. Observa-se nesse contexto de produção de texto, as influências de organismos internacionais na formulação de políticas, característica do contexto de influência, evidenciando assim, o caráter heurístico da ACP.

As avaliações em larga escala, mais uma vez, são usadas como justificativa para atestar que o modelo presente em colégio militares seguem um padrão de qualidade que deveria se espalhar para todas as instituições escolares:

“(…) é de conhecimento público que as escolas militares apresentam elevados índices nas avaliações realizadas pelo MEC. O alto padrão de ensino dos colégios militares é evidenciado pelos índices de aprovação dos seus alunos no Exame Nacional do Ensino Médio e demais avaliações realizadas no país.”

A justificativa cita ainda que por meio do modelo cívico-militar a escola muda sua infraestrutura e a gestão administrativa, que passa a ser gerida por militares, para atender ao Pecim. Até mesmo as regras de vestimenta e regras de comportamento aparecem no texto “(…) as escolas militares também são reconhecidas pela disciplina e pelas regras de comportamento e vestimenta aplicadas aos alunos (ZAMBELLI, 2019). O PL segue como justificação dados do Ideb de que a média em colégios civis é 4,94 e nos colégios militares é 6,99. O questionamento que fica é: em relação ao quantitativo de escolas públicas de todo o Brasil, qual a porcentagem que esses colégios militares representam? O Pecim é somente 0,15%, bem longe de 1%, com mais de 200 escolas; colégios militares ligados somente ao Ministério da Defesa são 14. Não se transforma todas as escolas públicas do Brasil em militares em poucos anos e, muito menos, sem estudos que comprovam a eficácia desse modelo sem aplicar parâmetros verdadeiramente pedagógicos e menos quantitativos com foco em resultados de aprovação em cursos de vestibular, até porque os colégios militares são pensados para atender os filhos de militares, logo, de uma elite.

A apresentação do Projeto de Lei n. 4887/2019 ocorreu no dia 04 de setembro de 2019 e no dia 25 do mesmo mês, ocorreu a devolução da preposição por ir de encontro com a Constituição Federal. O próprio Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em seu Art. 137, § 1º, alínea b, regulamenta que a Presidência da Câmara devolverá ao autor do projeto qualquer preposição que seja evidentemente inconstitucional, pois, o projeto apresentado contraria o Art. 22, inciso XXIV; e art. 24, inciso IX, da Constituição Federal. O Art. 22 e o seu referido inciso, atesta que compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional; já no Art. 24, inciso IX, aparece que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação. Havia a possibilidade regimental de recorrer, contudo não houve mais manifestação da autora do projeto, sendo, então, arquivado.

No dia 10 de setembro de 2019, o deputado federal Mário Heringer (PDT-MG), apresentou o PL nº 4938, que visa acrescentar o Art. 24-A à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, disciplinando a gestão cívico-militar nas escolas públicas de educação básica. O extenso Art. 24 da LDB trata de regras que se aplicam aos níveis fundamental e médio, a proposta de acréscimo visa disciplinar a gestão cívico-militar nas escolas públicas e dá outras providências.

A proposição visa regulamentar os limites da atuação dos militares nas escolas, volta a dar protagonismo à comunidade escolar por meio da escolha democrática de adesão ou não de uma escola ao modelo cívico-militar, inclusive decidindo pelo início e término dessa gestão militar; estabelece a devida formação acadêmica tanto para civis quanto para militares, e, acima de tudo, conferir segurança jurídica a esse modelo, para evitar sua judicialização como vem ocorrendo em alguns estados, como São Paulo, em que há indícios de inconstitucionalidade do Pecim.

O PL do deputado Mário Heringer não visa acabar com o modelo Ecim, pois acaba por gerar segurança jurídica, mas regulamenta, por exemplo, que militares da reserva que tiveram problemas disciplinares ou psiquiátricos não sejam realocados em escolas de gestão compartilhada. Além disso, volta a dar protagonismo para a comunidade escolar e limita a atuação militar, voltando a dar poderes decisórios às equipes pedagógicas como consta no parágrafo 3º do art. 24-A: “§3º As decisões disciplinares nas escolas de gestão cívico-militares devem ser tomadas conjuntamente entre os militares e as equipes pedagógicas, respeitado o projeto político pedagógico da escola. Além disso, o PL também obriga que os militares que atuam nas escolas devem passar por um curso de formação para conhecer as diretrizes pedagógicas, cívicas e, inclusive, democráticas.

O projeto de certa maneira vai de encontro com aquele proposto pela deputada Carla Zambelli, pois, consta na justificção que as escolas não podem ser convertidas em escolas vocacionais militares, inclusive sendo uma afronta aos princípios constitucionais, como apontado pela devolutiva feita pelo Presidente da Câmara:

É mister que se entenda que escolas públicas regulares não podem ser convertidas em escolas vocacionais militares, ao arripio da Lei e dos princípios constitucionais, como hoje ocorre em várias experiências concretas. As escolas militares pertencentes às Forças Armadas, às polícias militares e aos corpos de bombeiros são

escolas vocacionais. Escolas vocacionais se diferem da escola regular por possuírem projetos político-pedagógicos especializados, voltados para o treino e a capacitação em área específica. Ainda que se encontrem submetidas à legislação educacional como quaisquer escolas, as escolas vocacionais são especializadas e especiais, daí sua condição de excepcionalidade. (HERINGER, 2019).

O projeto traz uma distinção fundamental entre escolas militarizadas e os colégios militares das Forças Armadas e das Forças de Segurança. Os colégios militares têm por natureza um ensino especializado, portanto, vocacional visando a formação de princípios militares nos jovens, inclusive, preparando-os a exercer alguma atividade militar no futuro, como se fosse uma continuação do legado de seus pais, já que um dos requisitos para entrar em um colégio desses é ser filho de militares, mantendo-se, assim, uma elite militar. O PL também lembra que a matrícula nesse modelo de escola vocacional é uma opção da família e que o Estado não pode impor isso a todas as escolas do Brasil. O projeto foi aprovado pelo relator, membro da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, o senhor Junio Amaral (PL-MG) e segue nas Comissões de Educação e, de Constituição e Justiça e de Cidadania para apreciação conclusiva. Na Comissão de Educação, no dia 07 de dezembro de 2021, o relator designado foi o deputado Pedro Uczai (PT-SC), que, no entanto, no dia 05 de maio de 2022 deixou de ser membro da comissão.

Por último, no ano de 2022, apareceu o PL nº1714/2022, de autoria do senhor deputado Bibó Nunes (PL-RS). A proposta visa obrigar a instalação de câmeras de vigilância no uniforme de policiais que atuam nas Escolas Cívico-Militares. É um projeto curioso, pois, a questão da instalação de câmeras em uniformes de Policiais Militares de todo o Brasil tem se tornado cada vez mais comum, inclusive no aspecto televisivo, já que muitos programas de televisão no Brasil passaram a transmitir operações policiais, elevando os índices de audiência das empresas de comunicação. A proposição é uma forma de controlar a atuação dos militares, em sua maioria sem formação pedagógica, em caso de incidentes entre o policial e o aluno.

No art. 2º, aparece que “é obrigatória a gravação das ações dos policiais que atuam na docência, coordenação pedagógica e atividades relacionadas à formação do aluno, por uma câmera acoplada ao corpo do agente de segurança” (Nunes, 222). Esse artigo é composto por quatro parágrafos, que, em suma, definem que a

gravação deverá ser feita de maneira a individualizar o registro por cada policial; traz o tempo de armazenamento da gravação, de um período mínimo de uma semana; o funcionamento da câmera deve ser feito durante todo o expediente de trabalho do policial; as coordenações das Ecims devem receber os arquivos sempre que ocorrer algum incidente entre o policial e o aluno; e, por fim, o arquivo deve ser usado como prova da conduta policial, tanto do policial como do aluno, sendo exibido somente para os indivíduos que aparecem na gravação e em casos de julgamentos administrativo e judiciais.

Apesar de oportunizar o controle das ações dos monitores e oficiais de educação, o PL, em sua justificção, defende o modelo ao afirmar que o Pecim tem se mostrado efetivo e de uma gestão de excelência. Entretanto, apesar da afirmação, não há um apontamento ou fonte que prova que o Pecim tenha se mostrado efetivo, uma vez que não houve, até o momento, estudos acadêmicos que comprovem que o modelo é melhor que o civil ou que sua gestão é de excelência. O que há, é verdade, são estudos que analisam os Colégios Militares, mas ainda são poucas as dissertações que analisam o Pecim, até mesmo por ser uma política recente, que começou de fato a ser implementada em 2020.

Na próxima seção, daremos destaque ao processo de implementação das escolas Cívico-Militares no Estado do Acre, colocando em evidência algumas especificidades da política educacional em âmbito local, apresentando-se um histórico da militarização de escolas públicas, a visita a duas Ecims localizadas no município de Senador Guiomard, que permitiu a observação do cotidiano escolar; é feita ainda uma análise de documentos pedagógicos como o regimento escolar e o PPP das escolas visitadas; os impactos da pandemia e, por fim, reflexões sobre a situação dessas unidades de ensino com a eleição de um novo Governo Federal.

4 – A IMPLEMENTAÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO ESTADO DO ACRE

Esta última seção se encarrega de analisar o processo de implementação das escolas cívico-militares no Estado do Acre, a luz do referencial teórico-metodológico anunciado neste estudo, tomando ainda como parâmetro uma série de documentos como portarias, ofícios trocados entre o MEC e a Secretaria Estadual de Educação, PPPs, regimentos etc; além de outros documentos que foram obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação; matérias jornalísticas como o processo de certificação dessas escolas; e, nas escolas cívico-militares, como o registro de infrações diárias e punições. Também nessa seção apresentamos um pouco da rotina de duas escolas localizadas em um dos municípios do Estado do Acre: Senador Guiomard, que por meio de visita *in loco* e conversa informal com seus diretores permitiu o enriquecimento desta pesquisa. Inicialmente aborda-se o contexto de influências do processo de militarização de escolas no Acre durante o período que a Frente Popular governou o Acre. Em seguida, colocamos em destaque os desdobramentos do PECIM, com a implementação das escolas cívico-militares por meio da adesão do Governo Estadual na gestão do atual governador Gladson Cameli (PP), discutindo brevemente sobre o contexto da influência que culminou na adesão de escolas ao Pecim, seu cotidiano e seu regimento escolar.

As escolas militarizadas estão repletas de símbolos, inclusive em seus brasões, que são também textos visuais que refletem ideias e influências. Assim sendo, há uma subseção que analisa a evolução desses símbolos e como eles refletem discursos e relações de poder. Por fim, há uma breve análise de como a pandemia afetou o Programa e como com a eleição do presidente Lula em 2022, muda-se a posição do Governo Federal em relação ao Pecim, dando início a uma desmobilização dessa política, que enfrenta também movimentos favoráveis à sua permanência como pode ser visto na última subseção.

4.1 – CONTEXTO DAS INFLUÊNCIAS: UM HISTÓRICO DA MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO ACRE

Para situar o contexto de influências que deu origem as Escolas Cívico-Militares no Estado do Acre, é necessário fazer uma breve retomada de fatos que

ajudam a compreender tal contexto. Nas eleições para governador em 2018, os acreanos decidiram romper com um ciclo de quase 20 anos do Partido dos Trabalhadores no poder ao eleger Gladson Cameli (PP-AC) como governador e dar a maior votação proporcional, isto é, 77% dos votos válidos, ao candidato vencedor das eleições presidenciais daquele ano. O governador Gladson Cameli rapidamente demonstrou apoio ao novo Governo Federal (2018-2022) eleito, apoio este mantido nas eleições presidenciais de 2022. Assim, com o alinhamento dos governos estaduais e federal, políticas públicas educacionais como o Pecim ganharam espaço.

Como já visto, de acordo com dados disponíveis no site do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares pretende-se criar pelo menos 126 escolas por todo o Brasil até o ano de 2023, com uma média de 54 por ano. O Estado do Acre já conta com pelo menos 05 escolas cívico-militares ligadas ao Pecim e 03 militarizadas, com a previsão de abertura de mais escolas que seguem o modelo proposto pelo MEC, já que consta no atual Plano de Governo do governador reeleito nas eleições de 2022.

Como anunciado na metodologia desta pesquisa, para pesquisar os impactos iniciais da implementação de escolas cívico-militares no Acre, utilizou-se a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), seguindo esse raciocínio e buscando compreender o processo de militarização de escolas públicas no Estado do Acre, achamos necessário um breve recuo histórico.

O ano era 1999, um projeto contrário ao surto desenvolvimentista baseado na agropecuária acreana da década de 70 assumiu o poder. Jorge Ney Viana Macedo Neves, engenheiro florestal de formação, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), elege-se como o 15º governador do estado do Acre e tenta implementar uma agenda baseada na sustentabilidade e na valorização da identidade acreana como marca de seu governo. Contudo, era preciso recursos financeiros para bancar um projeto ambicioso. A solução foi contratar créditos com organismos internacionais como o Banco Mundial.

Paralelamente à ascensão de Jorge Viana ao posto máximo do executivo acreano, seu irmão e companheiro de partido, Sebastião Viana, popularmente conhecido como Tião Viana, é eleito senador. Em 2002, o senador representante do estado de Roraima, Mozarildo Cavalcanti (PPS), apresentou o projeto de Lei do Senado nº 211. O projeto consistia na autorização por parte do Poder Executivo a

criar um Colégio Militar em Boa Vista – Capital do Estado de Roraima. O relator do projeto foi o senador Sebastião Viana, que, através do parecer 1.736/2004 e da Emenda nº 2- Plenário do Senado Federal, acrescentou no artigo 1º, a capital do Acre, Rio Branco, para receber um Colégio Militar, portanto, sendo favorável ao projeto. Em seu voto, Tião Viana (PT-AC) declarou que o projeto “é uma homenagem à juventude de Roraima, dando-lhe acesso a uma formação militar.” (BRASIL, 2004, p. 35903). No dia 12 de novembro de 2004, o Congresso Nacional, sob a presidência de José Sarney, decretou a lei. Dois anos depois, em 2006, o deputado federal do Rio de Janeiro, Jair Messias Bolsonaro (PP-RJ), apresentou o PL n.º 7.050-B, com teor parecido com o projeto do senador Mozarildo Cavalcanti, isto é, a criação de três Escolas Militares no RJ, porém, a relatora da proposta apresentada foi a deputada Luciana Genro (PSOL-RS), ex-candidata à Presidência da República pelo PSOL nas eleições de 2014, que emitiu parecer desfavorável ao projeto.

O Partido dos Trabalhadores ganhou bastante força no Acre por meio de uma Coligação Partidária denominada de Frente Popular. Jorge Viana (PT) governou o Acre de 1999 até 2006 e deixou o poder, na função de governador, com altos índices de aprovação. A popularidade era tão alta, que nas eleições de 2006, conseguiu eleger o seu Vice-governador, o professor Arnóbio Marques Júnior, comumente conhecido como Binho Marques, ainda no primeiro turno, com 53% dos votos válidos. O governador Binho Marques foi um governador-gestor, pois implementou uma série de reformas no estado do Acre. Foi em seu governo, por exemplo, o lançamento do programa Floresta Digital, que oferecia internet gratuita para a população de baixa renda. Diferentemente de seu antecessor, Binho tinha um perfil menos midiático, mais contido e tido por muitos como eficaz. Embora Binho ainda pudesse disputar mais uma eleição, ele decidiu não concorrer e passar o bastão para o aliado e senador Sebastião Viana (PT-AC), eleito em primeiro turno com 50,50% dos votos válidos.

No ano de 2014, na gestão de Tião Viana, os sinais de declínio da era petista começaram a se desenhar. Até mesmo no cenário nacional, havia um grande descontentamento entre os brasileiros com a realização da Copa do Mundo de Futebol, um esporte que já foi muito amado pelo Brasil. A partir daquele ano, o povo esqueceria o nome dos principais jogadores de futebol da seleção para lembrar o nome de cada ministro do Supremo Tribunal Federal, começava-se ali a politização

da justiça e a judicialização da política. Nas eleições do mesmo ano, Tião Viana foi para o segundo turno contra o candidato Márcio Bittar. Ainda assim, ele foi reeleito com 51,3% dos votos, um resultado apertado.

A Frente Popular começa a perder força e a metamorfosear-se neste segundo mandato do governador Sebastião Viana. O sentimento dos apoiadores do PT deixa de ser utópico para entrar numa fase realista, com uma série de ataques ao governo do Acre, aumento de discursos conservadores dentro das igrejas evangélicas, uma espécie de união entre religião e princípios próximos dos ideários de direita com pautas que entrariam de vez nas campanhas eleitorais locais e nacionais, especialmente, aquelas para presidente da República. Para se ter ideia do crescimento de fiéis evangélicos no estado, tendo-se como base os indicativos do Censo Demográfico de 2010¹¹, os evangélicos já representavam 32,7% da população; os católicos, quase 51%. Seria possível um comparativo com o mais recente Censo Demográfico, previsto originalmente para 2020, contudo, em decorrência da pandemia do Covid-19, foi adiado para 2021 e por conta de cortes de mais de 90% do orçamento oriundo do Governo Federal (2018-2022), a pesquisa do IBGE acabou sendo, mais uma vez, adiada para 2022, inclusive enfrentando judicialização para manutenção de recursos no âmbito do STF, por ser uma política de estado. A previsão é que os resultados do Censo 2022 indiquem um crescimento ainda mais acentuado das pessoas que se declaram evangélicas.

Conforme visto anteriormente, desde que foi Senador, Sebastião Viana (PT-AC) demonstrou interesse pela militarização de escolas. As primeiras movimentações para criar escolas militarizadas, ocorreram, de acordo com o Secretário de Educação à época, o Deputado Estadual Daniel Zen (PT-AC), através de convênio assinado entre 2011 e 2012, conforme relato:

“O convênio que viabilizou a construção dessas escolas [militares] foi assinado entre 2011 e 2012. Lá se vão seis anos. A secretaria de Obras trabalhou na concepção de escolas com projeto arquitetônico que fosse aperfeiçoamento dos modelos que já era implantado, com quadra de esportes no modelo oficial.” (ACRE, 2018)¹².

Em 2015, o deputado federal, Major Rocha (PMDB-AC), apresentou a emenda PLN 007/2015. Essa emenda disponibilizou recurso para a implementação

¹¹ Censo Demográfico 2010, disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pesquisa/23/22107>

¹² Matéria Jornalística: <https://agencia.ac.gov.br/tiao-viana-inaugura-colegio-militar-dom-pedro-ii/>

de um Colégio Militar. Houve, então, a assinatura de convênio com o Ministério da Defesa. O Governo do Acre, disponibilizou o Colégio Estadual Humberto Soares da Costa, localizada na capital do Acre, para receber as instalações do que poderia ter sido a primeira escola militar. A intenção era a de que a escola fosse cedida à Polícia Militar do Acre, para atender assim, “não somente a família polícia militar, mas também o público em geral, com o ensino de qualidade, dentro de uma rigorosa doutrina, como é a tradição castrense”¹³. Os valores investidos pelo Ministério da Defesa, inicialmente, foram divididos em repasses nos meses de outubro e outro no de dezembro de 2016. O primeiro repasse seria de R\$ 1 milhão e o segundo com o mesmo valor, totalizando R\$ 2 milhões. O Governo do Estado, se comprometeu a investir R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) (CF. JORNAL AC24HORAS, 2016).

Em 2017 foi publicada a lei estadual nº 3.362, que dispôs sobre a criação dos colégios militares estaduais de ensino fundamental e médio. A notícia da implantação do primeiro Colégio Militar Estadual, denominado de Tiradentes, foi amplamente divulgada nos meios de comunicação oficiais e em sites e jornais locais. Para se ter ideia do investimento realizado pelo governo estadual, somente para a construção de outro Colégio – Dom Pedro II, foi gasto um montante de 4,2 milhões de reais.

No ato de criação, um colégio ficou vinculado ao Corpo de Bombeiros e outra à Polícia Militar, ou seja, fazem parte do organograma dessas forças de segurança. Os parágrafos 1º e 2º da lei, asseguram que esses estabelecimentos educacionais funcionarão em regime de colaboração entre os militares e a SEE, esta, por sua vez, é responsável por incluir os colégios militares à rede pública de ensino. Segundo Santos (2020), em análise sobre a referida lei, afirma:

“O texto indica apenas a existência de um “regime de colaboração” com a pasta da Educação, observamos uma vinculação ambígua e contraditória das unidades escolares criadas. Se por um lado, o Parágrafo 1º indica que essas escolas são parte constitutiva do organograma das respectivas corporações militares, seu vínculo com a SEE é caracterizado como meramente colaborativo; por outro lado, o parágrafo 2º diz que as escolas criadas também fazem parte

¹³ Castrense: O adjetivo castrense significa relativo a castro. A palavra Castro tem origem no latim *Castrum* e significa castelo ou fortaleza (Ferreira, 1996). Durante o período da Roma Antiga, o termo se referia a uma fortificação militar, usado pela Legião Romana, usado como quartel militar e, por conseguinte, para a defesa. Portanto, por extensão de sentido, significa relativo à classe militar.

da rede pública estadual, e inclusive atribui à SEE a responsabilidade de levar a cabo esse processo de inclusão de escolas criadas na rede. (SANTOS, p. 203, 2020).

Em seu estudo sobre as escolas militarizadas, Santos (2020) observa que essa lei estadual acreana segue a mesma lógica de funcionamento de outras escolas militarizadas pelo Brasil. Ademais, a SEE fica responsável pelos custos financeiros ligados à manutenção da escola e à disponibilização de instalações físicas.

No mesmo ano que se celebrava a criação das escolas militares, os próprios policiais militares estavam estremecidos com o governo estadual por causa da falta de fardamentos, armas e munições para a PM-AC. Além disso, os índices de criminalidade já eram um dos maiores do país, abaixo apenas do Rio Grande do Norte. O Acre era dominado por grupos criminosos, aumento de guerra de facções e, conseqüentemente, da violência. Aliás, vale ressaltar que houve um aumento de 85% de homicídios no Acre entre os anos 2015 e 2016, de acordo com dados do Ministério da Saúde. Entre 2016 e 2017, estourou em todo o Brasil conflitos entre facções em presídios.

Na gestão Tião Viana, a Frente Popular do Acre perdeu bastante força e crescia entre os acreanos o sentimento de antipetismo. A título de exemplificação, o candidato à sucessão e apoiado pelo governador Tião, o ex-prefeito de Rio Branco Marcus Alexandre (PT-AC), conseguiu agregar um bloco com 15 partidos, todavia, considerados “nanicos”. Já a oposição, reuniu 11 partidos para apoiar o candidato Gladson Cameli (PP-AC) e, este último, saiu-se vitorioso nas eleições de 2018, ainda no primeiro turno, com mais de 53% dos votos. Até mesmo o ex-governador e senador Jorge Viana, candidato à reeleição foi derrotado.

O candidato à presidência da República pelo PSL, o ex-deputado federal Jair Messias Bolsonaro, recebeu no segundo turno 77% dos votos do eleitorado acreano, bem maior do que a média nacional que o elegeu com 55% dos votos válidos. Nas eleições de 2022, as mais polarizadas na história do Brasil, apesar de ter sido derrotado, Bolsonaro manteve a sua popularidade no estado obtendo 70,30% dos votos.

Talvez uma das cenas mais representativas do fim da Frente Popular está no ato de transferência da faixa do Governador Tião Viana (PT-AC) para o Governador eleito Gladson Cameli (PP-AC). Um dia antes da posse, Tião Viana se recusou a

passar a faixa alegando que era governador do estado até as 23h59min do dia 31 de dezembro, uma desculpa sem fundamento, pois a posse de Gladson Cameli estava marcada para as 16h do dia 01 de janeiro de 2019. No dia da posse, Gladson Cameli recebeu a faixa de governador, simbolicamente, pelas mãos do próprio pai, o senhor Eládio Cameli. Por curiosidade, o último governador do Acre antes da Frente Popular, foi Orleir Cameli, tio de Gladson. A transferência de faixa, forte símbolo democrático, também entrou em evidência no cenário nacional em decorrência da posse do presidente Lula (PT) em janeiro de 2023, quando o presidente Jair Bolsonaro (PL), viajou para os EUA, evitando assim, participar do ato simbólico; coube a missão de passagem da faixa presidencial por verdadeiros representantes da diversidade e pluralidade do povo brasileiro, uma cena bastante representativa e cheia de simbolismo.

Quando estive no Acre no período de campanha eleitoral, Jair Bolsonaro pegou um suporte de câmera e simulou usá-la como uma metralhadora e proferiu para a sua militância acreana as seguintes palavras: “vamos fuzilar a petralhada”, em referência ao domínio petista no Acre e no Brasil. Essas palavras aumentaram a rivalidade no estado e o antipetismo que já era crescente, tornou-se mais evidente, este ato por parte do então candidato teve repercussão nacional.

Outro vexame com os remanescentes da Frente Popular, aconteceu com o candidato à prefeitura de Rio Branco, Daniel Zen (PT-AC), demonstrando de vez a presença do antipetismo no Acre, quiçá no Brasil, já que o PT nacional teve uma assombrosa redução de 94% nas eleições de 2020. Daniel Zen contou em sua propaganda eleitoral com os ex-prefeitos de Rio Branco Raimundo Angelim, Marcus Alexandre e Jorge Viana, este último, também ex-governador e ex-senador, e, até mesmo o músico brasileiro, ícone da tropicália, Caetano Veloso. Ainda assim, com todo o ilustre apoio, conseguiu somente 4,01% de apoio do eleitorado acreano. Para se ter ideia da quantidade de votos recebidos, quando concorreu à deputado estadual, Daniel Zen recebeu 6.616 votos e como candidato à prefeitura de Rio Branco, obteve 7.121 votos de acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral. Dos 24 deputados, ficou em 11º lugar. Claramente, parte da esquerda acreana se tornou uma “Frente Despopular”.

Um das possíveis explicações para o fim da Frente Popular e o antipetismo no Acre, foi o descontentamento dos brasileiros com as políticas econômicas e, por conseguinte, do primeiro governo Dilma, das investigações midiáticas e a

espetacularização através de veículos de imprensa de abrangência nacional e da própria internet e mídias sociais como Twitter, Facebook e YouTube, à prisão do ex-presidente Lula, símbolo máximo do Partido dos Trabalhadores, e a hegemonia do PT no Acre por mais de 20 anos. Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal e o Comitê de Direitos Humanos da ONU, declararam que as condenações de Lula não foram imparciais, inocentando-o e possibilitando, assim, o seu retorno à vida pública para disputar a presidência da República em 2022, sendo eleito pela terceira vez com 60.345.999 mil votos recebidos no segundo turno, o que representa a maior votação obtida por um candidato à Presidência desde a redemocratização, quando foram instituídas as eleições em dois turnos.

Então foi este cenário de forte presença conservadora no Acre e o alinhamento do Estado com o Governo Federal (2018-2022) que proporcionou uma rápida adesão ao Pecim, contando com investimento neste modelo e em sua ampliação em todo o estado como será visto a seguir.

No dia 14 de dezembro de 2018, é publicado o Decreto nº 10.356, que dispõe sobre a criação formal da escola Wilson Barbosa, pertencente à Rede Estadual de Ensino, ainda na gestão do governador Tião Viana:

Art. 1º Fica formalmente criada, sendo regularizada juridicamente, a Escola Estadual de Ensino Fundamental Wilson Barbosa, localizada na Avenida 02 S/Nº - Setor 01 – Cidade do Povo – Rio Branco – Acre. (ACRE, 2018).

A criação dessa escola é importante porque posteriormente, ela será transformada em cívico-militar, em um modelo de gestão compartilhada. Em 20 de dezembro de 2019, o governador Gladson Cameli (PP-AC), sanciona a Lei nº 3.594, que institui o Programa das Escolas Cívico-Militares na rede pública estadual de educação básica (ACRE, 2019). O dispositivo legal entra em consonância com o Decreto Federal nº 9.456/2019, isto é, aquele que criou a diretoria que cuida do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Esse dispositivo possibilitou a implementação do Pecim e criou também a possibilidade de algumas escolas seguirem um modelo semelhante, sem, necessariamente, pertencerem ao Pecim, como ocorreu com a escolas cívico-militar Wilson Barbosa e, por um curto período, na escola Ester Maia de Oliveira, ambas localizadas na cidade de Rio Branco, em um dos bairros periféricos mais perigosos. Apesar de não pertencer ao Pecim, a

Wilson Barbosa segue os mesmos princípios das outras escolas militarizadas que fazem parte dessa política educacional nacional.

4.2 - OS DESDOBRAMENTOS DO PECIM NO ESTADO DO ACRE

A implantação das escolas cívico-militares no Acre por meio do Pecim teve início com a inauguração das escolas estaduais Adalci Simões da Costa e 15 de Julho, localizadas no município de Senador Guiomard. A primeira escola foi construída com recursos estaduais durante os primeiros dois anos de gestão do governador Gladson Cameli (PP) e teve um investimento de 4 milhões de reais; a segunda, foi reformada para adequar-se ao modelo de escola cívico-militar idealizado pelo Governo Federal (2018-2022). O Acre já conta com pelo menos 5 escolas cívico-militares e a previsão é da abertura de mais escolas que sequem esse modelo proposto pelo MEC em parceria com o Ministério da Defesa.

Considerando o Programa das Escolas Cívico-Militares - PECIM, foram implementados em 2020, 2021 e 2022 as seguintes Escolas Cívico-Militares no Estado do Acre, conforme descrito a seguir: a) Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Madre Adelgundes Beker em Cruzeiro do Sul em 2020; b) Escola Estadual de Ensino Fundamental 15 de Junho em Senador Guiomard em 2020; c) Escola Estadual de Ensino Médio Professor Adalci Simões da Costa em Senador Guiomard em 2021; d) Escola Estadual de Ensino Fundamental Joana Ribeiro Amed em Epiaciolândia em 2021; e, e) Escola Estadual de Ensino Fundamental Plácido de Castro em 2022.

A adesão do governo estadual ocorreu através de ofícios trocados entre a Secretaria Estadual de Educação do Acre (SEE) e o MEC, as tratativas feitas por e-mail e o Manual das Escolas Cívico-Militares produzido pelo MEC cuja finalidade é orientar os entes federativos, participantes do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim), no que diz respeito à implantação e ao funcionamento das Ecims (BRASIL, 2022).

Na disputa à prefeitura municipal de Rio Branco do ano de 2020, cientes da popularidade de Bolsonaro no Acre por ter obtido no segundo turno de 77% dos votos válidos, alguns candidatos aproveitaram para se aproximar das idéias bolsonaristas em suas campanhas eleitorais. O caso mais nítido foi o do candidato pelo MDB, Roberto Duarte. Em sua proposta para o campo educacional apresenta-

se como um dos objetivos “implantar Escolas Cívico-Militares e retomar, progressivamente, a responsabilidade pelo ensino fundamental II”. No campo da segurança pública, o candidato também propôs a criação da Guarda Civil Municipal, deixando claro o apreço pela criação de agentes para o controle social. Outros políticos que fizeram carreira no Estado do Acre também ganharam notoriedade defendendo pausas bolsonaristas, mais especificamente, o deputado federal Alan Rick (UNIÃO-AC) e o senador Márcio Bittar (UNIÃO-AC).

No dia 30 de dezembro de 2020, na rede social Twitter, o presidente Bolsonaro anunciou que a partir do dia 04 de janeiro de 2021, os entes federativos teriam dez dias para manifestar interesse em participar do programa. A meta do governo era a implantação de mais 54 novas Escolas Cívico-Militares, o que demonstra uma das preocupações do MEC atualmente. O que Tião Viana (PT-AC) e Bolsonaro (PP-RJ) têm em comum? Em diferentes momentos, ambos defenderam a militarização de escolas públicas. Curiosamente, a implantação das escolas militares foram umas das últimas ações de grande relevo feitas na gestão do Tião Viana, já bem próximo do declínio, pois a inauguração dos colégios militares era um sonho antigo desde a época que fora senador pelo Acre.

Até mesmo as eleições para Governo e Senado não estão imunes da polarização Lula-Bolsonaro. Os candidatos que outrora apoiaram a eleição do governador Cameli agora aparecem como candidatos de oposição. O xadrez político que virou corrida para o Governo do Acre e o Senado em 2022, exemplifica bem as transformações políticas ocorridas nos últimos anos, não só no Acre, como em todo o Brasil.

Nas eleições para governador de 2022, disputaram 7 candidatos, algo até então incomum por causa da tradição de formar coligações com muitos partidos. Algo chama à atenção na proposta de ideias a serem implementadas e que foram apresentadas no Plano de Governo de pelo menos três candidatos, a saber: Mara Rocha, do MDB; Sérgio Petecão, do PSD; e Gladson Cameli, do PP. Todos os três candidatos mencionam claramente, em seus respectivos Planos de Governo, o objetivo de aumentar o número de escolas cívico-militares em todo o Estado. Pode-se afirmar também que um quarto candidato também apoia esse modelo, pois, trata-se do senador Márcio Bittar, do União Brasil, um grande aliado do Governo Federal (2018-2022) e que se lançou candidato de última hora apenas para usar a campanha eleitoral para falar sobre suas emendas destinadas ao Acre. O atual

governador do Acre foi reeleito em primeiro turno com 56,64 % dos votos válidos, contra 24,29% de Jorge Viana (PT-AC). Portanto, o cenário político acreano parece demonstrar uma continuidade na adoção desse controverso modelo cívico-militar, já que até o momento 5 escolas cívico-militares já foram criadas em todo o estado.

TABELA 1: QUANTITATIVO DE ALUNOS CONCLUINTES NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO ACRE

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES - CONCLUINTES		
_ANO	_6ºao9ºano	_ Médio
2018	1108	0
2019	1524	461
2020	3070	1825
2021	3577	2255
Total Geral	9279	4541

Fonte: e-SIC – Secretaria Estadual de Educação do Acre, 2022.

Analisando o quantitativo de alunos concluintes nas escolas cívico-militares do Acre, considerando-se a etapa ensino fundamental II, de 2018 até 2021, houve um aumento de 222,83% de alunos concluintes. Já na etapa ensino médio, de 2019 a 2021, houve um aumento de 389,15%. Outro dado relevante, é que o número de concluintes do ensino fundamental, mais que dobrou entre 2019 e 2020. Esses números mostram o avanço de matrículas em escolas cívico-militares.

TABELA 2: QUANTITATIVO DE ALUNOS MATRICULADOS NAS ESCOLAS MILITARIZADAS NO ESTADO DO ACRE

ESCOLAS E MATRÍCULAS DAS ESCOLAS ESTADUAIS 2022	
CIDADES_ESCOLAS	Escolarização
Cruzeiro do Sul	1740
COLEGIO MILITAR ESTADUAL DOM PEDRO II - CZS	706
ESC CIVICO-MILITAR MADRE ADELGUNDES BECKER	1034
Epitaciolândia	659
ESC CIVICO-MILITAR JOANA RIBEIRO AMED	659
Mâncio Lima	30
ESC FRANCISCO MILITAO DE MELO	30
Rio Branco	2640

ESCOLAS E MATRÍCULAS DAS ESCOLAS ESTADUAIS 2022	
ESC CIVICO MILITAR WILSON BARBOSA ¹⁴	611
ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	1011
ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	1018
Senador Guiomard	1434
ESC CIVICO MILITAR 15 DE JUNHO	732
ESC CIVICO MILITAR ALDACI SIMOES DA COSTA	702
Total Geral	6503

Fonte: e-SIC – Secretaria Estadual de Educação do Acre, 2022.

Na Tabela 2, aparece todas as escolas militarizadas do Acre, separadas por cidades e com a quantidade de matrículas no ano de 2022. São 6.503 alunos da rede pública de ensino do Acre que estão tendo aulas em escolas de gestão compartilhada.

Para se ter noção das tratativas para implementar uma escola cívico-militar, utilizar-se-á a escola Adalci Simões da Costa como exemplo para compreender os trâmites para a sua implantação, assim sendo, os documentos tramitados são os seguintes: - Ofício nº 81/2021/SEE, de manifestação de interesse do ente federativo; - Ofício nº 10/2021/CGATE/DECIB/M/SESEBMEC, de resposta à manifestação de interesse e à solicitação dos documentos necessários; - E-mail SEB/DECIM/CGATE, de envio do Ofício nº 10/2021/CGATE/DECIB/M/SESEB-MEC, com os modelos dos documentos necessários ao processo; - Ofício nº 432/2021/CGATE/DECIM/SEB/SEB-MEC, de envio do Acordo de Cooperação Técnica para ser conferido e posteriormente assinado eletronicamente pela autoridade do executivo local; - Nota Técnica nº 136/2021/CGATE/DECIM/SEB/SEB submetendo o Acordo de Cooperação Técnica para a Diretoria de Políticas para Escolas Cívico- Militares (Decim) e solicitando a publicação em Diário Oficial da União; - Despacho nº 183/2021/CGATE/DECIM/SEB/SEB-MEC, de encaminhamento do extrato do Acordo de Cooperação Técnica para a Secretaria de Educação Básica (SEB), solicitando a publicação em Diário Oficial da União do Acordo de Cooperação Técnica; - Extrato da publicação em Diário Oficial da União do Acordo de Cooperação Técnica; e - E-mail SEB/DECIM/CGTE encaminhando para o ente federativo o extrato de publicação da implantação da Ecim no Município.

¹⁴ Como visto anteriormente, a Escola Cívico-Militar Wilson Barbosa não faz parte do Pecim. Em cinza estão destacadas as cinco escolas que aderiram ao programa.

Como se pode observar, há um longo percurso do momento de adesão até a efetiva criação da Ecim. Por parte do governo estadual, o que se percebe é a continuidade e ampliação desse modelo de ensino, o que vai de encontro com a concepção de educação e projeto de nação que muito provavelmente o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva tem em mente. Para a obtenção de dados detalhados sobre o cenário das escolas cívico-militares no Estado do Acre, bem como as tratativas realizadas, que ajudaram a desenvolver a pesquisa sobre o Pecim e seus efeitos no Acre, houve a utilização da Lei de Acesso à Informação, tanto em âmbito nacional como em âmbito estadual.

Até o dia 20 de outubro de 2022, através de dados obtidos pela Lei de Acesso à Informação, constatou-se que o nas Escolas Cívico-Militares presentes no Estado do Acre, há 6 (seis) bombeiros e 19 (dezenove) Policiais Militares (BRASIL, 2022). A quantidade de militares do quadro estadual presentes nas Ecims do Acre, revela um número elevado quando se leva em consideração que há somente 5 escolas que seguem este modelo em todo o Estado. Além disso, não se levou em consideração os militares lotados nos Colégios Militares, o que aumentaria mais ainda esse dado. Em 2022, o Governo do Acre abriu edital para a contratação de mais de 153 bombeiros para o quadro efetivo, pois o quadro atual é pequeno em relação ao que seria ideal. Somente para o curso de formação, foram convocados 249 e há previsão de mais convocações. Ou seja, o governo lotou 6 bombeiros em Ecims quando o quadro de servidores é insuficiente para atender as demandas do Corpo de Bombeiro.

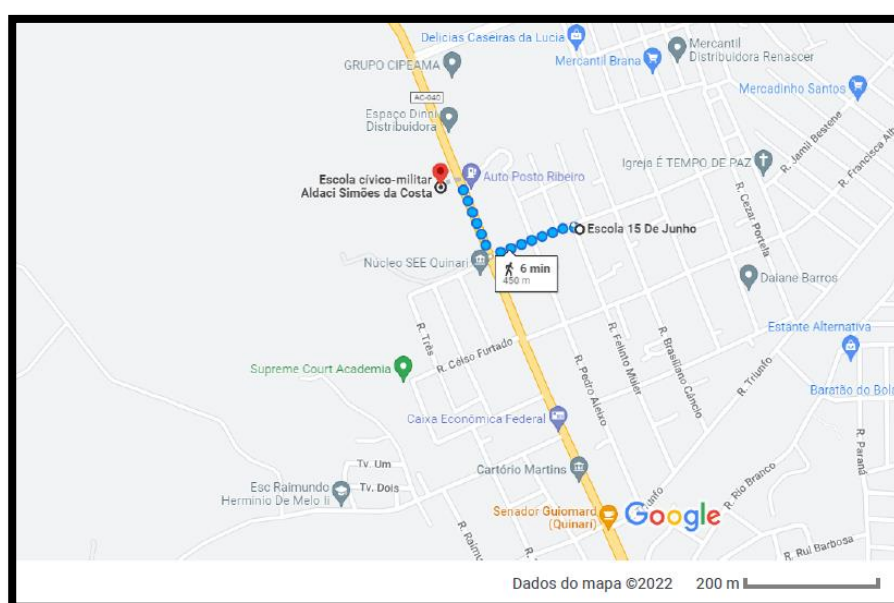
4.2 – AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO ESTADO DO ACRE – UM POUCO DO COTIDIANO ESCOLAR

Com o objetivo de conhecer melhor o funcionamento de escolas cívico-militares e de sorte reunir elementos que pudesse enriquecer esta pesquisa, sem perder de vista ao mesmo tempo o terceiro contexto da Abordagem do Ciclo de Políticas que é o da prática, caracterizado pelos espaços ocupados por militares e, neste caso, o ambiente escolar em funcionamento, no dia 6 de dezembro de 2022, realizou-se uma visita em duas escolas Ecims no município de Senador Guiomard,

localizado no Estado do Acre, a saber: Escola Estadual de Ensino Fundamental Cívico-Militar 15 de Junho e Escola de Ensino Médio Aldaci Simões da Costa.

As duas Ecims foram escolhidas por terem sido as primeiras a serem implementadas no Acre, a 15 de Junho, em 2020 e a Aldaci Simões, em 2021. Além disso, a primeira é de ensino fundamental transformada em cívico-militar e a outra é de ensino médio, tendo sido construída do zero para essa finalidade. As escolas também estão geograficamente próximas, a poucos metros de distância uma da outra como se pode ver no mapa a seguir:

FIGURA 2: DISTÂNCIA GEOGRÁFICA ENTRE AS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES ALDACI SIMÕES E 15 DE JUNHO



Fonte: Google Maps, 2022.

O primeiro contato com os gestores de ambas as instituições, ocorreu no dia 5 de dezembro de 2022 através do aplicativo de mensagens WhatsApp. O pesquisador se apresentou, fazendo uso de linguagem formal e diplomática, explicou a pesquisa que estava realizando e encaminhou uma cópia da solicitação assinada pela orientadora (Anexo II) solicitando uma cópia do PPP e do Regimento Interno. O gestor da Escola 15 de Junho encaminhou mensagem afirmando que o PPP está em processo de reformulação e disse que poderia enviar a minuta nacional do Pecim, que é o que norteia o PPP da escola, informando que a instituição passou a ser Ecim em 2020 e que muitos documentos estão em reformulação. É importante ressaltar, que um pedido paralelo estava em andamento

através da Lei de Acesso à Informação, certamente o gestor já estava ciente do pedido, ao questionar o mestrando se ele havia feito pedido similar à Secretaria Estadual de Educação, pois a SEE já havia entrado em contato com a escola para obter os dados e encaminhar ao solicitante via e-SIC.

Enquanto o pesquisador aguardava o envio para o seu correio eletrônico da minuta, no mesmo dia, também entrou em contato, via aplicativo WhatsApp, com a gestora da Escola Aldaci Simões, cumprindo o mesmo rito formal de apresentação do pesquisador, breve explanação sobre a pesquisa em andamento e a solicitação para obter cópia de documentos da escola. A diretora informou que o Regimento ainda está em análise pelo CEE, mas que, caso o pesquisador tivesse interesse em saber como está, poderia ir pessoalmente na escola. Neste caso específico, o pesquisador que reside e trabalha na capital Rio Branco, agendou visita à escola para o dia seguinte, no turno da tarde, no município de Senador Guiomard.

No deslocamento para o município de Senador Guiomard, descobriu-se que o ônibus intermunicipal que liga Rio Branco ao referido município, fazia uma parada em frente à escola 15 de junho e que a escola Aldaci Simões era próxima. Como estava em mãos dos dois documentos e com o objetivo de conhecer um pouco do cotidiano escolar, decidiu-se, ainda que não planejado inicialmente, visitar primeiramente a Escola 15 de Junho. Ao chegar na escola, o diretor foi informado sobre a presença do pesquisador do PPGE/UFAC e que ele estava de posse de um documento expedido por sua orientadora do mestrado (Anexo II) solicitando uma cópia digitalizada ou xerocopiada do Projeto Político-pedagógico PPP e o Regimento Interno daquela instituição.

Já nas dependências da escola, o ambiente escolar era observado atentamente. Enquanto aguardava o diretor que estava em reunião com a mãe de um aluno da instituição, uma cena chamou a atenção: um aluno estava, aparentemente, cumprindo uma punição e estava com um pano limpando uma janela fixa azul do lado esquerdo. A cena lembrava a fabulação presente no texto de Roseiro (2020) et al intitulado “Ordem, Limpeza e Germinação: regulação da vida nas escolas cívico-militares”, um texto literário de caráter denunciativo ao afirmar que: “o objetivo é evidente: expandir os limites da militarização, fazer a servidão alcançar mais um ápice até então inesperado. (ROSEIRO et al, p. 13, 2020).

Após aguardar alguns minutos pelo, o diretor recebeu o mestrando em sua sala. Depois de mais uma breve apresentação e explicação formal do motivo da

visita àquela instituição de ensino, realizou-se a entrega da solicitação por escrito (Anexo II), para ter uma cópia dos documentos pedagógicos. O diretor foi muito receptivo e cordial, possibilitando uma conversa informal, sem a pretensão de ser uma entrevista, em que os assuntos foram surgindo na medida em que ia observando os espaços, sendo o conteúdo, registrado de forma escrita em um caderno de anotações, que durou alguns minutos com a intenção de compreender um pouco o funcionamento da instituição na perspectiva do gestor.

De início, o gestor civil informou que a instituição recebe muitos pesquisadores interessados em entender o modelo das escolas cívico-militares. Então, ele explicou que o Projeto Político Pedagógico (PPP) ainda está em análise por parte do Conselho Estadual de Educação, órgão responsável por emitir parecer e, em seguida, aprová-lo ou sugerir alterações. O PPP da Escola 15 de Junho encontra-se em processo de reformulação, uma vez que houve a devolutiva por parte do CEE e que o Regimento Interno, precisa ajustar algumas nomenclaturas do sumário, o que levou o diretor a perguntar, se mesmo assim, ainda era de interesse do pesquisador a obtenção de uma cópia do documento. Com a manutenção do interesse de acesso ao referido documento, ainda que em processo de ajustes, a cópia foi disponibilizada em formato PDF e transferido para um dispositivo de armazenamento de dados (Pen Drive). De maneira cortês, outros documentos como a primeira versão do manual Pecim e suas diretrizes também foram disponibilizados.

Na conversa, o gestor explicou que antes de aderir ao Pecim, a escola ofertava ensino fundamental e médio. De fato, é possível constatar vestígios da presença do ensino médio na escola através de muitos murais e placas de formatura que remetem à época em que a escola ofertava essa etapa de ensino. A escola também já fez parte de um programa de aceleração da aprendizagem denominado projeto Poronga, criado em 2002 através de uma parceria entre o Governo do Acre e a Fundação Roberto Marinho. A palavra Poronga é o nome dado a uma luminária muito utilizada por seringueiros, a história do Acre é marcada pelo chamado ciclo da borracha, que por muito tempo foi a *commodity* principal da economia do estado.

Com a adesão ao modelo Ecim, foi preciso desvincular tudo o que era do ensino médio, inclusive os documentos normativos, recriando-os de acordo com as normas do Pecim e com a etapa do ensino fundamental. Até aquele momento, para

ilustrar a época que ofertava duas etapas de ensino, a escola ainda emitia documentos do ensino médio. A outra escola, a Aldaci Simões, foi construída do zero para ofertar somente o ensino médio, portanto, visando atender os estudantes que concluíram o ensino fundamental na 15 de Junho. O gestor explicou que demanda um tempo para transformar todos esses documentos da época em que a escola atendia duas etapas da educação, que, após devolutiva da CEE, há um rito de correção.

Com a adesão ao modelo cívico-militar, a parte que trata da organização administrativa precisou ser desmembrada para incluir a parte da diretoria militar. A grande diferença com as outras escolas podem ser observadas através do organograma que representa um modelo de gestão compartilhada entre civis e militares, esse organograma também aparece no Manual das Escolas Cívico-Militares (2020) disponibilizado pelo MEC (Anexo I). Na sala do diretor há um enorme cartaz que traz esse detalhamento.

O gestor explicou que há um Oficial de Gestão Escolar, comandado por um capitão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre, que é tratado como uma espécie de diretor. Inclusive, como foi notado pelo pesquisador ao adentrar a escola e questionar que precisava falar com o diretor, foi-lhe perguntado “- qual diretor?”, isto é, na prática há dois diretores na escola: um que trata das questões administrativas da escola e outro que trata das questões inerentes à atuação dos bombeiros militares reformados.

De acordo com o gestor, o Oficial de Gestão Educacional não faz intervenção pedagógica, somente a administração de valores militares. A escola é projeto piloto MEC. O modelo Pecim do MEC trabalha com certificação em três níveis: básico, médio e intermediário. Essa certificação é uma garantia de que a escola está seguindo o modelo proposto, visando um modelo de excelência. A escola 15 de Junho, por exemplo, já ganhou a segunda certificação. Como visto, é preciso ter três certificações. O gestor comentou o fato e resolveu mostrar ao pesquisador as certificações recebidas. Seguindo a ética na pesquisa, o pesquisador solicitou autorização do diretor para registrar imagens das certificações recebidas, do ambiente escolar e de outros documentos pertinentes à pesquisa em andamento, sem hesitar, o diretor concedeu a autorização, a partir deste momento os registros fotográficos a seguir tiveram início:

FIGURA 3: CERTIFICAÇÃO PECIM DE NÍVEL BÁSICO DA ESCOLA 15 DE JUNHO



Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

FIGURA 4: CERTIFICAÇÃO PECIM DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO DA ESCOLA 15 DE JUNHO



Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

Ao sair da sala do diretor, enquanto explorava o ambiente escolar, o pesquisador andou pela instituição e encontrou, ao acaso, um colega do

PPGE/UFAC, que atua como professor de história naquela instituição. O mestrando, na condição de professor, passou a apresentar a escola e a falar sobre a rotina, chamando atenção para a existência de uma sala do AEE e mostrando onde está localizada a sala do Oficial de Gestão Escolar, ou seja, a parte onde os militares ficam. Cabe aqui um pequeno registro histórico, pois, conforme noticiado no site de notícias oficial do Governo do Estado do Acre, no dia 18 de maior de 2018, o Colégio Militar Dom Pedro II, foi o primeiro do país a possuir uma sala de atendimento educacional especializado, sendo, portanto, um marco para uma instituição que segue um modelo educacional de gestão militar.

A matéria expõe um importante relato de um aluno da instituição com deficiência, ao dizer que:

Estou achando muito legal estudar aqui, e o que mais gosto é de aprender coisas novas. Vim para aprender e não para ser excluído. Aqui me sinto mais à vontade e mais feliz. Não sinto diferença com os outros colegas e, como quase todos aqui, quero ser Bombeiro quando eu crescer (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO ACRE, 2021)

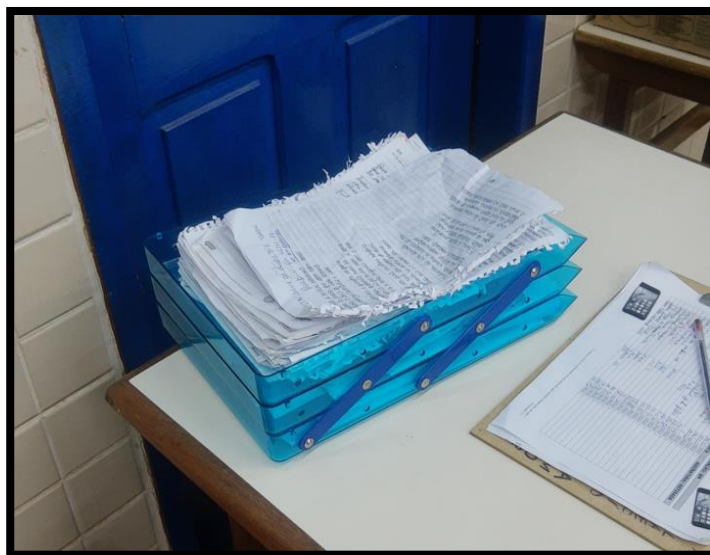
O comovente relato produz algumas reflexões como: até que ponto escolas militarizadas, em especial o Colégio Militar, que ecoa um espírito vocacional de seus estudantes para seguirem carreira militar, serve de inspiração para os estudantes, em especial as pessoas com deficiência; não seria uma forma legítima de inclusão? Talvez o aspecto positivo seja justamente incluir todo e qualquer estudante, evitando, assim, a exclusão, sem entrar no mérito se o ensino é eficaz e, muito menos, se há violações aos direitos e garantias fundamentais no cotidiano de uma escola militarizada.

Ao entrar na sala dos oficiais, o pesquisador se apresentou e explicou o motivo da visita. Neste local, os militares do Corpo de Bombeiros foram muito atenciosos e explicaram detalhadamente o trabalho realizado. No relato de um oficial, há uma espécie de “xerife” na escola, que é um monitor responsável por anotar ocorrências. No curto trajeto da sala do diretor civil até a sala dos oficiais, o pesquisador observou que os monitores militares estavam próximos dos alunos. O militar explicou ainda, que após o registro de ocorrência, o documento é entregue aos oficiais. Todas as “infrações” observadas e anotadas pelo “xerife” são

registradas porque muitos pais vão ter acesso ao que os seus filhos fizeram na escola, uma espécie de retorno aos pais do comportamento de seus filhos. Mais uma vez, por uma questão ética, solicitou-se ao oficial se poderia tirar fotos do ambiente e de documentos. A cada exposição feita pelo oficial, pediu-se autorização para registrar as imagens. Todas as solicitações feitas foram atendidas pelos militares, sem qualquer oposição.

Na sala do Oficial de Gestão Escolar, sobre uma mesa estavam as algumas ocorrências (Figura 5), parecidas com as que estão nos Anexos III e IV; além disso, pode-se observar um conjunto de anotações feitas por alunos como uma cópia do hino acreano escrito à mão. Questionado sobre essas atividades, o militar explicou que os estudantes são cobrados, pois, na sua opinião, esse procedimento melhora “a letra”, isto é, a ortografia.

FIGURA 5: CÓPIAS DO HINO DO ACRE ESCRITAS À MÃO POR ALUNOS DA ECIM 15 DE JUNHO.



Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

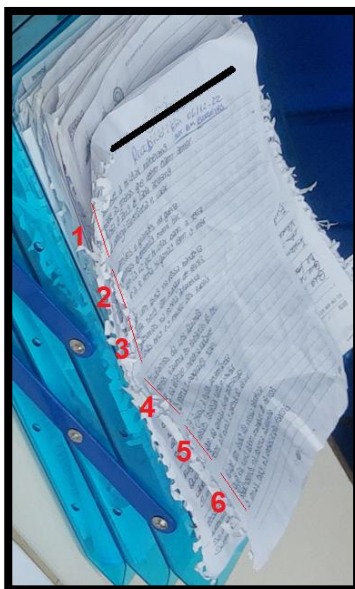
Neste momento, ficou evidente que a atuação militar não é somente administrativa, uma vez que os alunos recebem a punição de escrever à mão até 10 cópias do Hino do Acre, em tese, exercendo supostos valores patrióticos de amor ao estado, como fica explícito no documento de infrações diária, que é composto por um denunciante, motivos da infração e uma punição, sendo estes os termos que aparecem no documento. Para exemplificar, em uma infração diária disponibilizada ao pesquisador (Anexo III), uma turma inteira foi punida por estar “bagunçando”, a

punição foi escrever à mão 10 cópias do hino do Acre, com prazo limite de entrega como se pode ver a seguir:

Motivos: Os mesmos estão com muita bagunça em sala desrespeitando os professores e perturbando as outras turmas. Já foram avisados os pais para uma reunião com todos. Muitos vão reprovar e não vão renovar as suas matrículas, além de bastantes alterações pela turma com perturbação em aula. Vão passar um mês merendando em sala de aula além de ordens unidas e instruções. A turma está insuportável que nem os professores estão aguentando e os mesmos estão reclamando bastante na direção escolar. Punição: 10 (dez) cópias do hino acreano para o dia 1º de dezembro de 2022 (quinta-feira), cada. (ACRE, 2022).

Por uma questão de ética na pesquisa, a identificação da turma, o dia e o mês da infração cometida foram ocultados. Essa infração é curiosa porque a punição foi aplicada a todos os estudantes da turma, de maneira unânime. Em outras infrações analisadas, a punição de escrever o hino à mão, parece ser uma punição recorrente. A punição também revela um componente tecnicista ao ter que reproduzir à mão 10 vezes o mesmo hino, uma atividade repetitiva e mecânica, que não condiz com a pedagogia contemporânea. Observando aquele contexto de produção de texto, ao aproximar a imagem da atividade entregue que estava sobre a mesa, em um olhar atento tem-se a seguinte figura:

FIGURA 6: IMAGEM APROXIMADA DA CÓPIA DO HINO ACREANO ESCRITO À MÃO POR UM(A) ALUNO(A)



Fonte: Registro do Autor, 2022.

Ao aproximar a imagem, pode-se perceber na primeira página que o hino transcrito pelo(a) estudante está dividido em 6 estrofes, cada uma contendo quatro versos (quarteto). No hino original, do primeiro verso até o último verso contido, isto é, /Que este sol a brilhar soberano/ e /O mais belo e melhor dos faróis! /, a letra na íntegra escrita pelo poeta baiano Francisco Mangabeira, possui 5 estrofes, a primeira composta por 8 versos. O manuscrito produzido revela um novo padrão, mais organizado e com a quebra de estrofes e uma nova formação composta por quatro versos.

O uso de aparelhos celulares é vedado e fica em um canto separado. No final da aula, eles são devolvidos aos estudantes. Na sala de aula não é para se ter celular em mãos pois esta é uma determinação que consta no Manual do Aluno (2020):

Fica proibido portar aparelho celular no ambiente escolar, exceto se, e excepcionalmente, fizer parte da atividade proposta pelo professor/educador, como material de apoio pedagógico. Se recolhido na revista diária, devem ser identificados com o nome do aluno, série e turma e data de recolhimento, guardados em local seguro sobre a coordenação Oficial de Gestão Educacional. Em caso de reincidência os objetos serão entregues apenas na presença dos pais ou responsáveis. (Manual do Aluno, p. 15, 2020).

Se o estudante for pego com celular, gera uma ocorrência, classificada como ato de indisciplina médio. Os atos de indisciplina são classificados em leve, médio, grave e gravíssimo. Na sala dos oficiais, há uma caixa com muitos celulares confiscados, como se pode ver:

FIGURA 7: CAIXA COM CELULARES DOS ESTUDANTES CONFISCADOS



Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

Na escola, os registros diários são organizados por ano e turma. Quando o aluno resolve cada pendência ou “punição”, os oficiais dão baixa com um “ok”. O militar também comentou que cada turma conta com a presença do chamado “xerife” e “subxerife” de turma. Esses chefes formam um pelotão especial, de uniforme vermelho, um aluno modelo, digamos assim, que tem uma conduta adequada em sala de aula, bom comportamento e notas altas. De acordo com o Manual do Aluno (2020), em seu Art. 181: “para cada turma, haverá um aluno na função de chefe/xerife e um na função de subchefe/subxerife de Turma, designados por meio de um rodízio entre os discentes, de acordo com a escala elaborada pelo Monitor”.

O Chefe de Turma ou “Xerife” tem uma série de atribuições. Na sala dos oficiais, como era horário de intervalo, havia a presença de alguns chefes de turma, que possuem um fardamento diferente dos demais, em trajes com detalhes em vermelho, pois a escola é gerida por Bombeiros Militares. Algumas atribuições previstas ao Chefe de Turma são: apurar as faltas dos colegas; retransmitir avisos e orientações aos alunos; informar ao monitor militar quaisquer ocorrências com o material da sala de aula como danos em carteiras, cestos, vidros etc; zelar pela manutenção, limpeza e conservação da sala de aula; atualizar o subchefe de turma sobre ocorrências, pois, no caso em sua ausência, assume o subxerife; zelar pela disciplina na ausência do professor e do monitor; servir de exemplos aos demais alunos ao ser o primeiro a chegar ao local de formatura, sendo responsável por colocar a turma em forma; não valer de sua função para menosprezar os colegas de turma; e, verificar se houve algum objetivo esquecido por algum aluno ao término da aula.

Uma informação importante é que todos os bombeiros militares que atuam na escola são da reserva, isto é, do quadro inativo da corporação e que, no período de 5 anos, foram reconvocados para atuarem como oficiais e monitores nas escolas cívico-militares. Em resposta encaminhada através da LAI, no dia 23 de agosto de 2022, o Comando do Exército Brasileiro (CEX) informou que:

O Departamento-Geral do Pessoal (DGP), após consulta à Diretoria de Assistência ao Pessoal (DAP), órgão técnico-normativo e gestor do assunto, informa o seguinte: O Decreto nº 10.004, de 5 de

setembro de 2019, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), não prevê, para as Forças Armadas, o emprego de militares da ativa. Os militares veteranos, em atuação no PECIM, por Unidade da Federação, são: AC: 0 / AL: 5 / AM: 17 / AP: 0 / BA: 2 / CE: 1 / DF: 18 / ES: 14 / GO: 0 / MA: 21 / MG: 62 / MS: 3 / MT: 25 / PA: 7 / PB: 16 / PE: 0 / PI: 18 / PR: 58 / RJ: 11 / RN: 1 / RO: 31 / RR: 8 / RS: 46 / SC: 72 / SE: 5 / SP: 32 / TO: 0 / TOTAL: 473. (BRASIL, 2022).

Como se pode ver, não há militares do Exército Brasileiro atuando nas escolas cívico-militares implementadas no estado do Acre. Logo, os militares presentes na escola 15 de Junho e na Aldaci Simões, são militares das forças estaduais, mais especificamente, Corpo de Bombeiros Militar e Polícia Militar. Todos do quadro de reserva. Chama a atenção a quantidade de militares do exército atuando no estado de Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná. Esses estados possuem governadores mais alinhados com o campo político de direita, e, portanto, conservadores.

Ainda no cotidiano da escola 15 de Junho, quando um estudante extrapola o limite de ocorrências diárias, é feita a chamada convocação. Na hora da formatura na quadra, os alunos são cobrados por suas atitudes que geraram uma ocorrência. A formatura é o ato de estarem organizados em filas no pátio da escola, podendo ocorrer nos turnos da manhã ou a tarde. Na formatura é feita uma oração, continência à bandeira e execução do hino nacional. Toda essa rotina não é neutra, cada situação reflete um ato político de disciplinação, igual ocorre em instituições bélicas. Segundo Ludwig (2020), as ideias de Foucault (2018) permitem uma compreensão essencial sobre os mecanismos usados para consumir esses atos de disciplinação ocorridos, sobretudo, em escolas militares e, por conseguinte, as militarizadas. Primeiramente, a realização de atividades programadas, depois o respeito ao *quadriculamento*, ou seja, cada estudante em seu devido lugar, promovendo controle dos estudantes evitando-se, assim, “o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa (LUDWIG, p. 107-108, 2020). Ludwig (2020) destaca ainda que:

Também se mostra como uma tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração. Ele é muito importante para

estabelecer as presenças e as ausências, saber onde e como encontrar os indivíduos, instaurar as comunicações úteis, interromper as outras, poder a cada instante vigiar o comportamento de cada um, apreciá-lo, sancioná-lo, medir as qualidades e os méritos. O terceiro faz referência à organização por meio de filas. De acordo com Foucault na disciplina os elementos são intercambiáveis, pois cada um se define pelo lugar que ocupa na série, e pela distância que o separa dos outros. As filas possibilitam o exercício do controle de cada um e pela observação constante do instrutor ou professor permitem a eles punir, recompensar e hierarquizar os alunos segundo critérios previamente estabelecidos. (LUDWIG, p. 107-108, 2020)

A rotina dos estudantes reflete o planejamento normativo, o mesmo aplicado em cursos de preparação de oficiais das três forças: exército, marinha e aeronáutica. A rotina civil é apagada para dar lugar a uma vigilância rigorosa, o cerceamento da liberdade, tornada como normal, por meio da repetição constante.

Há também a assinatura do termo de conduta para “intimidar” mais ainda o aluno, especialmente quando os atos de infração são gravíssimos. Segundo os oficiais, isso praticamente gera um trâmite para o estudante sair da escola e, mesmo assim, com todo um controle de condutas, deveres e obrigações, ainda há muitos casos de alunos que são expulsos da escola, colocando em dúvida, mais uma vez, a suposta eficácia do modelo de gestão compartilhada em relação às escolas totalmente civis.

O ambiente escolar não fica blindado da criminalidade urbana. Um relato importante foi sobre a presença de estudantes com envolvimento em facções criminosas. Há relatos de ameaça aos professores e a outros colegas de farda; ademais, já foi “apreendido” com os estudantes cigarros, isqueiros, canivetes, pulseiras coloridas e lâminas. Destaca-se que há revistas diárias nos alunos, como é feito, por exemplo, nos presídios.

A Figura 8 ilustra alguns materiais ilícitos encontrados com estudantes da instituição. Veja:

FIGURA 8: MATERIAIS ILÍCITOS ENCONTRADOS COM OS ALUNOS DA ESCOLA 15 DE JUNHO

Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

De acordo com o oficial, os estudantes também usam lâminas para se cortarem por conta da depressão; na sala dos oficiais há várias caixas repletas de objetos proibidos, como se pode ver na figura acima. Como mencionado, em decorrência das revistas, há uma grande quantidade de material apreendido. Objetos cortantes como o canivete e a lâmina são utilizados para praticar a automutilação. Segundo o oficial, muitos pais são separados, sendo pouco atenciosos com os filhos e que acabam por abandoná-los etc. Quem mais comparece na escola em casos graves e gravíssimos são os avós. O Conselho Escolar e Tutelar são notificados quando situações como essas ocorrem.

Na Ecim 15 de Junho, que iniciou suas atividades em 2020, houve problemas no processo licitatório e os alunos não estão com o fardamento no padrão que consta no Manual das Escolas Cívico-Militares (2020). Os alunos fazem uso de uma calça jeans e uma camiseta branca. Mesmo assim, há um voucher para a aquisição dos uniformes escolares.

Na sala dos oficiais, os oficiais do Corpo de Bombeiros, destacam a preocupação que eles têm com os primeiros socorros e com a pandemia do Covid-19, já que alguns alunos passam mal, mantendo-se um kit e máscaras na sala dos oficiais, como se pode ver na abaixo:

FIGURA 9: KIT DE PRIMEIROS SOCORROS E MÁSCARAS DESCARTÁVEIS

Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

Os bombeiros deixaram bem claro que os alunos não são medicados porque essa é uma atribuição do médico. Enfatizou também, que todos os alunos têm acesso ao Manual do Aluno (2020), compilando as principais regras da instituição.

Ao final da visita, o pesquisador notou sobre a mesa alguns livros que estavam sendo lidos pelos oficiais, desde publicações sobre empreendedorismo, até sobre pedagogia. Concedida mais uma autorização de registro imagético, registrou-se as fotos das Figuras 10 e 11:

FIGURA 10: PUBLICAÇÕES SOBRE A MESA DO GESTOR MILITAR

Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

FIGURA 11: LIVROS SOBRE EMPREENDEDORISMO

Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

Esses livros reforçam a ideia presente no contexto da influência de elementos pertencentes ao novo gerencialismo como se discutiu na seção 2 deste estudo. A leitura desses livros não é uma ação neutra, muito pelo contrário, reflete a presença de valores neoliberais no cotidiano da escola, sendo consumido por indivíduos que exercem poder em vários grupos de estudantes. Esse contexto tanto de influência como de produção textual, reflete no contexto da prática, evidenciando, a presença do ciclo de políticas em situações cotidianas. Além disso, os militares buscam de alguma forma uma apropriação teórica de teorias pedagógicas, já que não receberam educação formal para isso, criando situações de intervenções pedagógicas baseadas em interpretações feitas a partir da leitura de livros, sem a mediação, por exemplo, de professores especialistas na área, que ajudam na reflexão crítica e do real significado das teorias pedagógicas.

O oficial que conduziu toda a explanação sobre o trabalho realizado na sala dos oficiais, disponibilizou dois documentos muito relevantes para o presente estudo. Trata-se de um documento de infrações diárias (Anexo III) de ocorrência e punição aplicadas a toda uma turma de 6º ano (Anexo IV). O registro de infrações diárias de alguns alunos daquela escola, revela uma série de problemas ocorridos.

A última imagem registrada na escola 15 de Junho é de um espaço cultural, utilizado por professores, militares, alunos e, eventualmente, a comunidade escolar para apresentações artísticas e outras atividades pedagógicas.

FIGURA 12: ESPAÇO CULTURAL DA ESCOLA 15 DE JUNHO



Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

Finalizada a visita na escola 15 de Junho, o pesquisador foi para a escola Aldaci Simões, que fica há alguns metros de distância. Já na entrada, percebe-se que é uma escola nova, recém-construída, com uma arquitetura muito similar ao Colégio Militar Tiradentes de Rio Branco. Aliás, a similaridade arquitetônica não é mera coincidência como será visto mais à frente.

Como mencionado, essa visita à Aldaci Simões, em especial, foi agendada com a gestora da escola, visava, principalmente, a obtenção de documentos pertinentes para o presente estudo. A diretora recepcionou imediatamente o mestrando, mostrando-se cordial e atenciosa. Houve, mais uma vez, uma conversa informal, sem o objetivo de ser uma entrevista, na sala da diretora com registros feitos, mais uma vez, à mão em um caderno de anotações, onde ocorreu uma explanação sobre o motivo da visita à escola; após isso, a gestora passou a conversar sobre o PPP e explicou que há, até o momento, uma orientação do CEE, e que o documento não está pronto e acabado. Na escola há uma orientação matriz que consta no manual das escolas Pecim, que também contém as diretrizes,

embora tenham esse aporte do MEC, o que de fato norteia todo o regimento são as leis estaduais, que, de maneira similar à 15 de Junho, encontra-se com alguns ajustes a serem feitos. O Regimento Interno é prontamente disponibilizado no Pen Drive em formato PDF. Destacando que só é a questão dos números e do sumário que precisam de correções, estando o conteúdo principal da matéria completo.

Todo ano o PPP da escola Aldaci Simões sofre modificações e por conta da adesão ao Novo Ensino Médio, o PPP está sendo refeito. Há uma formação a ser feita. A gestora não se sentiu confortável para disponibilizar o PPP por ainda estar em construção, foi entregue somente uma cópia do Regimento Interno.

Sobre a questão do fardamento, segundo a gestora, já foram todos distribuídos, mas alguns foram retornados porque houve erro nos tamanhos, talvez por economia de tecido em sua confecção. Uma diferença com relação ao fardamento da escola 15 de junho, é que na Aldaci Simões, não há a identificação do aluno, pois, nas palavras da gestora há uma grande rotatividade. Se o estudante receber o uniforme e posteriormente sair da instituição, deve devolver o uniforme, pois há uma preocupação com os alunos que estão entrando. Só o fardamento social custa 260 reais, neste valor não está incluso o agasalho. No processo licitatório do fardamento da Aldaci Simões em relação à 15 de Junho, foram empresas diferentes que ganharam. Na escola Aldaci Simões o uniforme foi adiantado, porém, com uma série de problemas no tamanho; já na 15 de junho, o problema está sendo no prazo de entrega. Os uniformes sociais na Aldaci Simões já estão todos na instituição, conforme registro fotográfico autorizado pela gestora:

FIGURA 13: FARDAMENTO DOS ALUNOS DA ESCOLA ALDACI SIMÕES



Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

Observa-se na imagem que o agasalho foi enviado para mostrar a qualidade do tecido, servindo como amostra e que por isso não tem a marca do Pecim. Além disso, sobre a mesa estão vários uniformes que foram devolvidos por problemas no tamanho. Todos os modelos estão descritos no Manual Pecim.

Na escola há um momento “cívico-militar” nas segundas e sextas, nesses dias os alunos fazem uso do traje mais social, nos demais dias vêm com agasalho. Somente o agasalho custa 198 reais, já o uniforme social custa 203 reais para os meninos e 260 reais para as meninas. Na época da visita à escola, ainda faltava a luva, que corresponde à série do aluno.

Sobre questões sociais observadas, a diretora relata que já houve casos de apreensão de cigarros, bebidas etc. Ela garante a proteção dos alunos dentro do ambiente escolar, mas não fora. A gestora destaca ainda que os alunos faccionados não geram problemas em termos comportamentais, pois há uma ética, eles não querem ser vistos. O problema ocorre mais com estudantes que são parentes de faccionados, pois, eles se sentem com poder. Por ser uma escola de ensino médio, não há muitos relatos de brigas e *bullying*. O maior problema é o uso de brinco e celulares em sala de aula. Na instituição pública, o aluno precisa aprender a administrar e ser protagonista, saber o momento de usar.

Se o professor reportou uma ou duas vezes atos graves praticados pelos estudantes, os pais são chamados. Os casos de indisciplina são de natureza mais simples como alunos que não querem colocar a camisa para dentro. Há também na escola a figura da punição como uma advertência ao aluno. Da mesma forma como na 15 de Junho, a advertência pode ser leve ou grave, como a convocação dos pais através de documento escrito e, por último, em casos gravíssimos, suspensão de até três dias. Até a data da visita, não houve caso de expulsão, mas já houve a convocação do conselho escolar. Todas as infrações, por mais graves que sejam, são tratadas com muita delicadeza porque não há para onde enviar o aluno. A gestora afirma que “se a escola fecha a porta para o aluno, a facção abre”. A escola faz um trabalho social para ter atividades esportivas, banda de música e rodas de conversa para estimular a permanência dos estudantes.

Por ser uma gestão compartilhada, existe o oficial educacional e o de gestão, que trabalham toda a parte da gestão da escola conjuntamente, sempre de maneira respeitosa.

Os militares são reconvocados por meio de uma parceria entre a SEE e a Polícia Militar. Na escola são 24 professores atuando no ensino médio. A escola também atende alunos de Rio Branco e outros municípios próximos. O laboratório de informática não está completo. A escola iniciou suas atividades no dia 18 de março de 2020, já durante o período pandêmico. A maioria dos alunos são da zona rural. O ensino médio tem uma evasão grande, inicialmente a instituição entra em contato pelo telefone, se não for possível, vão até o aluno, porém não vão com a viatura da polícia nos bairros onde há facções porque nesses locais impera a lei do silêncio.

Uma estratégia adotada pela escola é que se o estudante não estiver frequentando as aulas, os pais não recebem a documentação necessária para aderir ao Bolsa família. A escola tem alguns cargos e dentro deles há o professor que trabalha num turno e contraturno, podendo voltar como orientador ou coordenador de turma, por exemplo, uma professora ministra a disciplina de história no turno da manhã e à tarde atua como psicopedagoga. A professora faz a triagem dos alunos com problemas, se for clínico eles enviam para um amigo da escola, isto é, um indivíduo que tem parceria com a escola, neste caso, um psicólogo. A presença de um profissional psicopedagogo vai ao encontro do objetivo de melhorar a Gestão Escolar, por meio da meta de “garantir pelo menos (01) psicopedagogo ou psicólogo para apoiar o trabalho da coordenação pedagógica” (ACRE, p.18, 2022).

Os problemas psicológicos enfrentados durante a pandemia são muitos, desde dificuldade de acesso à internet para acompanhar as aulas durante o ensino remoto emergencial até casos de abusos. Essa parceria com um amigo da escola é de grande relevância e tem sido fundamental para muitos estudantes. Ainda sobre os impactos deixados pela pandemia do Covid-19, muitos estudantes tiveram a progressão de conteúdos prejudicada e agora estão enfrentando dificuldades em acompanhar novos conceitos, sobretudo numa etapa de ensino tão importante como o ensino médio. O estado tem uma plataforma para oferecer um preparatório do ENEM. Há um núcleo representativo da SEE, onde são encaminhadas as solicitações.

O município nunca teve uma nota boa no Ideb e, segundo a diretora, pela primeira vez tiveram a nota 4.2. Na avaliação da gestora, se comparado a algumas escolas e até mesmo as militares, eles tiveram um bom desempenho, sendo,

portanto, motivo a ser comemorado. Nota-se um discurso muito presente em escolas militarizadas que se apoiam em avaliações em larga escala.

Sobre recursos e materiais, de acordo com a gestora, não está faltando. Agora foi aprovado os itinerários formativos do novo ensino médio e receberam uma verba. A título de exemplificação, somente para o AEE, receberam uma verba de 21 mil. Ela fez um projeto para reestruturar a biblioteca escolar para a Secretaria de Justiça sobre verbas pecuniárias e conseguiram mais 20 mil.

A gestora, pessoalmente, conduziu o pesquisador por todo o ambiente escolar, apresentou os servidores lotados na escola. O terreno da escola foi desde o princípio preparado para ser militar, um pedido da então senadora Mailza Gomes (PP-AC); o Governador Gladson Cameli, de início, justificou que o estado não tem policiais para manter numa escola para ser Colégio Militar e, portanto, fazer parte do organograma da Polícia Militar e, assim, contar com a presença de militares da ativa. Contudo, o chefe do executivo acreano deu a opção de ser cívico-militar através do Pecim. A escola foi construída do zero, o terreno foi adquirido e iniciou sua construção ainda na gestão do governador Tião Viana (PT-AC). O projeto arquitetônico é o mesmo do Colégio Militar Tiradentes, por isso a semelhança observada pelo pesquisador.

FIGURA 14: COMPARAÇÃO DA ARQUITETURA DA FACHADA DA ESCOLA ALDACI SIMÕES E DO COLÉGIO MILITAR TIRADENTES



Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

Como se pode observar, do lado esquerdo da Figura 14, aparece a escola Aldaci Simões e do lado direito, o Colégio Militar Tiradentes, localizado em uma área urbana na cidade de Rio Branco, capital do estado do Acre. Dentro das Ecims

há dois modelos conforme visto anteriormente: o modelo recurso e modelo pessoal. O modelo recurso está presente na Escola Aldaci Simões, na 15 de junho e em mais dois municípios: uma em Tarauacá e outra em Eitaciolândia. Os militares deveriam ser do exército, mas não apareceu ninguém e foram convocadas a força auxiliar. Eles deveriam ser mantidos pela força nacional, mas veio a força auxiliar. O governo federal se comprometeu a trabalhar a estrutura enviar recursos, mas até o momento não receberam nada. A escola está tendo recursos pessoais, quem mantém são os militares do Acre. A gestora afirmou que algumas pessoas ficam com medo do presidente Lula acabar com o Pecim, contudo ela está convicta que vai continuar porque o governo federal nunca mandou nada além do que já manda para as civis. Quem mantém de fato a escola é o governo estadual, além de ser uma bandeira defendida pelo governo local. O relato é importante porque, legalmente, a Lei Estadual 3.594/19, que regulamenta o Pecim, combinada com a Lei

Há cerca de 724 alunos matriculados na unidade de ensino. O espaço era vinculado com a escola 15 de junho. Quando houve um desmembramento do ensino médio da escola 15 de junho, passando para a escola Aldaci Simões, até então era um espaço em que havia uso de drogas, alto índice de criminalidade etc. Quando desmembrou a comunidade pediu socorro e hoje a polícia não tem mais esse problema. As duas escolas são “afilhadas” políticas da senadora Mailsa Gomes (PP-AC), atual vice-governadora do Estado do Acre (2023-2027) que tem o município como berço eleitoral. Nos primeiros quatro anos os diretores não foram eleitos pela comunidade. O gestor civil deve ser eleito. Curiosamente, se aberta uma nova eleição a gestora disse que não tem interesse em disputar novamente.

Liderar uma equipe de professores não é fácil e ela acredita que a missão foi cumprida à frente da gestão. Com interesse de voltar para os anos iniciais. Só há mais um ano, deixando a gestão no final de 2023. Ressalta-se que, embora a gestora não tenha sido eleita, futuramente, um(a) gestor(a) civil deverá passar por uma eleição, nos termos da Lei Estadual nº 3.141/2016, que trata da gestão democrática.

No primeiro pavilhão existe a parte administrativa e a sala dos professores. Da mesma forma que a escola 15 de Junho, a escola também possui uma Sala de Atendimento Educacional Especializado, como se pode verificar na Figura 15:

FIGURA 15: FOTO DO INTERIOR DA SALA DO AEE DA ESCOLA ALDACI SIMÕES DA COSTA

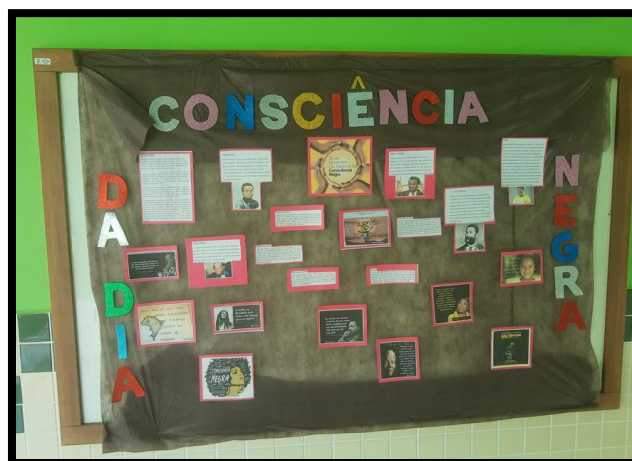


Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

A equipe do AEE da escola Aldaci Simões da Costa é composta por 4 assistentes educacionais, 1 professor mediador e 2 professores intérpretes de Libras.

Muitos murais estão espalhados pela escola, como um sobre a o Dia da Consciência Negra, repleto de textos sobre personalidades negras, promovendo um diálogo visual com o objetivo de despertar a criticidade, ainda que em um ambiente militarizado. Na escola, há um projeto permanente sobre a consciência negra, ressaltando a importância dessa data.

FIGURA 16: MURAL DA ESCOLA ALDACI SIMÕES SOBRE O DIA DA CONSCIÊNCIA NEGRA



Fonte: Imagem registrada pelo autor, 2022.

A gestora também apresentou os gestores educacionais, que são militares da reserva, e ouviu-se o relato de que as ocorrências são poucas, indo ao encontro do que a diretora informou no início do encontro.

FIGURA 17: SALA DOS OFICIAIS DE ENSINO DA ESCOLA ALDACI SIMÕES



Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

A sala dos oficiais de ensino é bastante organizada e durante a visita os militares estavam todos bem uniformizados. Os oficiais estavam organizando alguns papéis. No relato deles, as ocorrências mais comuns são alunos que usam a blusa para fora da calça, atraso e uso de brincos. Diferentemente do que foi observado na escola 15 de Junho, na escola Aldaci, não houve relatos, por exemplo, de estudantes que praticavam automutilação ou que tivessem posse de materiais ilícitos parecidos como foi visto na Figura 8.

Em seguida, a gestora mostrou a nova biblioteca de escola (Figura 18), totalmente revitalizada e repleta de livros novos. No Planejamento Estratégico (2022) da escola, afirma-se que “A biblioteca é equipada com mesas e um acervo diversificado, mas não atende à demanda da escola para estudo e/ou pesquisa” (ACRE, p. 52, 2022). Ainda assim, naquele espaço há um profissional da educação, sem formação em biblioteconomia, auxiliando no atendimento aos estudantes e professores.

FIGURA 18: INTERIOR DA NOVA BIBLIOTECA DA ESCOLA ALDACI SIMÕES

Fonte: Registro feito pelo autor, 2022.

A visita foi encerrada com o relato da Diretora destacando alguns projetos, como o Projeto de Vida, que está sendo trabalho na escola e faz parte do Novo Ensino Médio; a escola agora conta com novos ares-condicionados, equipamentos atualizados, uma televisão nova de 65 polegadas, que atualmente encontra-se na sala do AEE, mas a intenção é alocá-la na sala de informática.

4.3 – O REGIMENTO ESCOLAR DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DE SENADOR GUIOMARD E O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Como visto anteriormente, o Regimento Escolar da escola estadual 15 de junho está passando por um processo de atualizações e correções após a devolutiva do Conselho Estadual de Educação; já o regimento da Escola Aldaci Simões, está aguardando uma devolutiva do CEE para efetuar atualizações em seu regimento. Cabe ressaltar, no que diz respeito ao PPP das escolas cívico-militares, tem-se como norte as orientações contidas no Manual das Escolas Cívico-Militares (2020), sobretudo a parte que trata deste assunto, estando o PPP dividido em três marcos: a) desejado; b) atual; c) estratégico. Ambas as escolas possuem o Planejamento Estratégico, contendo os três marcos.

Produzido e concentrado no contexto da produção de textos, o Regimento Escolar é muito mais que um conjunto de normas marcadas pela burocracia, passou a ser um norteador para a promoção de uma gestão democrática e participativa, servindo também de base jurídica que estará ligado ao Projeto Político Pedagógico da escola. No primeiro capítulo, há a identificação do estabelecimento escolar, relatando detalhes do cotidiano escolar.

Em primeiro lugar, o regimento interno da Ecim 15 de Junho menciona o modelo de gestão compartilhada, diferentemente do documento da escola Aldaci Simões, que só menciona o termo uma única vez na parte que trata das atribuições da Direção Escolar, como se pode observar:

O presente Regimento regulamenta a organização pedagógico-administrativa e disciplinar da Escola Cívico-Militares 15 de Junho, Senador Guimard - Acre, no modelo de Gestão Compartilhada. (ESCOLA 15 DE JUNHO).

Sobre os patronos que dão nome à escola, presentes no capítulo I, seção II, do Regimento Interno, explica-se que a Ecim 15 de Junho possui esta denominação em decorrência de uma data histórica para o povo do Acre, isto é, a data da elevação do Acre território federal à condição de Estado da federação sancionado pelo presidente da República, à época, João Goulart. Há ainda o registro de que o nome foi uma escolha do 12º Governador do Acre, o senhor Edmundo Pinto. A escola Aldaci Simões, recebeu este nome por causa de um notável professor do estado residente no município de Senador Guimard:

Esta denominação em homenagem ao professor Aldaci Simões da Costa, funcionário público estadual, pertencente ao quadro pessoal da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes e morador deste município, Professor Aldaci Simões da Costa deixou um legado grandioso, por ser um professor exemplar e preocupado com uma educação de qualidade para todos.

Na seção III do capítulo I, que trata da natureza da instituição, aparece a vinculação com a SEE e o comprometimento com o Pecim, a saber:

Art. 3º - A Escola Estadual Cívico-Militares 15 de Junho (Ecim) é um estabelecimento público de ensino regular, estadual vinculada à Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes que aderiu ao Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim) instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019.

Destaca-se o Art. 6º, ainda da seção I, que aborda as finalidades da educação constantes no documento.

Art. 6º - A Escola Cívico-Militar 15 de Junho trabalha para sensibilizar os alunos no desenvolvimento de um sentimento de brasilidade, a sadia mentalidade de disciplina consciente, o culto das tradições nacionais e regionais, assim como o respeito aos direitos humanos e ao estado democrático de direito. Não obstante, preza pelo aprimoramento das qualidades física-psicomotoras do discente e motiva o despertar de vocações profissionais.

Não é possível saber detalhadamente o que é exatamente essa suposta brasilidade que aparece no documento e, muito menos, o seu referencial teórico. Para ilustrar, autores como Darcy Ribeiro, na obra *O Povo Brasileiro* (2015), trabalhou brilhantemente o que seria a brasilidade do povo brasileiro, isto é, aquilo que é singular da cultura brasileira. Embora esse trecho menciona o respeito aos direitos humanos e ao estado democrático de direito, também aborda o culto de tradições nacionais e regionais; esse culto de tradições nacionais, ecoa um sentimento patriótico a ser passado aos estudantes. Ludwig (2020) faz um importante alerta sobre um aspecto negativo que acompanha o sentimento patriótico:

É importante destacar que o patriotismo, apesar de ter um sentido específico pode vir acompanhado pelo nacionalismo, uma ideologia que defende a perenidade de uma nação, a proteção de seu território e a não transformação ou destruição de sua cultura. Ela admite o emprego do autoritarismo, a manifestação de atitudes discriminatórias contra imigrantes, a defesa da superioridade do país em relação a outros, o racismo e a xenofobia. (LUDWIG, p. 111, 2020).

O referido artigo 6º é exatamente igual ao que aparece no artigo 5º do Regimento da Escola Aldaci Simões, como se pode ver a seguir:

Art. 5º - A ECIM Professor Aldaci Simões da Costa trabalha para sensibilizar os alunos no desenvolvimento de um sentimento de brasilidade, a sadia mentalidade de disciplina consciente, o culto das tradições nacionais e regionais, assim como o respeito aos direitos humanos e ao estado democrático de direito. Não obstante, preza pelo aprimoramento das qualidades física-psicomotoras do discente e motiva o despertar de vocações profissionais.

No Art. 9º do Regimento Interno da 15 de Junho, a instituição se baseia em 5 valores, sendo eles: civismo; dedicação, excelência, honestidade, respeito. Esses mesmos valores são exatamente iguais aos que aparecem no Regimento Interno da

escola Aldaci Simões; não é mera coincidência, pois, esses são os valores das Escolas Cívico-Militares e aparecem, por exemplo, no Manual das Escolas Cívico-Militares (2019). As escolas são construídas a partir dessa noção de valores desenvolvido pelo Pecim, sendo compreendida e internalizada por todas as escolas que seguem esse modelo.

O regimento da Aldaci ganha singularidade em seu artigo 10, ao citar os fundamentos que compõem a proposta pedagógica da escola, sendo, em suma: o oferecimento de conhecimento historicamente construídos e o integral desenvolvimento do aluno; desenvolver atitudes crítico-reflexivas; valorizar manifestações artísticas, culturais e esportivas; desenvolver as relações interpessoais; e, desenvolver atitudes, valores e hábitos saudáveis à vida em sociedade. No que tange aos objetivos das escolas e dos objetivos do ensino, são muito parecidos.

Sobre a organização administrativa pedagógica e técnica das escolas, o Regimento Interno da escola 15 de Junho, em seu artigo 12, menciona o Decreto nº 10.0004/2019, ou seja, o que criou o Pecim; esclarecendo textualmente no documento que a organização pedagógico-administrativa da escola será composta por três instâncias: Conselho Escolar, Diretor e/ou Comandante e Comitê Executivo; sendo formada também pela direção escolar, a secretaria escolar, a divisão de ensino, a divisão administrativa e o corpo de monitores. O regimento da Aldaci Simões, criou um parágrafo único em seu artigo 14, informando que “A ECIM conta também com oficial de gestão, oficial de gestão escolar e monitores militares”.

É preciso destacar que no regimento escolar da 15 de Junho, não aparece as atribuições do Oficial de Gestão, diferentemente do documento da Aldaci Simões, que na Seção II, aborda detalhadamente as atribuições do Oficial de Gestão, sendo elas: assessorar o Diretor na implementação do modelo das Ecims; participar da formação continuada dos profissionais da escola para a implantação do modelo das Ecims; atuar na supervisão às atividades da Gestão Educacional; assessorar o Diretor na Gestão Administrativa da escola; assessorar o Diretor na Gestão Didático-Pedagógica, nos assuntos referentes às especificidades das Ecims; acompanhar o Diretor nas formaturas gerais e nas solenidades cívicas da escola; e, manter contato com o Ministério da Defesa sobre assuntos relacionados aos militares. A questão do contato com o Ministério da Defesa é um tanto quanto estranha, pois os militares da reserva que atuam na escola pertencem à esfera

estadual, pois, são policiais militares reformados do estado do Acre, ou seja, faria mais sentido se reportagem ao comando da Polícia Militar local, e, no máximo, à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Acre. Se os militares que atuam na escola fossem do exército brasileiro, então, faria mais sentido o contato direto com o MD.

Em uma análise geral dos regimentos das duas escolas, pode-se afirmar que ambos incorporam todas as orientações contidas no Manual das Escolas Cívico-Militares produzida pelo MEC.

A identidade de uma escola passa pelo chamado Projeto Político Pedagógico (PPP), que é um documento que reflete a concepção de educação adotada pela instituição, como o trabalho pedagógico está organizado, as metas e objetivos a serem alcançados, e até mesmo os problemas a serem resolvidos. Dada a sua importância, sua construção precisa ser coletiva e constante, uma vez que ela traduz o cotidiano escolar, este, por sua vez, susceptível a mudanças, sejam elas legais como ocorreu com a Reforma do Ensino Médio e a adoção de uma nova Base Nacional Comum Curricular, ou até mesmo de um modelo de gestão, como a das escolas cívico-militares, sendo, portanto, compartilhada entre civis e militares, exigindo uma série de transformações. De acordo com Veiga (p. 12, 2006): “Ele (o PPP) é construído e vivenciado em todos os momentos. Por todos os envolvidos com o processo educativo da escola”. A construção de um PPP não é fácil, pois, por ser um documento abrangente que une uma dimensão política e uma dimensão pedagógica, mas, é responsabilidade de todos, não só dos gestores.

Como o PPP incorpora um caráter político e pedagógico, é essencial para o processo de compreensão de uma escola militarizada, podendo, inclusive, revelar possíveis contradições do modelo proposto. Dentro da perspectiva do Pecim, o PPP se divide em três marcos, sendo eles: a) desejado; b) atual; c) estratégico. Embora as unidades de ensino sejam diferentes, todas elas estão submetidas a objetivos parecidos e seguem cinco valores propostos: civismo, dedicação, excelência, honestidade e respeito (BRASIL, 2020). O marco desejado expressa as concepções teórico-metodológicas adotadas pela Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares (Secim) e sua compreensão sobre qual seria o ideal de aluno, escola, sociedade, prática pedagógica etc. O marco atual é a parte que identifica, explicita e analisa a situação atual da escola, ou seja, aqui os problemas, as necessidades e as potencialidades que surgem no cotidiano da instituição de ensino são

evidenciadas, estando ligado, com o marco desejado, uma vez que ele expressa uma noção de prática escolar. Por fim, o marco estratégico evidencia as propostas, as linhas de ação, a organização escolar e o enfrentamento a problemas a serem feitos, possibilitando superar os desafios encontrados no marco atual, fazendo o alinhamento de novas ideias e ações que vão ao encontro do marco desejado.

Para entender melhor como essa concepção de PPP dividida em três marcos ganha forma nas escolas cívico-militares, analisar-se-á, a partir de agora, em seus pontos mais relevantes, os PPPs das escolas 15 de Junho e Aldaci Simões da Costa.

Ambos os documentos começam pelo marco desejado, apresentando, resumidamente, o histórico das escolas cívico-militares do Brasil, ressaltando a escola militarizada mais antiga em funcionamento, isto é, a Escola Estadual Brigadeiro João Camarão Telles Ribeiro, em Manaus/AM, ligada à PM, tendo suas atividades iniciadas em 1994. Nesse histórico, aparece a importância das avaliações em larga escala e de índices de aprovação no ENEM obtidos pelos tradicionais Colégios Militares, como sinônimos de uma educação de qualidade, sendo, então, essa a justificativa para o aumento de escolas cívico-militares no Brasil.

Após o histórico das Ecims, o marco ganha singularidade quando, em cada um dos documentos, relata-se a origem, a formação e a localidade da unidade de ensino; a escola 15 de Junho foi criada pelo Decreto Governamental nº 382/93, autorizada a funcionar através da portaria nº 0497/93. Como dito anteriormente, o nome 15 de Junho faz referência à data em que o Estado do Acre obteve sua emancipação política ao se tornar um estado. De 1993 até 2015, foram 10 gestões, sendo a 10ª, que foi eleita pela comunidade escolar, aquela em que manifestou interesse em aderir ao Pecim. O processo inicial de adesão foi composto por uma série de reuniões com a comunidade escolar, pais, funcionários e a sociedade civil. Após a apresentação do novo formato administrativo, o marco desejado aponta que houve adesão de 80% dos pais ao modelo de gestão compartilhada proposto pelo Pecim (ACRE, p. 5, 2022).

O histórico da escola de ensino médio Professor Aldaci Simões da Costa aborda quando ocorreu o início das atividades na escola, a sua finalidade e o que ela pode proporcionar ao corpo discente. As atividades escolares tiveram início no dia 16 de março de 2020, portanto, durante o período de emergência de saúde global decorrente da pandemia do Covis-19. O nome da instituição é uma

homenagem a um professor, funcionário público estadual, pertencente ao quadro de pessoal da SEE. Logo em seguida, em seu marco desejado, discute-se as bases legais do Pecim. O marco desejado da escola 15 de Junho além de trazer um sucinto histórico das gestões que estiveram à frente da instituição e o relato das reuniões que permitiram a adesão ao modelo de gestão compartilhada, detalha todos os passos normativos que possibilitaram a implementação de um modelo cívico-militar, relatando, por exemplo, que o seu atual gestor, no ano de 2020, participou de uma capacitação sobre o Pecim na cidade de Porto Alegre/RS. O exército brasileiro foi sondado para disponibilizar pessoal para cuidar da gestão administrativa por meio da atuação de monitores e como oficiais de gestão educacional, contudo, não houve resposta dos militares. Então, o gestor entrou em contato com o Comandante do Corpo de Bombeiros Militares do Acre, celebrando, posteriormente, um acordo de cooperação.

Deixado de lado, momentaneamente, críticas e incoerências presentes no modelo de gestão compartilhada, cabe um elogio ao que os militares da reserva do corpo de bombeiros fizeram quando as aulas foram suspensas em decorrência do Covid-19, segue o relato:

“Dia 17 de março do ano corrente, as aulas foram suspensas em decorrência da pandemia, os militares mantiveram uma escala de trabalho na escola, dia 25 de abril receberam sacolões e fizeram entrega dos mesmos no decorrer do mês” (ACRE, p.7,2022)

Os oficiais de gestão escolar atuaram positivamente durante o pior período da pandemia, dando continuidade ao seu dever e trabalho, auxiliando, na medida do possível, na entrega de alimentos para famílias de baixa renda, em especial, aos membros daquela comunidade escolar.

As bases legais que aparecem nos dois PPPs analisados são exatamente as mesmas, tanto na forma quanto no conteúdo; destaque para o Art. 206 da CF, inciso VII, em que o ensino no Brasil será ministrado tendo-se como base a garantia do padrão de qualidade; além disso, o conteúdo legal vai ao encontro da própria lei que criou o Pecim, deixando de lado aspectos relacionados a direitos fundamentais como aqueles que constam no Art 5º da Carta Magna de 88 e o pluralismo de ideias. A fundamentação teórica e filosófica também é a mesma, sendo esta,

definida pela Secim. O espaço escolar é tido como um local que proporcione respeito, dedicação, honestidade, civismo, excelência e socialização do aluno; promovendo nos estudantes “uma postura que busca sentido, significado para o “estar” no mundo (família e trabalho)” (ACRE, p. 11, 2022). A descrição contida na concepção de educação vai ao encontro de alguns preceitos previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como o seu Art. 2º, que enfatiza que a educação é dever da família e do Estado, sem, contudo, abordar a violação do artigo 3º da própria LDB, isto é, imprimir caráter ideológico às escolas públicas uma vez que se promove em escolas militarizadas uma educação amparada na hierarquia, imprimindo, inclusive, disciplina comportamental rígida, indo de encontro, portanto, com os incisos II e III do art. 206 da CF/88, quer dizer, da liberdade de aprender e pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Após discutir alguns pontos das bases legais, o marco desejado das escolas aborda a concepção de mundo, de homem, de sociedade, de conhecimento e de aluno. No que tange à concepção de aluno da escola 15 de Junho, afirma-se no texto pedagógico que os exemplos contidos em livros didáticos de famílias bem estruturadas cujos filhos são bem alimentados, não condizem com a realidade dos estudantes daquela unidade de ensino, que convivem com a ausência dos pais, a pobreza, vida inserida num contexto rural e/ou bairros periféricos da cidade de Senador Guimard, dependentes de bolsas de auxílio governamental como o Bolsa Família, com poucas opções de lazer e ausência do acompanhamento familiar; sendo assim, as ações das escolas se movem para conhecer, acolher, entender e empreender ações que atendam o aluno real para que possa se tornar o que a escola militariza entender ser o ideal. Essas características dos alunos não são muito diferentes das encontradas na escola Aldaci Simões, uma vez que o público atendido é o mesmo, porém, em etapas educacionais diferentes, neste caso, o ensino médio.

Um item importante dos documentos ainda na parte do marco desejado é a visão estratégica, contendo, os pontos fortes e fracos. Chama a atenção que os pontos positivos e negativos presentes nas duas Ecims são as mesmas. Alguns pontos fortes presentes nas duas instituições são: bom engajamento e alinhamento da secretaria escolar; boa equipe pedagógica de ensino; quadro de profissionais competentes e comprometidos; união da equipe gestora; bom atendimento dos profissionais da sala de recurso; boa localização da instituição de ensino; bom

acolhimento da comunidade escolar; e, a visão positiva que a comunidade tem dela. Por outro lado, os pontos fracos são: quadro de professor incompleto; auto índice de professores provisórios; professores de disciplinas específicas ministrando aula em outra área do conhecimento para suprir a necessidade da escola; falta de militares; fragilidade na segurança patrimonial; alunos sem acesso à internet; rede de internet insuficiente; falta de equipamentos de multimídia; falta de computadores na sala de informática; ausência de sistema de informática; pouca participação dos pais na escola; alunos desmotivados pós-pandemia; e, alunos com distorção série/idade. Como se pode ver, muitos pontos que precisam ser melhorados como o acesso à internet, falta de equipamentos, desmotivação e distorção-série idade em decorrência da pandemia, são encontrados em outras escolas do Acre e até mesmo do Brasil, uma vez que a realidade educacional brasileira ainda está repleta de lacunas.

No que diz respeito aos objetivos estratégicos das duas escolas, está: melhorar a gestão escolar; melhorar o ambiente escolar; melhorar as práticas pedagógicas da escola; e, melhorar o aprendizado e o desempenho escolar dos alunos (ACRE, 2022). O marco desejado finaliza com uma lista de iniciativas estratégicas para o alcance de todos esses objetivos.

O marco atual possibilita uma compreensão de como a escola se encontra, por meio do detalhamento de elementos como identificação da unidade escolar, contexto em que a escola está inserida; características da população atendida; níveis e modalidades ofertado; horário de funcionamento; projetos desenvolvidos; o quadro de professores distribuídos por matérias; o quadro da equipe gestora; o quadro de assistentes educacionais; o quadro da equipe de professores e da equipe administrativa e o tipo de vínculo contratual: efetivo ou provisório; as infrações mais comuns; as medidas disciplinares tomadas; o nível de satisfação dos professores; a prática pedagógica e avaliação; a inclusão na escola; habilidades básicas em português e matemática; índice de aprovação, reprovação e abandono; descrição dos ambientes escolares e suas funções; e, por fim, a estrutura geral da escola.

Sobre as infrações mais comuns ocorridas nas escolas estaduais 15 de Junho e Aldaci Simões da Costa, as tabelas 3 e 4 a seguir, trazem dados quantitativos:

TABELA 3 – QUANTITATIVO INFRAÇÕES MAIS COMUNS OCORRIDAS NO ANO DE 2020 NA ESCOLA 15 DE JUNHO

Tipo de ocorrência	Quantidade (anual)
Bullying	00
Agressão física envolvendo alunos	10
Agressão física envolvendo professores	05
Agressão física envolvendo servidores	08
Roubos e furtos	06
Tentativa de suicídio	05
Bebida alcoólica e drogas	10
Depredação ao patrimônio público	08
Uso de rapé	05
Uso de cigarro comum	05
Depressão	10

Fonte: Planejamento Estratégico da Escola 15 de Junho, 2022.

TABELA 4 – QUANTITATIVO DE INFRAÇÕES MAIS COMUNS OCORRIDAS NO ANO DE 2019 NA ESCOLA ALDACI SIMÕES DA COSTA

Tipo de ocorrência	Quantidade (anual)
Bullying	00
Agressão física envolvendo alunos	10
Agressão física envolvendo professores	05
Agressão física envolvendo servidores	08
Roubos e furtos	06
Tentativa de suicídio	05
Bebida alcoólica e drogas	10
Depredação ao patrimônio público	08
Uso de rapé	05
Uso de cigarro comum	05

Fonte: Planejamento Estratégico da Escola Aldaci Simões da Costa, 2022.

Ao analisar a tabela 3, observa-se o registro de 10 casos de agressões físicas entre alunos e 10 do uso de bebidas alcoólicas e drogas, um dado muito preocupante, sem mencionar, as agressões físicas cometidas contra professores e

servidores da escola 15 de Junho. Os dados também vão ao encontro do relato feito pelos oficiais de ensino durante a visita in loco e dos casos de depressão e tentativas de suicídio os envolvendo estudantes. Quando esses dados são confrontados com a tabela 4, isto é, com os índices de infrações da escola Aldaci Simões, algumas incongruências aparecem. A primeira estranheza, diz respeito ao ano de ocorrência, pois, a escola Aldaci, foi inaugurada no dia 18 de dezembro de 2019, tendo o início de suas atividades ocorridas somente em 16 março de 2020, portanto, indaga-se como pode haver uma sintetização de dados com as infrações mais comuns ocorridas no ano de 2019 quando a escola nem mesmo tinha entrado em funcionamento.

Outro vistoso que aparece na tabela 4, diz respeito à semelhança numérica com as da escola 15 de Junho, uma vez que a quantidade é a mesma para a maioria dos tipos de ocorrência registrados, divergindo numericamente, apenas no item “uso de cigarro comum”, registrando, 05 ocorrências. Nota-se também a supressão do item “depressão” por não ter sido registrado ocorrência desse tipo. Os aspectos se assemelham ou são idênticos em muitos itens como visto anteriormente. Até 2019, os alunos que são atendidos hoje pela escola Aldaci Simões, estudavam, em sua maioria, na escola 15 de Junho.

Por fim, o PPP das Ecims analisado finaliza com o marco estratégico, caracterizado pelo alcance de novas metas, objetivos, iniciativas estratégicas, visando a melhoria da educação ofertada e a superação de problemas identificados no marco atual.

No Anexo IV do presente estudo, há uma série de registros de ocorrências da escola 15 de Junho. A lista inclui 35 estudantes, o nome de todos foi ocultado para manter a ética na pesquisa e não expor ninguém. O dia da ocorrência também foi omitido, mantendo-se somente o mês e o ano, para evitar a identificação do(a) autor(a) da infração. Algumas ocorrências refletem infrações mais leves como alunos que conversam durante a aula ou que chegam atrasados. Por outro lado, há ocorrências de indisciplinas e imposições estéticas como o que foi praticado pelo Estudante 33, observe:

- 1) XX/04/22 - não obedece aos professores e bombeiros. O mesmo já foi avisado para cortar o cabelo mais não o faz.
- 2) XX/05/22 -

cabelo grande 3) Sem Data – desrespeitou o professor chamando-o de analfabeto. (ANEXO IV, 2022)

O registro menciona um ataque verbal a um professor que foi chamado de analfabeto, revelando a visão que o(a) aluno(a) tem acerca do corpo docente. Por outro lado, o(a) estudante não permite mudanças estéticas, isto é, resiste cortar o cabelo para entrar no padrão que faz parte daquela cultura escolar militarizada. O(a) Estudante 19 acabou gerando uma ocorrência também por questões estéticas, simplesmente porque pintou o cabelo. Até mesmo quando o cabelo está solto, isso gera uma ocorrência, como ocorreu com o(a) Estudante 2.

Na lista de ocorrência, há dois estudantes com deficiência, sendo identificado(a) na ocorrência através da sigla AEE. Não é possível saber qual é a deficiência do Estudante 29, os oficiais não fazem esse detalhamento no registro, apenas que no mês de julho de 2022 chutou a porta da sala de aula para entrar enquanto o professor estava em aula. As ocorrências também revelam uma certa subjetividade nos registros como "brincando em sala de aula" ou "conversa em aula", sem saber exatamente o tipo de brincadeira ou o teor ou momento em que a conversa foi feita. Dos 35 discentes, somente 6 alunos não têm registros de ocorrências. Somente em um único caso, o pai de um(a) aluno(a) compareceu voluntariamente para saber a situação do(a) filho(a), o que vai ao encontro do apontamento que consta no PPP da instituição acerca da ausência dos pais.

4.4 – OS SÍMBOLOS DAS ESCOLAS MILITARIZADAS NO ACRE: O CONTEXTO DA PRODUÇÃO DE TEXTOS IMAGÉTICOS

As instituições militares estão marcadas por simbologias e ritos. Essas marcas são importantes para produzir a uniformização de toda a tropa, permitindo a criação de um vínculo e a padronização de comportamentos. O Pecim possui um Guia de Comunicação Visual (2019) contendo orientações sobre o uso do escudo que representa o programa, a bandeira do Pecim e até mesmo como deve ser o jaleco utilizado pelos professores.

Tudo passa pela linguagem, sendo ela ampla e complexa. A linguagem vem sendo estudada há séculos, desde os filósofos gregos como Sócrates, em que a tentativa de a tornar lógica e como representação da realidade, deu origem à

filosofia da linguagem, que desempenhou e ainda desempenha um papel importantíssimo para entender melhor como ela molda o nosso mundo, até às ideias do pai da linguística moderna Ferdinand de Saussure, publicadas a posteriori pelos seus discípulos no famoso Curso de Linguística Geral (1916).

O filósofo da linguagem Ferdinand limitou-se tão somente de estudar cientificamente a língua falada, pois percebeu que a linguagem é ampla, podendo ser verbal ou não-verbal. Ao desenvolver a ideia de signo, significante e significado, abriu-se a possibilidade de um novo campo de estudo que se desenvolveu separadamente da linguística que é a semiótica. Há muitas formas de se estudar a linguagem. Por trás de bandeiras e brasões há uma linguagem e, portanto, relações de poder. Esses símbolos, em sua maioria, contam uma história, estão carregados de simbolismo em suas gênesis.

Há um discurso que aparece nas imagens e símbolos estaduais e nacionais. O discurso é marcado por disputas e intenções. A análise do discurso presente nos símbolos das escolas militarizadas é importante para saber quais são as relações de poder presentes nela e como esses elementos iconográficos fazem parte dos contextos da abordagem do ciclo de políticas.

Apesar do estudo específico das bandeiras e brasões ter um ramo científico denominado heráldica, aqui é feita uma análise do contexto da produção de textos por meio de um estudo semiótico, pois, a semiótica permite um olhar mais atento aos fenômenos culturais na interpretação dos signos iconográficos, além disso, o mestrado é de linguagens e os símbolos fazem parte da linguagem não-verbal podendo ser perfeitamente estudada. O Brasão do Pecim incorpora vários discursos, pois todo símbolo possui um significado. De acordo com uma Edição Especial Comemorativa da Semana da Pátria, publicada em 1993, a despeito do significado dos símbolos, tem-se a seguinte reflexão:

“Todo símbolo tem um significado, sem o que ele não pode representar coisa alguma. Por exemplo: a bandeira é o emblema de um clube, de uma empresa, de uma corporação, de um partido político ou de uma nação. No sentido figurado, é a ideia, divisa ou lema que serve de guia a um grupo, um grêmio, uma organização, um povo e um país. Assim, deve declarar, interpretar e proclamar ideias, intenções e propósitos, pelos atributos de símbolos e distintivo que lhe são inerentes. (BRASIL, p.7, 1993).

Neste sentido, o Brasão do Pecim (Figura 19), incorpora vários elementos característicos da política educacional proposta. Até mesmo por meio de textos iconográficos, isto é, a marca do programa presente também em escolas militarizadas, ocorre a incorporação do contexto da influência em um movimento dinâmico produtor de símbolos e significados. Todas as escolas do Brasil que fazem parte dessa política educacional, devem fazer uso do mesmo brasão, sem qualquer alteração.

FIGURA 19: BRASÃO DO PECIM



Fonte: Ministério da Educação, 2022.

Ao analisar a identidade visual da marca do Pecim, observa-se a predominância da cor azul, ainda que em diferentes tons. Há um mapa do Brasil do lado direito, um indivíduo em trajes militares ao lado esquerdo e um civil segurando um livro, simbolizando o estudo e, por conseguinte, a escola. Há uma coroa de oliveira no entorno do escudo ibérico. A coroa de oliveira é um símbolo de vitória, como aquele utilizado nos Jogos Olímpicos e de paz, tanto na concepção militar desde o império Romano até bíblico quando a pomba aparece para Noé com um ramo de oliveira no bico, representando o recomeço. Sobre a cor azul, ela é a cor que representa as Polícias Militares. O Pecim leva muito a sério a padronização dos uniformes, por exemplo, no Guia de Comunicação Visual (2019) aparece que:

O jaleco faz parte dos itens como equipamento destinado à padronização, ao atendimento e à identificação do usuário (professor). Utiliza-se as cores oficiais deste guia para produção do material. Recomenda-se o uso de elastano e de poliéster na confecção do jaleco e aplicação em bordado para melhor custo-benefício. No referido material deverão constar a marca do programa das Escolas Cívico-Militares com a aplicação do nome da instituição no bolso esquerdo; o nome do usuário e seu respectivo cargo ao lado direito; na manga esquerda, a aplicação da marca do programa das Escolas Cívico-Militares com a aplicação do nome da instituição; na manga direita, a bandeira do estado. (BRASIL, p. 16, 2019)

O brasão da escola cívico-militar Wilson Ribeiro é inspirado na identidade visual do Pecim, como ela não faz parte do programa, isso possibilitou algumas alterações visuais e a inclusão de alguns elementos. O escudo passou por pelo menos duas grandes transformações que refletem discursos e influências. A Figura 20 representa a fase inicial da escola e a mais difundida entre os alunos, professores e coordenadores. A segunda fase, já é mais próxima do Pecim.

FIGURA 20: BRASÃO DA ESCOLA MILITARIZADA WILSON BARBOSA



Fonte: Regimento interno da escola Wilson Barbosa, 2022.

O brasão da escola segue o mesmo padrão da marca do Pecim. A diferença está na inclusão do nome "W.Barbosa" presente numa faixa simples. Há a inclusão de um novo tom de azul, presente na parte do escudo ibérico com a figura que representa os militares, o Brasil pintado de verde ao lado direito, possivelmente,

representando a riqueza natural, sobre um tom acinzentado e na parte superior, um estudante segurando um livro com as cores nacionais verde e amarelo. O principal elemento gráfico é a inclusão de uma estrela de 5 pontas, inspirada na estrela que aparece na bandeira do Acre, sendo esta, um símbolo de revolução e luta.

Em consulta realizada ao perfil oficial da Escola Wilson Barbosa na rede social Instagram, um novo logo foi adotado, praticamente idêntico ao Pecim.

Como dito anteriormente, além da escola Wilson Barbosa, houve a escola Ester Maia de Oliveira, localizada em Rio Branco, teve um período em que esteve militarizada. As imagens a seguir evidenciam como o escudo acompanhou as transformações ocorridas na instituição. Observe:

FIGURA 21: BRASÃO DA ESCOLA ESTER MAIA DE OLIVEIRA EM 2020



Fonte: Rede social da escola Ester Maia de Oliveira, 2022.

FIGURA 22: BRASÃO DA ESCOLA ESTER MAIA DE OLIVEIRA EM 2021



Fonte: Rede social da escola Ester Maia de Oliveira, 2022.

No curto período que a escolas Ester Maia de Oliveira ofertou um modelo cívico-militar, seu escudo incorporava todos os elementos presentes na marca Pecim, poucas foram as mudanças no visual do brasão. Ao deixar de ser militarizada e passar a ser somente escola integral, a escola adotou como um emblema que se assemelha nas cores e estilo da primeira, sumindo o escudo, sendo substituído por um globo, um livro e uma coroa de ramos de oliveira, conforme se observa na figura abaixo:

FIGURA 23: BRASÃO DA ESCOLA ESTER MAIA DE OLIVEIRA EM 2022 APÓS DEIXAR DE SER MILITARIZADA



Fonte: Rede social da escola Ester Maia de Oliveira, 2022.

Na subseção seguinte, discute-se alguns impactos da pandemia do Covid-19 na política educacional de escolas cívico-militares e como o ensino básico foi afetado e as medidas tomadas pelo governo do estado do Acre.

4.5 – A PANDEMIA DO COVID-19 E OS IMPACTOS NO PROGRAMA NACIONAL DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES

A pandemia afetou o ensino público e conforme os casos de contaminados pelo novo vírus aumentavam, os sistemas de ensino estaduais suspenderam as aulas. No estado do Acre, por exemplo, as aulas foram suspensas a partir do dia 17 de março de 2020 após a publicação no Diário Oficial do Estado (DOE) ao decretar emergência devido à pandemia de Covid-19. À época, o Governo Estadual previa

uma suspensão de até 15 dias. Não existia uma clara noção de como enfrentar uma pandemia e os cuidados necessários.

No DOE nº 12.763-A do dia 20 de março de 2020, foi publicado o Decreto nº 5.496 com novas medidas para o enfrentamento da Covid-19 como o fechamento de shoppings, eventos religiosos e de estabelecimentos comerciais. Essas primeiras medidas foram muito polêmicas e contestadas durante semanas por empresários e alguns grupos religiosos. Nas escolas públicas, algumas soluções encontradas foram a utilização de grupos no aplicativo de mensagens WhatsApp, o envio de atividades remotas para tentar diminuir o prejuízo educacional, criação de uma plataforma educacional chamada EDUC, gravação de videoaulas na TV Aldeia e entrega de material apostila e/ou atividades impressas para os estudantes sem acesso à internet.

A pandemia mostrou claramente que não há solução que funcione da mesma maneira para os mais de 160 mil alunos da rede pública acreana. A desigualdade social, já existente antes da Covid-19, se junta ao estado de crise permanente causado pelas políticas neoliberais e impõe aos gestores educacionais a necessidade de se levar em conta durante o processo decisório de dar continuidade à educação uma solução que enfrente o caos no ensino de tal maneira que possa garantir ao estudante sem acesso à internet condições mínimas de que o ensino continue sendo mantido mesmo em condições precárias e desiguais e que a evasão escolar seja enfrentada. De acordo com SANTOS (2020):

A actual pandemia não é uma situação de crise claramente contraposta a uma situação de normalidade. Desde a década de 1980 – à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo e este se foi sujeitando mais e mais à lógica do sector financeiro–, o mundo tem vivido em permanente estado de crise. (SANTOS, p. 1, 2020)

São em momentos extremos como o da pandemia que as políticas públicas ou a ausência delas mais pesam, mais impactam na vida de todos os cidadãos. Aliás, quando o Estado se omite, os jovens em condições sociais desfavoráveis deixam de aprender e exercer a sua cidadania. Nunca é demais lembrar que todos são iguais na medida de suas desigualdades, ou seja, é preciso que as ações dos gestores não excluam a população mais pobre.

Os movimentos negacionistas parecem ser uma equação produzida pela modernidade líquida em que a solidez dos avanços científicos é ameaçada. A

vacina da COVID-19 foi produzida em tempo recorde, uma verdadeira conquista da humanidade. Entretanto, essa conquista não foi comemorada por governos autoritários que flertam com a supressão de direitos fundamentais; nas palavras do estupendo sociólogo Zygmunt Bauman (2009, p. 682): “a ignorância política entrançada com a inatividade fica ao alcance da mão cada vez que é sufocada a voz da democracia ou as suas mãos ficam atadas.” O condicionamento dos cidadãos à ignorância é uma estratégia política, porém enquanto existir cientistas, manifestos, instituições fortes, educação pública, pensamento iluminado, enfim democracia, haverá resistência.

Com a evolução tecnológica e mudanças na sociedade, novos desafios e exigências surgem para atender às necessidades em um campo de constantes disputas como o educacional. A educação é um bem público e a qualidade do ensino deve receber especial atenção dos governantes, de modo a promover os interesses coletivos e o desenvolvimento social. A Pandemia da Covid-19 parece deixar duas marcas: a primeira delas é a capacidade da educação brasileira ser resiliente e se adaptar ao grande desafio imposto pelo vírus e a segunda é a grande lacuna que ainda existe para as pessoas terem acesso à uma internet de qualidade e a dificuldade de os professores utilizarem recursos tecnológicos, por isso é necessário o investimento em cursos de formação continuada e assistência aos professores por parte do estado.

A pandemia atrasou, para exemplificar, o início das presenciais na escola cívico-militar Aldaci Simões, pois, ela foi inaugurada no ano de 2019, entrando em funcionamento somente em 2020 de maneira remota. No PPP da escola 15 de junho, aparece que os alunos estão desmotivados no pós-pandemia. A suspensão das aulas e a adesão ao formato online aumentaram a distorção aluno/série, de tal maneira que faz parte do marco estratégico das duas Ecims de Senador Guiomard a superação do problema que o Covid-19 causou no ensino.

Ainda sobre o negacionismo e os tristes acontecimentos no Brasil contemporâneo, o objetivo do ex-presidente Bolsonaro parece ser repetir uma mentira mil vezes até que ela se torne uma verdade, mas as instituições democráticas continuam firmes e fortes contra o totalitarismo. No dia 02 de agosto de 2021, o Superior Tribunal Eleitoral abriu um processo administrativo contra Jair Bolsonaro e solicitou a inclusão do presidente no inquérito das *Fake News* no STF, sob a relatoria do Ministro Alexandre de Moraes, algo até então inédito na jovem

república brasileira. Em contrapartida, no dia 20 de agosto de 2021, pela primeira vez na história do Brasil, um presidente solicitou o *impeachment* de um ministro da Suprema Corte, provocando reações tanto do Congresso Nacional, de juristas e do próprio STF. No dia 13 de janeiro de 2023, o ministro Alexandre de Moraes inclui o ex-presidente Bolsonaro no inquérito que investiga o atentado à democracia no dia 8 de janeiro de 2023.

4.6 – A SITUAÇÃO DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES NO ACRE COM A ELEIÇÃO DE LUÍS INÁCIO LULA DA SILVA NAS ELEIÇÕES DE 2022 E MOVIMENTOS FAVORÁVEIS E DE RESISTÊNCIAS AO PECIM

Sobre os recentes acontecimentos no cenário político brasileiro abordados na presente pesquisa, foi possível perceber que o Brasil não se rendeu ao autoritarismo ao democraticamente eleger um novo governo federal em 2022 e, notadamente, através da atuação do poder judiciário, na figura do STF e do TSE, ao resistir aos ataques e dar uma resposta, na forma da lei, a qualquer tentativa de desestabilizar o sistema democrático e até mesmo punindo atos terroristas. A democracia será sempre protegida pelo exercício do livre pensamento, da igualdade e da fraternidade presente nos que desejam uma pátria verdadeiramente educadora. Doravante resta aos democratas do Brasil resistência a qualquer movimento com teor golpista, como aqueles presentes na frente de quartéis por todo o Brasil após os resultados das eleições presidenciais em 2022.

A conclusão é que o Pecim, enquanto políticas públicas educacional, reflete mais aspectos ideológicos-partidários do que uma política verdadeiramente de estado, promotora de uma formação de fato integral do cidadão brasileiro. As escolas cívico-militares são usadas como propaganda para uma suposta educação de qualidade baseada na hierarquia, disciplina e rigor militar, sem se apoiarem nas teorias pedagógicas sociointeracionais e, colocando indivíduos sem formação específica em áreas estratégicas para administrar a instituição escolar e até mesmo agindo no processo de ensino-aprendizagem, expondo, desta forma, os estudantes às mais diversas formas de cerceamento do livre exercício do pensamento, da cidadania e, acima de tudo, da pluralidade de ideias, assegurados na Carta Magna de 1988.

O recado da maioria do povo brasileiro foi dado nas urnas eletrônicas. Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente em 2022, a tendência é que o Pecim seja extinto e que esse controverso modelo sirva de reflexão para que futuramente o Brasil esteja vacinado contra uma política pública inconstitucional e que promove a presença de profissionais que não receberam formação pedagógica específica e que em vez de promover a pluralidade de ideias, promove o ufanismo com o uso inadequado dos símbolos nacionais e a alienação, com um teor nacionalista e excludente. Essa tendência do novo Governo Federal (2023-2027) de desmilitarizar a educação brasileira aparece, para exemplificar, em matéria publicada pelo site de notícias O Antagonista, no dia 18 de dezembro de 2022, onde o então ministro da educação, Victor Godoy, expressou discordar das intenções da equipe de transição do governo Lula de extinguir o Pecim, em suas palavras:

“Eles estão dizendo que querem acabar com as escolas cívico-militares, acho que é um equívoco, uma narrativa que é como se os militares estivessem tomando conta do ensino. [...] Eu ouvi que eles querem acabar com a alfabetização, falaram que querem acabar com a reforma do ensino médio, o que é outro absurdo.” (O ANTAGONISTA, 2022).

Na mesma matéria, há a notícia de que a intenção da equipe de transição do novo governo é a desativação do Pecim. No relatório final produzido pelo Gabinete de Transição Governamental (2022), na parte que trata de revogações e revisões de atos contrários aos direitos de crianças e adolescentes e da juventude, há indício do que será feito com o Pecim no início no terceiro mandato do Presidente Lula:

Sugestão de que o Presidente da República edite despacho orientando o Ministro da Educação a avaliar os resultados da política pública prevista no Decreto 10004/2019 sob critérios técnicos relativos ao custo-benefício, para definição sobre a dotação orçamentária respectiva e sobre sua continuidade. (BRASIL, p. 61, 2022)

A primeira medida será avaliar o custo-benefício do Pecim através de seus resultados. Os resultados preliminares dessa política, produzidos ainda pelo Governo Federal (2018-2022), foram apresentados pelo MEC no dia 8 de dezembro de 2022, através do chamado Memorial de Gestão do Pecim (2022);

No dia 27 de dezembro, o futuro ministro da Educação do governo Lula, Camilo Santana, em entrevista ao programa de televisão Estúdio i, da GloboNews, afirmou que o Pecim não será uma prioridade do MEC e que não viu, por parte dos Estados e Municípios, muita adesão e que essas escolas que seguem um modelo de gestão compartilhada serão avaliadas a partir de um processo de compreensão dos resultados apresentados por elas (GLOBONEWS, 2022).

Logo após a sua posse, o presidente Lula publica o decreto nº 11.342/2023, reorganizando a estrutura regimental, o quadro demonstrativo de cargos em comissão e das funções de confiança no âmbito do MEC. Uma alteração importante está a exclusão da Diretoria de Ensino Militar. Assim sendo, o Pecim começa a ser desmontado. Em entrevista ao jornal O Globo concedida no dia 06 de janeiro de 2023, o atual ministro da educação, Camilo Santana, disse não saber o que será feito com as escolas cívico-militares. Chama a atenção, que na reportagem publicada, o fechamento dessas escolas não está no foco da gestão do ministro Camilo. Em um primeiro momento, será avaliado o programa como um todo para saber sua real eficácia.

Não é somente desfazer o programa normativamente, há uma grande oposição ao fim do Pecim por parte da comunidade escolar, que acredita no modelo de gestão compartilhada, em especial aquelas presentes em áreas mais pobres e violentas. O relato na escola militarizada Wilson Barbosa é um exemplo do apoio da comunidade escolar a esse projeto.

Colocamos em relevo, por fim, importantes movimentos nacionais que visam resistir à implementação de Escolas Cívico-Militares, a criação de redes e observatórios nacionais e locais, cursos de extensão, grupos de pesquisa e outras manifestações de defesa tanto da uma educação livre e crítica, quanto da democracia brasileira, que é constantemente atacada.

Em se tratando de legislação, o primeiro ato político de resistência ao Pecim foi o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 643/19, criado pelo deputado Ivan Valente (PSOL-SP), que propõe suspender o decreto nº 10.004/2019, instituído pelo presidente Jair Bolsonaro (2018-2022) e que criou o Pecim. O PDL foi apresentado no plenário da câmara no dia 01 de setembro de 2019, quase um mês após a publicação do referido decreto. Na justificativa do projeto apresentado, começa-se afirmando a insatisfatória realidade do ensino público no Brasil, a saber:

Não é segredo para ninguém a situação de precariedade enfrentada por um grande número de escolas públicas do ensino básico no Brasil – escolas que em alguns casos carecem até de condições adequadas de salubridade. Tampouco se ignoram os casos de violência entre alunos, e de alunos contra professores, um dos reflexos lamentáveis da precariedade circundante. Sem dúvida, esses problemas conexos – precariedade e violência – precisam ser enfrentados com políticas públicas efetivas e duradouras, baseadas em diagnósticos precisos, em caráter de prioridade.

O Projeto segue em tramitação na câmara sem prazo final para ser votado. A proposta é interessante e pode auxiliar na tomada de decisão do que será feito com o Pecim na gestão do presidente Lula.

No dia 24 de maio de 2021, através de uma *live*, é criado o Observatório das Escolas Militarizadas, uma importante iniciativa realizada pela união de 18 entidades ligadas aos movimentos sociais e em defesa da educação pública, cujo objetivo é acompanhar, fiscalizar e até mesmo denunciar a violação de direitos praticadas em escolas militarizadas. O estado do Paraná, na gestão do governador Ratinho Junior (PSD-PR), houve um aumento significativo de escolas militarizadas. Essa estranha movimentação permitiu o surgimento do Observatório, que é uma política de resistência a esse controverso processo de militarizar escolas públicas como solução para problemas maiores que passam mais por questões pedagógicas do que intervenções administrativas feitas por militares sem conhecimento específico.

Em matéria publicada no dia 25 de maio de 2021 no site da CUT-PR, o presidente da entidade, o senhor Marcio Kieller, afirma que:

Estamos falando de uma importante iniciativa. Não podemos admitir nos tempos atuais um retrocesso como esse. Voltar com a militarização nas escolas que devem ser espaços para o acesso universal de todos e todas à educação pública de qualidade, laica e gratuita. Por isso nos somamos à iniciativa e para que possamos mostrar o equívoco que representa Ratinho Jr e Bolsonaro tentarem militarizar nossas escolas. Esse observatório terá um papel fundamental para apontar esse equívoco. (CUT, 2021)

É muito significativo que a inauguração do observatório tenha ocorrido através de uma *live*, portanto, pela internet, pois é um sinal de atenção ao cenário pandêmico em que encontros presenciais são desaconselháveis para evitar a contaminação, em especial, de pessoas de grupos de risco; além disso, de uma

apropriação benéfica das redes sociais como Facebook, Instagram e Twitter, que são muitas vezes utilizadas por extremistas para divulgar notícias fraudulentas e mobilizar atos que visam acabar com o Estado Democrático de Direito, como ocorreu no atentado aos três poderes no dia 8 de janeiro de 2023, logo, retoma-se um espaço para pensar, articular e reagir à implantação de escolas militarizadas, proporcionando, assim, a promoção de escolas democráticas, plurais e de qualidade. No Facebook, por exemplo, há várias *lives* e postagens que abordam os sentidos da educação em uma escola militarizada. Na rede social Instagram, há uma série de postagens com teor denunciativo como a postagem feita no dia 12 de novembro de 2021, ao denunciar racismo em colégio cívico-miliar na capital paranaense, a saber:

Uma aluna do Colégio Cívico-Militar da capital paranaense teve seu caderno rabiscado com mensagens racistas. Dentre as frases estavam: “onde já se viu preto nesse colégio” e “preta desgraçada”. Quando as mensagens foram percebidas pela aluna, ela arrancou as folhas do caderno, amassou e tirou fotos. Nesta quinta-feira (11), as alunas e alunos do Colégio realizaram um ato em apoio à aluna. E o próximo ato será no dia 16/11, também organizado pelas alunas e alunos do colégio. (OBSERVATÓRIO, 2021).

Na postagem de teor denunciativo, há o relato do caso de racismo e os desdobramentos com protagonismo por parte da vítima que, mesmo diante de um crime, teve forças de registrar o caso e denunciar, fato este que gerou uma mobilização em defesa da aluna por parte dos demais estudantes por meio de atos de apoio. Percebe-se, desta maneira, o relevante papel realizado pelo observatório ao publicizar sobre crimes cometidos no interior de escolas militarizadas.

Outra importante ação de resistência ao processo de militarização de escolas é a Rede Nacional de Pesquisa sobre Militarização da Educação – RePME, que reúne uma quantidade significativa de doutores, mestrandos e outros pesquisadores interessados sobre estudos que abordam essa temática. A RePME tem contribuído com amplos debates sobre o avanço da militarização de instituições de ensino.

Pode-se citar, a título de exemplificação, o curso de extensão promovido pela RePME: “A Militarização da Educação no Brasil: historicidade, políticas e desdobramentos na infância e juventude (2022)”. O objetivo do curso foi debater, analisar e compreender os aspectos normativos, teóricos e metodológicos do processo de militarização da educação e seus desdobramentos nos estudantes.

Essa iniciativa de ofertar um curso de extensão, vai ao encontro do que Ludwig (2020) discorreu em suas considerações finais acerca da relação da educação básica com as escolas cívico-militares ao sugerir a participação de instituições de ensino superior no debate por meio da organização de eventos, promovendo debates, conscientizando professores e dirigentes escolares sobre as controvérsias do modelo proposto pelo Pecim, com vistas a impedir a crescente adesão ou pelo menos evitar uma adesão automática, portanto, acrítica e impulsiva. A universidade surge com o potencial de distribuir textos que tornam evidentes as especificidades das Ecims, com esclarecimentos sobre suas possíveis implicações e consequência (LUDWIG, p. 126, 2020).

Dentre os muitos objetivos específicos do curso de extensão, pode-se citar a discussão de aspectos históricos das primeiras escolas públicas a serem militarizadas no Brasil; análise de documentos legais que fundamentam a criação do Pecim; a compreensão da cultura do autoritarismo na sociedade e sua relação com a democracia brasileira; a padronização presente em escolas militarizadas; discussão de problemas de convivência no ambiente escolar etc. O curso foi oferecido de forma remota, com uma carga total de 45 horas entre os meses de julho de 2022 e novembro de 2022 na forma de encontros quinzenais no canal do YouTube da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus V (UNEB, 2022).

Da mesma forma que há muitas ações que vão de encontro ao processo de militarização da educação pública, há também grupos que são favoráveis a esse modelo de gestão. Neste contexto, surge, no dia 17 de junho de 2019, a Associação Brasileira de Educação Cívico-Militar (ABEMIL). A BEMIL é uma instituição jurídica de direito privado, constituída da forma de sociedade civil de fins não lucrativos.

De acordo com informações no site da ABEMIL¹⁵, seu maior objetivo é proporcionar a Orientação Técnica para as Escolas Públicas e Privadas na Implantação de Escolas Cívico Militares, conforme o Decreto N° 10.004, de 05 de setembro de 2019, que instituiu e regulamenta o Pecim. A missão da referida associação, é ensinar e apoiar a implementação de escolas cívico-militares, fazendo todo o direcionamento aos gestores interessados e até mesmo ensinando, por meio de etapas de implementação, a realização de audiências públicas, encaminhamento da ata da audiência, no caso dos municípios, ao presidente da câmara de

¹⁵Link: <https://abemil.org.br/>

vereadores, criação de projeto de lei instituindo o modelo de gestão compartilhada cívico-militar, celebração de termo de convênio entre o município e a ABEMIL, envio de minuta de PPP e adaptação dos profissionais que atuação nas escolas (ABEMIL, 2022).

A ABEMIL também esteve presente no 1º Simpósio Brasileiro de Escolas Cívico-Militares no dia 04 de abril de 2019, no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. O simpósio foi organizado pela frente parlamentar favorável ao modelo cívico-militar nas escolas públicas, reunindo cerca de 200 deputados da base do governo federal (2018-2022) e coordenado pelo deputado federal Major Vitor Hugo (PSL-GO). O evento abordou o modelo de ensino de gestão compartilhada entre militares e secretarias de educação, bem como contou com a presença de diversos palestrantes, dentre eles, o Sr. Desmond NG, Chefe de Missão da Embaixada de Singapura em Brasília, para falar sobre práticas educacionais em seu país, ajudando a promover reflexões, que no entender daquele grupo de parlamentares conservadores, poderiam dialogar com a realidade brasileira com o objetivo de melhorar a educação pública no Brasil.

A presença de uma autoridade estrangeira em uma política educacional nacional, dialoga com o contexto da influência por meio da presença de influências globais e internacionais, para Mainardes (2006), os trabalhos de Stephen Ball contribuem para a análise da presença desses agentes. Segundo Mainardes (2006):

“[...] a disseminação de influência internacionais pode ser entendida, pelo menos, de duas maneiras. A primeira e mais direta é o fluxo de ideias por meio de redes políticas e sociais que envolvem (a) circulação internacional de ideias (Popkewitz, apud Bal, 1998a), (b) o processo de “empréstimo de políticas” (Halpin & Troyna, apud Ball 1998a) e (c) os grupos e indivíduos que “vendem” suas soluções o mercado político e acadêmico por meio de periódicos, livros, conferências e “performances” de acadêmicos que viajam para vários lugares para expor suas ideias. (MAINARDES, p. 51-52, 2006).

O segundo grupo é formado por aqueles que fazem o patrocínio e impõem soluções e recomendações, como o Banco Mundial, integrado a um sistema mundial com as linhas do mercado. Outras instituições como a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, A UNESCO e o Fundo Monetário Internacional – FMI (Mainardes 2006). Portanto, o simpósio ocorrido na

Câmara dos Deputados representa o primeiro grupo que visa o simples empréstimo de políticas.

Por fim, é preciso mencionar o Observatório Social Pecim, criado pelo governo federal (2018-2022) para produzir informações e levantar dados sobre as Ecims que fazem parte do Pecim, mapeando as escolas que passaram por certificação e estão funcionando de acordo com o modelo proposto. Segundo informações que constam em seu site:

O Observatório Social Pecim pode ser definido como um recurso de informação digital que coleta, processa, cria, armazena e dissemina outros recursos de informação visando apoiar a tomada de decisões no processo de certificação das escolas participantes. (MEC, 2022)

Como se pode ver, o observatório faz um levantamento de uma série de informações para acompanhar a implementação das Ecims por todo o Brasil. Isso demonstra um padrão de gerencialismo presente na própria política para alcançar metas e, conseqüentemente, resultados. É um verdadeiro controle sobre as escolas que aderiram a essa política educacional, fazendo com que a instituição de ensino alinhe constantemente sua atuação conforme o que está previsto no Pecim. O gerenciamento do observatório é feito por um comitê gestor e por uma equipe técnica. Em síntese, o comitê gestor fica responsável por estabelecer políticas de acesso aos conteúdos armazenados no site e cabe à equipe técnica zelar pela proteção dos dados e promover recursos tecnológicos pertinentes à disponibilização, atualização e manutenção do observatório.

No estado do Acre, além da adesão do governo do Estado do Acre, na gestão do governador Gladson Cameli, há também parlamentares favoráveis às escolas cívico-militares, como é o caso do deputado estadual Roberto Duarte (MDB-AC), que em sessão remota da Assembleia Legislativa do Acre, realizada no dia 4 de maio de 2021, elogiou as escolas cívico-militares, em especial, a escola Wilson Barbosa, localizada no bairro Cidade do Povo, tido como um dos mais violentos da capital Rio Branco, assim se posicionou o senhor deputado:

Sou fã das escolas cívico-militares, porque possuem em sua base a hierarquia e a disciplina. Sabemos que onde tem educação, a criminalidade diminui. A escola que visitei ontem fica num bairro que tem muitos problemas com relação a violência, e eu pude observar o quanto os alunos respeitam os professores. É de fato um exemplo a

ser seguido. [...] Deveríamos pensar em implantar mais escolas como essa nos locais violentos do nosso Estado. Claro que as escolas normais também cumprem o seu papel de educar, mas a escola militar tem cumprido um papel diferenciado para a nossa sociedade (ALEAC, 2021).

O apoio do parlamentar para implementar mais escolas de gestão compartilhada não surgiu em 2021. Nas eleições de 2020 para prefeito da capital do Acre – Rio Branco, Roberto Duarte (MDB-AC), na condição de candidato, tinha como principal proposta, conforme aparece em panfleto de campanha: “implantar duas Escolas Cívico-Militares e retomar, progressivamente, a responsabilidade pelo ensino fundamental II.” (DUARTE, 2020); isto é, além de aumentar o número de escolar, o candidato à época defendia uma retomada, por parte da prefeitura de Rio Branco – AC, assumir novamente a responsabilidade pela etapa do ensino fundamental II.

No dia 05 de janeiro de 2023, o telejornal denominado Gazeta em Manchete, noticiou um protesto pacífico realizado em frente à escola Wilson Barbosa. O motivo é que a escola oferece até o Ensino Fundamental II e os pais e estudantes querem que a escola passe a oferecer o ensino médio. A própria escola criou um abaixo assinado online pedindo a oferta do ensino médio, eis o inteiro teor do pedido:

“A escola Wilson Barbosa, juntamente com seus alunos e pais, situada na cidade do Povo, abre esse abaixo-assinado afim de pedir encarecidamente a implementação do ensino médio no mesmo. Ambos prezam pelo ensino e proteção dos filhos.” (CF. GAZETA EM MANCHETE, 2022).

Essa movimentação da comunidade escolar da escola Wilson Ribeiro, pedindo para a Secretaria Estadual de Educação do Acre que desse continuidade a última etapa da educação básica, ou seja, o ensino médio, reflete um pouco movimentos de resistência que certamente estão presentes em outras localidades do Brasil. Não será tarefa fácil do Governo Lula desfazer essa política de gestão compartilhada. É justo que a comunidade escolar, em especial os que acreditam na qualidade da educação que ocorre no interior de escolar militarizadas, faça parte do processo de transformação dessas escolas, e que elas possam oferecer mais garantias e ações democráticas, desde a gestão até a sala de aula.

No dia 30 de janeiro de 2023, o site de notícias Ac24horas, publicou reportagem anunciando que o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério

Público do Acre (MPAC) enviaram recomendação ao Governo do Estado do Acre e ao comando da PM-AC, sugerindo uma série de medidas para evitar a imposição de padrões estéticos e comportamentais aos alunos matriculados nas escolas militarizadas Colégio Militar Tiradentes e Colégio Militar Dom Pedro II. De acordo com o MPF e o MPAC, a rotina e a cultura militar, previstos no Regulamento Disciplinas de ambas as instituições de ensino, não tem relação ou potencialidade para melhorar o ensino. Destacando ainda, que a Lei nº 3.362/2017, reserva 50% de suas vagas para alunos da comunidade, sendo, portanto, desaconselhável a aplicação do rigor militar aos estudantes civis.

Após a divulgação na imprensa local, houve uma grande repercussão. A comunidade escolar das duas instituições de ensino, manifestou apoio para a manutenção das escolas militares, ou seja, indo de encontro às recomendações do MPF e do MPAC. Até mesmo a carta de um pai de um aluno defendendo os colégios militares foi noticiado no dia 04 de fevereiro de 2023 no site do jornal Ac24horas. Em suma, na carta, o genitor começa por esclarecer o seu respeito pelo Ministério Público, mas que a recomendação apresentada estava a prestar, em suas palavras, um desserviço para a comunidade. Relata ainda que o seu filho saiu de uma escola particular para o Colégio Militar Tiradentes, destacando que a escola militarizada que o filho estuda é muito boa. O pai do aluno também destaca o trabalho dos profissionais em educação e policiais militares, que diz ver muito amor e responsabilidade pelo trabalho desenvolvido. Nas reuniões e formatura, afirma ver outros pais muito orgulhosos e que vê estudantes motivados para manterem boas notas. O texto ressalta ainda as boas notas obtidas no IDEB por essa instituição de ensino militarizada e que as demais escolas públicas do Acre não estão indo bem, sendo, portanto, escassa a presença de escolas de referência no ensino. A nota termina com um apelo para que o Ministério Público entre em contato com a associação de pais de escolas militares e vivenciem a rotina escolar.

Como se pode ver, há movimentos contrários e favoráveis ao ensino de gestão compartilhada. A visão dos pais e a sua manifestação são legítimos e fazem parte do processo democrático. O que se questiona, é o impacto que o modelo pode gerar nas futuras gerações. Tirar boas notas e despertar padrões de comportamento e estéticos não são garantias de êxito profissional e muito menos que o modelo proposto é melhor do que o de outras escolas não-militarizadas. A escola deve ser um espaço democrático, marcado por uma composição caracterizada pela

diversidade e não a homogeneidade de pensamentos, ações e padrões estéticos. Segundo Apple (2020):

A natureza democrática da estrutura e dos processos de uma escola depende de quem participa de seus processos decisórios e de que forma. A capacidade de todos os membros da comunidade escolar – professores, estudantes e pais – de participar do estabelecimento de regras e políticas que governem a vida escolar é fundamental. Essa participação, especialmente dos estudantes, não pode ser relegada a um mero caráter simbólico e tem que garantir voz plena e igual para todos. (APPLE, p. 45, 2020).

O modelo militar foi pensado para a formação vocacional de dependentes de militares e futuros agentes de segurança, seguindo-se um rito e normas próprios, amparados por legislação específica, resultante de um longo debate e aperfeiçoado ao longo dos anos. Copiar e implementar alguns dos aspectos presentes nos colégios militares exige um amplo debate, para se entender melhor os impactos positivos e negativos, a garantia de direitos fundamentais, o pensamento crítico e, acima de tudo, a legalidade desse processo no ordenamento jurídico brasileiro, para que não ocorra o que vem acontecendo no Brasil todo: a judicialização do modelo por apresentar elementos inconstitucionais e a preocupação de pais e alunos com o fechamento dessas instituições de ensino. É mister destacar também a necessidade de qualificação profissional dos oficiais que atuam em escolas militarizadas. Se é exigido do professor de educação básica a formação continuada e constante aperfeiçoamento pedagógico, deveria ser aplicado o mesmo princípio aos demais profissionais que atuam na escola, independentemente de serem militares. A gestão administrativa não pode ser indissociável da gestão pedagógica, pois, a instituição como um todo é escolar, sendo necessário, que todos entendam de princípios pedagógicos. A escola não pode ser vista como uma empresa em que as partes podem ser separadas, formadas por especialistas em uma determinada função, para o alcance de um determinado resultado, o espaço escolar é essencialmente social, sendo responsabilidade de todos, exigindo-se o zelo e atenção de todos os envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, abordou-se a política educacional de implementação de escolas cívico-militares no estado do Acre. Ainda na introdução, algumas considerações sobre a Abordagem do Ciclo de Políticas (ACP), uma abordagem heurística que rompe com modelos lineares e rígidos, como aqueles presentes na noção de análise de políticas por etapas, ao criar cinco contextos, todos eles interligados e flexíveis, que ocorrem simultaneamente, repleto de influências e de práticas, sendo eles: o contexto da influência, com os discursos favoráveis à criação de uma política, podendo ser de abrangência local, nacional ou internacional; o contexto da produção do texto, como resultado das disputas presentes no contexto da influência, como, por exemplo, os documentos legais; contexto da prática, em que a política está sujeita à interpretações e recriações; contexto do resultados, isto é, os efeitos que a política tem sobre questões de justiça, de igualdade e de liberdade individual, revelando impactos e interações com desigualdade existentes; e, por fim, o contexto da estratégia política, caracterizado pela identificação de um conjunto de atividades sociais e políticas necessárias para lidar com desigualdades criadas ou reproduzidas pela política pesquisada.

Discutiu-se também que a ACP é fortalecida através da LAI, criando um poderoso instrumento teórico-metodológico. Quando o pesquisador da área educacional exerce o direito à informação, aliada à ACP, pode ser uma preciosa fonte de pesquisa. Importantes documentos foram obtidos por meio como o PPP das escolas cívico-militares do Acre pertencentes ao Pecim,

Além de dar acesso ao conteúdo que pode servir de matéria prima para a pesquisa a ser realizada, a LAI também serve para o pesquisador ter noção do que está sendo praticado por instituições públicas, que eventualmente, têm suas funções usurpadas por agentes políticos descompromissados com a informação verdadeira e conturbadores das relações republicanas entre os três poderes. Por meio da LAI muitos dados foram obtidos nesta pesquisa, tais como: lista de todas as escolas do Brasil que aderiram ao Pecim; o montante de recursos aplicados pelo Governo Federal para a execução do programa; as modalidades de pactuação dos estado e municípios; o acesso a documentos pedagógicos como os PPPs; o quantitativo de militares das Forças Armadas em todo o Brasil e das Forças de

Segurança no estado do Acre; o quantitativo de matrículas em escolas militarizadas, bem como a quantidade de alunos que concluíram os estudos nessas instituições. Todas as informações enriqueceram a compreensão acerca dessa política educacional no estado do Acre.

O presente estudo fez um percurso histórico que deu origem ao ensino militar, destacando a sua importância e quais foram as primeiras ações de trazer esse ensino ao Brasil, passando desde influências internacionais até nacionais e como esse ensino militar dialoga com a formação do Pecim. O avanço do conservadorismo com a eleição de um governo mais à direita no Brasil, que possibilitou a criação de uma agenda neoliberal baseada na performatividade e na adoção de políticas controversas como o Pecim.

Grupos conservadores radicais se fortaleceram durante o Governo Federal (2018-2022), propagando situações inconstitucionais de críticas ao processo eleitoral e ataques às instituições democráticas, proporcionando também a aproximação de militares com a política. As políticas educacionais sofrem com políticas marcadas pela mercadorização, a performatividade, o lucro e a militarização. Observou-se que o resultado obtido pelos Colégios Militares do Exército Brasileiro em avaliações em larga escala como o Ideb é usado como justificativa para militarizar escolas públicas por todo o Brasil.

A pesquisa demonstrou alguns aspectos que tornam o Pecim inconstitucional, mostrando ações jurídicas desfavoráveis ao programa por todo o Brasil e, mais recentemente, até mesmo no estado do Acre por meio de uma recomendação dos Ministérios Público Federal e Estadual. Também foi possível através do presente estudo mapear e discorrer a respeito de projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados que tratam do Pecim, possibilitando evidenciar a intenção de tornar essa política educacional cada vez maior.

Um dado surpreendente da pesquisa é que o processo de militarização de escolas no Acre começou durante um governo de esquerda, isto é, durante a gestão do governador Tião Viana, filiado ao Partido dos Trabalhadores, traçando um percurso discursivo que começou na época em que ainda era Senador da República representante do estado do Acre. Foi possível também localizar discursos do ex-presidente Bolsonaro antes mesmo de ser eleito, demonstrando, através de sua atuação parlamentar, movimentos favoráveis ao ensino militarizado. O governo que sucedeu a gestão de Tião Viana, aliou-se ao projeto educacional do Governo

Federal (2018-2022), aderindo, imediatamente ao Pecim. No plano de governo (2022) do governador Gladson Cameli (PP-AC), agora em seu segundo mandato (2023-2027), há a intenção de se criar mais escolas militarizadas.

Por meio do presente estudo, discutiu-se sobre as escolas cívico-militares do Acre, fazendo um percurso histórico relatando desde o processo de criação e até mesmo a observação de duas Ecims localizadas no município de Senador Guimard. A vivência do cotidiano escolar permitiu a coleta de dados relevantes para a pesquisa como uma amostra de infrações diárias e punições aplicadas aos alunos. Assim, constatou-se que a atuação dos oficiais não é somente administrativa, passando também como promotores de ações pedagógicas ao punir estudantes aplicando, por exemplo, atividades repetitivas como a escrita à mão de 10 cópias do Hino do Acre, sob a alegação de que isso melhora a ortografia. Logo, a atuação dos militares é ampla e contradiz as orientações constantes do Manual do Pecim.

As duas escolas estão marcadas pela violência e presença de materiais ilícitos como cigarros, estiletas para a prática de automutilação, casos de depressão etc. Os estudantes passam por revistas diárias, assim como é feito em presídios. O PPP das escolas revelou um pouco mais do cotidiano da instituição, em especial, no Marco Atual, ao trazer um quadro com as ocorrências mais comuns. O Regimento Escolar norteia as ações praticadas no interior das escolas, legitimando ações controversas que estimulam a competição e vigilância constante.

Os símbolos nacionais são importantes como representação da formação histórica do país, porém, não devem ser sequestrados para servir a um único ideário, pois, os símbolos nacionais são bens culturais imateriais que pertencem ao povo brasileiro, independentemente de qualquer ideologia. O Brasil clama por paz institucional e por uma pátria de fato educadora, sustentada sempre por valores democráticos. O Brasão das escolas militarizadas do Acre foi analisado em seus mínimos detalhes, revelando que está marcado por discursos e que até mesmo o formato e elementos que compõem o emblema representam influências e tendências, acompanhando inclusive, o percurso histórico das instituições, quando, por exemplo, elas deixam de ser militarizadas e voltam a ser civis, como constatou-se com a escola Ester Maia de Oliveira.

Sobre a pandemia do Covid-19 e o impacto no ensino local, ela deixou muitos impactos na educação pública, em especial, uma distorção aluno/série, que, vale

destacar, já existia antes dela, mas foi acentuada uma vez que nem todos os estudantes tiveram acesso ao ensino remoto porque dependiam de uma boa conexão de internet e de aparelhos tecnológicos. A pandemia além de ter imposto uma série de desafios aos docentes e discentes, também inseriu uma nova rotina com o uso de máscaras e distanciamento social.

As escolas cívico-militares no Acre seguem em pleno funcionamento, aguardando definições que surgirão de tensões e acordos políticos entre o Governo Estadual e o Governo Federal. Há de se destacar que no Acre, diferentemente de outros estados, parece haver um forte espírito republicano por parte do chefe do executivo acreano, que possibilitará um diálogo que levará a um desfecho democrático do que será feito com essas escolas de gestão compartilhada.

Fazer ciência é sinônimo de uma busca constante pelas bases que formam a verdade, é um ato político contra o obscurantismo que ao longo dos séculos ganha novas formas por meio de novos gêneros textuais complexos como as redes sociais. O grande filósofo e matemático René Descartes afirmara “se quiser buscar realmente a verdade, é preciso que pelo menos uma vez na vida você duvide, o máximo que puder de todas as coisas.” (RONAI, 1985). A produção de novos conhecimentos se confunde com a trajetória dos pesquisadores. A dúvida também não deve ser irresponsável e dar vez para falácias e mitos que só atrapalham o conhecimento científico e as bases de uma nação, como a democracia.

Por fim, esta pesquisa, tem suas lacunas, tem seus limites, não se esgota aqui, sendo, portanto, apenas uma pequena contribuição às pesquisas locais na área de políticas educacionais em um tema relevante como o das escolas militarizadas.

REFERÊNCIAS

ACRE. **Lei nº 3.362, de 20 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre a criação dos colégios militares estaduais de ensino fundamental e médio “Dom Pedro II e Tiradentes”, na Rede Pública de Educação Básica do Estado. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 2017. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2019/11/Lei3362.pdf>

ACRE. **Decreto Estadual nº 7.977 de 10 de julho de 2014**. Regulamenta o acesso à informação de que trata a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo Estadual. Governo do Estado do Acre, 2014. Disponível em: <https://linkss.app/NsNKp>

ACRE. **Decreto Estadual nº 9.124, de 14 de junho de 2018**. Altera o Decreto nº 7.977, de 10 de julho de 2014, que “Regulamenta o acesso à informação de que trata a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no âmbito do Poder Executivo Estadual”. Disponível em: <https://linkss.app/NsNKp>

ACRE. **Lei nº 3.594, de 20 de dezembro de 2019**. Institui o Programa das Escolas Cívico-Militares na Rede Pública Estadual de Educação Básica. Rio Branco: Governo do Estado do Acre, 2019. Disponível em: <http://www.al.ac.leg.br/leis/wp-content/uploads/2020/05/Lei3594.pdf>

ACRE. Secretaria de Estado de Educação. **Planejamento Estratégico da Escola Cívico-Militar 15 de Junho**. Senador Guiomard – AC. Governo do Estado do Acre, 2022.

ACRE. Secretaria de Estado de Educação. **Planejamento Estratégico da Escola Cívico-Militar Aldaci Simões da Costa**. Senador Guiomard – AC. Governo do Estado do Acre, 2022.

ACRE. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Interno da Escola de Ensino Médio Cívico-Militar Aldaci Simões da Costa**. Senador Guiomard – AC. Governo do Estado do Acre, 2022.

ACRE. Secretaria de Estado de Educação. **Regimento Interno da Escola de Ensino Fundamental Cívico-Militar 15 de Junho**. Senador Guiomard – AC. Governo do Estado do Acre, 2022.

APPLE, Michael. **Educando à Direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**. São Paulo, Editora Cortez, 2003.

APPLE, Michael. **A Luta pela Democracia na Educação: Lições de Realidades Sociais**. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2020.

APPLE, Michael. **Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao neoliberalismo**. Rio de Janeiro, Editora DP&A, 2005.

ARRAES, Virgílio; GEHRE, Thiago. **Introdução ao estudo das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BARROSO, Luís Roberto. **Sem data venia: um olhar sobre o Brasil e o Mundo**. Editora História Real, Rio de Janeiro, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05.10.1988. Brasília.

BRASIL. **Projeto de Lei do Senado nº 211, de 28 de agosto de 2002**. PLS, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, que autoriza o Poder Executivo a criar um Colégio Militar em Boa Vista – Capital do Estado de Roraima. Senado Federal, 2002. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/51584>

BRASIL. **Parecer nº 1.736, de 11 de novembro de 2004**. Plenário do Senado Federal, 2004. Disponível em: <encr.pw/7EkQf>

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4.877, de 4 de setembro de 2019**. Estabelece a obrigatoriedade da aplicação do modelo cívico-militar à todas as escolas públicas da educação básica. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2218802>

BRASIL. **Decreto nº 10.202, de 09 de março de 1889**. Coleção de Leis do Império do Brasil - 1889, Página 247 Vol. 1 pt II (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10202-9-marco-1889-542443-publicacaooriginal-51422-pe.html>.

BRASIL. **Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019**. Institui o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares. Brasília: Presidência da República, 2019.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10004.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual das Escolas Cívico-Militares**. Brasília, 2019. Disponível em: <1nk.dev/O5x6l>

BRASIL. Presidência da República. **Os Símbolos Nacionais**. Edição Especial Comemorativa da Semana da Pátria. Brasília, 1993.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade. Para uma teoria geral da política**. São Paulo: Editora paz e terra, 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.

BUENO, Bárbara Nunes Ferreira. **O Modelo Cívico-Militar como Política Educacional à Luz da Constituição Federal de 1988**. 2020. *Dissertação* (Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional) - Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.idp.edu.br//handle/123456789/2968>

BURNS, Edward McNall. **História da Civilização Ocidental: do homem das cavernas às nave espacialis**. Volume 1. 14. Ed. Editora Globo, Rio de Janeiro, 2005.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Cartas a um jovem político**. 2 ed. – Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 2017.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Diários da Presidência, 1995-1996**. Volume I. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

CONCEIÇÃO, Gilmar Henrique da. **O Partido Militar e as Escolas do Exército: a educação e a formação militar**.

ESTORMOVSKI, Renata Cecilia. **O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares como a materialização do (neo)conservadorismo na educação pública brasileira**. Revista Áskesis, v. 9 n. 2 (2020): In: Interfaces sociais da internet: reflexões sobre cultura, política e diferença. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.revistaaskesis.ufscar.br/index.php/askesis/article/view/531>

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**.14. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. **O teorema da narrativa**. *Jornal Estadão e O Globo*. Publicado em 31 de janeiro de 2021.

GONÇALVES; Nahun Thiaghor Lippaus Pires; RODRIGUES, Alexsandro ROSEIRO, Steferson Zanoni; **Ordem, Limpeza e Germinação: regulação da vida nas escolas cívico militares**. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 45, n. 3, e98452, 2020.

GLOBONEWS, TV GLOBO. **Central das Eleições: entrevista ao candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro**. Programa exibido em 03 de agosto de 2018.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. **Conheça a Constituição: Comentários à Constituição Brasileira**. Volume I. Editora Manole, SP, 2006.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p.4769, jan./abr. 2006.

MAINARDES, Jefferson. **A Abordagem do Ciclo de Políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da política educacional**. Jornal de Políticas Educacionais. V.12, n.16, ago. 2018.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Tradução de Dominique Makins a partir da edição inglesa de W.K.Marriott. São Paulo: Hunter Books, 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42ª Edição. São Paulo: Editora Malheiros, 2016;

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA, Iana Gomes de. GANDIN, Luís Armando. **Entendendo o estado gerencial e sua relação com a educação: algumas ferramentas de análise**. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 69-84, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Democracia e Ensino Militar. Questões da Nossa Época**. Editora Cortez, São Paulo, 1998.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. **Educação Básica e Escolas Cívico-Militares**. Revista Trilhas Pedagógicas, Pirassununga, v.11, n.14, p. 99-128, agosto de 2021. Disponível em: <http://ojs.fatece.edu.br/index.php/trilhas-pedagogicas/article/view/30>

OLIVEIRA, Henrique Altemani de; LESSA, Antônio Carlos. **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**.

O POVO QUER SABER. **Entrevista com o Deputado Federal Jair Bolsonaro.** Programa Custe o que Custar (CQC), São Paulo: Rede Bandeirantes de Televisão, 2011. Programa Jornalístico e Humorístico.

PICOLI, Bruno Antonio; CAREGNATO, Milena; GUIMARÃES, Roberta. **Autoridade, obediência e disciplina na educação: reflexões sobre o discurso do Movimento Escola Sem Partido e dos apoiadores da militarização escolar.** Educação, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 1-18, set.-dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/37364/27221>

PIRASSINUNGA, Adailton. **O Ensino Militar no Brasil Colônia.** Biblioteca do Exército, Rio de Janeiro, 1958.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016).** 1. Ed. Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RÓNAI, Paulo. **Dicionário universal Nova Fronteira de citações.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Eduardo Junio Ferreira. **Militarização das Escolas Públicas no Brasil: expansão, significados e tendências.** 2020. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/11015/3/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20-%20Eduardo%20Junio%20Ferreira%20Santos%20-%202020.pdf>

SANTOS, Graziella Souza; **O avanço das políticas conservadoras e o processo de militarização da educação.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, V.15, e2015348, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15348/209209213390>

SILVA, Joselita Romualdo da. **Pedagogia do Quartel: uma análise do processo de militarização de escolas públicas no estado do Paraná.** 2022. *Dissertação* (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: l1nq.com/amzAX

SOUZA, Carla Giselle Duenha de; AGUIRRE, Lissandra Espinosa de Mello. **Direito Fundamental à Educação e a Militarização das Escolas Públicas no Paraná.** Revista Teoria e Prática da Educação, v. 24, n.3, p. 82-99, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/60025>

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.


VEIGA, Ilma Passos. **Projeto Político da Escola: uma construção possível.** Ilma P. A. Veiga (org.). Campinas, SP: Papyrus, 2006.

APÊNDICE A – LISTA DE COLÉGIOS MILITARES DO BRASIL POR ORDEM CRONOLÓGICA

COLÉGIO MILITAR	BRASÃO	DATA DE CRIAÇÃO	OUTRAS INFORMAÇÕES
Colégio Militar do Rio de Janeiro		1889	Primeiro Colégio Militar do Brasil
Colégio Militar de Porto Alegre		1912	Conhecido como o “Colégio dos Presidentes”, pois estudaram lá sete presidentes da República: Vargas, Dutra, Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e Figueiredo.
Colégio Militar de Fortaleza		1919	Também conhecido como Casa de Eudoro Corrêa, foi extinto em 1938 e voltou em 1961.
Colégio Militar de Belo Horizonte		1955	Inspirou-se no antigo Colégio Militar de Barbacena, fundado em 1912 e extinto em 1925.

COLÉGIO MILITAR	BRASÃO	DATA DE CRIAÇÃO	OUTRAS INFORMAÇÕES
Colégio Militar de Salvador		1957	Em 1999 recebeu a Ordem do Mérito Militar. Desativado em 1989 e reaberto em 1993.
Colégio Militar de Curitiba		1958	Em 2004 recebeu a Ordem do Mérito Militar.
Colégio Militar de Recife		1959	Em 2004 recebeu a Ordem do Mérito Militar. Desativado em 1988 e reaberto em 1993.
Colégio Militar de Manaus		1971	O primeiro da Região Norte, recebeu em 1998 a Ordem do Mérito Militar. Primeiro Colégio Militar a ter uma mulher a atingir o posto de Coronel-Aluna em 1995.
Colégio Militar de Brasília		1978	Em 2001 recebeu a Ordem do Mérito Militar. Em 2022, foi palco de uma polêmica envolvendo a matrícula da filha do Presidente Bolsonaro.

COLÉGIO MILITAR	BRASÃO	DATA DE CRIAÇÃO	OUTRAS INFORMAÇÕES
Colégio Militar de Campo Grande		Junho de 1993	Em 2018, a escola causou polêmica ao excluir um capítulo de um livro didático em que um dos capítulos abordava outras composições familiares e diversidade.
Colégio Militar de Juiz de Fora		Dezembro de 1993	A sua inauguração contou com a presença do Presidente Itamar Franco
Colégio Militar de Santa Maria		1994	A cidade de Santa Maria possui uma das três maiores Guarnições Militares do Brasil.
Colégio Militar de Belém		2016	Segundo Colégio Militar da Região Norte, inaugurado durante o governo Dilma.

COLÉGIO MILITAR	BRASÃO	DATA DE CRIAÇÃO	OUTRAS INFORMAÇÕES
Colégio Militar de São Paulo	 The coat of arms of the Colégio Militar de São Paulo (CMSP) features a shield with a blue background. At the top, a red banner contains the white letters 'CMSP'. The shield is divided into four quadrants by a white cross. In the center of the cross is a red five-pointed star with a white bell in the middle. The shield is bordered by a yellow and green pattern.	2020	Com um investimento de mais de 130 milhões de reais, contou com a presença do Presidente Jair Bolsonaro em sua inauguração.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de dados contidos no site da DEPA do Ministério da Defesa.

APENDICE B – LISTA DE ESCOLAS QUE ADERIRAM AO PECIM ENTRE OS ANOS DE 2020 E 2022¹⁶

ESTADO	ANO	MUNICÍPIO	ESFERA	ESCOLA
AC	2020	Senador Guimard	Estadual	Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 15 de Junho
	2020	Cruzeiro do Sul	Estadual	Escola de Ensino Fundamental e Médio Madre Adelgundes Becker
	2021	Senador Guimard	Estadual	Escola Aldaci Simões da Costa
	2021	Epitaciolândia	Estadual	Escola Joana Ribeiro Amed
	2022	Tarauacá	Estadual	Escola de Ensino Fundamental Plácido de Castro
AP	2020	Macapá	Estadual	Escola Estadual Antônio Ferreira Lima Neto
	2020	Macapá	Estadual	Escola Estadual Professor Antônio Munhoz Lopez
	2021	Laranjal do Jari	Estadual	Escola Estadual Mineko Hayashida
	2021	Macapá	Estadual	Escola Estadual Prof. Nilton Balieiro Machado
AM	2020	Manaus	Estadual	Escola Estadual Professor Nelson Alves Ferreira
	2020		Estadual	Escola Estadual Tereza Siqueira Tupinambá
	2020		Estadual	Escola Estadual Professor Reinaldo Thompson
	2022		Estadual	Escola Estadual Fueth Paulo Mourão
	2022		Estadual	Escola Estadual Homero de Miranda Leitão
	2022		Municipal	Escola Municipal Gilberto Rodrigues dos Santos
		Tabatinga	Estadual	Escola Estadual Conceição Xavier de Alencar
	2022	São Gabriel da	Municipal	A definir

¹⁶A ordem dos Estados da federação está de acordo com as regiões, sendo elas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Ademais, incluiu-se o ente federado Distrito Federal (DF) entre os Estados para cumprir uma função didática na elaboração da tabela.

ESTADO	ANO	MUNICÍPIO	ESFERA	ESCOLA
		Cachoeira		
PA	2020	Belém	Municipal	Liceu Escola de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso.
	2020	Belém	Estadual	EEEFM Maestro Waldemar Henrique da Costa Pereira
	2020	Ananindeua	Estadual	EEEM Prof. Francisco Paulo do Nascimento Mendes
	2020	Santarém	Estadual	Escola Estadual José de Alencar
	2020	Paragominas	Estadual	EEEM Presidente Castelo Branco
	2021	Belém	Estadual	EEEF Dr. Justo Chermont
	2021	Ananindeua	Estadual	EEEFM Dom Alberto Galdêncio Ramos
	2021	Santana do Araguaia	Municipal	EMEF Joceli Silva Sestari
	2022	Eldorado dos Carajás	Municipal	Escola Municipal Eldorado
	2022	Santarém	Municipal	Escola Municipal César Simões Ramalheiro
	2022	A DEFINIR	Estadual	A definir
	2022	A DEFINIR	Estadual	A definir
	2022	A DEFINIR	Estadual	A definir
2022	A DEFINIR	Estadual	A definir	
RO	2020	Porto Velho	Estadual	EEEFM Ulisses Guimarães
	2021	Guajará-Mirim	Estadual	EEEFM Irmã Maria Celeste
	2021	Porto Velho	Estadual	EEEFM Prof. Daniel Neri da Silva
	2022		Estadual	EEEFMM Getúlio Vargas
RR	2020	Boa Vista	Estadual	Escola Estadual Fagundes Varela
TO	2020	Gurupi	Estadual	Escola Estadual Hercília Carvalho da Silva
	2020	Palmas	Estadual	Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros
	2020	Paraíso	Estadual	Escola Estadual José Operário
	2021	Formoso de Araguaia	Estadual	Colégio Estadual Tiradentes
	2021	Peixe	Estadual	Escola Estadual Dom Alano
	2021	Palmas	Estadual	Escola Estadual Vila União
	2022	Tocantinópolis	Estadual	Colégio Estadual Professor José Carneiro de Brito
	2022	Silvanópolis	Estadual	Escola Estadual Girassol de Tempo Integral João Pires Querido
	2022	Nova Olinda	Estadual	Escola Estaduo Professora

ESTADO	ANO	MUNICÍPIO	ESFERA	ESCOLA
				Hamedy Cury Queiroz
AL	2021	Maceió	Municipal	Escola Municipal Padre Pinho
	2021	Maragogi	Municipal	Escola Municipal de Educação Básica Dr. José Jorge de Farias Sales
	2021	Rio Largo	Municipal	Escola Municipal de Ensino Fundamental Judith Paiva
BA	2020	Feira de Santana	Municipal	Escola Municipal Quinze de Novembro
	2021	Vitória da Conquista	Municipal	Escola Municipalizada Carlos Santana
CE	2021	Acopiara	Municipal	EEF Professor Francisco Uchoa de Albuquerque
	2021	Juazeiro do Norte	Municipal	EEF Edward Teixeira Férrer
	2021	Maracanaú	Municipal	EMEF Tancredo Neves Presidente
	2021	Mombaça	Municipal	Escola de Ensino Fundamental Professora Laura Alencar
	2022	Maracanaú	Municipal	EEF Professora Laura Alencar
MA	2020	São Luís	Municipal	Unidade Integrada Duque de Caxias
	2021	São José de Ribamar	Municipal	E.M. Gonçalves Dias
	2022	Imperatriz	Municipal	EMEF Dr. José de Borba Vasconcelos
PB	2020	João Pessoa	Municipal	Caixa Escolar Chico Xavier
	2021	Campina Grande	Estadual	EEEFM Murilo Braga
	2021	Sousa	Estadual	EEEFM Andre Gadelha
	2021	Bayeux	Municipal	EMEF Maria do Carmo da Silveira Lima
	2021	Santa Rita	Municipal	Escola Cívico-Militar Capitão Tomaz Ponta
	2021	Cabedelo	Municipal	Escola Municipal Maria José de Miranda Burity
	2022	João Pessoa	Municipal	EMEIF Prof. Aníbal Moraes
	2022	Patos	Municipal	CIEP III – Dr. Firmino Ayres Leite e Otto de Souza Quinho
PE	2020	Jaboatão dos Guararapes	Municipal	Escola Municipal Natividade Saldanha
	2021	Garanhuns	Municipal	Escola Mário Matos
	2021	Arcoverde	Municipal	João Batista Cruz Barros
	2022	Jaboatão dos Guararapes	Municipal	Escola Municipal Vereador Antônio Januário
	2022	Altinho	Municipal	Escola Prof. Bernadete Amorim de Couto Filgueira
	2022	Bezerros	Municipal	Escola Municipal Nelson Castanha

ESTADO	ANO	MUNICÍPIO	ESFERA	ESCOLA
PI	2021	Parnaíba	Municipal	Escola Municipal Roland Jacob
	2022	Picos	Municipal	EM Cívico-Militar Cel. João Ferreira de Almeida
	2022	Altos	Municipal	Ginásio Municipal Antônio Inácio de Oliveira
	2022	União	Municipal	Unidade Escolar Murilo Braga
	2022	Floriano	Municipal	Escolas Municipal Antônio Nivaldo
	2022	Campo Maior	Municipal	Escolas Municipal Cívico-Militar Cel. Octávio Miranda
	RN	2020	Natal	Municipal
2021		Natal	Municipal	Professora Maria Alexandrina Sampaio
2021		Parnamirim	Municipal	Escola Municipal Senador Carlos Alberto de Souza
2021		Pau dos Ferros	Municipal	Escola Municipal Professor Severino Bezerra
2022		Natal	Municipal	Escola Municipal João XXIII
SE	2021	Tomar do Geru	Municipal	EMEF Dr. Albano Franco
DF	2020	Santa Maria	Estadual	Centro Educacional 416 de Santa Maria
	2020	Gama	Estadual	Centro de Ensino Fundamental 05 do Gama
	2021	Planaltina	Estadual	CEF 04 de Planaltina
	2021	Samambaia	Estadual	CEF 507 de Samambaia
	2022	A DEFINIR	Estadual	A definir
	2022	A DEFINIR	Estadual	A definir
GO	2020	Águas Lindas de Goiás	Estadual	Colégio Estadual de Águas Lindas
	2020	Valparaíso	Estadual	Colégio Estadual Céu Azul Valparaíso de Goiás
	2020	Luziânia	Estadual	Colégio Estadual Maria Abadia Meireles Shinohara
	2020	Santo Antônio do Descobrimento	Estadual	CAIC José Elias de Azevedo
	2021	Planaltina	Estadual	Colégio Estadual Complexo 10
	2021	Padre Bernardo	Estadual	Colégio Estadual Professor José Monteiro Lima
	2022	Cidade Ocidental	Estadual	Colégio Estadual Ocidental
	2022	Aragarças	Estadual	CMEF Professor José Nogueira de Moraes
	2020	Cuiabá	Municipal	Escola Professora Maria Dimpina Lobo Duarte

ESTADO	ANO	MUNICÍPIO	ESFERA	ESCOLA
MT	2020	Cuiabá	Estadual	Escola Estadual SalinFelicio
	2021	Cuiabá	Estadual	EMEB Dejeni Ribeiro Campos
	2021	Rondonópolis	Estadual	Escola Estadual Stela Maris
	2021	Caceres	Estadual	Escola Estadual Senador Mario Motta
	2022	Barra do Garças	Municipal	CMEB Helena Esteves
	2022	Várzea Grande	Municipal	EMEB Abdala José de Almeida
MS	2020	Campo Grande	Estadual	Escola Estadual Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. Tito)
	2020	Campo Grande	Estadual	Escola Estadual Marçal de Souza Tupã Y
	2020	Corumbá	Municipal	Escola Municipal José de Souza Damy
	2021	Chapadão do Sul	Estadual	Centro de Educação Profissional Arlindo Neckel
	2021	Costa Rica	Municipal	EM Professor Adenocre Alexandre de Moraes
	2021	Porto Murtinho	Municipal	Escola Municipal Cláudio de Oliveira
	2021	Jardim	Municipal	Escola Municipal Major Alberto Rodrigues da Costa
ES	2022	Campo Grande	Municipal	Escola Municipal Governador Harry Amorim Costa
	2021	Vitória	Municipal	Escola Nova
	2021	Vila Velha	Municipal	UMEF Ilha da Jussara
	2021	Nova Venécia	Municipal	EMEF Cívico-Militar Prof. Genivaldo Antônio da Silva
	2021	Serra	Municipal	Em definição
	2021	Cariacica	Municipal	EMEF Professor Cerqueira Lima
	2022	São Gabriel da Palha	Municipal	EMEF Irmã Adelaide Bertocchi
	2022	Sooretama	Municipal	EMEF João Neves Pereira
	2022	Marataízes	Municipal	EMEF Maria da Glória Nunes Nemer
	2022	Montanha	Municipal	A definir
	2022	Cariacica	Municipal	A definir
	2020	Belo Horizonte	Estadual	Escola Estadual Princesa Isabel
	2020	Ibirité	Estadual	Escola Estadual dos Palmares
	2020	Barbacena	Municipal	Escola Municipal Embaixador Martim Francisco
	2021	Três Corações	Estadual	E.E. OLÍMPIA DE BRITO
	2021	São João Del Rei	Estadual	Escola Estadual Cônego Osvaldo Lustosa
2021	Contagem	Estadual	E. E. Padre José Maria de	

ESTADO	ANO	MUNICÍPIO	ESFERA	ESCOLA
MG				Man
	2021	Itajubá	Estadual	Escola Estadual Wenceslau Braz
	2021	Uberlândia	Municipal	E.M Hilda Leão Carneiro
	2021	Lagoa Santa	Municipal	Escola Municipal Livio Múcio Conrado Silva, Sr. Tito
	2022	Belo Horizonte	Estadual	E.E. Assis Chateaubriand
	2022	Contagem	Estadual	E.E. Professora Lígia Maria de Magalhães
	2022	Monte Carmelo	Municipal	Escola Municipal Francisco Campos
	2022	Pouso Alegre	Municipal	Escola Municipal Professora Isabel Coutinho Galvão
	2022	Montes Claros	Municipal	A definir
	2022	Araguari	Municipal	Centro Educacional Municipal Hermenegildo Marques Veloso
	2022	Uberaba		Escola Municipal Professor José Geraldo Guimarães
	2022	Santos Dumont		A definir
RJ	2020	Rio de Janeiro	Municipal	EM Cívico-Militar Carioca General Abreu (3ª CRE)
	2021	São Gonçalo	Municipal	Escola Municipal Luiz Gonzaga
	2021	Barro do Piraí	Municipal	EM Professora Maria Nazareth Santos Silva
	2021	Nova Iguaçu	Municipal	GIEP-360 Professor Iara Simão Vieira
	2021	Queimados	Municipal	em definição
	2021	Angra dos Reis	Municipal	Escola Municipal Cívico-Militar Ex-Combatente Remo Baral Filho
	2021	São Pedro da Aldeia	Municipal	Escola Municipal Professora Mirian Alves de Macedo Guimarães
	2021	Arraial do Cabo	Municipal	CIEP 147 Cecílio Barros Pessoa
	2022	São Pedro da Almeida	Municipal	EM Professora Dulcinda Jotta Mendes
	2022	Búzios	Municipal	Escola Municipal Ciléa Maria Barreto
	2022	Nova Friburgo	Municipal	A definir
	2022	Itaguaí	Municipal	CIEP 300 Municipalizado Prefeito Vicente Cicarino
	2022	Itatiaia	Municipal	Colégio Municipal Ana Elisa Lisboa Gregori
2022	São João de Meriti	Municipal	EM Professor Jansen Pereira de Melo	

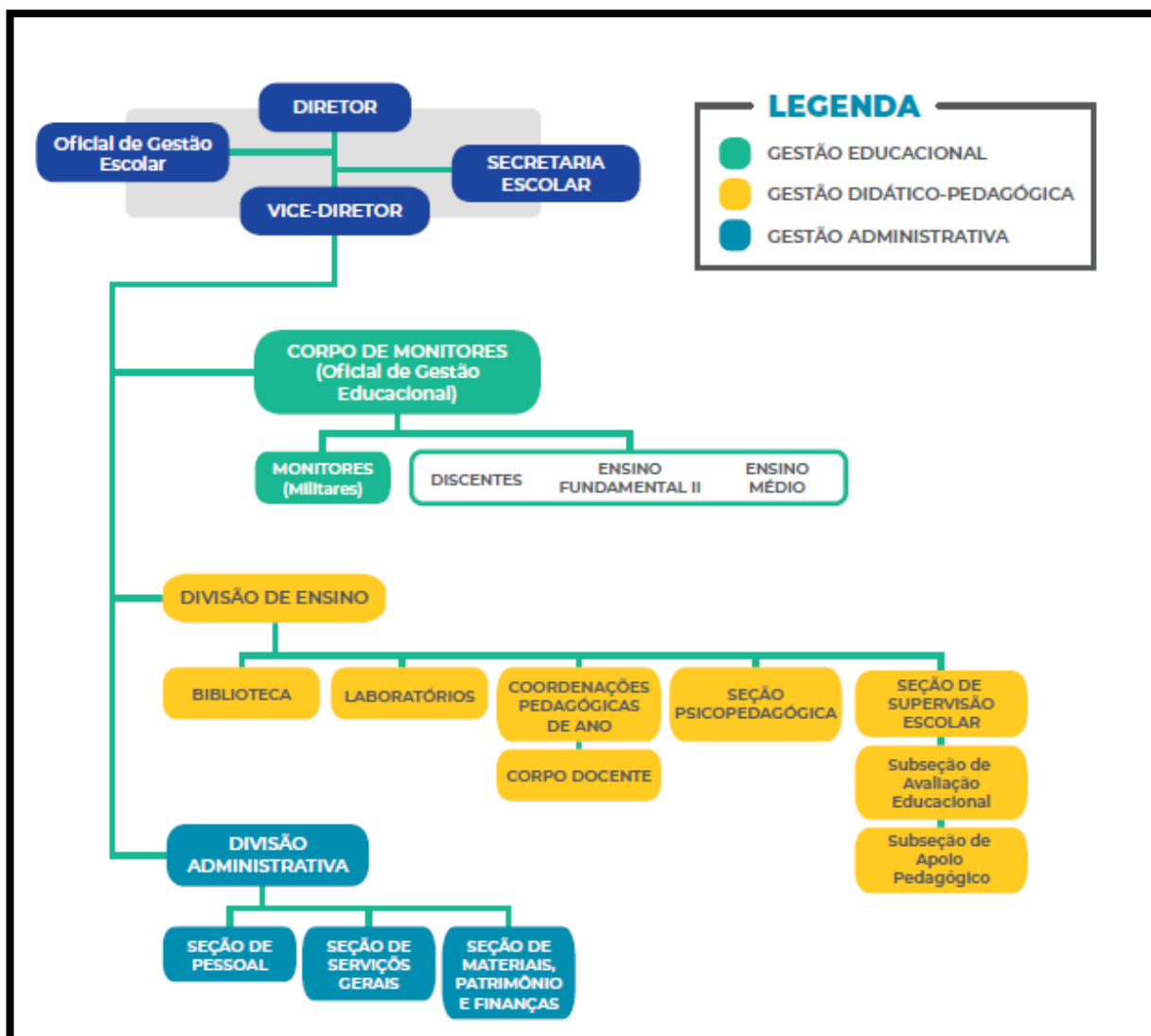
ESTADO	ANO	MUNICÍPIO	ESFERA	ESCOLA
	2022	São Gonçalo	Municipal	A definir
SP	2020	Lorena	Municipal	Escola Municipal CAIC
	2021	Guarujá	Estadual	EE Marechal do Ar Eduardo Gomes
	2021	Pirassununga	Estadual	E.E Professor Paulo de Barros Ferraz
	2021	Taquaritinga	Municipal	Escola Municipal Modesto Bohrer Professor EM
	2021	Barrinha	Municipal	EMEF Prof. Darvy Mascaro
	2021	Taubaté	Municipal	EMEF Prof. Lafayette Rodrigues Pereira
	2021	Bauru	Municipal	A definir
	2021	Santos	Municipal	A definir
	2021	São Vicente	Municipal	EMEF Jorge Bierrenbach Senra
	2022	Mogi das Cruzes	Estadual	EE Claudio Abrahão
	2022	São José do Rio Preto	Estadual	EE Professora Noêmia Bueno do Valle
	2022	Guaratinguetá	Municipal	EMEF Profª Maria Julia Antunes do Amaral Moreira
	2022	Americana	Municipal	A definir
	2022	Botucatu	Municipal	EMEF Prof. Luis Tácito Virginio dos Santos
	2022	Bauru	Municipal	A definir
2022	Pedro de Toledo	Municipal	EMEF José Pereira Soares	
2022	São José do Rio Pardo	Municipal	A definir	
PA	2020	Curitiba	Estadual	Colégio Estadual Beatriz Faria Ansay
	2020	Colombo	Estadual	Colégio Estadual Vinicius de Moraes
	2020	Foz do Iguaçu	Estadual	Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves
	2020	Londrina	Estadual	Colégio Estadual Profª Adelia Barbosa
	2021	Ponta Grossa	Estadual	Colégio Estadual Professor Colares
	2021	Curitiba	Estadual	Colégio Estadual Arlindo Amorim
	2022	Apucarana	Estadual	Heitor C A Furtado, C E-EF M Profis
	2022	Cascavel	Estadual	Cataratas CEEFM
	2022		Estadual	Julia Wanderley C E Prof. EEM
	2022	Guarapuava	Estadual	Heitor Rocha Kramer C E VER EF M
2022	Lapa	Estadual	Carneiro C E Gal EF Normal	
	2020	Chapecó	Estadual	Professora Irene Stonoga

ESTADO	ANO	MUNICÍPIO	ESFERA	ESCOLA
SC	2020	Itajaí	Municipal	Escola Básica Melvin Jones
	2020	Biguaçu	Estadual	EEB Emérita Duarte Silva e Souza
	2020	Palhoça	Estadual	EEB Prof. Ângelo Cascaes Tancredo
	2020	Blumenau	Estadual	EEB Cel. Pedro Christiano Feddersen
	2020	São Miguel do Oeste	Estadual	EEB Professor JaldyrBhering Faustino da Silva
	2021	Criciúma	Estadual	EEB Joaquim Ramos
	2021	Tubarão	Estadual	EEB Henrique Fontes
	2021	Joinville	Municipal	Escola Municipal Presidente Castello Branco
	2022	Florianópolis	Estadual	Escola de Educação Básica Ildefonso Linhares
	2022	Lages	Estadual	EEB Cora Batalha da Silveira
	2022	Porto União	Municipal	Núcleo Educacional João Fernando Sobral
	2022	Maravilha	Municipal	Escola Vereador Raymundo Velt
	2022	Balneário Camboriú	Municipal	CEM Professor Antônio Lúcio
	2022	Lages	Municipal	EMEB Antônio Joaquim Henriques
	2022	Brusque	Municipal	Escola de Ensino Fundamental Paquetá
	2022	Itapema	Municipal	EMEB Prefeito Francisco Victor Alves
	2022		Municipal	EMEB Maria Linhares de Souza
	2022	Rio do Sul	Municipal	Centro Educacional Roberto Machado
	2022	São Joaquim	Municipal	EEB Jurema Hugem Palma
	2022	São Francisco do Sul	Municipal	Escola Municipal CAIC Irmã Joaquina Busarello
	2020	Uruguaiana	Municipal	EMEF do Complexo Escolar Elvira Ceratti - CAIC
	2020	Alvorada	Estadual	Escola Est. de Ensino Médio Carlos Drummond de Andrade
	2020	Caxias do Sul	Estadual	Escola Estadual de Ensino Médio Alexandre Zattera
	2020	Alegrete	Estadual	Instituto Estadual Osvaldo Aranha
	2020	Bagé	Municipal	Escola Municipal Cívico-Militar de Ensino Fundamental São Pedro
	2021	Santa Cruz do Sul	Estadual	Escola Estadual de Ensino Médio Santa Cruz

ESTADO	ANO	MUNICÍPIO	ESFERA	ESCOLA
RS	2021	Tramandaí	Estadual	Escola Estadual de Ensino Médio Nossa Senhora Aparecida
	2021	Novo Hamburgo	Estadual	Escola Estadual Osvaldo Aranha
	2021	Ijuí	Municipal	Instituto Municipal de Ensino Assis Brasil - IMEAB
	2021	Santana do Livramento	Municipal	EMEF Pref. João Souto Duarte
	2021	Sapuçaia do Sul	Municipal	EMEB Alberto Santos Dumont
	2021	Cachoeira do Sul	Municipal	Escola Municipal de Ensino Fundamental Dinah Néri Pereira
	2022	Porto Alegre	Estadual	A definir
	2022	Rosário do Sul	Estadual	A definir
	2022	Canela	Estadual	A definir
	2022	São Leopoldo	Estadual	A definir
	2022	São Gabriel	Estadual	A definir
	2022	Quaraí	Estadual	Instituto Estadual Dr. Luiz Pacheco Prates
	2022	São Borja	Estadual	EEEM Apparício Silva Rillo
	2022	Bagé	Municipal	EMEF. Dr. Antenor Gonçalves Pereira
	2022	Taquara	Municipal	Escola Cívico-Militar de Taquara
2022	Rio Grande	Municipal	EM Cívico-Militar Cipriano Porto Alegre	

Fonte: elaborado pelo autor a partir de dados fornecidos através da Lei de Acesso à Informação.

ANEXO I – ORGANOGRAMA DAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES



Fonte: Manual das Escolas Cívico-Militares, p. 66, 2022.

ANEXO II – SOLICITAÇÃO DO PPGE ÀS ECIMS DE SENADOR GUIOMARD



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



Rio Branco, Acre, 23 de novembro de 2022.

Ao Ilustríssimo(a) Diretor (a) da Escola Estadual de Ensino Fundamental 15 de Junho em Senador Guiomard/Acre

O Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre – PPGE/UFAC, vem por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria uma cópia que pode ser digitalizada ou xerocopiada do Projeto Político Pedagógico – PPP e Regimento Interno desta Instituição. Informo que trata-se de documentos importante para fins de análise de uma pesquisa de Mestrado que vem sendo desenvolvida junto ao PPGE/UFAC pelo mestrando **MARCELLO PEREIRA TAMWING**, intitulada o Programa Nacional das Escolas Cívico Militar e seus desdobramentos no Estado do Acre, sob orientação da Prof. Dra. Lúcia de Fátima Melo.

Atenciosamente,


Prof.ª Dr.ª Lúcia de Fátima Melo
PPGE/UFAC


Recebido em
Rio Branco - AC
Data: 06/12/2022

Recebido
06/12/2022



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO



Rio Branco, Acre, 23 de novembro de 2022.

Ao Ilustríssimo(a) Diretor (a) da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Adalci Simões da Costa em Senador Guiomard/Acre

O Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Acre – PPGE/UFAC, vem por meio deste, solicitar a Vossa Senhoria uma cópia que pode ser digitalizada ou xerocopiada do Projeto Político Pedagógico – PPP e Regimento Interno desta Instituição. Informo que trata-se de documentos importante para fins de análise de uma pesquisa de Mestrado que vem sendo desenvolvida junto ao PPGE/UFAC pelo mestrando **MARCELLO PEREIRA TAMWING**, intitulada o Programa Nacional das Escolas Cívico Militar e seus desdobramentos no Estado do Acre, sob orientação da Prof. Dra. Lúcia de Fátima Melo.

Atenciosamente,

Prof.ª Dr.ª *Lúcia de Fátima Melo*
PPGE/UFAC

Recebido
06
12
2022

ANEXO III – AMOSTRA DE INFRAÇÕES DIÁRIAS DA ESCOLA 15 DE JUNHO¹⁷

– INFRAÇÕES DIÁRIA –		SÉRIE/ TURMA
GUARNIÇÃO	CAP A, TEN B, e SGT C	

INFRAÇÃO:	XX/2022	SÉRIE:	6º	TURNO:	MANHÃ	DATA:	XX /XX /2022
ALUNOS (AS)	TODA A TURMA						
DENUCIANTE	Diretor						
MOTIVOS (S)	Os mesmos estão com muita bagunça em sala desrespeitando os professores e perturbando as outras turmas. Já foram avisados os pais para uma reunião com todos. Muitos vão reprovar e não vão renovar as suas matrículas, além de bastantes alterações pela turma com perturbação em aula. Vão passar um mês merendando em sala de aula além de ordens unidas e instruções. A turma está insuportável que nem os professores estão aguentando e os mesmos estão reclamando bastante na direção escolar.						
PUNIÇÃO	10 (dez) cópias do H.A para o dia 1º de dezembro de 2022 (quinta-feira), cada.						
DESPACHO (S)							
I. Será cobrado pelas duas equipes dos Bombeiros Militares as alterações							
FINALIZAÇÃO							
I.							

Caso necessário, utilizar verso.

INFRAÇÃO:	XX/2022	SÉRIE:	6º	TURNO:	MANHÃ	DATA:	XX /XX /2022
ALUNOS (AS)	ALUNO(A)						
DENUCIANTE	Professor(a)						
MOTIVOS (S)	O(a) mesmo(a) não faz atividades; desobedeceu e desrespeitou o(a) professor(a); bagunça demais em sala que perturba a aula.						
PUNIÇÃO	10 (dez) cópias do H.A para o dia 1º de dezembro de 2022 (quinta-feira), cada.						
DESPACHO (S)							
I.							
FINALIZAÇÃO							
I.							

Caso necessário, utilizar verso.

Endereço: Rua Felinto Muller, 827 – Triunfo – Senador Guimard – Acre

Email: _____

*“É melhor ouvir a repreensão de um sábio do que escutar elogios de um tolo.”**Eclesiastes 7.5*

¹⁷ O documento está na íntegra. Por uma questão de ética na pesquisa, os nomes dos estudantes, dos oficiais e dos denunciadores foram ocultados ou substituídos.

ANEXO IV – REGISTRO DE OCORRÊNCIAS DA ESCOLA 15 DE JUNHO

RELAÇÃO NOMINAL DO 6º ANO – TURNO X - 2022			
Nº	NOME	NASCIMENTO	OBSERVAÇÕES
01	ESTUDANTE 1	XX/XX/2011	XX/05/22 - Conversando e chamando palavras de baixo calão. - DATA: XX de agosto de 2022. MOTIVO: Brincando com os colegas em sala de aula.
02	ESTUDANTE 2	XX/XX/2011	DATA: XX de junho de 2022. MOTIVO: De uma turma entrando na fila de outra. XX/05/22 - Atrasada para a aula. XX/10/22 - Cabelo solto.
03	ESTUDANTE 3	XX/XX/2010	1) XX/05- chegando atrasado para a aula
04	ESTUDANTE 4	XX/XX/2010	XX/04/22 - Desobedecendo a professora e o mesmo não queria ainda fazer os deveres solicitados. XX/05/22 - brincando e conversando durante a aula. XX/05/22 - não obedece ao professor. XX/05/22 - não obedece ao professor. - DATA: XX de julho de 2022. MOTIVO: Desobedecendo ao Xerife de dia. XX/10- Expulso da sala.
05	ESTUDANTE 5	XX/XX/2011	1) XX/05/22 - conversando e perturbando em aula. - DATA: XX de junho de 2022. Bombeiros Militares. MOTIVO: De uma turma entrando na fila de outra.
06	ESTUDANTE 6	XX/XX/2010	1) XX/05/22 - atrasado para a parada diária. 2) XX/07/22 - não obedece às ordens do xerife para colocar a camisa para dentro. 3) XX/07/22 - bagunçando dentro de sala sem obedecer ao xerife. - DATA: 28 de julho de 2022. MOTIVO: Conversando muito em sala de aula. Desobedecendo ao Xerife de dia
07	ESTUDANTE 7	XX/XX/2011	1) XX/05- atrasado para aula
08	ESTUDANTE 8	XX/XX/2010	1) XX/05/22 - conversa em aula. 2) XX/05/22 - não para de conversar e chamando palavras de baixo calão durante a aula. - DATA: XX de julho de 2022. DISCIPLINA: Pelotão Escolar. PROFESSOR: Pelotão Escolar. MOTIVO: Xingando os alunos. - DATA: XX de agosto de 2022. MOTIVO: Correndo com os colegas pelos corredores.
09	ESTUDANTE 9	XX/XX/2010	- XX/05/22 - Jogando papel nos amigos. - DATA: XX de julho de 2022. MOTIVO: Desrespeito com pessoal do Pelotão. - O pai compareceu voluntariamente a fim de saber a situação do filho(a).
10	ESTUDANTE 10	XX/XX/2011	
11	ESTUDANTE 11	XX/XX/2010	1) XX/ 05/22 - jogando papel nos amigos 2) XX / 05- retirado de sala de aula pelo professor - DATA: 26/09/22 – Fazendo brincadeira de mal gosto com o colega.
12	ESTUDANTE 12	XX/XX/2011	1) XX/04/22 - chegou atrasado para a Parada Diária. - DATA: XX de julho de 2022. MOTIVO: Conversando muito em sala de aula.
13	ESTUDANTE 13	XX/XX/2010	
14	ESTUDANTE 14	XX/XX/2011	1) XX/05- com bullying com amigo em sala de aula
15	ESTUDANTE 15	XX/XX /2011	
16	ESTUDANTE 16	XX/XX/2010	AEE 1) – XX/04/22 - Chegou atrasado para a Parada Diária. - DATA: XX de julho de 2022. DISCIPLINA: Pelotão Escolar. PROFESSOR: Pelotão Escolar. MOTIVO: Brincando em sala de aula.

RELAÇÃO NOMINAL DO 6º ANO – TURNO X - 2022			
Nº	NOME	NASCIMENTO	OBSERVAÇÕES
17	ESTUDANTE 17	XX/XX/2011	1) XX/05/22 - brincando e conversando durante a aula.
18	ESTUDANTE 18	XX/XX/2011	
19	ESTUDANTE 19	XX/XX/2010	XX/10/22 – Cabelo pintado.
20	ESTUDANTE 20	XX/XX /2008	
21	ESTUDANTE 21	XX/XX/2010	- DATA: XX de junho de 2022. MOTIVO: De uma turma entrando na fila de outra. - DATA: XX/08- Sem máscara. - DATA: XX de agosto de 2022. MOTIVO: Falando palavrão em sala de aula.
22	ESTUDANTE 22	XX/XX/2011	XX/05/22_Conversando durante a aula. - DATA: XX de julho de 2022. MOTIVO: Desrespeito com o pessoal do Pelotão escolar. - DATA: XX de julho de 2022. MOTIVO: Brincando em sala de aula. - DATA: XX de julho de 2022. MOTIVO: Riscando a sala de aula. XX/10/22_Expulsa de sala de aula pelo professor.
23	ESTUDANTE 23	XX/XX/2010	
24	ESTUDANTE 24	XX/XX/2011	
25	ESTUDANTE 25	XX/XX/2010	1) XX/05/22 - perturbando professora e xerife durante a aula.
26	ESTUDANTE 26	XX/XX/2010	
27	ESTUDANTE 27	XX/XX/2011	1) XX/05/22 - atrasado para a parada diária 2) 10/05/22 - não obedece ao professor
28	ESTUDANTE 28	XX/XX/2010	
29	ESTUDANTE 29	XX/XX/2008	A E E 1) XX/05/22 - não obedece ao xerife. 2) XX/07- chutando a porta para entrar estando com o professor em sala de aula. - DATA: XX de agosto de 2022. MOTIVO: Atrasado.
30	ESTUDANTE 30	XX/XX/2010	1) XX/05/22 - dormindo durante a aula 2) XX/05/22 - chamando os amigos com palavras de baixo calão.
31	ESTUDANTE 31	XX/XX/2010	
32	ESTUDANTE 32	XX/XX/2009	1) XX/05/22 - conversa em aula. 2) XX/05/22 - atrasado para a aula. 3) XX/07/22 - atrapalhando a aula do professor com muita conversa. - DATA: XX/08- Bagunçando na hora da formação.
33	ESTUDANTE 33	XX/XX/2008	1) XX/04/22 - não obedece aos professores e bombeiros. O mesmo já foi avisado para cortar o cabelo mais não o faz. 2) XX/05/22 - cabelo grande 3) s/d – desrespeitou o professor chamando-o de analfabeto
34	ESTUDANTE 34	XX/XX/2011	1) XX/05/22 - atrasada para aula. - DATA: XX de julho de 2022. MOTIVO: Riscando a sala de aula.
35	ESTUDANTE 34	XX/XX/2010	1) – XX/04/22 - Chegou atrasado para a Parada Diária. 2) XX/05- perturbando a professora em aula 3) XX/05- chegando atrasada para aula

ANEXO V – TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA ESTUDANTIL DA ESCOLA 15 DE JUNHO

TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA ESTUDANTIL/ 000 / ano

Eu, **nome do (a) aluno (a)**, turma __ ano “__”, declaro para os devidos fins, que a partir da presente data, ___ de _____ do ano de _____, assumirei o compromisso de não infringir as normas estabelecidas no manual de normas e condutas da Escola Cívico Militar de Ensino Fundamental – II 15 de junho.

No que compreende ao respeito a cidadania como participação social e política educacional da escola, cumprimento dos exercícios de direitos e deveres estudantis e sociais, no dia-a-dia escolar, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

Posicionar-me de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas;

Conhecer características fundamentais da ECIM 15 de junho nas dimensões sociais, materiais e culturais, e construindo progressivamente a noção de identidade estudantil e pessoal e o sentimento de pertencimento aos valores cívicos e militares;

Conhecer, valorizar e preservar o patrimônio escolar, bem como aspectos socioculturais existentes no ambiente, posicionando-me contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais;

Perceber-me como parte integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente;

Desenvolver o conhecimento ajustado no sentimento de confiança em minhas capacidades afetiva, física, cognitiva, ética, estética, de inter-relação pessoal e de inserção social, para agir com perseverança na busca de conhecimento e no exercício da cidadania;

Conhecer meu próprio corpo e dele cuidar, valorizando e adotando hábitos saudáveis como um dos aspectos básicos da qualidade de vida e agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e à saúde coletiva;

Respeitar meus superiores, professores e demais agentes educacionais, bem como meus colegas de sala e escola.

Utilizar as diferentes linguagens – verbais, musical, matemática, gráfica, plástica e corporal – como meio de produzir, expressar e comunicar suas ideias, interpretar e usufruir das produções culturais, em contextos públicos e privados atendendo a diferentes intenções e situações de comunicação;

Por ser expressão da verdade, dato e assino o presente termo;

Assinatura do Estudante

Coordenação de Ensino

Gestor Militar

Responsável pelo aluno (a)

Senador Guiomard – Acre, ____ de _____ de _____.

ANEXO VI – RESPOSTA DO MEC DADA ATRAVÉS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE RECURSOS EMPREGADOS NO PECIM E QUANTIDADE DE ESCOLAS POR REGIÃO

25/08/2022 10:59

SE/MEC - 3514130 - Despacho



Ministério da Educação

DESPACHO Nº 429/2022/DECIM/SEB/SEB-MEC

Processo nº 23546.056712/2022-35

Assunto: Manifestação Fala.BR.

Ao Gabinete da Secretaria de Educação Básica

Em resposta ao Despacho nº 2206/2022/CHEFIA/GAB/SEB/SEB-MEC (3503780), encaminho o Despacho 81/2022/CGIME/DECIM/SEB/SEB-MEC (3510925) e a Planilha das Escolas Cívico-Militares (3510925), por meio do qual a Coordenação-Geral de Implementação do Modelo Cívico-Militar desta Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares remete as seguintes respostas:

1) Escolas implementadas desde a inauguração do Programa até o mês de agosto de 2022:

- Escolas da Modalidade Pessoal = 121
- Escolas da Modalidade Recurso = 83
- Total = 204

2) Escolas que estão em definição:

- Região Norte – estado do Amazonas = 01 vaga
- Região Norte – estado do Pará = 04 vagas
- Região Nordeste – estado do Piauí = 01 vaga
- Região Centro-Oeste – Distrito Federal = 02 vagas
- Região Sudeste – estado de Minas Gerais = 01 vaga
- Região Sudeste – estado de São Paulo = 03 vagas
- Total = 12 vagas

3) Quantidade de recursos destinados:

- valores empenhados no ano de 2020 = R\$ 14.999.252,74
- valores empenhados no ano de 2021 = R\$ 46.483.638,22
- previsão de empenhos para o ano de 2022 = R\$ 47.000.000,00

Diante das informações apresentadas, restituo o presente processo para que sejam adotadas as providências pertinentes.

GILSON PASSOS DE OLIVEIRA
Diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares
DECIM/SEB/MEC



Documento assinado eletronicamente por Gilson Passos de Oliveira, Diretor(a), em 24/08/2022, às 14:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

ANEXO VII – RESPOSTA DO MEC DADA ATRAVÉS DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO SOBRE ACORDOS FIRMADOS ENTRE O GOVERNO DO ACRE E O MEC

29/11/2022 12:23

SEI/MEC - 3690945 - Despacho



Ministério da Educação

DESPACHO Nº 580/2022/DECIM/SEB/SEB-MEC

Processo nº 23546.078245/2022-02

Assunto: Manifestação Fala.BR.

Ao Gabinete da Secretaria de Educação Básica

Em resposta ao Despacho nº 2950/2022/CHEFIA/GAB/SEB/SEB-MEC (3667735), encaminhado o Despacho nº 464/2022/CGATE/DECIM/SEB/SEB-MEC (3689992), por meio do qual a Coordenação-Geral de Acordos e Cooperação Técnica desta Diretoria de Políticas para Escolas Cívico-Militares remete as seguintes respostas:

I - O Pecim, instituído pelo Decreto nº 10.004, de 5 de setembro de 2019, a ser implantado pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com o Ministério da Defesa (MD), visa fomentar a adoção do modelo MEC de escolas cívico-militares (Ecim), nas escolas públicas de ensino regular, mediante adesão voluntária dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

II - Nesse contexto, informamos que as tratativas realizadas para implantação das Escolas Cívico-Militares no Estado do Acre, estão explanadas nos documentos constantes no processo do ente federativo acima citado, e de acordo com a legislação pertinente em vigor.

III - Consoante aos trâmites legais para implantação das Escolas no Estado do Acre/AC nos anos de 2020, 2021 e 2022, apresentamos os documentos anexos, enviados e recebidos entre o Ministério da Educação e o ente Federativo supra citado.

- Documentação de Implantação de 02 (duas) Escolas Cívico-Militares - Ecim, no ano de 2020 (3690413);
- Documentação de Implantação de 02 (duas) Escolas Cívico-Militares - Ecim, no ano de 2021 (3690416); e
- Documentação de Implantação de 1 (uma) Escola Cívico-Militares - Ecim, no ano de 2022. (3690419)

Diante das informações apresentadas, restituo o presente processo para que sejam adotadas as providências pertinentes.

WLADIMIR BEZERRA LUZ

Diretor de Políticas para Escolas Cívico-Militares - Substituto
DECIM/SEB/MEC

Documento assinado eletronicamente por Wladimir Bezerra Luz, Diretor(a), Substituto(a), em 25/11/2022, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento da Portaria nº 1.042/2015 do Ministério da Educação.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
http://sei.mec.gov.br/sei/controlador_externo.php?

ANEXO VIII – RESPOSTA DA SEE DADA ATRAVÉS DO E-SIC SOBRE O QUANTITATIVO DE MILITARES ATUANDO NO PECIM

03/11/22, 14:04

SEI/AC - 5349705 - Despacho

**ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco, Rio Branco/AC, CEP 69.911-018
- www.see.ac.gov.br

Despacho nº 1501/2022/SEE - DE**À Senhora****Maria José Freitas de S. Nascimento****Chefe do Departamento de Gestão de Rede****Ao Senhor****Eduardo de Oliveira****Chefe do Departamento de Controle Interno**

Senhor(a) Chefes,

Com os cordiais cumprimentos, considerando o lapso temporal, em atenção ao despacho 4535 (5266978), encaminho resposta ao pedido demanda E-sic (5043631).

Hoje no Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares - PECIM, Temos 6 (seis) bombeiros e 19 (dezenove) PMs nas Escolas Cívico-Militares do Acre.

Atenciosamente,

Gleicicleia Gonçalves de Souza

Diretora de Ensino - SEE

Portaria SEE nº 2418/2021



Documento assinado eletronicamente por GLEICICLEIA GONÇALVES DE SOUZA, Diretor(a), em 03/11/2022, às 14:00, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://www.sei.ac.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador 5349705 e o código CRC A30D3C3D.

ANEXO IX – RELAÇÃO DE ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO ESTADO DO ACRE E AUTORIZAÇÃO DE ENVIO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS

04/10/22, 12:45

SEI/AC - 5084431 - Despacho



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Rua Rio Grande do Sul, 1907, Conjunto Castelo Branco , Rio Branco/AC, CEP 69.911-018
- www.see.ac.gov.br

Despacho nº 1295/2022/SEE - DE

À Senhora

Maria José Freitas de S. Nascimento

Departamento de Gestão de Redes

Senhora Chefe,

Com os cordiais cumprimentos, servimo-nos do presente para responder o despacho 4037 (5075338), referente o pedido (5043540):

Considerando o Programa das Escolas Cívico-Militares - PECIM, foram implementados em 2020, 2021 e 2022 as seguintes Escolas Cívico-Militares no Estado do Acre, conforme descrito a seguir

- a) Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Madre Adelgundes Bekker em Cruzeiro do Sul em 2020;
- b) Escola Estadual de Ensino Fundamental 15 de Junho em Senador Guiomard em 2020;
- c) Escola Estadual de Ensino Médio Professor Adalci Simões da Costa em Senador Guiomard em 2021;
- d) Escola Estadual de Ensino Fundamental Joana Ribeiro Amed em Epiaciolândia em 2021; e
- e) Escola Estadual de Ensino Fundamental Plácido de Castro em 2022.

Informo ainda, em anexo, os documentos (5087080, 5087282, 5087332, 5087413, 5087456 e 5087494) do MEC referente ao programa e as escolas acima citadas.

Sendo o que há, devolvo os autos para prosseguimento do feito.

Atenciosamente,

Gleicicleia Gonçalves de Souza

Diretora de Ensino - SEE

Portaria SEE nº 2418/2021



Documento assinado eletronicamente por GLEICICLEIA GONÇALVES DE SOUZA, Diretor(a), em 28/09/2022, às 14:07, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da [Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001 de 22 de fevereiro de 2018](#).

ANEXO X – ATA DE AUDIÊNCIA DA CONSULTA PÚBLICA DA ESCOLA ALDACI SIMÕES DA COSTA



ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO CÍVICO-MILITAR ALDACI SIMÕES DA COSTA
Decreto de Criação nº 5.892 de 5 de maio de 2020

ATA DE AUDIÊNCIA DA CONSULTA PÚBLICA

Aos dezessete (17) dias do mês Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um (2021), na cidade de Senador Guimard, Estado do Acre, na Escola Estadual de Ensino Médio Cívico- Militar Professor Aldaci Simões da Costa, situada na Avenida Castelo Branco, sem número, Bairro Centro, reuniram-se em Assembleia Geral, os professores, alunos, funcionários, pais e/ou responsável legal de alunos, para realizarmos a audiência publica visando auxiliar os entes interessados em aderir ao Programa Nacional das Escola Cívico-Militares - Pecim. Iniciamos a reunião com a fala da diretora Maria Antônia Pacífico da Silva de Souza, a mesma agradeceu a presença de todos, disse ainda a importância do programa para a melhoria da qualidade da educação e segurança dos alunos, principalmente no cenário de tanta violência no meio escolar, falou ainda quais os objetivos da implantação das ECIM, alguns professores também relataram fatos de violência vivenciados contra alunos, professores e demais funcionários em anos anteriores. Alguns pais falaram que a implantação das escolas cívicos-militares no município de Senador Guimard é a realização de um sonho, pois muitos alunos estavam se deslocando para estudar no município de Rio Branco, distante de cerca de 24km. Após abertura para ouvir professores, funcionários, pais e alunos a gestora abriu para votação aberta, na reunião haviam 62 professores e funcionários, 215 alunos e 309 pais, todos foram unânimes para aceitação da implantação do programa, a gestora agradeceu a participação de todos. Finalizando a reunião e como nada mais houvesse a tratar, declarou o encerramento dos trabalhos eu Dulcelina Teixeira Almeida, secretária, lavrei a presente ata, que lida, votada e aprovada, será assinada por todos os presentes.

ANEXO XI – MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM ESCOLAS MILITARIADAS DO ACRE ENTRE 2018 E 2021

Matricula Inicial por Etapa de Ensino.
CENSO/MEC

Ano	Município	Rede	Localização	Código	Nome da Escola	6ºao9ºano	Fundamental	Médio	EJA	Inclusos	Total
2018	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033359	ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	559	559	0	0	25	559
2018	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033367	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	549	549	0	0	19	549
2019	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12033537	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II - CZS	350	350	182	0	29	532
2019	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033359	ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	581	581	143	0	26	724
2019	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033367	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	593	593	136	0	29	729
2020	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12000914	ESCOLA CIVICO-MILITAR MADRE ADELGUNDES BECKER	555	555	312	0	62	867
2020	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12033537	COLEGIO MILITAR ESTADUAL DOM PEDRO II - CZS	347	347	299	0	33	646
2020	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033359	ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	585	585	287	0	42	872
2020	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033367	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	555	555	253	0	37	808
2020	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033847	ESC CIVICO MILITAR WILSON BARBOSA	329	329	0	0	13	329
2020	SENADOR GUIOMAR	Estadual	Urbana	12014591	ESC CIVICO MILITAR 15 DE JUNHO	699	699	0	0	49	699
2020	SENADOR GUIOMAR	Estadual	Urbana	12033790	ESC CIVICO MILITAR ALDADI SIMOES DA COSTA	0	0	674	0	31	674
2021	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12000914	ESC CIVICO-MILITAR MADRE ADELGUNDES BECKER	579	579	366	0	78	945
2021	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12033537	COLEGIO MILITAR ESTADUAL DOM PEDRO II - CZS	346	346	341	0	34	687
2021	EPITACIOLANDIA	Estadual	Urbana	12017108	ESC CIVICO-MILITAR JOANA RIBEIRO AMED	382	382	0	189	23	571
2021	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033359	ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	566	566	429	0	56	995
2021	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033367	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	549	549	394	0	49	943
2021	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033847	ESC CIVICO MILITAR WILSON BARBOSA	411	411	0	0	34	411
2021	SENADOR GUIOMAR	Estadual	Urbana	12014591	ESC CIVICO MILITAR 15 DE JUNHO	744	744	0	0	62	744
2021	SENADOR GUIOMAR	Estadual	Urbana	12033790	ESC CIVICO MILITAR ALDADI SIMOES DA COSTA	0	0	725	0	34	725

ANEXO XII – CONCLUINTES DO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO EM ESCOLAS MILITARIADAS DO ACRE ENTRE 2018 E 2021

Ano	Município	Rede	Localização	Código	Nome da Escola	Etapa_ensino	Concluintes
2018	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033359	ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	141
2018	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033367	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	94
2019	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12033537	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II - CZS	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	103
2019	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12033537	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II - CZS	Ensino Médio-3ª Série	49
2019	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033359	ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	138
2019	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033367	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	128
2020	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12033537	COLEGIO MILITAR ESTADUAL DOM PEDRO II - CZS	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	71
2020	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12033537	COLEGIO MILITAR ESTADUAL DOM PEDRO II - CZS	Ensino Médio-3ª Série	56
2020	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12000914	ESCOLA CIVICO-MILITAR MADRE ADELGUNDES BECKER	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	100
2020	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12000914	ESCOLA CIVICO-MILITAR MADRE ADELGUNDES BECKER	Ensino Médio-3ª Série	86
2020	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033367	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	131
2020	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033359	ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	147
2020	SENADOR GUIOMARD	Estadual	Urbana	12014591	ESC CIVICO MILITAR 15 DE JUNHO	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	119
2020	SENADOR GUIOMARD	Estadual	Urbana	12033790	ESC CIVICO MILITAR ALDADI SIMOES DA COSTA	Ensino Médio-3ª Série	100
2021	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12000914	ESC CIVICO-MILITAR MADRE ADELGUNDES BECKER	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	113
2021	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12000914	ESC CIVICO-MILITAR MADRE ADELGUNDES BECKER	Ensino Médio-3ª Série	74
2021	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12033537	COLEGIO MILITAR ESTADUAL DOM PEDRO II - CZS	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	99
2021	CRUZEIRO DO SUL	Estadual	Urbana	12033537	COLEGIO MILITAR ESTADUAL DOM PEDRO II - CZS	Ensino Médio-3ª Série	69
2021	EPITACIOLANDIA	Estadual	Urbana	12017108	ESC CIVICO-MILITAR JOANA RIBEIRO AMED	EJA - Ensino Médio	16
2021	EPITACIOLANDIA	Estadual	Urbana	12017108	ESC CIVICO-MILITAR JOANA RIBEIRO AMED	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	87
2021	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033367	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	146
2021	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033367	ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	Ensino Médio-3ª Série	106
2021	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033359	ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	150
2021	RIO BRANCO	Estadual	Urbana	12033359	ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	Ensino Médio-3ª Série	133
2021	SENADOR GUIOMARD	Estadual	Urbana	12033790	ESC CIVICO MILITAR ALDADI SIMOES DA COSTA	Ensino Médio-3ª Série	149
2021	SENADOR GUIOMARD	Estadual	Urbana	12014591	ESC CIVICO MILITAR 15 DE JUNHO	Ensino Fundamental de 9 anos-9º Ano	126

ANEXO XIII – ESCOLAS E MATRÍCULAS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ACRE EM 2022

ESCOLAS E MATRÍCULAS DAS ESCOLAS ESTADUAIS 2022	
CIDADES_ESCOLAS	Escolarização
Cruzeiro do Sul	1740
COLEGIO MILITAR ESTADUAL DOM PEDRO II - CZS	706
ESC CIVICO-MILITAR MADRE ADELGUNDES BECKER	1034
Epitaciolândia	659
ESC CIVICO-MILITAR JOANA RIBEIRO AMED	659
Mâncio Lima	30
ESC FRANCISCO MILITAO DE MELO	30
Rio Branco	2640
ESC CIVICO MILITAR WILSON BARBOSA	611
ESC COLEGIO MILITAR DOM PEDRO II	1011
ESC COLEGIO MILITAR TIRADENTES	1018
Senador Guimard	1434
ESC CIVICO MILITAR 15 DE JUNHO	732
ESC CIVICO MILITAR ALDACI SIMOES DA COSTA	702
Total Geral	6503

ESCOLAS E MATRÍCULAS DAS ESCOLAS PÚBLICAS 2022					
REDE	ESCOLAS	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	ENSINO MÉDIO	TOTAL
ESTADUAL	616	37748	48541	39139	125428
MUNICIPAL	864	111	193	113	417
FEDERAL	7	0	5736	48951	54687
Total Geral	1487	37859	54470	88203	180532

ESCOLAS CÍVICO-MILITARES - CONCLUINTES		
_ANO	_6ºao9ºano	_ Médio
2018	1108	0
2019	1524	461
2020	3070	1825
2021	3577	2255
Total Geral	9279	4541